



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade UnB Planaltina – FUP
Programa de Pós-Graduação em
Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPG-MADER



ELIZABETH TAVARES DE GONZAGA

**ENTRELAÇANDO HISTÓRIAS: MULHERES DO CAMPO E TRAJETÓRIAS DE
VIDA NO TERRITÓRIO DA PONTE ALTA SUL DO GAMA-DF**

PLANALTINA-DF

2024

ELIZABETH TAVARES DE GONZAGA

**ENTRELAÇANDO HISTÓRIAS: MULHERES DO CAMPO E TRAJETÓRIAS DE
VIDA NO TERRITÓRIO DA PONTE ALTA SUL DO GAMA-DF**

Dissertação apresentada para o exame de defesa do Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) da Universidade de Brasília (UnB).

Orientadora: Regina Coelly Fernandes Saraiva.

PLANALTINA-DF

2024

G643e Gonzaga, Elizabeth Tavares de
Entrelaçando histórias : mulheres do campo e trajetórias
de vida no território da Ponte Alta Sul do Gama - DF /
Elizabeth Tavares de Gonzaga; orientador Regina Coelly
Fernandes Saraiva. -- Brasília, 2024.
201 p.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rural) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. descaracterização rural. 2. Distrito Federal. 3.
desenvolvimento. 4. trabalho. 5. crochê. I. Saraiva, Regina
Coelly Fernandes , orient. II. Título.

ELIZABETH TAVARES DE GONZAGA

**ENTRELAÇANDO HISTÓRIAS: MULHERES DO CAMPO E TRAJETÓRIAS DE
VIDA NO TERRITÓRIO DA PONTE ALTA SUL DO GAMA-DF**

Dissertação apresentada para o exame de
defesa do Mestrado Acadêmico do
Programa de Pós-Graduação em Meio
Ambiente e Desenvolvimento Rural
(PPG-MADER) da Universidade de
Brasília (UnB).

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento sustentável rural e sociobiodiversidade

Aprovada em: 27/09/2024

Banca Examinadora:

Dr.^a Regina Coelly Fernandes Saraiva
(Presidente e Orientadora PPG-MADER — FUP/UnB)

Dr.^a Dibe Salua Ayoub
(Examinadora Externa: Universidade Federal Fluminense — UFF)

Dr.^a Tânia Cristina da Silva Cruz
(Examinadora Externa: PROFINIT — FUP/UnB)

Dr.^a Eliene Novaes Rocha
(Examinadora Interna: PPG-MADER — FUP/UnB)

Planaltina-DF, setembro de 2024.

AGRADECIMENTO

O entrelaçar de vidas pode ser comparado a uma grande colcha de retalhos, onde cada quadrado conta e remonta uma experiência individual ou coletiva, em um movimento constante de tessitura, desfazimento e reconstrução de histórias e memórias. Assim, quero agradecer a cada encontro de vida e, principalmente, àqueles que se entrelaçaram à minha vida e me encorajaram a desenrolar os fios necessários para a tessitura do meu estudo.

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder o dom da vida e por me abençoar com a capacidade de gerar vida. Sua bondade me proporcionou saúde e determinação para perseverar, possibilitando que eu alcançasse meus objetivos ao realizar este trabalho.

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) da Universidade UnB Planaltina (FUP). Suas aulas, palestras, discussões, materiais de estudo e conselhos ampliaram minha compreensão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, contribuindo tanto para minha formação acadêmica quanto para meu desenvolvimento pessoal. Agradeço sinceramente por compartilharem suas sabedorias e experiências, inspirando-me a buscar constantemente a excelência em minha jornada.

Minha sincera gratidão à Dra. Regina Coelly, minha orientadora, por sua paciência e vasto conhecimento, os quais desempenharam um papel fundamental no sucesso desta jornada acadêmica. Suas sugestões e correções foram de grande valia para a melhoria do meu trabalho. Seu profissionalismo estimulou-me a explorar novas perspectivas e a aprofundar minha compreensão sobre o tema. Além disso, foi especialmente gratificante descobrir que compartilhamos o amor pelo crochê. Que sua dedicação continue a inspirar inúmeros outros estudantes.

Aos colegas da turma Pequizeiro, meu sincero agradecimento por fazerem parte desta jornada ao meu lado. Juntos, enfrentamos o retorno às aulas presenciais na Universidade após o período pandêmico da covid-19, que nos afastou da convivência social, mas também evidenciou a importância da colaboração, da troca de ideias e do compartilhamento de experiências em comunidade. Foi um privilégio compartilhar essas vivências com vocês, e cada um enriqueceu nossas discussões em sala de aula com perspectivas únicas, contribuindo para o nosso desenvolvimento acadêmico e pessoal. A diversidade e o entrelaçamento de experiências de vida são elementos que apenas um mestrado multidisciplinar pode proporcionar.

Expresso minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) da Universidade de Brasília (UnB), representado pelo coordenador do curso, Dr. Tamiel Jacobson, pelo apoio financeiro à divulgação do meu projeto de pesquisa no 10º Encontro da Rede de Estudos Rurais. Essa oportunidade não apenas fortaleceu minha pesquisa acadêmica, mas também enriqueceu a troca de conhecimentos e experiências durante esse evento significativo. Agradeço também ao Decanato de Pós-Graduação (DPG) da UnB pelo suporte financeiro concedido à minha pesquisa de campo. Todo o material utilizado nas oficinas de crochê realizadas no meu estudo foi financiado por esses recursos, sem custo algum para as mulheres participantes. Espero que essa parceria continue beneficiando outros estudantes e pesquisadores, contribuindo para o avanço do conhecimento e da ciência.

À minha família, especialmente à minha filha Sofia, que me apoiou nos momentos difíceis e compreendeu minha ausência no convívio familiar durante meus estudos. Em particular, à minha mãe Joana, que me acolheu novamente em sua casa para que eu pudesse me concentrar exclusivamente no mestrado, sem me preocupar com as tarefas domésticas que tantas vezes sobrecarregam a rotina de uma mulher estudante, professora e mãe.

Durante o percurso do mestrado, pude contar com o apoio inestimável dos meus amigos, aos quais expresso minha eterna gratidão por estarem sempre presentes, seja com palavras de encorajamento, gestos de carinho ou simplesmente por sua presença reconfortante. Em especial, quero agradecer à Geysa Rocha (diretora) e à Araken Rodrigues (vice-diretora), que, além de grandes amigas, são as gestoras escolares do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá do Gama (CEFTAM), local que me acolheu e onde desenvolvi as oficinas de crochê da minha pesquisa. Minha gratidão também à Rose, que, com suas habilidades no crochê, me auxiliou nas oficinas na arte de ensinar essa prática. Sem dúvida, a jornada acadêmica teria sido muito mais árdua sem a companhia e o suporte dessas pessoas tão especiais.

É com imensa gratidão que expresso meu reconhecimento às mulheres entrevistadas da área rural de Ponte Alta: Dona Perpétua, Amarílis, Dona Flora e Açucena, que, com coragem e generosidade, compartilharam suas preciosas histórias de vida, enriquecendo significativamente meus estudos. A dedicação e colaboração de vocês foram essenciais, e por isso, deixo aqui minha profunda admiração e agradecimento por tornarem esta jornada tão enriquecedora e especial.

“As mulheres sempre participaram das lutas camponesas, desde os movimentos de resistência armada, as ocupações de terra, a organização dos sindicatos, as greves, os acampamentos e assentamentos. Apesar da cultura machista, várias mulheres camponesas saíram do anonimato e se destacaram: Dirce Machado, ativista da guerrilha camponesa de Trombas e Formoso (1954-1957); Josefa Paulino da Silva Pureza da Associação dos Lavradores Fluminenses e das lutas camponesas do Xerém, RJ (1949-1964); Elizabeth Teixeira da Liga Camponesa de Sapé (1962–1964); Margarida Maria Alves presidente do STR de Alagoa Grande–PB (1971–1983); Rosa Geralda da Silveira (“Dona Rosa”) líder dos camponeses da Fazenda Caveira, Campos Novos–RJ (1963–1970); Adelaide Molinari, religiosa, apoiadora do movimento camponês em Marabá–PA (1985) e Roseli Celeste Nunes da Silva, ativista do MST desde a ocupação da Fazenda Anoni, Sarandi–RS, 1985”.

(Exposição: Memória Camponesa 1946–1988: A luta pela terra e as guerrilhas camponesas, 2024)

RESUMO

A dissertação analisa as histórias de vida das mulheres do campo, investigando suas trajetórias no meio rural do Distrito Federal, com o objetivo de compreender a construção de suas identidades, valores e práticas culturais. Além disso, o estudo documenta as transformações históricas na região desde a formação do Distrito Federal até 2023. O território de pesquisa, localizado em Ponte Alta Sul do Gama-DF, que inicialmente se destinava à produção agrícola, enfrenta processos de descaracterização da área rural, impulsionados pela expansão de loteamentos residenciais urbanos, espaços de lazer e locais para eventos sociais. Esses fatores resultam na redução das práticas agrícolas e nas mudanças no uso do solo da região. A pesquisa adota a abordagem metodológica qualitativa, com o emprego de técnicas de história oral, narrativas de vida e entrevistas estruturadas, a fim de captar as vivências das mulheres do campo e preservar a autenticidade de suas expressões orais. Como parte da pesquisa qualitativa, foram realizadas oficinas de crochê, visando fomentar a participação das mulheres de Ponte Alta Sul em um ambiente de diálogo, promovendo o compartilhamento de experiências e perspectivas sobre o território. Os resultados indicam uma relação simbiótica entre as mulheres e o território, evidenciando a resiliência feminina diante da descaracterização do espaço rural. A pesquisa aponta, ainda, para a urgente necessidade de implementação de políticas públicas voltadas à preservação do território rural, ao reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e à inclusão das mulheres do campo nas discussões sobre o futuro do campo no Distrito Federal.

Palavras-chave: histórias de vida; mulheres do campo; meio rural; políticas públicas.

ABSTRACT

The dissertation analyzes the life stories of rural women, investigating their trajectories in the rural area of the Federal District, with the aim of understanding the construction of their identities, values, and cultural practices. Additionally, the study documents the historical transformations in the region from the formation of the Federal District until 2023. The research territory, located in Ponte Alta Sul do Gama-DF, which was initially designated for agricultural production, faces processes of rural area decharacterization driven by the expansion of residential urban subdivisions, leisure spaces, and venues for social events. These factors result in the reduction of agricultural practices and changes in land use in the region. The research adopts a qualitative methodological approach, employing oral history techniques, life narratives, and structured interviews to capture the experiences of rural women and preserve the authenticity of their oral expressions. As part of the qualitative research, crochet workshops were held to foster the participation of women from Ponte Alta Sul in a dialogue environment, promoting the sharing of experiences and perspectives about the territory. The results indicate a symbiotic relationship between women and the territory, highlighting female resilience in the face of rural space decharacterization. The research also points to the urgent need for the implementation of public policies aimed at preserving rural territory, recognizing traditional knowledge, and including rural women in discussions about the future of the countryside in the Federal District.

Keywords: life stories; rural women; rural area; public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Novo Distrito Federal	23
Figura 2 – Localização territorial do Gama-DF	24
Figura 3 – Localização espacial dos territórios da Ponte Alta Sul-DF	28
Figura 4 – Entrada do Condomínio Residencial Asa Branca	29
Figura 5 – Entrada do Condomínio Residencial Nova Jerusalém	30
Figura 6 – Propriedade rural no território Núcleo Rural Vargem da Benção	31
Figura 7 – Estrada de acesso ao território Cerâmica Santa Maria	32
Figura 8 – Propriedade rural no território SINDJUS	33
Figura 9 – Estrada de acesso à Chácara Camargo	34
Figura 10 – Mulher e vínculos empregatícios na agricultura em 2020 no Centro-Oeste (Mulheres rurais e suas companheiras em outros setores)	35
Figura 11 – Pessoal ocupado em atividades rurais no Distrito Federal	36
Figura 12 – Distribuição por tipo de cargo em atividade rural no Distrito Federal	37
Figura 13 – Renda por tipo de cargo entre mulheres e homens	37
Figura 14 – Renda média por faixa etária	38
Figura 15 – Agricultura familiar: número de estabelecimentos dirigidos por homens e mulheres	39
Figura 16 – Atividade econômica principal por número de estabelecimentos rurais dirigidos por mulheres e homens	40
Figura 17 – Escolaridade por número de estabelecimentos rurais dirigidos por mulheres e homens	41
Figura 18 – Manchetes de jornais sobre a comunidade da Ponte Alta do Gama	42
Figura 19 – Bolsa em crochê confeccionada para o projeto	48
Figura 20 – Fotografia da reunião de pais e/ou responsável CEF Tamanduá do Gama	51
Figura 21 – Ilustração de convite para as oficinas de crochê do projeto	52
Figura 22 – Montagem de fotografia das oficinas de crochê do projeto	53
Figura 23 – Análise de Similitude (IRAMUTEQ)	103
Figura 24 – Nuvem de palavras categoria gênero	104
Figura 25 – Nuvem de palavras categoria território	105
Figura 26 – Nuvem de palavras desenvolvimento rural	105
Figura 27 – Nuvem de palavras categoria Campo periurbano e pluriatividade	106

Figura 28 – Nuvem de palavras categoria saberes tradicionais	107
Figura 29 – Nuvem de palavras categoria organizações coletivas e movimentos sociais	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização do território de pesquisa: Condomínio Residencial Asa Branca	28
Quadro 2 – Caracterização do território de pesquisa: Condomínio Residencial Nova Jerusalém	29
Quadro 3 – Caracterização do território de pesquisa: Núcleo Rural Vargem da Benção	30
Quadro 4 – Caracterização do território de pesquisa: Cerâmica Santa Maria	31
Quadro 5 – Caracterização do território de pesquisa: SINDJUS	32
Quadro 6 – Caracterização do território de pesquisa: Chácara Camargo	33
Quadro 7 – Resumo da caracterização da pesquisa	46
Quadro 8 – Perfil das entrevistadas da pesquisa	57
Quadro 9 – Perfil sociocultural da entrevistada Dona Perpétua	60
Quadro 10 – Perfil sociocultural da entrevistada Dona Flora	72
Quadro 11 – Perfil sociocultural da entrevistada Amarílis	82
Quadro 12 – Perfil sociocultural da entrevistada Açucena	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área, produção e agricultores de grandes culturas RA II (Gama – DF)	25
Tabela 2 – Produção de carne, leite e ovos na RA II (Gama-DF)	26
Tabela 3 – Área, produção e agricultores de olerícolas da RA II (Gama-DF).	26
Tabela 4 – Área inundada e produção de pescado da RA II (Gama-DF)	26
Tabela 5 – Número de colmeias e produção de mel da RA II (Gama-DF)	27
Tabela 6 – Número de estabelecimentos agropecuário no DF	129
Tabela 7 – Pesquisa distrital por amostra de Domicílio rural – 2022	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADASA	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
AGEFIS	Agência de Fiscalização do Distrito Federal
AMPPA	Associação de Moradores e Produtores da Ponte Alta
APA	Área de Proteção Ambiental
APM	Área de Proteção de Mananciais
APROSANTA/DF	Associação dos Produtores, Moradores e Trabalhadores Rurais da Cerâmica Santa Maria
ARINE	Regularização de Interesse Específico
ASSPAF	Associação dos Produtores da Agricultura Familiar
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BA	Bahia
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEFIS	Centro de Formação e Integração Sindical
CEFTAM	Centro de Ensino Fundamental Tamanduá
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal
CNPH	Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças
CODEPLAN	Companhia de Desenvolvimento do DF
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTZL	Centro de Tecnologia para Raças Zebuínas Leiteiras
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DF	Distrito Federal
DF/LEGAL	Secretaria de Estado de Proteção à Ordem Urbanística do Distrito Federal
EMATER/DF	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ERECCO	Encontro Regional da Escola do Campo do Centro-Oeste
FALBE	Faculdade Albert Einstein

FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FNL	Frente Nacional de Luta Campo Cidade
FZDF	Fundação Zoobotânica do Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
GO	Goiás
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IDIS	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-americana de Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDAD RURAL	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal
PEC	Ponto de Encontro Comunitário
PI	Piauí
PPG-MADER	Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Programa Territórios da Cidadania
RA II	Região Administrativa II
REDE	Rede Sustentabilidade

RIMISP	Centro Latinoamericano para o Desarrollo Rural
SAB	Sociedade de Abastecimento de Brasília
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
SEDUMA	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEPLAG/DF	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal
SES/DF	Secretaria de Estado de Saúde
SHPT	Setor Habitacional Ponte de Terra
SINDJUS	Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal
SLU	Serviço de Limpeza Urbano
SM/DF	Secretaria da Mulher do Distrito Federal
TJDFT	Tribunal de Justiça do DF e Territórios
UBS	Unidade Básica de Saúde
UCB	Universidade Católica de Brasília
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	18
1.1 Memorial acadêmico	18
2 INTRODUÇÃO	21
2.1 Os territórios socioculturais da Ponte Alta Sul do Gama	27
2.1.1 Condomínio Residencial Asa Branca	28
2.1.2 Residencial Nova Jerusalém	29
2.1.3 Núcleo Rural Vargem da Benção	30
2.1.4 Cerâmica Santa Maria	31
2.1.5 Território SINDJUS	32
2.1.6 Chácara Camargo	33
2.1.7 Mulheres do campo no DF	34
2.2 Problematização e objetivos da pesquisa	43
3 METODOLOGIA	46
3.1 Caracterização da pesquisa	46
3.2 As oficinas de crochê	49
3.3 As entrevistas	55
3.4 Tratamento dos dados	56
3.4.1 Pré-análise	57
3.4.2 Exploração do material	58
3.4.3 Apresentação dos dados	60
3.4.3.1 Para nós do mato, a cidade que é um risco	60
3.4.3.2 As mulheres são todas para luta	72
3.4.3.3 Valores e costumes vão da criação	82
3.4.3.5 É muito contraditório!	91
3.4.4 Tratamento dos resultados obtidos e interpretação	102
4 TRAJETÓRIAS ENTRELAÇADAS: HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES DO CAMPO NA DINÂMICA TERRITORIAL DA PONTE ALTA SUL DO GAMA	109
4.1 Território e identidade: a construção do espaço rural na perspectiva camponesa	109
4.2 Desenvolvimento rural no Brasil: desafios históricos	111
4.3 Pluriatividade: transformações e perspectivas no desenvolvimento rural brasileiro	115
4.4 Mulheres do campo: o impacto das relações de gênero	118

4.5 Mulheres e seus desafios no desenvolvimento rural	120
4.6 Grandes mulheres e seus ideais para uma vida melhor	123
4.7 Mulheres do campo: o percurso da formação histórica da comunidade Ponte Alta Sul	129
5 ANÁLISE DE DADOS	150
5.1 Formações territoriais, desenvolvimento rural e relações sociais	150
5.1.1 Descaracterização do território rural e produção agrícola	151
5.1.2 Questões ambientais e uso da água	155
5.1.3 Desenvolvimento rural e políticas públicas	157
5.2 Território rural e gênero: lutas, resistências, silenciamento, violência e trabalho	158
5.2.1 Impactos de associações e movimentos sociais na comunidade	162
5.2.2 Distanciamento dos saberes tradicionais	164
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS	176
APÊNDICE A – MODELO DO TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO	186
APÊNDICE B – Roteiro das Entrevistas	187
APÊNDICE C – RECORTE DAS FALAS DAS ENTREVISTADAS EM CATEGORIAS DE ANÁLISE	192

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Memorial acadêmico

Este memorial acadêmico apresenta o relato das experiências formativas ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional como educadora, além de demonstrar o percurso de estudos que culminaram na atual linha de pesquisa: desenvolvimento sustentável rural e sociobiodiversidade, vinculada ao mestrado acadêmico em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) da Universidade de Brasília (UnB).

Estudei toda a Educação Básica em escola pública, e minha primeira formação acadêmica e profissional ocorreu em um curso técnico como professora normalista na Escola Normal do Gama, concluído em 1995. Graduei-me em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília (UCB) em 2001. Em 2010, finalizei uma especialização pela Faculdade Albert Einstein (FALBE), com o título “Projeto Político Pedagógico - Realidade ou Quimera”. Posteriormente, em 2021, concluí outra especialização, desta vez em Educação do Campo pela Universidade de Brasília (UnB), com o título “Comunidade e Identidade: a relação da escola do campo com as famílias, papel e desafios para a Escola do Campo”. Em 2022, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) da UnB e passei a integrar o projeto de pesquisa “Educação do Campo na região Centro-Oeste: diálogos e proposições em tempos de pandemia”, cujo objetivo é contribuir para o avanço do conhecimento e da prática educativa no campo, valorizando as especificidades e as potencialidades das comunidades rurais.

Em 2021, publiquei um capítulo de livro na coleção Escola da Terra¹, intitulado “Caminho da escola: os sujeitos e os modos de produção do território”, em coautoria com outros seis pesquisadores. Nesse capítulo, analisamos as experiências de mobilidade e territorialidade de estudantes e professores das escolas do campo no Distrito Federal, utilizando uma abordagem qualitativa e participativa centrada na comunidade escolar do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá, localizado no Gama.

Além disso, tive dois trabalhos aceitos para apresentação em eventos científicos em 2023. O primeiro, intitulado “A Sustentabilidade da Vida Camponesa diante da Crise Ecológica”, foi apresentado e publicado nos anais do IV Encontro Regional da Escola do

¹ Escola da Terra é um curso destinado à formação continuada de professores da Educação Básica, com o objetivo de atender as necessidades das escolas do campo e de comunidades quilombolas. O programa integra as iniciativas do PronaCampo, uma política do Ministério da Educação voltada para a educação do Campo.

Campo do Centro-Oeste (ERECCO²). Nesse trabalho, discuto os desafios e as potencialidades da agroecologia como alternativa para a preservação ambiental e a valorização dos saberes e práticas dos camponeses. O segundo, intitulado “Um estudo sociocultural de mulheres do campo da Ponte Alta-DF através da tessitura do crochê”, foi apresentado e publicado nos anais do 10º Encontro da Rede de Estudos Rurais³. Nesse trabalho, investigo como as histórias de vida de mulheres do campo podem ser entrelaçadas através do crochê, promovendo e valorizando a expressão cultural, social e política dessas mulheres. Os dois trabalhos foram elaborados em coautoria com a Dr.^a Regina Coelly Fernandes Saraiva.

Desde 1997, dedico-me à Educação Básica na SEEDF, construindo uma trajetória que envolve a docência e a gestão escolar, com um compromisso voltado à educação do campo e ao bem-estar da comunidade de Ponte Alta do Gama.

Em 2017, tive a oportunidade de integrar o Programa Escola da Terra do Distrito Federal, fruto da colaboração entre a UnB e a SEEDF. As atividades do tempo comunidade do programa, com estudos sobre a identidade do sujeito camponês, seus modos de vida e acesso à terra, me proporcionaram momentos de imersão e interação nos territórios da comunidade, por meio de visitas, rodas de conversa e entrevistas, aproximando-me da temática do estudo de mestrado. Passei a refletir sobre as condições de vida das mulheres de Ponte Alta-DF, suas fontes de renda, como se organizam coletivamente em busca de seus direitos e como se relacionam com as mudanças territoriais decorrentes da descaracterização da área rural, devido a parcelamentos da terra e à ausência de políticas públicas.

Concomitantemente à formação acadêmica, sempre desenvolvi habilidades manuais por meio de técnicas como tricô, bijuterias, *scrapbook*, bordados e, principalmente, crochê. Minhas avós materna e paterna bordavam e costuravam como forma de gerar renda para auxiliar no orçamento doméstico, e tenho certeza de que a herança dessas habilidades manuais veio delas. Infelizmente, não tive a oportunidade de aprender as técnicas que utilizavam, pois nunca me ensinaram nenhum de seus métodos artesanais. Foi ainda na infância que aprendi o crochê, ensinado pelas vizinhas de meus pais na cidade do Gama, e que hoje se tornou uma

² ERECCO, Encontro Regional da Educação do Campo do Centro-Oeste, o visa estabelecer uma rede de colaboração regional para o desenvolvimento e expansão da Educação do Campo da Região Centro-Oeste do Brasil.

³ A Rede de Estudos Rural tem como objetivo dar visibilidade à produção intelectual, análises e sistematização de tendências em curso no campo brasileiro. O 10º Encontro teve como tema “Terra, fome e poder: desafios para o rural contemporâneo”.

forma de conexão ancestral, expressão criativa, renda extra e, principalmente, terapêutica para o tratamento da ansiedade.

Ao refletir sobre minhas habilidades manuais e a convivência com a comunidade rural, em especial com as mulheres do campo, durante os estudos do Curso Escola da Terra, desafiei-me a estudar, no mestrado, as histórias de vida dessas mulheres e suas contribuições nas construções culturais, sociais e políticas de seus territórios. O objetivo era entrelaçar nossas histórias em uma aprendizagem mútua sobre a diversidade do meio rural, compartilhando saberes do campo e do crochê, colocando em evidência a potência da mulher do campo.

2 INTRODUÇÃO

Os elementos de estudo desta dissertação estão organizados em quatro capítulos. O primeiro, de introdução, aborda a aproximação com o tema, a problematização, os objetivos e a escolha das mulheres do campo no território da Ponte Alta Sul do Gama-DF.

O segundo capítulo foi estruturado com o percurso metodológico, contendo a apresentação dos dados por meio do texto discurso das histórias de vida das mulheres entrevistadas.

O terceiro capítulo, intitulado “Trajetórias Entrelaçadas: Histórias de Vida de Mulheres do Campo na Dinâmica Territorial da Ponte Alta Sul do Gama”, foi estruturado com o referencial teórico abordando temáticas sobre território e identidade rural, desenvolvimento rural no Brasil, pluriatividade, os diferentes papéis das mulheres no desenvolvimento e o empoderamento feminino. Nesse capítulo, também apresento o percurso da formação histórica da comunidade de Ponte Alta Sul, contextualizando-o com as trajetórias de vida das entrevistadas, fazendo um retrato político, social, econômico e ambiental do território, no período entre a desapropriação das terras do estado de Goiás para a formação do Distrito Federal até o ano de realização das entrevistas do estudo, em 2023.

No quarto capítulo, retomo a análise dos dados da pesquisa por meio das categorias de análise identificadas durante a etapa de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, utilizando o Método de Análise de Conteúdo de Bardin (1977). As categorias abordadas incluem: a descaracterização do território rural e da produção agrícola, questões ambientais e o uso da água, desenvolvimento rural e políticas públicas, lutas e resistências (silenciamento, violência e trabalho), impactos de associações e movimentos sociais na comunidade, e o distanciamento dos saberes tradicionais. Finalizo com minhas percepções e considerações sobre o entrelaçamento das experiências das mulheres do campo com o território da Ponte Alta Sul do Gama.

Ainda criança, tive contato com o território de Ponte Alta do Gama, pois minha família gostava de passear pelos córregos dessa área e íamos comprar milhos e frutas nas chácaras. No entanto, minha trajetória com o meio rural intensificou-se em 1997, quando fui admitida na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) como professora regente da Educação Básica, lotada em uma escola do campo, o CEFTAM, sem nenhuma experiência profissional nessa modalidade de ensino.

Durante a minha trajetória profissional, além de professora regente, assumi outras funções, como supervisora administrativa, vice-diretora, diretora substituta e coordenadora

pedagógica no CEFTAM. Sempre recorri à formação continuada para me aperfeiçoar e conhecer a realidade camponesa ao longo desses mais de 20 anos de docência infantil.

Em 2018, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), realizou o curso de aperfeiçoamento Escola da Terra. Participei como cursista nas duas edições ofertadas e, logo depois, passei no processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação (especialização) Escola da Terra, com a linha de pesquisa focada nos desafios e avanços nas relações do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá (CEFTAM) com a comunidade camponesa da Ponte Alta do Gama. Foi a partir desse momento que despertou em mim o desejo de pesquisar as conexões e relações sociais, culturais, financeiras e históricas das mulheres camponesas dessa área rural.

Em 2021, durante os estudos realizados para a especialização do Curso Escola da Terra (UnB), e com o objetivo de fomentar o Inventário Social, Histórico e Cultural do CEFTAM, que visava identificar as relações da comunidade com as matrizes formativas da população do campo (Terra, Trabalho, História, Cultura, Luta Social, Vivências de Opressão, Conhecimento Popular e Organização Coletiva), foi possível observar, durante as rodas de conversa, que as mulheres da comunidade demonstraram grande interesse em realizar trabalhos artesanais, culturais e socioambientais como forma de expressão e geração de renda. No entanto, evidenciou-se que esses interesses eram desejos individuais, de pessoas que não praticam técnicas manuais, o que revelou uma fragilidade em manter ou desenvolver saberes tradicionais de artesanato. Na comunidade, também não há locais específicos ou projetos voltados para as áreas sociais e culturais, onde possam aprender e desenvolver suas habilidades individuais por meio de organização coletiva.

Durante a pesquisa, visualizei diferentes constituições de modos de vida camponesa presentes no território de Ponte Alta Sul, com mulheres que trabalham com atividades agrícolas, mulheres que trabalham fora do meio rural, mulheres desempregadas e mulheres que sobrevivem de pensões e auxílios governamentais. Esse território, já constituído antes da divisão da área destinada à formação da nova capital do Brasil, teve suas fazendas originais fracionadas em lotes para abrigar chácaras voltadas para a produção agrícola e pecuária. Diante desta tríade: sujeito, território e trabalho, apresentada por mulheres do campo de Ponte Alta Sul do Gama, idealizei a proposta deste trabalho para estudar as histórias de vida das mulheres do campo e suas relações com o território, utilizando oficinas de crochê como técnica de aproximação, para que pudessem compartilhar suas histórias de vida,

conhecimentos e tradições populares, bem como os tipos de trabalho desenvolvidos como mulheres do campo de Ponte Alta Sul do Gama.

A criação de Brasília, a nova capital do Brasil, foi um marco histórico que exigiu a desapropriação de grandes áreas de terra no Planalto Central, especialmente em Luziânia (GO). Esse processo, ocorrido entre 1956 e 1960, foi crucial para a formação do território do Distrito Federal, abrangendo uma área de 5,8 mil quilômetros quadrados. De acordo com Ribeiro (2020), a construção da cidade, há mais de sessenta anos, envolveu a aquisição de diversas fazendas, como a Fazenda Gama, que abrigou o primeiro palácio de Brasília, o Catetinho. Outras propriedades importantes foram as Fazendas Santa Maria, Riacho Fundo, Taguatinga, Vicente Pires, Sobradinho e Paranoá (Paranoá), além da Fazenda do Brejo (ou do Torto), onde está localizada a Granja do Torto, uma das residências oficiais da Presidência da República. As terras das fazendas Ponte Alta, Engenho das Lajes, Mestre d'Armas, Rodeador, Monjolos, Pípiripau e Papuda também foram incluídas no projeto da nova capital. O mapa “Novo Distrito Federal de 1958” apresenta as delimitações e nomenclaturas dessas fazendas:

Figura 1 – Mapa Novo Distrito Federal



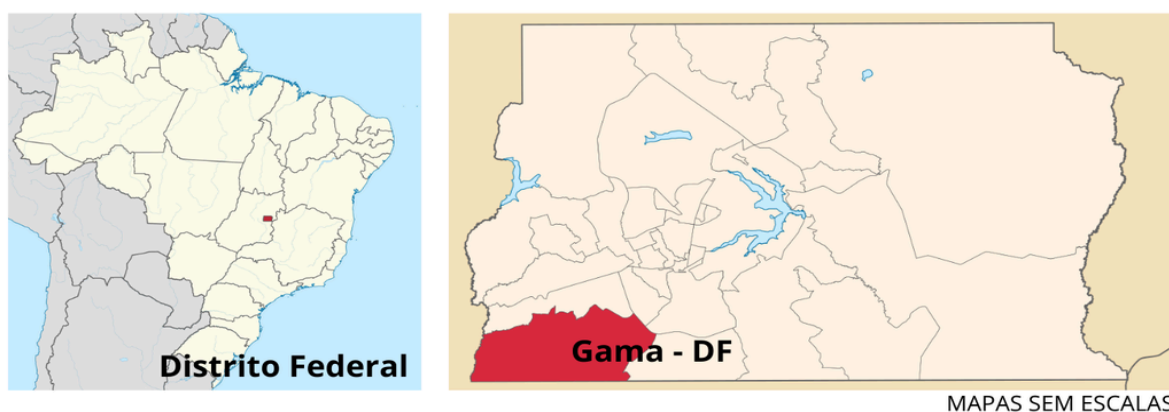
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO DF. Novo Distrito Federal. Brasília (2022), com adaptações da autora.

A comunidade da Ponte Alta Sul do Gama, no Distrito Federal (DF), de origem camponesa, faz parte da história da construção de Brasília, ainda antes da inauguração da capital, quando foram estabelecidos os marcos de delimitação da área do Distrito Federal. Segundo Ribeiro (2020), as terras das fazendas goianas da Ponte Alta e Engenho das Lajes foram incluídas no projeto do Distrito Federal. Na época, a área foi destinada à agropecuária, com foco na produção de alimentos para os futuros moradores e trabalhadores da nova capital do Brasil.

As granjas modelos são testemunhos do programa de abastecimento hortifrutigranjeiro elaborado no período de implantação de Brasília. As granjas do Torto, Ipê, Riacho Fundo, das Oliveiras, Águas Claras e Tamandua possuíam localização estratégica e, na hierarquia desse programa, seriam centros de pesquisa e produção, responsáveis por intermediar os produtores rurais e os pontos de venda, espalhados por todo o Distrito Federal – como atestavam os antigos supermercados e mercadinhos populares da Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB) (SEDUMA, 2009, p. 93).

Segundo informações da Administração Regional do Gama (RAII, 2023), a cidade, localizada no Distrito Federal, é conhecida por abrigar tanto uma área urbana quanto uma área rural. A área urbana é dividida em seis setores distintos: Norte, Sul, Leste, Oeste, Central e Industrial, e sua disposição é singular, lembrando uma colmeia, com quadras hexagonais que se subdividem internamente em formas triangulares. Cada um desses triângulos possui uma área comercial, com um total de 96 a 100 lotes por quadra. A área rural é composta por diversas comunidades, como o Núcleo Rural Monjolo, a Colônia Agrícola Ponte Alta, o Córrego Crispim, o Núcleo Rural Ponte Alta de Baixo, Ponte Alta Norte e Alagado. Dados do PDOT (2009) indicam que, no ano de 2000, a população na área rural do Gama estava estimada em 7.836 habitantes, distribuídos em uma área de 260,97 km². A Figura 2 ilustra a localização territorial da área do Gama:

Figura 2 – Localização territorial do Gama-DF



Fonte: Elaborada pela autora via imagens da internet, Brasília (2024).

O território da Ponte Alta tem sido alvo de transformações significativas ao longo dos mais de sessenta anos de construção de Brasília, com a necessidade de regularização fundiária devido a invasões e construções ilegais na região, fragilidade na preservação de mananciais hídricos essenciais para o abastecimento de água do DF e distanciamento dos saberes tradicionais de produção agrícola. Essas mudanças no meio rural envolvem transformações de ordem econômica, política e social, que, de acordo com Costa (2022), são ações de sobrevivência diante das grilagens de terras, incentivadas pelo ganho de capital:

Esse capital é que traz sentido à criação do parcelamento irregular. Isso porque a valorização dos lotes decorrente da consolidação dos condomínios motiva inúmeros indivíduos a comprarem os lotes irregulares. Os terrenos da região da Ponte Alta – Gama, por exemplo, são vendidos por um valor médio de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Após a consolidação do condomínio, o valor médio do terreno é de 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Esse valor ultrapassa, muitas vezes, o preço de uma casa na região urbana do Gama-DF (Costa, 2022, p. 143).

Apesar da crescente grilagem de terras na região, ainda há agricultores tentando sobreviver da produção agrícola na área rural do Gama, como evidenciado no Relatório de Informações Agropecuárias do Distrito Federal 2023, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF).

Segundo a EMATER-DF (2023), nesse relatório, na parte agrícola, foram selecionadas as dez principais culturas em produção ou as culturas existentes na área de atuação de cada escritório local da empresa. As Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 apresentam apenas os dados referentes à Região Administrativa do Gama, contidos no relatório geral:

Tabela 1 – Área, produção e agricultores de grandes culturas RA II (Gama – DF)

Área, Produção e Agricultores de Grandes Culturas por Escritório Local (ESLOC) da EMATER-DF no Distrito Federal 2023

Unidade Federação / Cultura	Área Plantada (hectares)	Participação no ESLOC (%)	Participação no DF (%)	Produção (toneladas)	Participação no ESLOC	Participação no DF (%)	Produtores
Gama	1.621,26	100,05	0,98	29.413,83	100,01	3,08	
Subtotal	1.621,86	100,05		29.416,28	100,01		
Milho	550,26	33,94	1,48	3.186,24	10,83	1,37	279
Milho silagem	405,30	25,00	16,31	17.674,00	60,09	14,50	83
Soja	366,00	22,58	0,51	1.547,40	5,26	0,48	11
Feijão	136,63	8,43	1,14	412,08	1,40	1,14	82
Cana de açúcar	61,02	3,76	20,15	6.156,00	20,93	15,45	69
Sorgo	52,00	3,21	0,52	269,40	0,92	0,61	8
Café	46,05	2,84	10,54	77,34	0,26	7,04	12
Sorgo silagem	2,20	0,14	0,49	76,00	0,26	0,42	2
Feno	1,50	0,09	0,43	15,00	0,05	0,44	1
Arroz	0,90	0,06	24,04	2,82	0,01	30,13	2

Fonte: EMATER-DF, Relatório de Informações Agropecuárias do Distrito Federal, Brasília (2023).

Tabela 2 – Produção de carne, leite e ovos na RA II (Gama-DF)**Produções de Carne, Leite e Ovos por Escritórios da EMATER no Distrito Federal 2023 - RAIL (Gama)**

Plantel	Plantel		Produção				Produtores	
	Quantidade (cabeça)	Participação no DF (%)	Carne (kg)	Participação no DF (%)	Leite (l) ou Ovos (dz)	Participação no DF (%)	Quantidade	Participação no DF (%)
Bovinos	5.549	6,94	209.620	5	2.798.455	7,64	271	9,51
Búfalos	6	0,01	429	1,02	-	-	3	11,54
Caprinos	339	12,03	2.302	14,95	438	0,63	27	17,21
Ovinos	1482	6,03	9961	4,72	9271	66,49	74	11,58
Suínos	10.661	4,8	625.765	4,49	-	-	209	9,95
Coelhos	35	1,95	64	2,59	-	-	2	10,53
Galinha e Frangos	7.374.778	11,64	14.949.748	11,22	2.639.348	5,51	683	11,8
Codornas	7607	22,66	504	6,32	111730	39,17	9	39,17

Fonte: Dados compilados pela autora, EMATER-DF, Relatório de Informações Agropecuárias do Distrito Federal, Brasília (2023).

Tabela 3 – Área, produção e agricultores de olerícolas da RA II (Gama-DF).**Área, Produção e Agricultores de Olerícolas por Escritório Local (ESLOC) da EMATER-DF no Distrito Federal 2023**

Escritório Local / Cultura	Área Plantada (hectares)	Participação no ESLOC (%)	Participação no DF (%)	Produção (toneladas)	Participação no ESLOC (%)	Participação no DF (%)	Produtores
Gama	714,55	100,00	8,00	13.979,92	100,00	5,36	
Subtotal	576,49	80,69		10.972,80	78,49		
Alface	261,66	36,62	18,48	4.244,65	30,36	18,62	66
Mandioca	109,18	15,28	12,36	2.473,26	17,69	12,91	172
Milho verde	64,92	9,09	11,47	592,54	4,24	11,75	53
Coentro	56,23	7,87	19,36	503,19	3,60	19,59	48
Brócolis cabeça única	24,60	3,44	6,10	384,00	2,75	5,99	30
Couve	22,02	3,08	11,25	1.269,80	9,08	10,11	44
Cebolinha	18,83	2,64	11,55	412,46	2,95	11,09	52
Brócolis ramoso	12,66	1,77	7,85	365,40	2,61	7,56	20
Pimentão	3,47	0,49	2,15	394,00	2,82	2,32	15
Chuchu	2,93	0,41	1,57	333,50	2,39	1,63	10

Fonte: EMATER-DF, Relatório de Informações Agropecuárias do Distrito Federal, Brasília (2023).

Tabela 4 – Área inundada e produção de pescado da RA II (Gama-DF)**Área Inundada e Produção de Pescado por Escritórios da EMATER-DF no Distrito Federal 2023**

Localidade	Área Inundada		Produção		Produtores	
	Lâmina d'água (hectare)	Participação no DF (%)	Carne (kg)	Participação no DF (%)	Quantidade	Participação no DF (%)
Distrito Federal	81,33	100,00	2.039.660,00	100,00	919,00	100,00
Gama	15,87	19,51	555.097	27,22	148	16,10

Fonte: EMATER-DF, Relatório de Informações Agropecuárias do Distrito Federal, Brasília (2023).

Tabela 5 – Número de colmeias e produção de mel da RA II (Gama-DF)**Número de Colméias e Produção de Mel por Escritórios da EMATER-DF no Distrito Federal 2023**

Localidade	Plantel		Produção		Produtores	
	Número de colmeias	Participação no DF (%)	Mel (kg)	Participação no DF (%)	Quantidade	Participação no DF (%)
Distrito Federal	3.183	100,00	34.139	100,00	290	100,00
Gama	222	6,97	7.706	22,57	20	6,90

Fonte: EMATER-DF, Relatório de Informações Agropecuárias do Distrito Federal, Brasília (2023).

Além da especulação imobiliária, das disputas pela propriedade da terra, do avanço da urbanização com a construção de condomínios, da diminuição das áreas de cultivo, do crescente desemprego, da poluição do meio ambiente e da dificuldade em acessar políticas públicas, revelam-se questões latentes deste estudo. Reflexões iniciadas durante o período de estudos do curso Escola da Terra despertaram o interesse em aprofundar os conhecimentos sociais, culturais, econômicos e políticos desta comunidade rural, onde surgiu uma lacuna temporal entre o desenvolvimento rural da região – que nasceu rural e hoje apresenta características de área urbana, como condomínios residenciais e acampamentos de movimentos de luta pela terra –, não evidenciando como ocorreram essas mudanças no território e como impactam a vida de seus moradores.

2.1 Os territórios socioculturais da Ponte Alta Sul do Gama

As construções sociais reveladas pelas ações e relações com a comunidade escolar do CEFTAM permitiram a definição do local, Ponte Alta Sul, e do objeto de estudo desta pesquisa: as mulheres do campo. Isso se deve ao fato de que as demandas sociais, políticas e financeiras convergem para a instituição de ensino como referência para a solução das questões das mulheres do campo, que se sentem seguras para compartilhar com o corpo docente suas histórias de violência, insegurança alimentar de suas famílias e a necessidade de ajuda para adquirir medicamentos e roupas, a fim de atender às suas necessidades.

Para fins de estudo, este trabalho compreende como território o espaço físico onde o sujeito vive e constrói relações político-sociais que podem modificar o meio através de ações políticas, ambientais, culturais e sociais, seja por ações individuais ou pela força da coletividade (SEEDF, 2018). A Ponte Alta Sul conta com diversos meios de produção agrícola, trabalhos pluridiversos e recursos naturais, como mananciais de água. Por essas características geográficas e políticas, ocorreram naturalmente subdivisões da área em territórios menores, cada um com sua especificidade, que servem de ponto de referência e

localização geográfica para toda a comunidade. Apesar da especificidade desses territórios, eles se entrelaçam, ora por semelhanças, ora por contradições, formando a comunidade da Ponte Alta Sul. O Inventário Escolar do CEFTAM (2022) serviu de base para organizar as informações apresentadas abaixo, a fim de descrever os seis territórios socioculturais de estudo da pesquisa:

Figura 3 – Localização espacial dos territórios da Ponte Alta Sul-DF



Fonte: Mapa elaborado pela autora, Google Maps, Brasília (2022).

2.1.1 Condomínio Residencial Asa Branca

Quadro 1 – Caracterização do território de pesquisa: Condomínio Residencial Asa Branca

Condomínio Residencial Asa Branca	
<ul style="list-style-type: none"> • Localizado às margens da Rodovia BR 060, próximo ao Posto de Gasolina Asa Branca. • Formado por 153 lotes de 300 m². • As famílias de sobrenome Brasil e Rabelo receberam lotes por meio de doação do proprietário. • Atualmente, existe a escritura pública da área total do condomínio, que está em fase de regularização. • De acordo com mapas da Companhia de Planejamento do Distrito Federal — CODEPLAN a área faz parte da Região Administrativa do Gama e é considerada Parcelamento Urbano Isolado — PUI, chamado de Granjas Reunidas Asa Branca. • Organizado e gerido em sistema de condomínio com taxa condominial para pagamento de serviços. • A produção agrícola e pecuária é quase inexistente pela transformação dos módulos agrícolas em lotes residenciais. • Grande parte da renda e trabalho são gerados em áreas urbanas. • Acesso à água via poço artesiano, paga na taxa do condomínio. • Possui reserva legal preservada por fazer parte de área de proteção permanente devido ao córrego Engenho das Lajes (Buritis). 	

Fonte: Dados compilados pela autora, Inventário Escolar CEFTAM, Brasília (2022).

Figura 4 – Entrada do Condomínio Residencial Asa Branca

Fonte: Arquivo pessoal da autora, Brasília (2018).

2.1.2 Residencial Nova Jerusalém

Quadro 2 – Caracterização do território de pesquisa: Condomínio Residencial Nova Jerusalém

Residencial Nova Jerusalém
<ul style="list-style-type: none"> ● Acampados de lutas sociais pela reforma agrária com a bandeira da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade – FNL ● Localizado em área pública da Rodovia BR 060. ● Estão acampados neste local desde 2017. ● Antes da pandemia de Covid19 viviam no acampamento cerca de 150 famílias e já não havia espaço para a aceitação de novas famílias. ● Após o período pandêmico, que agravou a crise econômica do país, há informações de que atualmente estão acampadas cerca de 450 famílias. ● A área em questão só tem espaço para assentar 30 famílias, conforme a legislação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, cada unidade rural não pode ter menos de 2 hectares de área. ● Os lotes do acampamento possuem medidas de 20 m × 30 m distribuídos em cinco ruas. ● As casas são construídas de madeiras, madeirites ou lonas, e geralmente esses materiais são doados por terceiros. ● Mesmo nestas pequenas propriedades, as famílias praticam algumas atividades de agricultura ou pecuária. ● Já passaram por dois pedidos de reintegrações de posse do Governo do Distrito Federal — GDF. ● Os moradores relatam a tensão que vivem diariamente frente ao medo de serem expulsos do local. ● Moradores contam com a Associação dos Produtores da Agricultura Familiar (ASSPAF). ● Em 2022, essa área passou por uma reformulação na destinação de ocupação, deixando de ser área de assentamento rural para a formação de um residencial urbano e lotes com área de 300 metros quadrados. ● Desligamento do movimento social da FNL

Fonte: Dados compilados pela autora, Inventário Escolar CEFTAM, Brasília (2022).

Figura 5 – Entrada do Condomínio Residencial Nova Jerusalém



Fonte: Arquivo pessoal da autora, Brasília (2023).

2.1.3 Núcleo Rural Vargem da Benção

Quadro 3 – Caracterização do território de pesquisa: Núcleo Rural Vargem da Benção

Núcleo Rural Vargem da Benção	
Área rural chamada Núcleo Rural Vargem da Benção	
<ul style="list-style-type: none"> • Devido a suas belezas naturais, oferece uma diversidade de opções de lazer, principalmente haras e pesque-pague, geralmente frequentadas por pessoas vindas de outras localidades externas à Ponte Alta. • Composta por vários empreendimentos comerciais e chácaras destinadas ao lazer, cuidadas por caseiros. • As dimensões das chácaras dessa área são variadas, sendo que a menor chácara ocupa um espaço de 20.000m², mantendo a área preservada de parcelamento ou fracionamento irregular do solo. • Algumas chácaras de agricultura familiar, para consumo próprio ou vendas nos arredores. Cultivam milho, mandioca e hortaliças sem agrotóxico e praticam a pecuária com pequenas criações de galinhas, porcos e bovinos. • Não há líder comunitário, nem movimentos sociais ou ONG em atividades. • A comunidade se organiza para realizar encontros e festividades, como as festas juninas e encontros sem data específica, como forró, bingo e torneio de sinuca, realizado no “Bar do Gordo”. • O abastecimento de água realizado por minas, sendo a água bombeada para uma caixa central feita de cimento e redistribuída para as famílias locais. • No território há muitos recursos naturais, em especial, córregos que estão poluídos. 	

Fonte: Dados compilados pela autora, Inventário Escolar CEFTAM, Brasília (2022).

Figura 6 – Propriedade rural no território Núcleo Rural Vargem da Benção



Fonte: Arquivo pessoal da autora, Brasília (2023).

2.1.4 Cerâmica Santa Maria

Quadro 4 – Caracterização do território de pesquisa: Cerâmica Santa Maria

Cerâmica Santa Maria
<ul style="list-style-type: none"> • Localizado próximo ao Centro de Tecnologias para Raças Zebuínas Leiteiras (CTZL), conhecida na comunidade como “Gado de Leite”. • A ocupação da área iniciou quando vieram as primeiras pessoas de Luziânia–GO em busca de trabalho na olaria Cerâmica Santa Maria, que tinha como finalidade a fabricação de cerâmicas. • Os trabalhadores em média trabalhavam de 10 a 12 horas por dia, e não recebiam pagamento em dinheiro pelo serviço prestado. A forma de pagamento aos trabalhadores era via mantimentos, remédios e outros gêneros comprados em locais especificados pelo dono da olaria e tudo era anotado em caderneta. • Atualmente, as terras estão divididas entre os moradores mais antigos e os moradores mais recentes, porém, a área está na justiça para legalização, uma vez que o antigo proprietário da área faleceu e não deixou a escritura da propriedade aos antigos moradores. • Na comunidade existe a APROSANTA/DF – Associação dos Produtores Moradores e Trabalhadores Rurais da Cerâmica Santa Maria. • Alguns moradores dessa área não costumam participar de atividades culturais ou de manifestações artísticas, preferindo frequentar centros religiosos. • Poucos moradores trabalham em atividades camponesas para sobreviver ou vender o que produzem. A maioria trabalha em atividades fora do Campo. • Algumas famílias cultivam hortas para o consumo próprio e outras para vender na comunidade e em feiras seus cultivos de mandioca, abóbora e quiabo, e há algumas famílias que criam aves para vendas. • O abastecimento de água é realizado por poço artesiano, a água é bombeada para uma caixa d’água central e redistribuída para cada moradia.

-
- Os recursos naturais existentes na área são algumas nascentes de água e córregos.
-

Fonte: Dados compilados pela autora, Inventário Escolar CEFTAM, Brasília (2022).

Figura 7 – Estrada de acesso ao território Cerâmica Santa Maria



Fonte: Arquivo pessoal da autora, Brasília (2018).

2.1.5 Território SINDJUS

Quadro 5 – Caracterização do território de pesquisa: SINDJUS

SINDJUS
<ul style="list-style-type: none"> • O território conhecido como Sindjus é assim designado por ter como principal ponto de referência o Clube Social do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (SINDJUS). • Possui várias chácaras familiares formadas a partir da desapropriação da Fazenda Bom Sucesso. • Os primeiros moradores dessa área chegaram a Ponte Alta na década de 60 para desbravar a região e montaram a Fábrica de Farinha Santo Antônio, que gerava empregos aos moradores, aproveitando o cultivo local da mandioca para produzir a farinha. • Nesta época, as terras também eram ocupadas por pessoas que trabalhavam para a família do Ministro César Cals de Oliveira Filho (Ministro de Minas e Energia entre 1979 e 1985). • Os moradores vivem em pequenas chácaras com cultivos de milho, abóbora, mamão, tomate e verduras em geral, algumas ainda não escrituradas em seus nomes. • A água para consumo doméstico vem de cisternas e poços artesianos, para evitar a poluição das águas do Rio Ponte Alta e do Córrego da Benção. • A posse das terras é uma questão que está tramitando na justiça, por haver herdeiros que reivindicam a propriedade das antigas fazendas. • Participam principalmente de festas religiosas e/ou eventos da Igreja e se reúnem para encontros de lazer.

Fonte: Dados compilados pela autora, Inventário Escolar CEFTAM, Brasília (2022).

Figura 8 – Propriedade rural no território SINDJUS



Fonte: Arquivo pessoal da autora, Brasília (2018).

2.1.6 Chácara Camargo

Quadro 6 – Caracterização do território de pesquisa: Chácara Camargo

Chácara Camargo
<ul style="list-style-type: none"> • Composto por três principais pontos de referência: Chácara Camargo – Chácara de agricultura familiar, Fazenda Leão de Judah – Turismo ecológico e agricultura e Frigorífico Boa Carne Ltda (Antigo Pontal Frigorífico) – Comércio atacadista de produtos hortigranjeiros. • Os moradores relataram que a comunidade surgiu quando o patriarca Mariano Bertoldo se mudou para a Ponte Alta e trouxe seus filhos para morarem lá, isso há mais de 30 anos. • Ainda hoje, alguns filhos vivem na chácara e outros foram para outras cidades de Brasília. • No ano de 2018, a Agência de Fiscalização do Distrito Federal (AGEFIS) tentou embargar as terras das chácaras da família e derrubar as moradias. O processo continua na justiça e a família não entende por que querem embargar as terras que possuem há tantos anos e que receberam de herança. • Existem alguns agricultores familiares que cultivam hortas de milho, mandioca e quiabo para consumo próprio das famílias. Criam vacas, cavalos, mulas, bodes, ovelhas, galinhas, perus, peixes e pato. • Há trabalho assalariado rural em virtude de muitos moradores trabalharem no Frigorífico Boa Carne. • Os recursos naturais mais presentes na região são os hídricos, principalmente córregos, que estão cada dia mais escassos. • A maioria da comunidade tem acesso à água por meio de poço artesiano.

Fonte: Dados compilados pela autora, Inventário Escolar CEFTAM, (Brasília, 2022).

Figura 9 – Estrada de acesso à Chácara Camargo

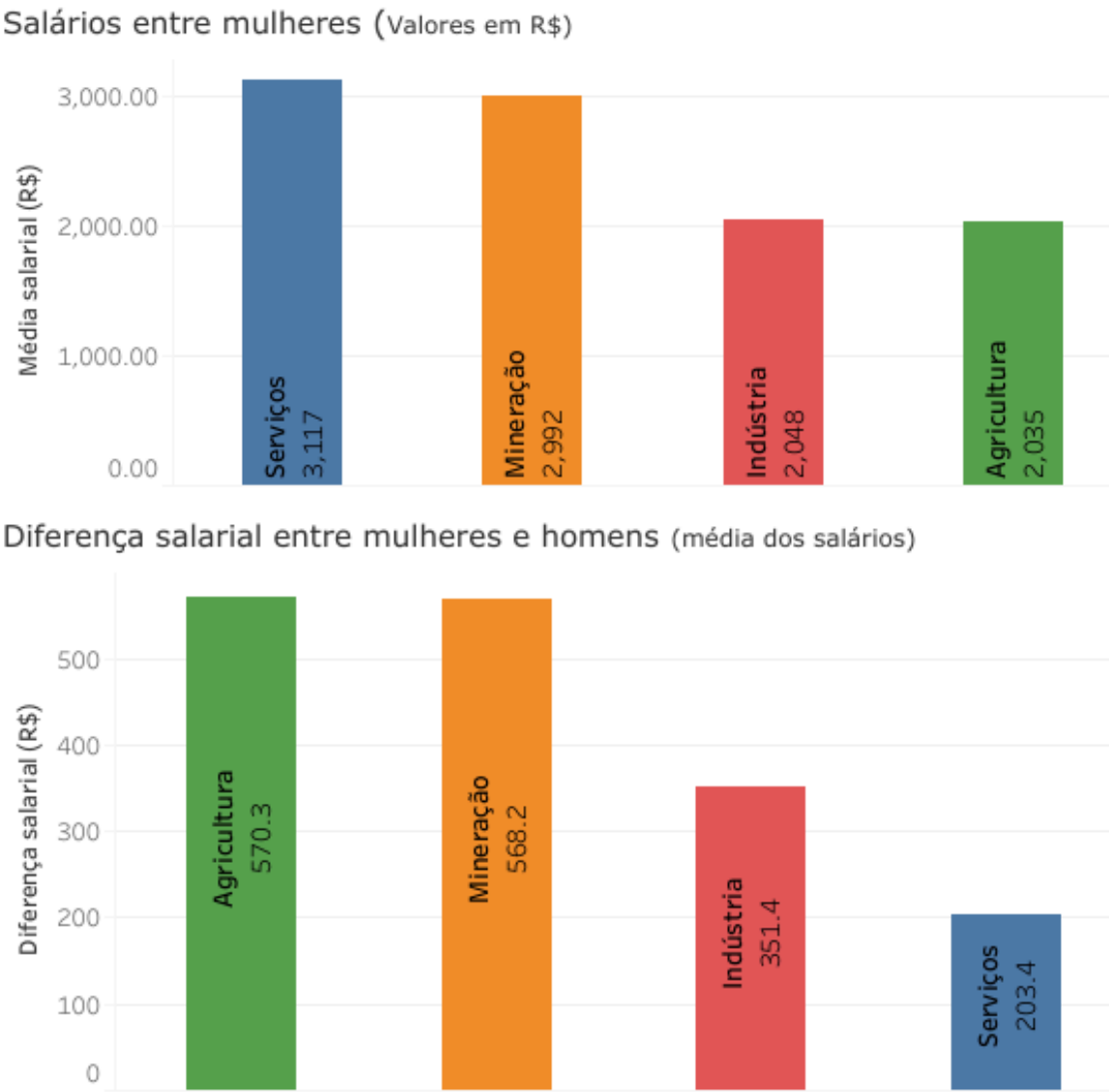


Fonte: Arquivo pessoal da autora, Brasília (2023)

2.1.7 Mulheres do campo no DF

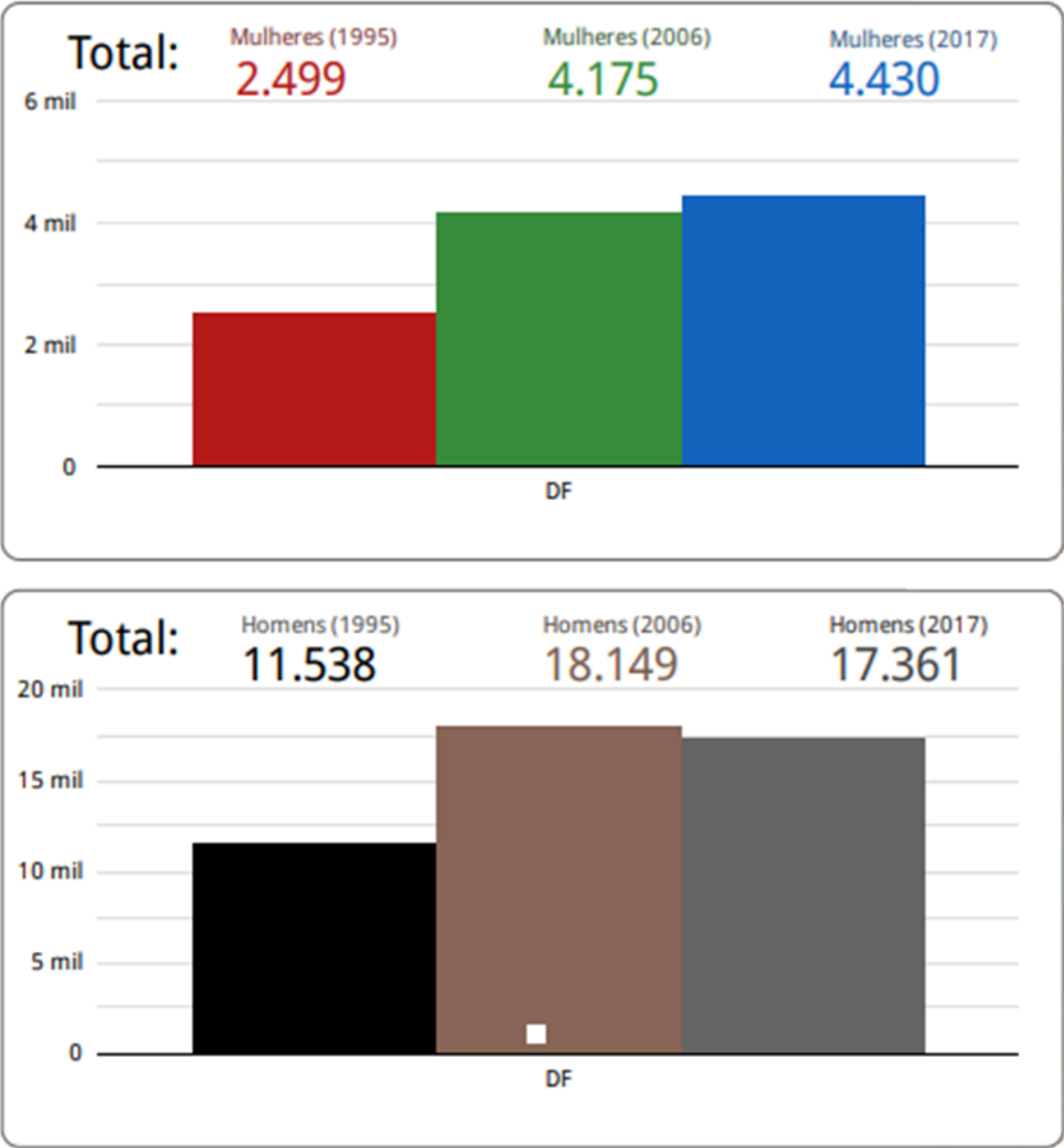
Um grande desafio encontrado nesta pesquisa foi a elaboração do referencial teórico que caracterizasse os dados demográficos, as atividades, a remuneração e as profissões das mulheres do campo da Ponte Alta Sul do Gama. Devido à escassez de dados específicos sobre essas mulheres na literatura, foram utilizados dados do Censo Agropecuário 2017, disponibilizados pelo Observatório das Mulheres Rurais do Brasil, projeto da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), para caracterizá-las como mulheres do campo, como parte integrante dos dados censitários do Distrito Federal. Abaixo, serão apresentados gráficos que contextualizam as mulheres do campo do DF por meio da renda, da diferença salarial entre homens e mulheres e das principais atividades agrícolas desenvolvidas pelas mulheres em área rural.

Figura 10 – Mulher e vínculos empregatícios na agricultura em 2020 no Centro-Oeste (Mulheres rurais e suas companheiras em outros setores)



Fonte: EMBRAPA, Observatório das Mulheres Rurais do Brasil (2024)

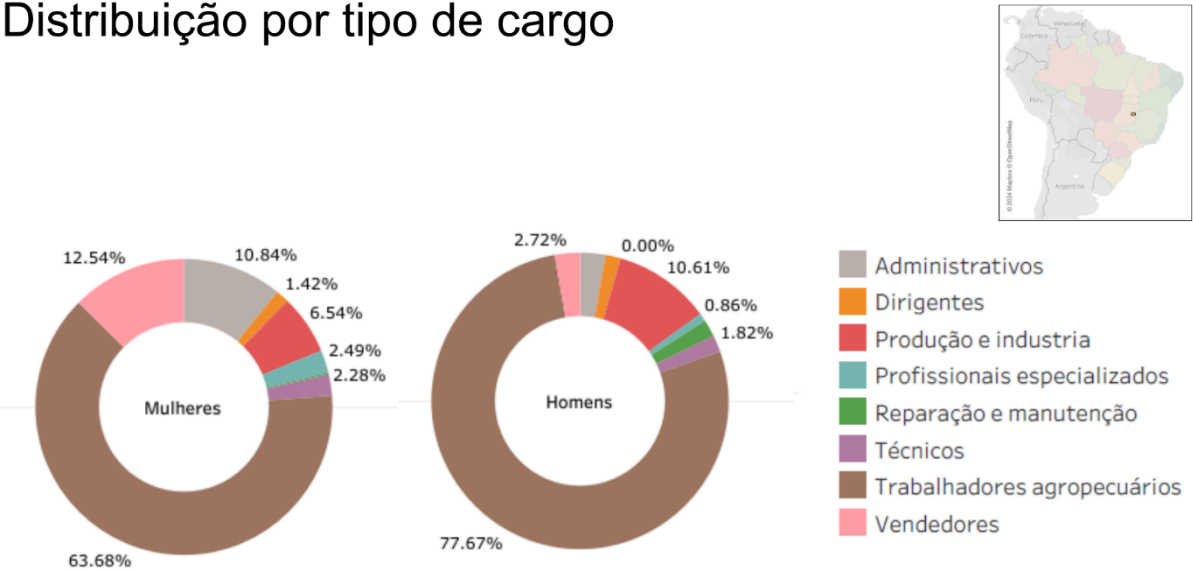
Figura 11 – Pessoal ocupado em atividades rurais no Distrito Federal



Fonte: EMBRAPA, Observatório das Mulheres Rurais do Brasil (2024).

Figura 12 – Distribuição por tipo de cargo em atividade rural no Distrito Federal

Distribuição por tipo de cargo

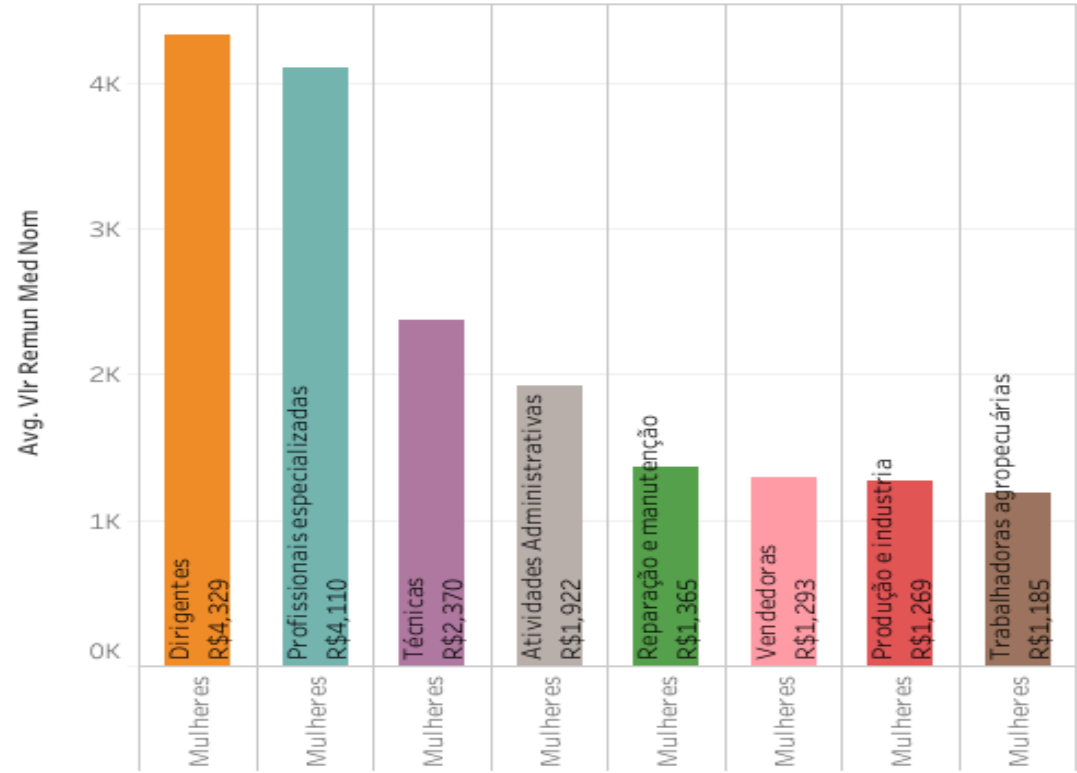


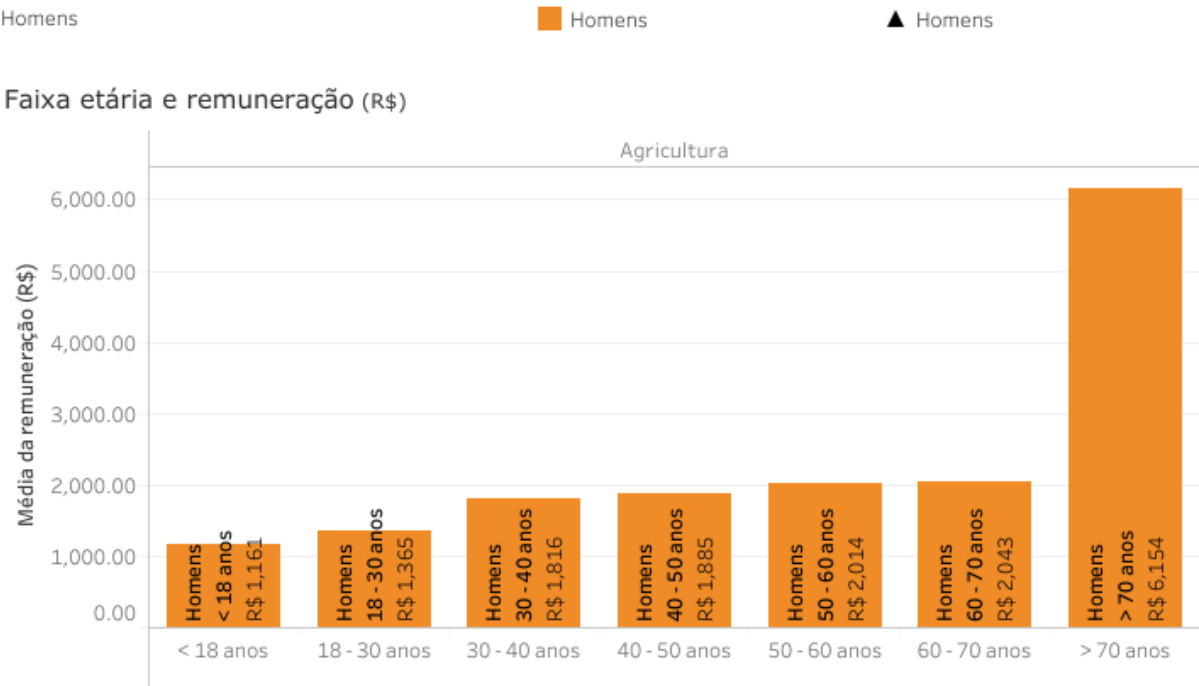
Fonte: EMBRAPA, Observatório das Mulheres Rurais do Brasil (2024).

Figura 13 – Renda por tipo de cargo entre mulheres e homens

Sexo
Mulheres

Renda por tipo de cargo

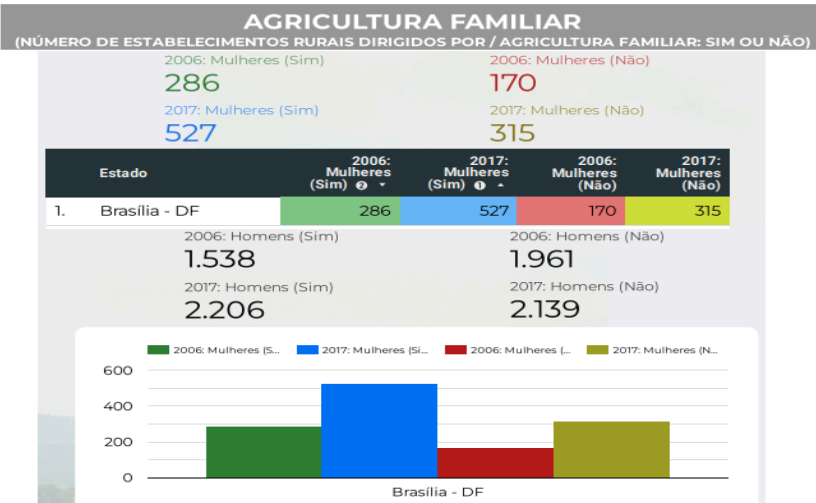




Fonte: EMBRAPA, Observatório das Mulheres Rurais do Brasil (2024).

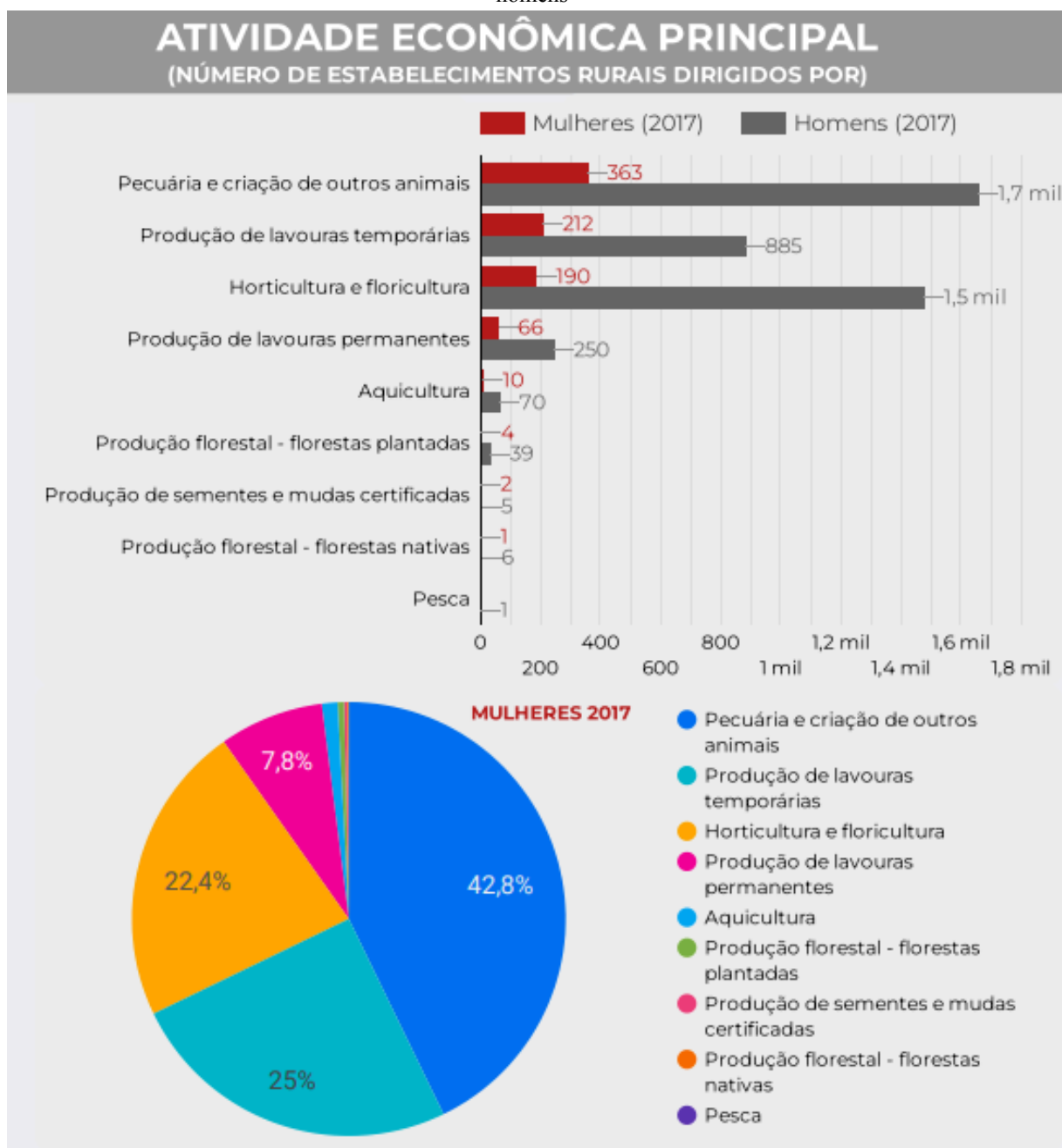
Os dados do Censo Agropecuário (2017), apresentados pela EMBRAPA (2020), fazem um recorte de 842 estabelecimentos rurais dirigidos por mulheres no Distrito Federal, contra 4.345 estabelecimentos dirigidos por homens. As imagens abaixo apresentam comparativos entre os dados de homens e mulheres, além de comparações entre o Censo Agropecuário de 2006 e 2017 para o Distrito Federal:

Figura 15 – Agricultura familiar: número de estabelecimentos dirigidos por homens e mulheres



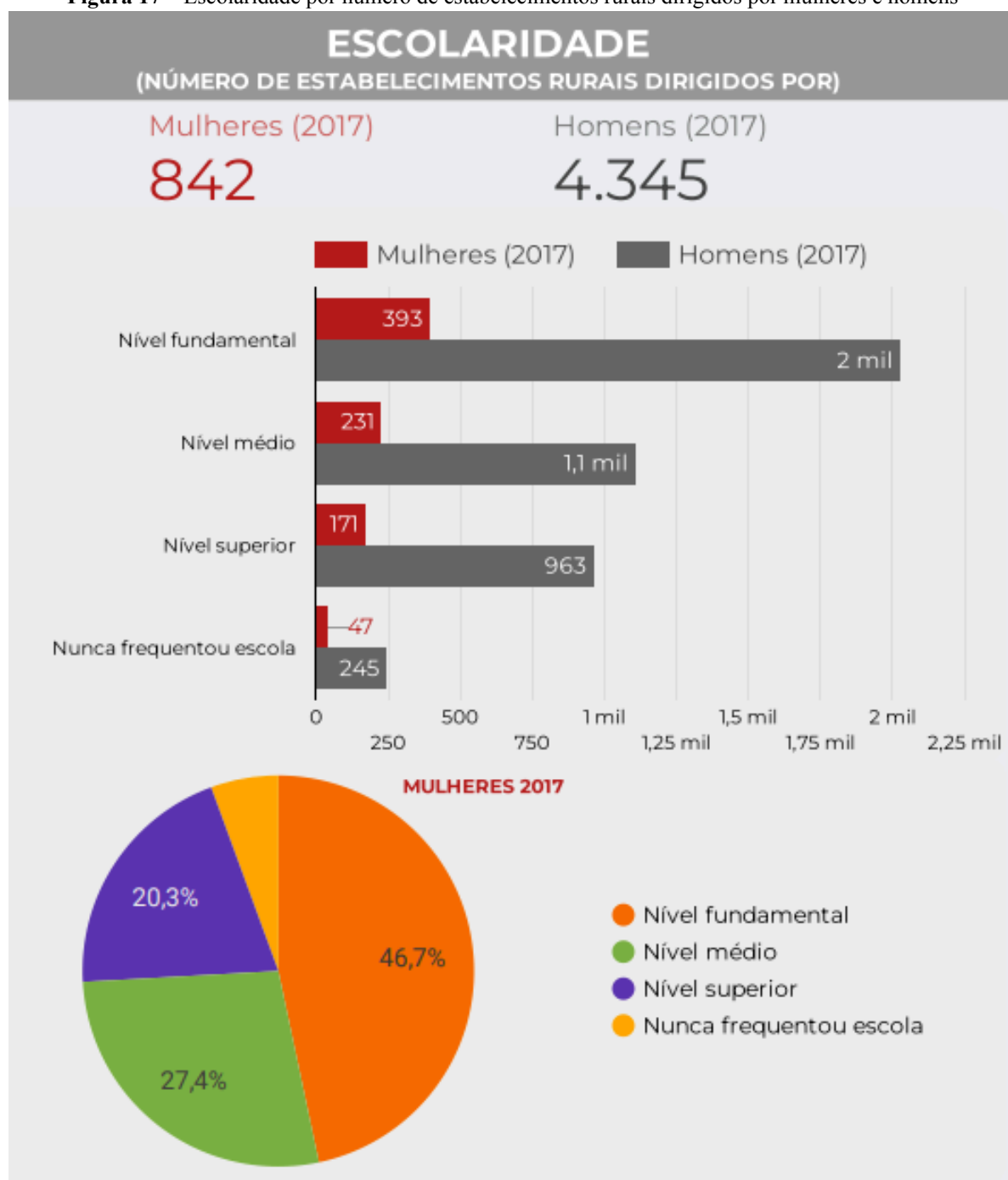
Fonte: EMBRAPA, Observatório das Mulheres Rurais do Brasil (2024).

Figura 16 – Atividade econômica principal por número de estabelecimentos rurais dirigidos por mulheres e homens



Fonte: EMBRAPA, Observatório das Mulheres Rurais do Brasil (2024).

Figura 17 – Escolaridade por número de estabelecimentos rurais dirigidos por mulheres e homens



Fonte: EMBRAPA, Observatório das Mulheres Rurais do Brasil (2024).

Na busca por dados sobre as mulheres da Ponte Alta Sul do Gama, grande parte das informações encontradas são divulgações de políticas públicas do Governo do Distrito Federal e relatos sobre violências e ocorrências policiais, como ilustrado nas manchetes da Figura 18:

Figura 18 – Manchetes de jornais sobre a comunidade da Ponte Alta do Gama



Fonte: Dados compilados pela autora, manchetes da internet, Brasília (2024).

De acordo com Moreno (2024), dados de cadastro da Emater-DF apontam que há 7.341 produtoras rurais em todo o DF. Dessas, em 2023, 5.554 mulheres foram atendidas por meio de assistência técnica e extensão rural (Ater), o que corresponde a 38,2% de todo o público atendido. Além disso, existem 16.497 propriedades cadastradas, das quais 5.379 têm mulheres como proprietárias ou coproprietárias. O autor ainda informa que a Emater-DF vai além do suporte à produção rural, dedicando-se especialmente às mulheres do campo. A instituição foca em posicionar a mulher em um patamar de independência financeira e empoderamento, direcionando suas ações de Ater e estabelecendo parcerias com órgãos públicos, incluindo a Secretaria da Mulher (SMDF) e o Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDF). Moreno (2024) observa que muitas mulheres na região e no Distrito Federal, beneficiadas pela Emater-DF, enfrentam o desafio de equilibrar o trabalho no campo, que abrange todas as etapas da cadeia produtiva, com as responsabilidades domésticas e o cuidado com os filhos e a família. Ele também aponta que algumas produtoras rurais, sendo as únicas provedoras de suas famílias, precisam gerenciar todas essas tarefas sozinhas.

2.2 Problemática e objetivos da pesquisa

Diante da relação sujeito-território, a problematização desta pesquisa começa ao questionar como se dão as interações das mulheres do campo da Ponte Alta Sul com a área rural do Gama. Observa-se que, para algumas dessas mulheres, o trabalho rural é a única fonte de renda de suas famílias, obtida por meio de pequenas atividades agrícolas. Outras precisam buscar trabalho fora de suas propriedades para prover o sustento familiar, algumas dependem de benefícios sociais como pensões e aposentadorias, e outras enfrentam o desemprego.

A motivação para focar este estudo nas mulheres responsáveis por estudantes do CEFTAM surgiu durante a pandemia da covid-19, quando elas buscaram apoio da instituição de ensino para atender às necessidades alimentares essenciais, devido à falta de políticas públicas adequadas para sustentar suas famílias durante o isolamento social. Em resposta, a escola iniciou campanhas para coletar alimentos e roupas junto aos funcionários, com o objetivo de reduzir a insuficiência alimentar dos estudantes, que ficaram privados até mesmo da merenda escolar no primeiro ano da pandemia. Essa situação evidenciou a importância de investigar essas mulheres e suas interações políticas, sociais, econômicas e ambientais, além de como se organizam na comunidade rural para suprir suas necessidades básicas.

Diante do cenário descrito, o presente estudo focou na análise do contexto rural da Ponte Alta Sul do Gama, que tem perdido suas características rurais, investigando as mudanças na identidade das mulheres do campo com as transformações no território, a fim de responder à seguinte questão:

Como as mulheres do campo interagem com as mudanças territoriais da Ponte Alta-DF em suas trajetórias de vida no meio rural?

Visando analisar os diálogos e trajetórias de vida das mulheres do campo na região da Ponte Alta Sul do Gama, Distrito Federal, é fundamental entender como essas trajetórias se entrelaçam com as condições territoriais específicas da região e a construção de identidades, valores, saberes e práticas dessas mulheres, em um diálogo constante com a cultura do campo, permeada por tradições e resistências, numa relação intrínseca com a terra. Assim, este estudo tem como objetivos específicos:

- i. Relatar a história de vida das mulheres camponesas da Ponte Alta Sul através do seu envolvimento com as oficinas de crochê;

- ii. Identificar como as mulheres da Ponte Alta-DF constroem suas identidades, valores, saberes e práticas no âmbito da cultura do campo, relatando suas histórias de vida;
- iii. Descrever as principais transformações na formação histórica da Ponte Alta Sul pela perspectiva das mulheres do campo, essenciais para compreender não apenas as histórias individuais, mas também para revelar as estratégias coletivas que emergem desses diálogos e as transformações históricas e culturais da Ponte Alta Sul do Gama.

Meu entrelaçamento com as mulheres da Ponte Alta Sul do Gama remonta ao final da década de 1990, quando assumi o cargo de professora de Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Iniciamos uma relação de confiança entre professora regente e mães de estudantes do CEFTAM. Anos depois, essas relações se modificaram, quando assumi o cargo de supervisora e vice-diretora da escola, acolhendo as experiências de vida não só das responsáveis pelos meus alunos, mas também das mulheres responsáveis pelos estudantes da escola.

Até o início deste estudo, sempre mantive uma relação formal e hierárquica como representante do Estado com essas mulheres. Foi essa pesquisa que propiciou uma relação de equidade entre nós. Durante o período das oficinas de crochê e das entrevistas, pude compartilhar com elas minhas habilidades manuais, minha história de vida e, principalmente, escutar suas trajetórias, desde a infância até o momento em que vivem na Ponte Alta Sul do Gama. Deixamos de ser apenas professoras e mães para nos tornarmos mulheres dividindo momentos de partilha e experiências de vida.

Ao estudar as histórias de vida dessas mulheres, pude desenvolver uma conexão empática e um entendimento profundo das dinâmicas sociais e culturais que moldam suas trajetórias, como as nuances de gênero, trabalho e sobrevivência no contexto rural brasileiro, no qual também estou inserida como professora da Educação Básica do Distrito Federal. Isso enriqueceu minha prática pedagógica, permitindo que eu traga para a sala de aula uma perspectiva inclusiva e contextualizada, que reconhece e valoriza os conhecimentos e as contribuições das mulheres do campo para a formação cultural e histórica da Ponte Alta Sul do Gama.

A diversidade de modos de vida camponesa é relevante não apenas para os estudos das ciências sociais, mas especialmente para os estudos de meio ambiente e desenvolvimento rural, pois tem um impacto direto na sustentabilidade e na resiliência das comunidades rurais.

A variedade de atividades e fontes de renda entre as mulheres da Ponte Alta Sul do Gama reflete a complexidade das estruturas sociais e econômicas que sustentam o meio rural. Ao compreender as diferentes realidades dessas mulheres, sejam elas trabalhadoras do campo, empregadas fora do meio rural, desempregadas ou dependentes de auxílios governamentais, é possível criar políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

A utilização de oficinas de crochê como técnica de pesquisa possibilitou a aproximação com as mulheres do campo, permitindo que compartilhassem suas histórias de vida, além de valorizar os saberes tradicionais e a identidade cultural da comunidade. Essa abordagem contribui para a proteção do patrimônio imaterial e para a promoção de um desenvolvimento rural que respeite a diversidade e fomente a equidade de gênero.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

De acordo com Flick (2004), a pesquisa qualitativa é relevante, especialmente quando busca dissolver as “velhas” desigualdades sociais geradas por generalizações, ao compreender a diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida. Assim, em estudos sociais realizados em espaços delimitados, o caráter generalista de uma situação específica pode não ser tão relevante, nem refletir com precisão as particularidades de um território ou comunidade.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, pois visa analisar os conhecimentos empíricos provenientes da cultura, história, comportamentos sociais e criatividade, que são elementos da subjetividade dos indivíduos e suas interações com o meio social em que vivem, em uma comunidade rural fragmentada. O Quadro 7 apresenta uma síntese da caracterização da pesquisa, os métodos e técnicas utilizados para construir a pesquisa:

Quadro 7 – Resumo da caracterização da pesquisa

Resumo da Caracterização da Pesquisa	
Tipo de Pesquisa	Qualitativa; exploratória.
População e Amostra não probabilísticas	04 mulheres do campo da Ponte Alta Sul do Gama (04 entrevistas)
Coleta de Dados	História oral; história de vida; entrevista semiestruturada; oficinas de crochê.
Análise de Dados	Método de análise de conteúdo de Bardin: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Software IRAMUTEQ

Fonte: Tabela sistematizada pela autora. Brasília (2024)

De acordo com Gil (2002, p. 41), o objetivo de uma pesquisa exploratória é “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que essas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Com base nessa definição, este estudo utilizou a abordagem exploratória para narrar as trajetórias de vida das mulheres do campo da Ponte Alta do Gama, analisando os impactos das transformações socioculturais e políticas nas suas vivências na comunidade rural.

Para selecionar as amostras desta pesquisa, utilizou-se a amostra não probabilística de seleção de participantes, que, segundo Gil (2008), é caracterizada por uma abordagem que

não se baseia em fundamentos matemáticos ou estatísticos para a escolha dos elementos ou participantes da pesquisa. Os critérios de seleção são definidos pelo pesquisador, sem o uso de métodos aleatórios. Esse tipo de amostragem é frequentemente empregado em estudos sociais exploratórios, onde a praticidade é um fator importante, oferecendo vantagens, especialmente no que diz respeito ao custo e ao tempo envolvidos na pesquisa (Gil, 2008).

A metodologia desta dissertação foi fundamentada em técnicas qualitativas de coleta de dados, com ênfase na história oral e na história de vida, por meio de entrevistas semiestruturadas. Essa abordagem permitiu perceber nuances, experiências e emoções que, de outra forma, poderiam não ser captadas por métodos puramente quantitativos. Ao adotar essas abordagens qualitativas, o estudo não apenas analisa os dados, mas também contextualiza as histórias de vida das mulheres do campo e suas contribuições para a formação histórica da Ponte Alta Sul do Gama.

A fim de valorizar as histórias de vida das mulheres do campo em seu território, o estudo se baseou na história oral para destacar dois aspectos abordados por Portelli (1997): origem e conteúdo. O primeiro aspecto, a origem, refere-se às fontes orais como informações sobre povos iletrados ou grupos sociais cuja história escrita é incompleta ou distorcida. O segundo aspecto, o conteúdo, foca no cotidiano e na cultura material desses indivíduos e grupos.

A história oral é uma forma de acessar memórias e perspectivas que, muitas vezes, não estão documentadas, como ocorre na Ponte Alta Sul do Gama, que apresenta poucas referências em estudos acadêmicos e censitários publicados, conforme exemplificado por Portelli (1997):

A fala e a escrita, por muitos séculos, não existiram separadamente: se muitas fontes escritas são baseadas na oralidade, a oralidade moderna, por si, está saturada de escrita.

Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico (Portelli, 1997, p. 32).

A técnica de história de vida fez parte deste estudo por permitir a coleta de dados por meio de relatos pessoais e entrevistas, revelando as experiências e percepções das mulheres do campo da Ponte Alta Sul e suas relações sociais, culturais, políticas e econômicas com o território, no período entre a divisão das terras para a criação do Distrito Federal e o ano de 2023. Sem as narrativas de vida dessas mulheres, esta investigação não seria possível. Bueno

(2006) distingue a história de vida como “projeto de conhecimento”, o relato oral ou escrito que abrange a vida em seus diferentes registros e duração, e a história de vida “a serviço de projetos”.

[...] em que a história produzida pelo relato é limitada a uma entrada que visa fornecer o material útil a um projeto específico. Em outras palavras, se a intenção é produzir conhecimento sobre algum tema ou situação utilizando relatos (orais ou escritos), teremos como resultado trabalhos que, colocando-se em novo paradigma (do sujeito e do ator reabilitado) (Bueno, 2006, p. 393).

Concomitante às entrevistas, foram realizadas oficinas de crochê como técnica para acessar as histórias de vida e memórias das mulheres do campo, criando um ambiente propício ao diálogo, mais aberto e informal, facilitando o compartilhamento de experiências pessoais. O ato de criar algo juntas fortaleceu os laços comunitários e incentivou a participação nas entrevistas, pois as participantes se sentiram parte de um grupo e acolhidas em suas falas. A escolha pelas oficinas de crochê foi uma decisão pessoal, devido ao domínio que tenho dessa técnica artesanal.

Para a realização das oficinas, confeccionei uma bolsa contendo dois pontos fundamentais do crochê: a correntinha e o ponto baixo, o que facilitou a aprendizagem das mulheres iniciantes na produção artesanal e garantiu o tempo necessário para a realização das atividades. A Figura 19 ilustra a produção artesanal:

Figura 19 – Bolsa em crochê confeccionada para o projeto



Fonte: Arquivo pessoal da autora, Brasília (2023).

3.2 As oficinas de crochê

O compromisso deste estudo com os saberes tradicionais não foi descrevê-los em todas as suas técnicas e modos de fazer, mas identificar sistemas produtivos que combinam elementos culturais, históricos, socioeconômicos e ambientais, valorizando as mulheres. A exemplo de festas, danças, comidas típicas, artesanato, parteiras, conhecimento das fases da lua, conhecimento das plantas, bênçãos, rezas, como um conjunto de saberes, práticas e técnicas produtivas, agroecológicas e artesanais desenvolvidas pelas mulheres no território da Ponte Alta–DF.

Em seu artigo, Cunha (2017, p. 79) afirma que “a ciência moderna hegemônica usa conceitos, a ciência tradicional usa percepções”, abordando as semelhanças e contradições entre os saberes tradicionais e científicos, argumentando que não há sobreposição: tanto o conhecimento tradicional quanto o conhecimento científico buscam entender o mundo e estão abertos a novas descobertas. O saber tradicional não é uma prática fechada, simplesmente transmitida pelos antepassados. É um processo de investigação e modos de fazer com protocolos diferenciados dos do saber científico, havendo um entrelaçamento do conhecimento tradicional com o científico, e não há como determinar onde começa um e termina o outro.

Segundo Carvalho (2011):

Os saberes tradicionais compreendem um conjunto de informações e técnicas de modo de fazer, criar e saber que são transmitidas oralmente num grupo específico. Esses conhecimentos são legados de uma geração para outra, frequentemente associados à diversidade biológica, refletindo não apenas o labor dessas comunidades, mas também se integrando à sua cultura, práticas e tradições (Carvalho, 2011, p. 3).

Diante do desafio do empoderamento feminino pela busca de seus direitos, é necessário desenvolver um processo sociocultural de valorização do indivíduo, para interferir no meio, modificando-o em prol de sua autonomia e do fortalecimento da comunidade. De acordo com Lemes e Pereira (2020, p. 173), “o saber-fazer de um ofício pode reafirmar a identidade própria de um grupo de mulheres artesãs, possibilitando determinar suas referências a partir do bem imaterial, qual seja, o próprio fazer de uma produção manual, exclusiva, com caráter local, social, histórico e cultural”.

Um dos saberes tradicionais que se destaca nesta pesquisa é o crochê, que está no campo do artesanato, um ofício ancestral feito manualmente utilizando matéria-prima, que, segundo Silva (2015, p. 253), “são saberes que resultaram de aprendizagens, em grande medida familiares [...] mantidos durante séculos e que perduram até hoje. Por isso, tratamos

essa atividade com tamanho respeito, porque compreendemos que falar de artesanato é, de certa forma, falar das mulheres”. Abrir para as mulheres a possibilidade de fala, por meio da produção artesanal, como o crochê, possibilita o desenvolvimento das habilidades criativas e, principalmente, a criação de momentos de cooperação e partilha entre elas.

A organização coletiva de mulheres, por meio da identificação com ideias, desejos, necessidades políticas, econômicas, sociais ou por qualquer outra forma de interação, constitui uma maneira de se ajudarem em suas dificuldades individuais, mas, sobretudo, de colaborarem para o desenvolvimento de suas comunidades. Para Scardoelli e Waidman (2011):

[...] para as mulheres, o grupo de artesanato representa uma saída da rotina, uma busca por momentos de prazer e uma ruptura com a tensão dos problemas cotidianos e se coloca em contraposição ao contexto em que elas vivenciam, muitas vezes, desgastante, extenuante e estressante; é uma forma de usufruir de momentos de expressão de criatividade, de gozo, de ocupação de espaço e tempos, de distrair, de rir, são momentos de cuidado de si, na busca por uma melhor qualidade de vida (Scardoelli; Waidman, 2011, p. 295).

A proposta didática para a construção do inventário social, histórico e cultural das Escolas do Campo (SEEDF, 2019) enfatiza que, ao longo da história, as mulheres foram privadas do direito à escrita, o que as levou a buscar outras formas de expressão. A tecelagem surgiu como uma das maneiras de manifestar as injustiças enfrentadas. O processo de tecer não é apresentado como uma atividade isolada, mas sim como parte de um esforço coletivo, que começa com o plantio do algodão e se estende até o trabalho do artesão que o confecciona. Esse processo não apenas produz fios, mas também cria uma dinâmica inovadora que envolve o aprimoramento de habilidades manuais, a compreensão do mundo e o reconhecimento do valor da educação informal, transmitida oralmente de geração em geração.

Assim, uma grande potencialidade desenvolvida pelo ser humano ao longo de várias gerações está ligada à criatividade. Segundo Fachone (2012, p. 61), “a história do artesanato se confunde com a história do homem, pois a necessidade de produzir bens de uso rotineiro e ornamentos é expressão da capacidade criativa e do trabalho”.

No universo ilimitado da criatividade e do artesanato, o crochê (termo que significa “gancho”) possui um destaque especial, agradando diversas faixas etárias e classes sociais. Trata-se de um conhecimento tradicional transmitido de geração em geração, marcado pelas sutilezas e delicadezas de suas tramas.

De acordo com Saraiva (2015), a técnica do crochê, cujas raízes podem ser traçadas desde a pré-história, possui uma origem incerta. Há referências que apontam o Oriente Médio

como o possível berço dessa arte, sugerindo que ela pode ter sido disseminada até a Espanha por meio das rotas comerciais mediterrâneas. Além disso, evidências do crochê foram encontradas em diversas partes do mundo, incluindo América do Sul, América do Norte, Turquia, China e África, o que indica sua ampla difusão geográfica. No contexto brasileiro, o crochê se popularizou durante o período colonial, quando as mulheres dos proprietários de engenhos transmitiram seus conhecimentos dessa técnica para as escravas.

O crochê, além de gerar renda, é um importante aliado da saúde mental, funcionando como uma forma de expressão criativa e de percepção da capacidade individual de transformar uma matéria-prima em algo significativo. Também atua como um meio eficaz para reunir pessoas em coletivos de produção artesanal e promover momentos de partilha de vidas e conhecimentos. Sem contar a satisfação de ver sua personalidade impressa em uma peça única, capaz de contar histórias e transmitir emoções.

Na presente pesquisa, o crochê não foi utilizado como uma ferramenta para a geração de renda, mas como um meio para que as mulheres fossem ouvidas, permitindo que contassem suas histórias de vida e relatassem suas relações com o território da Ponte Alta Sul. Dessa forma, elas poderiam se identificar e, se assim desejassem, produzir artesanato por meio de suas habilidades manuais, que expressam cultura, arte e política, e, a partir disso, buscar a autonomia financeira.

A primeira etapa foi a divulgação da pesquisa na comunidade da Ponte Alta Sul, realizada durante a reunião de pais do CEF Tamanduá, em agosto de 2023. Na ocasião, foram apresentados os objetivos, a proposta metodológica, as entrevistas e o cronograma das oficinas de crochê. Durante essa reunião, também foi explicado que a amostra seria composta por mulheres residentes e trabalhadoras da região.

Figura 20 – Fotografia da reunião de pais e/ou responsável CEF Tamanduá do Gama



Fonte: Arquivo pessoal da autora, Brasília, agosto de 2023.

Após esse encontro, a divulgação prosseguiu por meio de bilhetes impressos, postagens no Instagram e em grupos de WhatsApp utilizados pela comunidade, além de convites individuais dirigidos a algumas mulheres devido à sua representatividade e liderança na região. A Figura 21 ilustra uma postagem criada para a divulgação da pesquisa:

Figura 21 – ilustração de convite para as oficinas de crochê do projeto

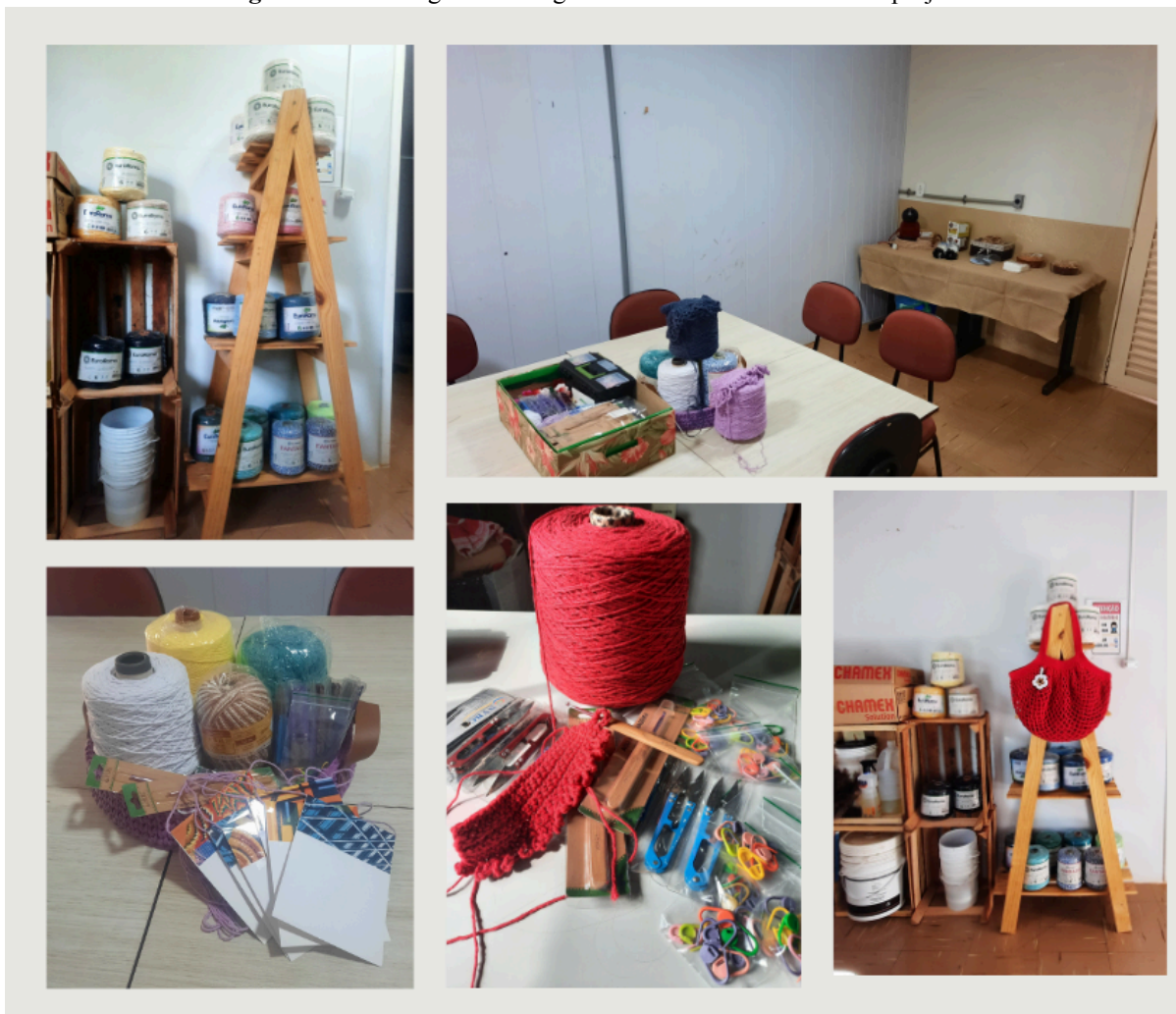


Fonte: Arquivo pessoal da autora, Brasília, 2023.

A segunda etapa iniciou-se com as oficinas de crochê, realizadas durante 10 sábados nas dependências do CEFTAM, de agosto a novembro, no período matutino, com duração de três horas. As oficinas apresentavam três abordagens distintas: acolhimento, escuta e produção artesanal. O acolhimento incluía um café da manhã, proporcionando às mulheres um momento para conversas informais. A escuta das falas coletivas tinha como objetivo

abordar temas específicos de cada oficina, tais como saberes tradicionais, economia, trabalho, situação social, política e histórica. O terceiro momento era dedicado exclusivamente à aprendizagem e à produção do crochê. Os materiais utilizados nas oficinas, como linhas, agulhas e tesouras, foram fornecidos gratuitamente às mulheres⁴.

Figura 22 – Montagem de fotografia das oficinas de crochê do projeto



Fonte: Arquivo pessoal da autora, Brasília, 2023.

Concomitantemente à pesquisa, durante as etapas das oficinas de crochê, ocorreu, nas dependências do CEFTAM, o curso Mães do Campo⁵, que oferecia transporte gratuito às participantes, levando-as de suas residências até o local das atividades. Em conversa com os palestrantes do curso e com o presidente do Instituto, foi relatado que, apesar da oferta de transporte gratuito, houve baixa adesão ao curso. Assim, não foi possível prosseguir com as

⁴ A pesquisa recebeu financiamento do Decanato de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (DPG/UnB) através do Edital DPG Nº 0010/2023 - Apoio à execução de projetos de pesquisa científicas, tecnológicas e de inovação de discentes de pós-graduação.

⁵ Projeto idealizado pelo Instituto Brasil Adentro, cuja meta é capacitar e treinar mulheres do campo na região do Distrito Federal e entorno, por meio de cursos de qualificação em polos agrícolas estratégicos.

atividades, uma vez que o custo para transportar apenas 8 a 10 cursistas era elevado, quando o esperado era, no mínimo, 30 participantes.

Uma das cursistas do projeto Mães do Campo relatou que percorreu diversas chácaras de sua vizinhança para divulgar o curso entre as mulheres, mas ouviu delas que não tinham interesse em participar. Algumas mencionaram estar satisfeitas com o auxílio do governo para garantir sua sobrevivência.

Durante o período de envio dos convites para as oficinas, as mães responsáveis por estudantes do CEFTAM sugeriram indicações de mulheres que poderiam ser entrevistadas. Os principais critérios foram: ser moradora da comunidade da Ponte Alta-DF e escolher pelo menos uma mulher de cada território descrito. Foram feitos dez convites para entrevistas; duas mulheres recusaram o convite e quatro não responderam ao pedido. As quatro participantes que aceitaram ser entrevistadas residem nos seguintes territórios: uma no Residencial Nova Jerusalém, uma na Vargem da Benção, uma no Condomínio Asa Branca e outra nas proximidades do território Sindjus.

A etapa das oficinas foi o momento mais desafiador da coleta de dados, pois, mesmo com todo o empenho na divulgação, o engajamento das mulheres foi muito baixo. Algumas entravam em contato manifestando interesse em participar das oficinas, mas não compareciam no dia combinado. Outras demonstraram interesse em participar das atividades, porém não se dispuseram a contar suas histórias de vida. Mesmo ao serem convidadas a participar apenas das oficinas, sem a necessidade de relatar suas histórias, elas ainda assim não compareceram.

Quando questionadas sobre o motivo de não terem comparecido às oficinas, responderam que não possuíam veículo próprio para se deslocar e que o transporte público não atendia às suas necessidades, uma vez que há escassez de horários e a rota do ônibus passa apenas na Rodovia DF 180, não transitando pelas vicinais de acesso às suas moradias. Elas precisam caminhar bastante até chegar à parada de ônibus. A oferta de recursos para custear o transporte até a escola foi divulgada, mas as mulheres não entraram em contato para solicitar essa possibilidade.

As quatro mulheres que participaram da pesquisa se comprometeram a relatar suas histórias de vida e a serem entrevistadas, mas não participaram especificamente das oficinas de crochê realizadas na escola, alegando falta de habilidade ou disponibilidade de tempo. Como alternativa, realizamos as entrevistas em suas residências ou no local de trabalho, com cada uma das mulheres individualmente, em dias diferentes. Com mais tempo disponível e

sem a presença de outras pessoas, as mulheres demonstraram maior tranquilidade para relatar suas histórias e até iniciaram pequenos trabalhos de crochê.

3.3 As entrevistas

O objetivo deste estudo foi identificar como mulheres da Ponte Alta Sul criam suas identidades, valores, saberes e práticas no âmbito da cultura do campo, relatando suas histórias de vida, descrevendo as principais mudanças na formação históricas na Ponte Alta Sul sob a perspectiva de mulheres do campo. Para atingir este objetivo, utilizou-se a entrevista semiestruturada, sendo frequentemente adotada em estudos científicos por permitir a comparação entre os relatos dos participantes e a expressão livre de novos significados inesperados. Embora guiadas por um roteiro básico, essas entrevistas foram flexíveis, seguindo o curso natural da conversa para explorar profundamente as perspectivas das entrevistadas (Leitão, 2021).

As entrevistas foram realizadas nas residências dessas mulheres, no dia e horário de sua preferência, com exceção de uma, que preferiu ser entrevistada em seu local de trabalho, o CEFTAM. As entrevistas tiveram duração de aproximadamente uma hora e meia. As mulheres receberam linhas (barbante) e agulhas de crochê para mergulharem no mundo artesanal, enquanto contavam suas histórias de vida e compartilhavam como estão interagindo com o território em que vivem.

As mulheres do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)⁶ para o tratamento de dados pessoais, autorizando o uso de suas imagens e nomes. Em virtude de seus relatos conterem dados sensíveis, foi optado por utilizar nomes fictícios para identificá-las. A escolha dos nomes teve como único critério a utilização de nomes de flores para representar cada mulher estudada.

- 1ª Entrevistada: Açucena foi entrevistada em sua residência no Condomínio Asa Branca. Por saber crocheter, iniciou a confecção de uma bolsa durante a entrevista.
- 2ª Entrevistada: Amarilis foi entrevistada na chácara onde trabalha, no território Vargem da Benção. Ao aprender os primeiros pontos de crochê, iniciou a confecção de um tapete com pontos simples e também começou a bolsa sugerida na oficina de crochê. No dia da entrevista, houve um

⁶ Os TCLE estão sob minha guarda, devidamente assinados, autorizando o uso de nome, CPF, imagem, áudio, vídeo e produção artística. A opção por utilizar nomes fictícios foi exclusiva da pesquisadora para resguardar os dados sensíveis apresentados nos relatos das entrevistadas.

desencontro de horário, o que quase impossibilitou a comunicação, pois na propriedade o sinal de telefonia e internet móvel não funciona. A comunicação só foi possível porque o filho de Amarílis disponibilizou a senha do Wi-Fi da casa para que conseguíssemos nos falar.

- 3ª Entrevistada: Dona Flora foi entrevistada em sua residência no Residencial Nova Jerusalém. Ela afirmou admirar o crochê, mas não sabia como fazê-lo. Na tarde da entrevista, choveu intensamente na Ponte Alta e Dona Flora demonstrou apreensão, temendo o alagamento de sua casa, uma situação que havia ocorrido dias antes. Ela mencionou ter comprado materiais para construir uma barreira contra a água, mas a obra ainda não estava concluída. Ao fim da entrevista, a chuva diminuiu e o alagamento não se confirmou.
- 4ª Entrevistada: Dona Perpétua foi entrevistada em seu local de trabalho no CEFTAM. Ela disse que não sabia fazer crochê, mas tinha interesse em aprender e achava a técnica muito bonita.

As entrevistas seguiram o roteiro (ver Apêndice), com questões sobre aspectos históricos, sociais, econômicos, de trabalho, políticas, culturais, saberes tradicionais, ambientais e de igualdade de gênero. As mulheres se sentiram à vontade para compartilhar suas histórias de vida, registradas apenas em áudio.

3.4 Tratamento dos dados

Após a conclusão das entrevistas em dezembro de 2023, iniciou-se o tratamento dos dados pelo Método de Análise de Conteúdo de Bardin (1977, p. 42), que consiste em “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”, conforme as quatro etapas descritas pela autora: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Devido à dificuldade de adesão das mulheres às oficinas de crochê, cuja finalidade era incentivar o engajamento feminino no estudo, a amostra da pesquisa foi composta por quatro entrevistadas, moradoras de quatro territórios distintos da comunidade: SINDJUS, Residencial Nova Jerusalém, Vargem da Benção e Condomínio Asa Branca. Em razão da

baixa adesão às oficinas de crochê e das negativas para entrevistas, não foi possível coletar dados de mulheres moradoras ou trabalhadoras dos territórios socioculturais Cerâmica Santa Maria e Chácara Camargo, descritos na caracterização do território de estudo. Os quatro áudios coletados foram utilizados para a análise dos dados. O quadro apresenta uma síntese do perfil das entrevistadas:

Quadro 8 – Perfil das entrevistadas da pesquisa

Perfil das Entrevistadas Amostra: 04 entrevistadas	
Local de Nascimento	São Miguel do Tapuio-PI (zona rural); Itapetinga-BA (Zona Urbana); Irecê-BA (Zona Rural); Castanhal-PA (Zona Rural)
Faixa etária	43 a 67 anos
Estado civil	02 — Viúvas; 02 — casadas
Escolaridade	02 entrevistadas: 5º Ano do Ensino Fundamental; 01 entrevistada: 9º Ano do Ensino Fundamental; 01 entrevistada: Especialização
Profissão/Trabalho	auxiliar de limpeza; pensionista; caseira; professora
Território de Moradia	SINDJUS; Residencial Nova Jerusalém; Vargem da Benção; Condomínio Asa Branca
Tipo de Moradia	chácara própria; ocupação cedida pelo patrão; casa alugada
Tempo de Moradia no DF	54 anos; 44 anos; 12 anos; 02 anos
Tempo de Moradia na Ponte Alta	54 anos; 06 anos; 12 anos; 02 anos
Onde Morava antes da Ponte Alta	São Miguel do Tapuio-PI; Samambaia – DF; Irecê-BA; Goiânia-GO

Fonte: Dados sistematizados pela autora. Brasília (2024).

3.4.1 Pré-análise

A metodologia proposta por Bardin (1977) apresenta uma etapa inicial no processo de análise de conteúdo, denominada pré-análise. Essa etapa é crucial para a pesquisa, pois elabora as primeiras impressões e organiza as ideias iniciais. O objetivo é estabelecer um plano de análise detalhado que guiará todas as ações subsequentes, assegurando que o processo seja tanto operacional quanto sistemático.

A primeira etapa do tratamento dos dados incluiu a audição dos áudios produzidos, com duração entre uma hora e dez minutos e uma hora e trinta minutos para cada entrevista. Esse momento de rever as histórias de vida das mulheres, com a calma necessária e sem a preocupação da interação entre entrevistadora e entrevistadas, trouxe a sensação de um trabalho realizado, demonstrando que aquelas informações eram ricas em conteúdos pessoais e coletivos, contextualizados na Ponte Alta Sul, e que proporcionariam subsídios para atingir os objetivos da pesquisa.

A meta estabelecida durante a pré-análise foi a transcrição dos áudios, indicando os meios eletrônicos que seriam utilizados para essa tarefa e o tempo necessário para essa etapa crucial, estimado em aproximadamente um mês, considerando que se trata de uma pesquisa baseada em história oral. Outras ideias surgiram a respeito da análise de conteúdo: organizar os dados conforme os temas apresentados no roteiro da entrevista – históricos, sociais, econômicos, trabalho, políticas, culturais, saberes tradicionais, ambientais e igualdade de gênero. Além disso, foi levantada a possibilidade de organizar os dados de acordo com os territórios culturais da Ponte Alta Sul: SINDJUS, Condomínio Asa Branca, Residencial Nova Jerusalém ou Vargem da Benção. Outra opção seria organizar os dados em ordem cronológica, seguindo a história da Ponte Alta e do Distrito Federal. A prioridade, entretanto, seria organizar os dados de forma cronológica, com foco nas histórias de vida das mulheres do campo. Também foi considerada a apresentação dos dados em duas contextualizações: i) as histórias de vida das mulheres do campo de forma pessoal (preferências, constituição familiar, religião, naturalidade, onde moravam antes de se instalarem na Ponte Alta, etc.) e ii) a contextualização das histórias de vida no território da Ponte Alta, levando em conta o desenvolvimento rural, questões ambientais, saberes tradicionais vivenciados na região, a proximidade com a área urbana do Gama e as organizações sociais presentes em seus territórios.

3.4.2 Exploração do material

Bardin (1977) descreve a exploração do material como um processo que, após a finalização adequada das etapas de pré-análise, se torna uma administração sistemática das decisões previamente estabelecidas. Independentemente de serem manuais ou computadorizadas, as ações executadas nesta fase são mecânicas e, embora longas e cansativas, consistem principalmente em codificação, redução ou enumeração, conforme os critérios previamente definidos.

A fase de exploração do material iniciou-se com a transcrição dos áudios utilizando o recurso Transcrever⁷ (Word/Office), que auxiliou na conversão das falas das entrevistadas em texto escrito. No entanto, a transcrição realizada pelo Transcrever foi limitada, apresentando diversas distorções entre a fala e a escrita, o que exigiu uma atividade quase artesanal de escuta e reescrita das falas das entrevistadas.

⁷ O recurso transcrever converte a fala em uma transcrição de texto com cada orador separado individualmente. Transcrever (Word/Office)

Foram necessários mais de dois meses para revisar e ajustar as transcrições das entrevistas, uma vez que, de acordo com Portelli (1997), a transcrição transforma objetos auditivos em visuais. Segundo o autor, para tornar a transcrição legível, é comum incluir sinais de pontuação e, em alguns casos, realizar adições arbitrárias, o que pode afetar o sentido e a intensidade da história oral, resultando em mudanças e interpretações por parte do transcritor. Esse processo não deveria ocorrer no método de história oral, pois a oralidade deve cumprir a função de expressar as emoções e os sentimentos da pessoa entrevistada. Diante da crítica do autor, durante as transcrições, foi tomado o cuidado e a sensibilidade de evitar alterações nas falas das entrevistadas, mantendo o conteúdo com mínimas alterações nas flexões gramaticais de gênero, número e tempo verbal, características da fala.

As transcrições foram usadas para a elaboração do texto discursivo sobre as histórias de vida das mulheres do campo da Ponte Alta, utilizado para a apresentação dos dados da pesquisa, bem como para a criação de categorizações complementares à pesquisa.

Após a organização das entrevistas em textos discursivos, os dados foram reagrupados para permitir a construção de uma linha histórica das trajetórias de vida das mulheres, contextualizadas ao desenvolvimento rural da Ponte Alta entre 1959 e 2023, enfatizando aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, conhecimentos tradicionais, questões ambientais e a intersecção de gênero e trabalho.

Ainda na fase de exploração do material, foram realizadas duas análises com o sistema IRAMUTEQ: análise de similitude e nuvem de palavras. Esse sistema é um programa informático gratuito, que se baseia no *software* R⁸ e permite diferentes tipos de análises estatísticas sobre *corpus* textuais, conforme Camargo (2013). O autor explica que a análise de similitude permite a identificação de ocorrências e conexões entre palavras e que a técnica contribui para o entendimento da estrutura de um *corpus* textual, facilitando a distinção entre elementos comuns e específicos, conforme as variáveis descritivas reveladas durante a análise. A nuvem de palavras é uma ferramenta que organiza e exibe termos conforme a frequência de sua ocorrência de forma visualmente atraente. Apesar de ser um método de análise lexical relativamente simples, oferece o benefício de identificar as palavras-chave de um texto de forma rápida e intuitiva.

Para realizar a análise de similitude com o *software* IRAMUTEQ, foi elaborado um *corpus* textual, agrupando os quatro textos discursivos das entrevistas. Focado nas questões

⁸ R é um ambiente de software livre para computação estatística e gráficos. Ele compila e é executado em uma ampla variedade de plataformas UNIX, Windows e MacOS. [Projeto R](#).

pessoais das mulheres do campo, o mapa resultante ilustrou várias palavras conectadas, finalizando com a palavra “comunidade” na centralidade do mapa produzido.

A segunda análise com o *software* resultou em cinco nuvens de palavras, elaboradas a partir de cinco corpus textuais distintos, produzidos com os dados das quatro entrevistas reorganizados em categorias analíticas de: gênero, território, campo periurbano e pluriatividade, saberes tradicionais, organizações coletivas e movimentos sociais.

3.4.3 Apresentação dos dados

A apresentação dos dados da pesquisa foi uma ferramenta valiosa para compreender as diversas camadas de experiências e histórias de vida. No contexto das mulheres do campo da Ponte Alta-DF, ela possibilitou uma visão aprofundada de como as identidades e práticas culturais são moldadas ao longo do tempo. Por meio das narrativas pessoais dessas mulheres, é possível perceber a interrelação entre suas experiências individuais e os eventos históricos que marcaram a região de 1959 a 2023.

Para apresentar os dados do estudo, optou-se por descrever na íntegra as entrevistas de cada mulher do campo da Ponte Alta Sul do Gama, com toda a beleza e riqueza de fatos que suas histórias de vida proporcionaram à pesquisa. A seguir, são apresentadas as quatro entrevistas com dados compilados sobre o perfil das entrevistadas.

3.4.3.1 Para nós do mato, a cidade que é um risco

Quadro 9 – Perfil sociocultural da entrevistada Dona Perpétua

Perfil de Dona Perpétua

Nome: Dona Perpétua

Onde nasceu: São Miguel do Tapuio–PI (Zona Rural)

Data de nascimento: 27/07/56 (67 anos)

Estado civil: viúva

Quantos filhos tem: 4 filhos

Onde nasceram: todos no Distrito Federal

Grau de instrução: 5º Ano do Ens. Fund.

Trabalho: Auxiliar de Limpeza (Escola do Campo)

Onde mora: SINDJUS

Tipo de moradia: própria

Tempo de moradia na Ponte Alta: 54 anos

Onde morava antes: São Miguel do Tapuio–PI

Data da entrevista: novembro/2023

Fonte: Dados compilados pela autora, Brasília, 2024

Sou Perpétua e nasci em São Miguel do Tapuio, no estado do Piauí através de parteira numa comunidade do campo. Tenho 67 anos de idade e minha data de nascimento é 27 de julho de 1956. Meu estado civil é casado. Agora eu estou viúva. Casada pra sempre, graças a Deus. Tenho três filhos de sangue e mais uma que eu criei, uma adotiva. A que eu criei também é no meu nome. Todo filho é a mesma coisa. Meus filhos nasceram todos aqui no Distrito Federal.

Mudança para Brasília

Cheguei no Distrito Federal com 11 anos de idade e estudei bem pouquinho, já aqui em Brasília, só até a quarta série. Porque aqui, quando nós chegamos tinha que estar pra um canto e pra outro. Nunca deu certo pra estudar mesmo, pra valer. Primeiro, nós estudamos na Escola do Córrego Barreiro um pouquinho. Depois viemos estudar na Escola do Tamanduá, mas foi pouco também. Daqui fomos embora pro Gama uns tempos e lá ninguém foi procurar estudar. Depois voltamos para a chácara na Ponte Alta e já estava todo mundo grande e ninguém quis mais estudar.

O que motivou a nossa mudança para Brasília foi dois irmãos meus que vieram primeiro pra trabalhar. Vieram mais um médico que era conhecido do meu pai. Com o tempo, meu irmão, que veio primeiro, foi lá e trouxe o outro. Depois ficaram tentando a gente pra vir. Minha mãe não queria vir, mas veio com um monte de gente pra morar em chácara dos outros. Quando cheguei aqui, meus irmãos já eram empregados justamente aqui na Ponte Alta, na Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Da minha infância no Piauí eu lembro que a gente era tudo pequeno e jovem, tudo era muito bom. Quando a gente veio embora pra cá, ninguém queria vir. Aqui era ruim. Eu não vou falar que era bom, porque não era bom. A gente morava na roça lá, mas era tudo muito bom, tudo muito livre, a gente nasceu lá. Quando nós chegamos aqui, não foi muito fácil. Foi sofrido, sofrido, muito sofrido. Olha que nós sofremos aqui em Brasília. Muita gente, nós éramos treze irmãos, e só tinha meu irmão mais velho casado. Todos vieram pra cá solteiros.

Meu pai começou trabalhando na chácara com os meus irmãos mais novos. Ficamos um tempão nessa chácara. Meu pai nunca gostou de morar em cidade. Sempre na roça. Teve umas irmãs minhas que foram pra cidade, outras ficaram, eu mesmo nunca morei na cidade. Fiquei sempre mais meus pais. É tanto que meus pais terminaram os dias de vida deles

morando comigo. Eu e meu esposo compramos uma casinha na Samambaia e vendemos. Tivemos uma casinha no Céu Azul, também vendemos. Pra ver como nós gostávamos da cidade... não tinha jeito, ninguém gostava da cidade e ficamos por aqui. Estou na comunidade da Ponte Alta desde 1969 e nunca quis sair daqui.

Morei muitos anos, antes de casar, com o meu pai numa fazenda aqui na Ponte Alta. Quando nós chegamos do Piauí, nós viemos direto pra Ponte Alta. Depois ficamos pra lá e pra cá. Mas ficamos na Ponte Alta, numa chácara que meu pai tomava conta. Depois, eu casei e fui morar em outra chácara. A gente foi trabalhar de caseiro. O que tinha aqui na época era ser caseiro, não tinha outra coisa. Era isso e pronto!

Vida na roça

Meu esposo era muito conhecido nesta área. Sou proprietária da minha terra. Minha chácara tem 20 mil metros quadrados e foi comprada mesmo, temos toda documentação. A minha não é dividida, mas a dos meus irmãos é dividida. Eles compraram uma área grande e cada um tem 5 mil metros.

Essa área era de um homem que se chamava Codomilé era uma fazenda bem grandona chamada Bom Sucesso, mas depois ele foi dividindo e vendendo por pedaços. Dividiu tudo e vendeu áreas de 20 mil metros. A venda era feita de um proprietário para o outro. Não teve essa questão de acampados, assentados. Esse negócio de acampar não sou muito a favor, sou contra. Lá pertinho da chácara tinha uma fazenda com dono mesmo e um povo chegou lá. Era terra produtiva, mas por agora conseguiram tirar o povo que entrou lá.

Quando nós mudamos pra nossa chácara mesmo, meu esposo plantava mandioca, vendia e todo tempo ele vendia mandioca. Falo até pros meus meninos que a mandioca é uma coisa fácil de lidar. Você plantou, limpou, não tem muito trato e não dá muito trabalho. O meu esposo vendia, até quando ele faleceu deixou muita mandioca e nós vendemos todinha. Agora eu não sei o que faremos, tem meus meninos, mas esses meninos novos não querem mexer com esse negócio. Todo mundo trabalha fora. Quem gosta de plantar é meu genro. Meu genro já tá lá com as mandioquinhas plantadas, com milho, mesmo trabalhando fora. Ele é muito acostumado a mexer com isso. Esse meu genro mesmo, se não plantar um milho pra fazer uma pamonha, ele não fez nada no ano.

Quando chegamos na Ponte Alta, na área onde meu pai morava, plantava muito, mas não tinha essa história de horta. Tinha muita produção de cana, de banana, plantava muito feijão, milho, essas coisas. Era o tempo que aqui chovia bem e eles diziam que tinha a safra do inverno da chuva, e tinha a do verão. Plantava duas vezes. Agora não dá pra plantar assim,

porque agora a chuva tá pouca. Na minha época quando chegamos não tinha criação de gado só se tinha tido mais pra trás.

Nessa época não lembro de ter organizações do trabalho ou cooperativas por aqui. Só tinha a chácara mesmo que o povo produzia. Nem horta igual a gente vê hoje, aqui e acolá uma hortinha nesse tempo não tinha. A horta veio depois. Aqui era pouca gente, não tinha muito movimento igual tem agora, com chácara para todo canto. A gente nunca foi muito de muita venda, desse negócio de andar vendendo. Tirava muito feijão, milho para consumo e tudo ia para os patrões levar. Porque nessa época era de meia para o patrão e para a gente. Às vezes a gente também era muito pequeno, não ligava, podia ser que o dono levasse e ele mesmo vendesse pra lá. Porque a gente só fazia plantar e colher.

Trabalho de caseira

Quando eu me casei, meu esposo arrumava chácara demais pro povo trabalhar. Lá em casa era o ponto do povo ir atrás de emprego. Rapidinho ele arrumava e hoje tá difícil pra conseguir. Diminuiu pra caramba esse negócio de caseiro. Até que as chácaras não estão diminuindo, tem muitas, mas o pessoal não quer botar mais o caseiro, não sei por quê. Agora é difícil até de você arrumar uma chácara, de primeiro você saía de uma chácara e já pulava pra outra de um dia para outro, agora não tem mais não. Os donos mesmo moram lá, eles mesmo botam o povo pra trabalhar por dia.

O trabalho de caseiro sofre mais do que tudo. Eu já trabalhei de caseira demais. Meu marido trabalhava nas roças, e a gente tinha que limpar a casa do patrão, tinha que varrer os terreiros do patrão. Ele não dava conta sozinho, tinha que ajudar. Tudo pelo ganho do meu marido. Não era só o trabalho do caseiro, era toda a família que trabalhava sem a devida valorização e remuneração do trabalho da mulher.

Agora que já melhorou um pouco. O pessoal está mais esclarecido e ninguém quer entrar em chácara sem ganhar. Se vai trabalhar marido e mulher cada um ganha o seu salário. Agora já ganha, mas de primeira eu trabalhei muito de caseiro e nunca ganhei nada. Era assim, como o teu marido tá ganhando, você tem que ajudar. Hoje muitos moradores trabalham na escola, igual eu. Trabalho no campo, mas não é com atividade rural.

Nunca tive nenhuma ajuda do governo pra plantar uma flor, uma semente, um nada. Nunca tive esses negócios. A gente tem que se virar mesmo para poder plantar. Meu esposo já tinha conhecimento. Às vezes a gente até procurava a EMATER-DF, por causa da associação e às vezes eles davam uma força. Agora mesmo nós precisamos da EMATER, porque ele era cadastrado e depois que ele faleceu precisou eu ir pra me cadastrar como produtora. Um rapaz

foi lá, tirou foto viu que crio galinha e crio só um porquinho. Viram que tem banana. Ele admirou que é bem cuidado. Foi bem na hora que eu tinha mandado fazer a limpeza. Mande colocar o calcário. O meu esposo, que criava muito, eu não tenho como, não dou conta de cuidar. Eu nunca tive esse negócio assim para vender. É só mais pra casa, só pelo simples fato de criar, de não ficar sem.

Quanto a incentivo do governo, acho que onde teve ajuda da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA) é na Cerâmica Santa Maria que a perfuração do poço coletivo parece que foi eles quem construíam.

Uma organização coletiva que conheço é a Associação de Moradores e Produtores da Ponte Alta (AMPPA) lá pertinho da chácara. Meu irmão, quem é o presidente da associação. As mulheres da comunidade não participam desse movimento, é uma luta aqui na Ponte Alta para elas participarem das coisas, não é muito fácil. As mulheres aqui geralmente não são as proprietárias das terras, eu creio que seja no nome dos homens. Nunca vi ninguém assim, que seja mulheres produtoras. Uma mulher que seja a cabeça da chácara, só sei da... esqueci o nome dela agora, que se separou e está só. Eu creio que ela esteja cuidando das terras e da produção.

Ainda hoje a comunidade não se junta de jeito nenhum em busca de melhorias. Na associação fazem as reuniões e é um gato pingado de gente. O pessoal daqui é aquela história, quase ninguém tem tempo.

Trabalho e renda atual

O meu pai sempre viveu dessa função de caseiro e só saiu dessa função, quando a gente viu que tinha que tirar o papai dessa luta. Ele ficava aqui, ficava ali, ficava acolá. Foi na época que a gente compramos a chácara e arrumamos um canto pra ele. Se aposentou e ficou quietinho. Eu ainda não sou aposentada e preciso trabalhar. Eu recebo a pensão do meu esposo, mas agora, se eu quiser, também já posso me aposentar. Trabalhei fichada mais de seis meses numa floricultura. Era pertinho de casa. Na Ponte Alta já produziu flores. Nessa chácara, eles mexiam com flor, com muda de banana pra vender pra fora. Era bom, mas eles acabaram.

Eu trabalho no Centro de Ensino Fundamental Tamanduá (CEFTAM) e vivo com o meu salário de auxiliar de limpeza da empresa Interativa e da pensão do meu esposo. A renda do meu trabalho é para o meu sustento. Os meus filhos sobrevivem com a renda do trabalho deles. Eu vivo tranquila, sobrar, não sobra, mas dá pra gente sobreviver. Eu estou

praticamente sozinha. Só tem agora meus netos que fica mais eu. Mas não são responsabilidade minha. Eu fico só mesmo pela companhia.

Memórias da vida na comunidade

Não tenho lembranças se aqui na Ponte Alta fizesse uso de tecnologias para melhorar a produção antigamente. Agora está tudo moderno. O Júlio tem tudo que é máquina de plantar. Pertinho da gente tem muita melhoria. Eu vejo o Zequinha, que tem uma horta, que não é muito longe lá de casa. Lá em cima, os meninos produz também. O Léo produz todo o tempo, ele tem milho plantado. Ele sempre planta verde aguado. O milho dele é irrigado. Porque a água diminuiu muito.

As mulheres da comunidade praticamente ninguém fica mais em casa. Todo mundo caça um jeitinho de sobreviver. Eu vejo minhas irmãs que todas trabalham. A minha irmã mais nova, que é a Socorro, trabalha no Postinho de Saúde é técnica de enfermagem. Tem a comadre Ester, que já trabalhou na saúde também, mas agora é aposentada. Tem minha irmã mais velha que trabalha na limpeza na Embrapa. Essas minhas irmãs nunca trabalhou como produtora, como caseira, sempre outro trabalho. A Socorro tem a chacinha dela, e todo mundo pega na enxadinha se precisar, sabe fazer. Eu limpo meus terreiros tudinho, não espero por ninguém.

Eu gosto tanto da Ponte Alta que nunca saí daqui pra lugar nenhum. Tive casa na Samambaia, no Céu Azul e nunca morei. Todos meus filhos nasceram no hospital do Gama. Só o meu menino mais novo, o Tony, que nasceu no Hospital Dom Bosco, que agora é o Santa Lúcia, e no parto dele fiz laqueadura, porque não queria mais menino.

Meus vizinhos são a minha família. Quando cheguei aqui, era o pessoal do Tonhão, o pessoal que a gente mais conviveu. E meus irmãos gostavam muito do pessoal da Dona Luzia, porque foi ela quem deu a mão pra eles quando chegaram aqui.

Nunca ouvi falar da história porque aqui é chamado Ponte Alta. Só sei que era Ponte Alta e que agora é a Ponte Alta Sul. Mas quando nós chegamos aqui era chamado Ponte Alta de Baixo e Ponte Alta de Cima. Ponte Alta de Baixo era aqui onde nós estamos, e Ponte Alta de Cima era pra lá. Não sei dizer por que era Ponte Alta.

Quando a gente chegou aqui, não tinha notícias de comunidades de índio ou escravo. Tudo era uma escuridão monstro, estrada de chão, se andava na piçarra e não tinha energia. Era sofrido, era fácil não. Naquela época não existia disputa ou conflito de terra, todo mundo tinha o seu, tudo quietinho. Era fazendona, porque todo mundo tinha fazendona, mas não tinha essa discussão. Hoje também não tem disputa com agronegócio, a gente só vê mais

essas coisas quando sai pra fora, quando passa pelas estradas para Cristalina–GO pra esses lugares, pra cá mesmo em Brasília não existe muito isso.

Religião e tradições culturais

Quando se fala de costumes e tradições, lembro dos valores que meu pai deu pra nós, de saber criar a gente muito bem-criado, falando como diz, pobre, mas cheio de sabedoria. De passar sabedoria pra gente, o que era certo, o que era errado, o respeito, o respeito aos mais velhos. Que hoje você não vê. Até na minha época, que eu estudei pouco, o respeito nas escolas era muito bom, com o professor, o aluno com o professor, com os pais. Hoje em dia, o professor não pode nem falar, nem repreender o aluno. O aluno chega em casa, fala com os pais, os pais querem vir bater neles. No nosso tempo, nós saíamos de casa com meus pais falando, aqui em casa o pai é eu, na escola os professores.

Eu sou católica por causa dos meus pais. Na minha família, graças a Deus, não teve mudanças nisso, digo os mais próximos. A gente foi criado em uma religião católica, que por cima, meus pais ensinavam a gente muito direitinho. Nossos pais não tinham nem leitura, mas tinha sabedoria para essas coisas. Não tinha essa bagunça muito de religião que hoje eu estou aqui, amanhã eu estou lá. Graças a Deus, nessa parte os pais foi passando pra gente, e a gente também já foi passando pros filhos.

Quando chegamos aqui, se você quisesse assistir alguma missa, se quisesse participar da Semana Santa, você tinha que ir pro Gama, que era o lugar mais próximo. Muitas vezes você tinha que ir de pé. Você tinha que ir, chegava lá e dormir pra voltar. Meu pai tinha um barraco de tábuas no Gama, a gente ia pra dormir, todo mundo junto, pra poder assistir à missa. E no outro dia a gente vinha embora a pé.

Para ajudar nessa situação, começamos fazer celebrações aqui na Ponte Alta. Primeiro foi no colégio do Barreiro, vinha muitos padres celebrar no domingo. Depois foi para a associação de moradores. Foi quando resolveu fazer uma capela.

Meu cunhado Carlos quem enfrentou pra fazer a capela, que foi construída com contribuições da comunidade. A igreja Nossa Senhora de Fátima do Gama dava o apoio, pois era a paróquia da região da Ponte Alta. Mas era a gente quem trabalhava. Esse meu cunhado não tinha vergonha de pedir as doações, trabalhava e botava a gente pra trabalhar. Foi levando e fez uma capela pequenininha, depois aumentou. Hoje a nossa maior festa é a de Nossa Senhora Aparecida, mas também celebra o Natal, a Semana Santa, o mês de maio e vai comemorando essas festinhas que têm dos santos.

Agora não precisa ir mais para o Gama, graças a Deus, é muito pertinho. A gente ia e corria atrás, quando era nas escolas, tentava trazer os padres para as escolas e, quando a comunidade foi aumentando, tentava não ficar sem as missas.

Conhecimentos tradicionais e uso da natureza

Para cuidar da saúde também era no Gama. Mesmo doente, tinha que ir a pé, ou arrumava um carro, e carro era difícil nessa época, mais que tudo. O que facilitou foi quando começaram a botar os ônibus, aí o trem melhorou. A vida deu uma melhorada. Nessa época, eram os remédios caseiros, as plantas, os benzimentos que faziam para ajudar a saúde. Não era brincadeira.

Na época que eu cheguei aqui, não me lembro de ter parteira, podia ter tempo atrás, porque tinha que ter. Aqui era mato, mato, mato. Nem tinha como o pessoal ir pra lugar nenhum. A gente não via falar muito em parteira, a gente via falar muito em benzedeira. No Piauí a minha avó sabia mexer com esse negócio de benzeção. A minha mãe falava que a minha avó benzia porque tinha essa história de plantar, dava o sol e a lagarta comia. Ela ia lá, benzia e matava a lagarta, mas a gente nem era nascido, eu acho.

Aqui também tinha muito benzedeira. Levava as crianças pra fazer os benzimentos. Juntava a fé e ia correndo. O que nos garante não é a igreja, é a nossa fé em Deus. Se nós temos fé, todo canto é bom pra gente. Não precisa a gente estar com essa troca. Uma hora eu estou no canto, outra hora eu estou em outro.

Minha mãe fazia os remédios caseiros e a gente também aprendeu com ela, mas hoje o povo não quer mais. Eu aprendi a caminho de Aparecida-SP com uma mulher a fazer um mel pra tosse. Quando está com tosse, faz esse melzinho, que rapidinho pára a tosse. Eu pego a casca do abacaxi, bem lavadinha, mais folhas de hortelã, umas florzinhas de mamão-macho se tiver, folhas de assa-peixe, se tiver põe um bocado de mel, cobre as folhas de água e acaba botando uma medida de açúcar em cima de tudo. Deixa apurar. É bom demais! A minha cunhada curou os meninos dela de asma com isso.

Hoje o Posto de Saúde está numa área cedida pelo meu irmão, na chácara dele. O posto não funcionava lá. A construção daquele posto de saúde foi igual à da igreja, a comunidade que ajudou a construir. Ele fazia, que ele é pedreiro, e o povo dava as coisas. O governo aqui não ajudou na construção do posto. Ele mesmo fez com a força do povo ajudando.

No Nordeste, a gente vê mais a produção de renda, de artesanato, aqui não tem. No Piauí, eu tinha uma tia que fazia renda. A gente via e achava muito engraçado, mas viemos

embora para Brasília. Mas aqui a gente não vê isso, eu mesmo nunca vi por aqui. Aqui foi se perdendo os saberes tradicionais de plantio, de primeira a gente via muita plantação de feijão, agora você não vê mais. Só vê do milho. Nós mesmo planta só o milho, não planta o feijão de jeito nenhum. Teve muita produção, quando era meu pai que tomava conta da fazenda. Plantava duas vezes, igual eu falei, mas agora ninguém vê muita plantação de feijão por aqui.

Meu genro mesmo, só planta com lua. Tem uma planta que é na crescente, tem uma que é na minguante, tem outra que é na grandona. Tudo dele é plantado nas fases da lua. Nós brinca com ele assim, Francisco, quando está bom para mudar uma planta? Ele sabe dizer a lua. Hoje a gente não faz uso da lua para cortar o cabelo que fazia antes. Ninguém mais vê essas coisas. Às vezes se você falar isso pra alguém, dizem que é besteira.

Teve uns tempos que aqui o povo andava de carro de boi e fazia cavalgadas, nas festanças da associação. Mas veio a pandemia e não voltou muito. Agora é que parece que estão querendo levantar a associação de novo. Tinha um senhor da Ponte Alta de Cima que trazia os bois tudo mansinho para o povo montar, tirar foto montados. Acho que ele até morreu. Está muito parado em tudo.

Na Ponte Alta algumas mulheres fazem atividades físicas no Ponto de Encontro Comunitário (PEC) de manhã e à tardezinha junta uma mulherada lá. Esporte não tem. Também fazem caminhada, eu mesmo gosto muito da caminhada. Uma caminhadinha à tarde eu gosto. As mulheres da minha família gosta de andar de bicicleta, mas agora estão meio paradas.

Aqui não tem um centro comunitário onde as pessoas se reúnam pra fazer um almoço ou coisa assim. Nós mulheres, a onde a gente mexe com umas coisinhas é na igreja na época das festas da santa. Volta e meia faz uma feijoada, uma galinhada para arrecadar um dinheirinho para fazer alguma coisa. Também não tem locais específicos onde as pessoas façam venda das suas produções. Uma vez eles fizeram na época das festas. O pessoal vinha e cada um trazia suas produções, um trazia verdura, outro trazia banana. Uns dois anos teve isso. Faz muito tempo, porque tem uns tempos que a associação não fez mais nada. Não foi muito para frente. E olha que meu irmão, como presidente, mesmo numa bicicleta corre atrás do povo.

Acesso à água

Que saudade do tempo que a gente tomava banho nos córregos. Agora não pode mais. Quando eu cheguei aqui em Brasília, não tinha sujeira na água em lugar nenhum. A gente bebia água do córrego, chegava lá, apanhava a água do córrego, limpinha, e trazia pra casa pra

beber. Não tinha água encanada. Tomava banho no córrego, podia chover ou fazer sol, tinha que tomar banho no córrego com frio e tudo. Aqui chovia muito, chovia direto. Chovia que ficava aquele lodo no chão. Eu tinha um irmão que chorava dia e noite pra voltar pro Piauí.

Lembro que todo canto que tu passava era água escorrendo. Eu lembro de uma baixada perto da Embrapa Hortaliças, que passava água direto, era uma mina de água dentro da chácara, que abriam uma vala e a água caía no córrego. Agora fizeram muita coisa por aí, como pesque-pague, mas a comunidade não é muito de frequentar. Quem é de frequentar mesmo é o povo de fora, fazem aqui pra vir o de fora.

A gente fugia de casa para ir tomar banho no córrego. Hoje esse córrego está quase seco. Era dentro de uma fazenda bem grandona. Que era do senhor Codomilé e meu pai veio pra essa fazenda. Esse homem tinha quase a Ponte Alta inteira. Ele deve ter vendido essas terras tudo até pro lado do Casa Grande, por essas bandas tudo. Depois ele passou pra um homem chamado Pedro Machado, que foi o que vendeu essas terras através da imobiliária, fracionando a fazenda em chácaras. Depois fui morar numa chácara na Ponte Alta, que o córrego passava dentro da chácara. Ficou mais fácil ainda ir pro córrego.

Tinha muita água, mas nunca teve esses alagamentos para gente ficar igual ao povo de outros estados, nunca teve. Chovia muito, mas não era assim para perder alguma coisa. Graças a Deus, a gente não tinha isso, nem tinha seca também. Não tinha seca igual tem agora que nós passemos por isso.

Hoje tem que ter um poço, porque as águas são tudo poluídas. Eu falo pra Gabriela, que é minha neta, que já está com 20 anos, que ela não sabe o que é um banho de córrego, sabe o que é nada. Eu digo pra ela, é diferente dos pais de vocês, que passava o dia todinho dentro de córrego.

Lá na chácara é poço, mas não é artesiano, é um poço normal. Lá perto tem uma mina d'água também, mas não faço uso. Quem tinha a outorga e cuidava dessa água era meu compadre Carlos. A água passava pela igrejinha e depois ia pra casa deles. Hoje a captação está com muitos problemas e as vezes ficam sem água e eles têm um poço igual ao da gente também.

Poluição com esgoto

A vegetação natural aqui era mata fechada. Não tinha essa história de muitas chácaras que tem agora, de casa em cima da outra. Era só mata. Tinha fazenda bem grandona e algumas casas de beira de estrada, que o povo dizia que era do governo. Eu lembro muito da

gente ir pra mata catar aquelas goiabinhas, que dava muito, caçar caju do cerrado, pequi e que hoje não tem mais porque acabou a mata. Ninguém plantava, era tudo da mata mesmo.

O lixo, na época que chegamos era queimado e jogado onde você quisesse. Não tinha problema. Até porque não era tanto lixo, não tinha esse negócio de embalagens. As sobras era pros bichinhos, criava galinha, um porco, jogava pros bichinhos pra aproveitar. Agora tem o lugar de pôr, mas não tem separação de lixo, é descartado tudo junto. Pega, traz e põe nos contêineres do projeto Papa Lixo. Tem um mais perto da Cerâmica Santa Maria e aquele outro da entrada do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Distrito Federal (SINDJUS).

De primeira, as pessoas pescava muito nos córregos de anzol. Agora não tem mais porque o córrego é tudo poluído, o povo não quer comer o peixinho do córrego. A poluição dos rios, acho que é mais esse negócio de esgoto que vem da cidade, não é tanto das chácaras da comunidade. Jogam tudo nos rios, a gente não tem rio mais pra nada. Hoje não tem mais água limpa. A cidade aumentou, muita população. Fizeram esgoto foi nas águas. No nosso tempo, não tinha. Era pouca gente aqui demais. Quem polui é a cidade e tá chegando aqui. Eu falo para Gabriela, minha neta, vocês não tiveram a liberdade de ter uma água para ficar, nessa quentura toda que teve. Não tem nem um lugar para vocês dizerem: vamos levar as crianças para o rio.

Agora, se você chegar na beira do córrego, tu já sente a catinga e aquela água espumosa. E tem dias que é pior, a água com aquela espuma branca e o lodo verde nas pedras. Não existia isso, a água era bem limpinha, bem limpinha. Aqui antes não tinha muita gente para poluir a água. Você vê que a Samambaia antes era uma fazenda, tinha muita água de mina e destruíram para construir a cidade.

Desigualdade e gênero

Eu acho assim, que essa questão de discriminação contra as mulheres melhorou muito. Para trás, a mulher não podia trabalhar fora, porque o homem tinha ciúme, e graças a Deus, agora não tem mais isso. Ela vai trabalhar porque os ganhos não são muitos, e ela tem que tentar se virar pra ajudar. A gente mesmo aqui de primeiro não tinha nada pra mulher fazer. Agora, graças a Deus, que o pessoal se vira, já tem a condução pra levar. O homem se vira para um lado, a mulher se vira para o outro.

Agora esse negócio de violência contra as mulheres eu acho que tem. Tem muito. Coitada das mulheres não pode nada. Infelizmente, ainda tem disso da mulher querer sair e o homem ter uma ciumada danada. Eu conheço uma mulher que tá trabalhando com a gente, que pra trabalhar foi uma luta. O marido não queria deixar por ciúmes, porque se acha dono.

O trabalho doméstico não é valorizado pelos homens. Muitas mulheres podem até ser valorizadas, mas tem umas que não é não. Eles vêm o trabalho de dentro de casa como obrigação. Na roça, você tem que se virar nos trinta, não é só na casa, tem o quintal também.

O trabalho de casa muitos homens não valorizam. Porque acham que a mulher tem obrigação de fazer, de cuidar dos filhos, de cuidar da casa, de sair e deixar a comidinha pronta pro homem. Ele vai só trabalhar, chegar e achar prontinho. Vou te falar uma coisa, eu acho que isso é em quase todo homem, não é só o do campo. O homem acha que casa pra ter mulher pra ser a doméstica da casa. Ela, mesmo que saia, tem que fazer as coisas em casa.

A mulher como mulher, como a gente tem responsabilidade, você já nem espera que o homem diga, isso aqui é problema seu, já vai lá e faz. Eu digo que fui criada numa criação assim: quando você ia sair de casa, já te sentava e já dizia, você vai e isso aqui é seu, isso aqui você não pode reclamar, isso aqui você não pode... então, você já saia da casa dos teus pais, com essa ideia de que você ia ser uma dona de casa, que você não saía para ser trabalhadora fora de casa para ter uma profissão. Não saía de jeito nenhum.

Eu mesmo, o que me fez trabalhar fora era um bar. Fazia aquela coiseira no bar, era limpar, era lavar copo, era não sei o que. Eu disse, peraí, vou trabalhar! Só que lá em casa não tinha essas coisas de você não vai, se eu dissesse, eu vou, eu ia. Eu não sofria, graças a Deus.

Eu vinha pra trabalhar aqui na escola, o meu esposo me pegava e me deixava aqui seis horas. Se precisasse dizer, pra ele: vem aqui me buscar, que não tem mais quem eu ir embora. Ele vinha buscar, ele gostava de dar apoio nessas coisas.

Depois que eu casei, eu disse, eu vou estudar. Mas era uma dificuldade, tinha que ir de pé de noite, se arriscando. Aí eu convidava, bora estudar? Ele dizia: eu não vou. Eu chego cansado, não vou estudar, não. Eu ia, mas era aquele sufoco, com medo do que podia acontecer com você nas estradas e tudo mais. Às vezes não tinha com quem eu ir. Quando faltava alguém pra ir, eu dizia a meu esposo assim: não tem com quem eu ir. Ele catava a bicicleta e ia me acompanhar. Eu digo para meus meninos que eu sinto muita falta dele, porque ele estava presente em todas as coisas comigo.

Aqui o posto de saúde ajuda muito nessas coisas de saúde sexual das mulheres, e nos ajudou pra caramba. Tipo, os médicos têm mais paciência, porque não tem aquele tumulto. Hoje você sabe que as mulheres não querem mais ter muito filho. Eu tiro na minha família, a mulher diz, não quero mais ter filhos e pronto. Fazem uso de um remédio, de laqueadura. Hoje é mais garantido do que antes. Tem ajuda também das pessoas que vão incentivando. O pessoal do posto mesmo, que vai incentivando e orientando. Por mim, eu só tinha tido dois

meninos, mas vem aquela história do pessoal mais velho: quem tem dois só tem um, quem tem um não tem nenhum. Então acabei tendo três e criei mais um. Graças a Deus, está todo mundo cuidando de sua vida.

Na Ponte Alta acho que não tem uma pessoa que não tem uma internet em casa. Pode não ser boa, mas tem acesso, apesar do sinal ser muito ruim. O povo usa tecnologia. Eu mesma dizia, não quero negócio de internet lá em casa. E os meninos diziam: mãe, bota, bota. Quando o meu esposo faleceu fiquei mais meus netos e eles tinham que estudar e tive que botar.

Eu não tenho muito contato com alguém que receba auxílios do governo. Eu mesma já recebi auxílio do governo quando meus meninos eram pequenos. Mas tem gente que corre atrás, que tem muito filho e os ganhos são pouco. Um salário-mínimo para quem tem dois, três filhos não é brincadeira, não. É por isso que hoje em dia as mulheres correm atrás do prejuízo, se viram para ajudar, para dar uma roupa pro filho, porque o trem é feio. Todo mundo aqui praticamente trabalha de caseiro.

O sofrimento na Ponte Alta era grande, mas também era bom. A gente era mais tranquilo, não tinha medo de nada, não tinha medo de andar nem de dia, nem de noite. Hoje em dia, você tá dentro de casa, tá com medo. De noite, eu saía sozinha da minha casa pra casa da minha menina, do meu menino que fica na outra rua e ninguém tinha medo de nada. Agora tá mais arriscado, você já tem mais medo, porque tem o povo, que só fica esperando as mulheres passarem na pista para poder tomar o telefonezinho ou para poder tomar alguma coisa que você tiver. Eu mesmo digo para os meus meninos, se eu morasse na cidade, não tinha coragem de sair 5 horas da manhã pra pegar um ônibus, igual o povo da cidade faz pra trabalhar. Para nós do mato, a cidade que é um risco.

3.4.3.2 As mulheres são todas para luta

Quadro 10 – Perfil sociocultural da entrevistada Dona Flora

Perfil do Dona Flora

Nome: Dona Flora

Onde nasceu: Itapetinga–BA (Zona Urbana)

Data de nascimento: 05/09/1957 (66 anos)

Estado civil: viúva

Quantos filhos tem: 6 filhos

Onde nasceram: 03 filhos no GO e 03 filhos no DF

Grau de instrução: 9º Ano do Ens. Fund.

Trabalho: Pensionista (do lar, cuidadora, costureira)

Onde mora: Residencial Nova Jerusalém

Tipo de moradia: ocupação

Tempo de moradia na Ponte Alta: aproximadamente 06 anos

Onde morava antes: Samambaia – DF

Chegou no DF: em 1972 (44 anos) vinda do GO

Data da entrevista: dezembro/2023

Fonte: Dados compilados pela autora, Brasília, 2024.

Sou mais conhecida como Dona Flora. Tenho 66 anos, nascida em Itapetinga-BA em área urbana no dia 5 de setembro de 1957. Sou viúva e tenho 6 filhos. Dois deles nasceu no norte do Goiás e o resto nasceu pra cá em Brasília. Uma filha minha nasceu na ambulância no caminho entre Padre Bernardo-GO e Brazlândia-DF. Como minha gravidez era de alto risco, tinha que vir para o Distrito Federal e não deu tempo de chegar no hospital.

A vida de “del em del”

Antes de vir morar aqui no Distrito Federal eu morava em Goianésia, Goiás. Eu cheguei em 1972 em Brasília. A primeira cidade que eu morei aqui dentro de Brasília foi no Núcleo Bandeirante, na 3ª Avenida, bem pertinho da linha do trem. Meu marido era operador de máquinas pesadas e foi prestar serviço para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP). Por isso que eu vim para cá. Uma das máquinas pesadas que ele trabalhava era o trator de esteira que servia pra roça, estrada, desmatamento, derrubar mato e essas máquinas tanto desmatava para fazer lavoura, como para abrir estrada.

Quando ele terminava o serviço aqui, eu ia de volta para o Goiás. Ele ia para um lugar, eu ia também. Ele foi para Padre Bernardo-GO, eu fui. Terminou o serviço de Padre Bernardo, voltei para cá. Ele foi fazer outro serviço em Niquelândia-GO lá vai eu. De Niquelândia ele foi fazer um serviço em Goianésia-GO lá vai eu novamente. Onde ele ia trabalhar eu ia também. Nisso, nós ficava de “del em del”. Até que um dia eu virei para ele e falei: chega! Os meninos já estão perdendo escola. Eu tenho que parar, você vai e eu fico.

Eu fiquei em Goianésia e ele ficou uma temporada por lá também, mas ele adoeceu e um patrão dele pegou e trouxe pra cá (Brasília). Isso passou um mês, nada de notícia, passou dois, nada de notícia. Eu falei pro meu menino mais velho, fica aqui, que eu vou ver o que sucedeu com teu pai. Cheguei e ele estava parecendo peregrino com o patrão, só em hospital

particular. O médico atendia no Hospital de Base, mas ele estava pagando consulta como se fosse particular. Toda vida fui desaforada. Eu cheguei, ele chorando, já estava quase sem voz, ele quase não falava mais, porque quando ele veio procurar um recurso médico, o câncer já estava super avançado. Era aquele detalhe, tipo de homem com cabeça dura. Ele dava mais valor à cachaça, ao cigarro e ao serviço do que ele próprio.

Problemas com o patrão do marido

Então, eu tive que voltar para cá, porque depois que descobri a parafuseta que o patrão estava fazendo. Fui com ele pro hospital Anchieta e a médica falou que quando era consultas ele fazia no Anchieta. Quando era exame, fazia no hospital público. E o patrão pagando tudo. Falei, engraçado, bonito! Ele não tem uma telha para pôr um filho debaixo e o patrão dele sabe. Estou passando necessidade com seis filhos e o patrão dele está aqui desfilando com ele em hospital, nem notícia dele está me dando. Ele não tem condição de pagar esse tratamento aqui, não, doutora.

Eu cheguei na casa do homem soltando os cachorros. Falei, seu Sebastião, eu preciso de conversar com o senhor e Dona Antonina. Por que você está fazendo tratamento particular do Silvio, sendo que ele não tem condição nenhuma? Nem o salário dele o senhor está pagando e os filhos está passando fome... Não está passando porque eu trabalho e os outros me ajudam.

Eu vim para cá para resolver esse problema e acabei ficando. Como ele iniciou o tratamento tarde demais, não teve mais condição de mexer com o serviço das máquinas pesadas. O único recurso era se aposentar. Eu sou muito hiperativa, sou muito agitada e fui resolver isso também. Quando falou em se aposentadoria, o padrão dele pulou lá longe. Porque já tinha três anos e tanto que ele trabalhava com ele e não era fichado. Acho que o patrão pensou assim, ela não vai saber andar em Brasília. Enganado ele, porque eu já tinha morado aqui, eu sabia de cada biboca, onde entrar e sair. Quando eu cheguei no escritório dele, eu já cheguei com a carteira e com as contas tudo batidas. O patrão falou, dona Flora, eu vou pedir o contador para fazer isso aqui. Falei, não precisa, porque eu tenho certeza, que se o seu contador for bom, certo e honesto, vai bater com essa daqui. Venho do Ministério do Trabalho. Fiz o escarcéu e o velho queria saber quem estava me ajudando e respondi: tem uma pessoa me ajudando, Deus. Eu não precisei de ninguém, eu tenho duas pernas. E nessa época eu tinha perna para andar.

Mãe em defesa dos filhos

Quando eu cheguei peguei a carteira, entreguei pra ele e falei: tá aqui. Esse homem arrumou uma briga comigo tão grande que nós foi parar dentro da delegacia. Ele pegou o meu menino mais velho dizendo que o menino tinha mexido nos documentos dele. Eu não sei o que ele tinha feito com os documentos que caiu debaixo da cama. Acho que ele já estava com um satanás no corpo. Cheguei estava uma chuva tão grande, os bichinhos, tudo na rua correndo dele. Meu menino veio chorando e falando, mãe, meu pai tá querendo matar nós tudo e falou que eu roubei a carteira e o cartão dele. Falei, tá ficando doido, onde estava seus documentos? Estava aqui, debaixo do colchão. Quando suspendi, suspendi com tanta raiva, puxando os trens e o cartão caiu. Quando eu recebi, foi só a mão na lata. Eu rodei, já rodei grudada em tudo. Eu ia matar ele enforcado. Se não fosse o meu menino, tivesse tirado...

O câncer dele deu na corda vocal e desceu pro pulmão. Ele comia direito, andava de bicicleta, corria e o médico encabulava com o homem. Pra bater em mim, ele tava bom. Ele me escapuliu e pegou um ônibus. Fui a pé, da quadra 32 do P. Sul da Ceilândia até o centro de Taguatinga. Nessa época lá no P. Sul não tinha delegacia. Cheguei lá e ele já tinha feito um jornal pro delegado. Cheguei com um pé em cima e o outro embaixo claudicando porque perdi a chinela. Falei, bati mesmo, doutor. Queria espancar os meninos por causa de um cartão. Quando eu virei para pegar o cartão para dar para ele, me deu um tapa na cara, eu ia enforcar ele mesmo. Mulher tem que defender seu filho. Falei para o delegado pra avisar pra ele pegar as coisas dele e sumir, ir embora. Porque dentro de casa não ia ficar. Não vou pôr meu filho pra fora, meus filhos são todos pequenos. Perguntei se ele sabia o que é levantar 4 horas da manhã, ir trabalhar no Guará-DF de doméstica.

Origem do acampamento Che Guevara

Depois de um tempo em Brasília era para mim ter ido morar na Estrutural, mas tive medo, por causa daquela confusão que a polícia invadiu lá e furou o olho de criança. Quando foi em 2016, fui morar de favor na casa da minha filha na Samambaia. Aconteceu um fato lá e era muito bagunçado. Eu sou muito organizada com as minhas coisas. Quando eu vejo a minha casa bagunçada, me dá agonia, eu vou fazendo um pouquinho de cada vez, mas eu vou fazendo.

Um dia, um conhecido ofereceu para minha filha um lote no acampamento Leão de Judá, antigo acampamento Rosa Luxemburgo. Nós fomos olhar e lá é muito cheio de morro, uns trens esquisitos. Eu falei que não era lugar pra ela. Então, vim na área do acampamento Chico Mendes, olhei e conversei com as meninas que disseram que os lotes eram de 20×30

metros. Tirei um pra mim, um pra minha filha, um pro pai da Geovana e um para o sogro da minha menina.

Pra vim fomos no lixão da Estrutural, juntei umas coisas, paguei um caminhão que veio com umas tábuas boas e uns caixotes que vinha do aeroporto. Nós desmontamos esses caixotes e fizemos o meu barraco, o da Marina, o do Nino e o do Seu José, que ajudou, porque é carpinteiro. Comprei as telhas com um dinheirinho, fizemos cimento e nós mudou. Eu mudei sem energia mesmo. Foi quando veio Paulo Octavio dizendo que a terra era dele. O governo falou que não ia tirar nós de lá, porque era área da TERRACAP. A gente não sabia e saiu todo mundo correndo, porque ficou com medo porque veio polícia. O Paulo Otávio bancou a mudança para outra área próxima, onde foi formado o acampamento Che Guevara. Portanto, quem veio pra essa atual área foi só seis famílias. Tiraram a gente de lá e colocaram aqui e nós chegamos já metendo o bico. Então, foi assim que nos transferimos do acampamento Chico Mendes para o acampamento Che Guevara em 2017.

A propriedade dessa área é complicada, porque é um pouco da TERRACAP, um pouco é de um moço que não sei quem é, mas a Jasmim, que é a presidente da associação de moradores, já conversou com ele. E tem um grileiro que está brigando com a gente e já está vendendo aquela parte lá de baixo. Ele quer vender a área dele, mas já fracionada. Ele queria tirar a gente daqui, porque acha que ele é dono de tudo. Todas as vezes que ele tentou tirar a gente daqui, derrubamos ele, porque aí veio a associação dos moradores.

Associação de moradores e demandas atuais

Criamos a Associação dos Produtores da Agricultura Familiar (ASSPAF) para organizar o assentamento rural, só que teve um negócio do governo trazer pro acampamento um pessoal que eles desapropriaram lá no Jóquei Clube e mandaram pra cá vinte e oito famílias, ainda na pandemia de Covid-19 e a Jasmim acolheu todos. Como não cabia todo mundo aqui recebendo um módulo de 2 hectares, foi quando começou a divisão de áreas menores para eles, e não cabia mais o assentamento rural. Não foi uma coisa planejada sair do movimento social.

Desde quando entramos aqui com as poucas famílias, a destinação da terra era para assentamento rural junto com o movimento Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL), a Jasmim era a líder coligada a eles. Não sei o que aconteceu que a Jasmim desmembrou deles e agora é a presidente da associação de moradores. Como ela começou e nós viemos por ela, foi escolhida pelos votantes da associação. Aqui temos muitos moradores, a última vez que eu

vi eles falando parece que estava em 400 e pouco famílias, porque a gente não conta por pessoa, a gente conta por família.

Residencial Nova Jerusalém o novo nome

A saída do movimento foi na política, na campanha eleitoral de 2022. Porque o presidente Bolsonaro esteve aqui. Foi quando tomou a decisão de alterar o nome do acampamento, porque eles começaram a falar do negócio do nome daqui ser Che Guevara. O Che Guevara tinha tido muito negócio com a Esquerda e não sei o que, não sei o que... Tomaram essa decisão politicamente. Inclusive, quem escolheu o nome daqui de Residencial Nova Jerusalém foi o Bispo Renato, da equipe do Bolsonaro. Na época veio a Celina Leão, a mulher do nosso governador, veio um monte de gente política na época. E agora está essa discussão se vai virar condomínio, se vai virar residencial. A gente está torcendo para virar residencial. Essa parte burocrática é com a Jasmim. Às vezes eu participo, chega o advogado porque nós temos, nós temos essa parte jurídica, nós temos contador, nós temos advogado, tudo pela associação.

Não sabemos como ficará a situação de regularização dos nossos lotes, ainda não chegou nesse ponto. Não tem lote vazio no residencial, não tem como acolher mais nenhuma família. Aqui tem muito fantasma, tem lote ali que tem um barraquinho desse tamanho, mas se chegar uma pessoa precisando, se falar, vou pôr aqui, logo aparece o dono. Aqui nós estamos vivendo este dilema. Também não há vendas dos lotes, a associação regula isso muito firme. Aqui não se especula valores dos lotes que eu saiba. Do grileiro tô falando que ele tá vendendo, porque vemos que tá progredindo. Eu acho que sim, porque senão não tava tendo tanta de casa lá. Não é casinha não, é casona.

Grupo contrário à associação

Aqui era pra ter muito grupos ajudando, mas tem uma galerinha do contra. O que eles querem é que a Jasmim saía. Alegam que nós pagamos 80 reais mensal para associação. No início mesmo, antes de ser associação, quando a gente entrou, a gente já sabia que ia ter que pagar uma taxa. Nós pagava, acho que era 40 reais. Desses 40 reais, aumentou para 60. E agora nós estamos em 80. Só que agora, se você paga direitinho, tudo bem. Se você não paga direitinho, seu nome vai pro SPC/SERASA, porque tem a contabilidade e você recebe seu carnê. Esse custeio vai para advogado, contador, benfeitorias, além de ajudarem os contribuintes se precisar. Ela ajuda como pode. Esses contra não querem isso. Você já pensou isso aqui se fosse liberal? Eles não querem colaborar, não querem contribuir.

Os do contra não veem as despesas que gastam. O advogado gasta. O contador não faz de graça. A Jasmim come, porque tem dia que essa mulher passa fome. Ela fica por conta da gente. Ela recebe o salário para administrar a associação. O marido dela também, os dois estudaram, foram à luta. Ele fica por conta da impressão dos documentos da associação, tudo que tem aqui, tudo que vai fazer, ele que resolve. Eles também têm o direito de ganhar o dinheirinho deles. Ele ainda trabalha fora, conseguiu um serviço num fórum. Os contra não aceita e não enxergam o que ela faz.

As demandas que chegam à associação são feitas. O poço era uma precisão, a gente foi à luta. Ela correu atrás, não enxerga ninguém, vai lá e faz. Nós arrecadamos e fizemos, depois que tivesse furado, ninguém vai proibir. Então nós fizemos. O que aconselhavam, nós correu atrás, ela correu atrás e mandou ver.

Acesso à água

Quando foi furar o novo poço, a associação falou: vamos ver o que vai recardar pra vocês, fazer o poço e, se precisar de alguma ajuda, a gente ajuda, mas graças a Deus, não precisou. A pessoa que tá administrando um dos poços, ela não sabe administrar direito. Então, aqui o nosso poço já vai pra cinco bombas, o outro ela só pedindo dinheiro, pedindo dinheiro e o povo já tá cismado com ela.

Estamos com 3 poços, antes só tinha duas cisternas que não era suficiente. Então nós furamos três poços: um onde é o mercadinho, o outro na rua 1 do setor novo, e o outro na rua 4. Quem pagou a perfuração do poço tem água, e os que não pagaram não têm água. Também temos acesso à água através do carro pipa, quase todo mundo aqui faz uso. São poucos que não têm esses acessos. Só os que não querem pagar mesmo, querem ficar só nas costas dos outros. O caminhão pipa agora está assim: quando a bomba d'água estraga e ficam sem água, chama o caminhão. A água dos nossos poços foi feita a análise em laboratório e tá própria pro consumo humano.

A diversidade de empregos e trabalhos

Eu fiz tanta coisa nessa vida, só a única coisa que eu não fiz foi me prostituir e nem roubar. Mas o resto de tudo que você pensar, eu fiz um pouco. Eu fiz até o 4º ano Mobral. Que é o 8º ano hoje. Não fiz o Ensino Médio, eu não tive essa oportunidade. Tudo que eu sei aprendi com a vida. Eu sei fazer um medicamento, eu sei medir pressão, eu sei como cuidar de um idoso, de um bebê recém-nascido. Tudo na prática. Tudo que eu sei foi de olhar. Sei costurar qualquer tipo de roupa, do terno ao vestido de casamento, calcinha, sutiã, bustiê,

cueca, tudo eu sei fazer. Sei fazer um cabelo, sei fazer unha, sei cortar cabelo, sei aplicar progressiva. Tudo isso foi pra poder sobreviver. Eu gostava mesmo de fazer, era o corte e costura. Esse eu ainda cheguei a fazer um curso profissionalizante. Eu fiz outro também de serigrafia. Não sei o porquê, mas perdi a graça de costurar. Eu tive máquinas profissionais. Ainda tenho até um overlock que eu comprei há uns anos. Mas de repente, perdi o encantamento.

Dentro da comunidade eu já fui a coordenadora da saúde. O povo aqui fala, Dona Flora, a senhora mexe com a saúde, pelo amor de Deus, me ajuda. Mas agora sou coordenadora da educação. Eu ajudo as famílias a buscar vagas, manter as crianças na escola, quando dá problema na escola, vamos lá. A minha neta Geovana estuda no CEF Tamanduá há muito tempo. Inclusive, eu tô com a lista deste tamanho para levar na escola dos pequeninhos da educação infantil. Eu também sou uma faz tudo, sou até Uber se precisar que eu leve num lugar, eu ajudo e vou.

A maioria do pessoal aqui trabalha fora de diarista, doméstica, enfermeiro, bombeiro, gari, polícia e quem não trabalha fora tem o recurso do governo. Eu não tenho auxílio do governo nenhum. Só mesmo a pensão do meu esposo. Eu estou batalhando na justiça para poder me aposentar, porque é um direito meu. Eu tentei com 55 anos, foi negado. Por uma mentira que eu não soube sustentar. Até pra isso eu não presto! Se a gente conta a verdade, se lasca! A advogada olhou pra mim e gesticulou que não. Eu já tinha falado.

Aqui dentro do residencial não tem trabalho, nem geração de empregos e a produção rural está bem escassa. Aqui tem um rapaz que começou a fazer uma horta, mas não sei nem como é que está a horta dele. Quando ele postou, estava a coisa mais linda, não sei te dizer se ainda tem. Agora não tem mais como criar animais por aqui. A gente não aceita. Quem quer criar suas galinhas, seus bodes, seus porcos, tem um setor de chácara lá embaixo. Tem um local destinado para isso, porque o povo começou a reclamar muito e falar muito das criações.

Organização da comunidade

A organização da associação aqui é fundamental, porque se não fosse, isso aqui já tinha virado bagunça. Se a Jasmim tivesse um pouquinho mais de “soltura” isso aqui já tinha virado terra sem lei. Na questão de segurança, de invasões. Porque aqui nós já teve umas invasões meio violentas, é porque nós foi correr atrás e botou todo mundo pra correr. Teve um conflito mesmo. Foi todo mundo lá pra baixo, era uma turminha das pessoas de barra pesada. Nós nunca tinha tido uma morte aqui dentro e aconteceu. Isso está deixando a gente assim

preocupados. Dois ou três dias antes, nós tínhamos tido uma assembleia e batemos parabéns porque nós nunca tínhamos tido um homicídio aqui dentro. Três dias depois aconteceu. A coisa mais horrível do mundo. Acabaram com a cabeça do homem. Morte violenta. E agora tá na mão da polícia e na mão da justiça.

A polícia aqui demora um pouco. De primeiro, demorava mais. Agora não, agora tá vindo mais. Tá vindo mais em cima, tá cobrando. A gente tá tendo esse apoio, é a única segurança que nós temos. Aqui tem tido uns conflitos também entre adolescentes, as meninas brigando, os meninos brigando.

A gente ainda usa muito da dinâmica do movimento social e queria ter mais. Nós temos os grupos do 1 ao 20. O que era bom, a gente trouxe com a gente. Cada grupo tem vinte pessoas e a gente gostaria que esses grupos funcionasse igual era antigamente. Todo mundo tirava suas guardas, todo mundo ia pra portaria, todo mundo fazia ronda no dia dos grupos. Nós aqui mantém isso ainda. Só que tem uns que vão, outros não vão. E os que vieram não passaram por esse momento e não acolhem essa organização. Nós vivemos em uma área muito liberada, passa o pessoal da Samambaia, o pessoal de Santo Antônio, de Águas Quentes, BR passando aqui, andarilhos. Nós acolheu na época muito andarilhos. Então, se nós tomamos conta da nossa segurança, vão ver que aqui é diferente dos outros lugares. Então, é isso que a Jasmim quer manter, essa união, essa sofisticação, que veio dessa base dela de movimentos sociais.

O residencial e as questões culturais e ambientais

A gente aqui visa muito a comunidade, o bom senso do mundo. Mas é como eu falei, chegou muita gente nova. Depois que essas pessoas novas chegaram, as coisas mudaram muito.

Quanto às questões religiosas, aqui têm de tudo. Mas o que tem mais mesmo são religiosos. É uma comunidade evangélica. Tem duas igrejas aqui, e as duas são evangélicas. Tem pessoas aqui de outras religiões também. Tem um vizinho aqui que é do Espiritismo. Que eu saiba não tem práticas de benzimentos por aqui.

Começamos agora um movimento de práticas de artesanato, vamos ver se vai para frente, porque outras vezes a Jasmim fez isso, mas não foi adiante. Chegou uma menina novata que faz bordados e estão encaminhando essas questões.

Apesar das fortes chuvas, não tem esses alagamentos, só a minha casa que está alagando, mas isso não acontecia antes. Foi porque um abençoado lá da esquina fechou onde

Deus fez o caminho da água e agora vem tudo aqui na minha casa. Eu estou doida de arrumar, estou correndo atrás de dois caminhões de terra para poder subir aqui.

Quando chegamos aqui, já não tinha mata nativa, era descampado tipo cerrado ralo, não era mata fechada. As árvores que nós derrubamos por aqui, foi árvore nativa e tava pequena. Mas não teve desmatamento. Os pequis que têm aqui nós conservou tudo. O pequi continuou. Derrubar um pé de pequi é caçar briga com os moradores.

Alguns animais silvestres aparecem por aqui. Arara tem demais. De vez em quando eu dou com elas nos meus pés de bananeira. Eu tô com seis caixinhos de banana. Quando eu vou caçar as bananas, cadê as bananas? Os periquitos, as araras, os papagaios já comeu. Tem seriema demais aqui. Tem animal peçonhento como cobra, mas já é mais difícil de achar, mas tem. Neste cerrado aqui da Embrapa, de vez enquanto, eu escuto uns lobos. Aqui tem muito cachorro daquele que parece um lobo, eles latem e uivam.

O lixo nós juntamos e colocamos na lixeira lá fora. Fizemos uma lixeira da hora. Parece que o povo está mais ou menos respeitando. Mas ainda tem uns abençoados que descartam nas esquinas. Não tem coleta seletiva nem separação do lixo. A única coisa que a gente exigiu que não coloque garrafa. A gente coloca e o lixeiro passa e pega. O saneamento básico aqui é fossa.

Uma política pública que temos é o postinho de saúde, porque fizemos e temos assistência da Samambaia Norte. O médico tira uma vez ou duas vezes por mês e vem aqui. Quando ele vem, ele avisa pra gente e vem junto médico, enfermeiro, dentista, vem todo mundo. Foi benfeitoria minha quando coordenava a saúde. Fiz sala, consultório tem tudo. Hoje só limpa mesmo quando vai ter atendimento. Na minha época era limpo toda semana, independente de atendimento.

Igualdade de gênero

Na comunidade tentamos fazer um trabalho para acabar com as formas de discriminação contra as mulheres e meninas. Se eu vir, eu chamo atenção, porque aqui nós temos muitos homossexuais. Minha filha mesmo é uma, casada com outra mulher. Tem essa aqui do lado também, tem um casal de homem também. Temos pretos. O povo faz discriminação religiosa também. Um pouquinho acolá, uns costumam jogar piadinha sobre o espiritismo. E não aceito.

Nós estava tendo aqui uns dois casais que estavam dando problema com violência doméstica. Nós fomos conversar, conversamos e um acho que foi até embora. O outro ainda

permanece aqui, mas eu não vi mais falar. Pelo menos que eu saiba. Nós fizemos o possível para ajudar ela a não estar nesse sofrimento.

As mulheres aqui realmente lideram, os homens são bem poucos. Não é porque a gente não aceita, é eles que não se expõem. Aqui é muito feminino. As mulheres estão sempre à frente na tomada de decisões. As mulheres são todas para luta.

Aqui só não tem acesso à internet quem não quer. Tem telefone. O telefone que não tem aqui é o fixo. Aqui, como se diz, o povo é muito movimentado, então o povo não quieta. Existe o acesso à internet, a não ser assim, se acontecer uma coisa, que eu acho que acontece até na cidade civilizada de asfalto, a falta de energia.

Orgulho do meu território

Meu acampamento é agora residencial, tá essa lindeza aí crescendo, as crianças crescendo aqui. Quem cresceu aqui continua aqui. Aqui tá chegando gente, mas sair é poucos. Porque tem muita gente fora que tá querendo entrar. O que são 80 reais pra quem paga 800, 1000 lá fora de aluguel. Aqui você tem 300 metros quadrados, e você pode fazer o barraco do tamanho que você quiser.

Aqui nós temos enfermeiro, formado, tanto aqui como no Leão de Judá. Temos gente que trabalha na polícia civil. Tem gente que trabalha no IML, que mora aqui de fato. Eu tenho orgulho. Eu vou ser sincera, não tenho vergonha nenhuma de falar que eu moro em um acampamento. Muita gente, quando eu falo que moro lá no Sem Terra, diz: nossa, aquele lugar evoluiu tanto. Graças a Deus. Eu tenho orgulho de falar que eu moro aqui. Eu não tenho vergonha nenhuma do meu pé sujo, da minha roupinha furada, não tenho.

Eu quero continuar aqui. Sou feliz aqui. A minha nora que mora no P. Sul fala assim: Dona Flora, eu olho a senhora, o tanto que a senhora corre, o tanto que a senhora faz, o tanto que a senhora luta, esse povo não dá um pingão de valor pra senhora. Eu só vejo a senhora sorrindo. Eu falo, minha filha, porque eu sou feliz. Aqui eu sou feliz, aqui eu me sinto útil. Outro dia, a Jasmim me perguntou se eu queria parar de tudo, porque eu não tiro guarda mais por causa de saúde. Eu corria atrás de saúde, eu corria atrás de médico, eu corria atrás de dentista, eu corria atrás de vaga pra menino. Então, você vai ficar só na educação, você não quer parar? Você tá doente, tá cansada. Eu sinto muita dor desse negócio aqui da minha perna. Eu falei, minha filha: se você quiser me ver em cima de uma cama, é eu não fazer nada.

3.4.3.3 Valores e costumes vão da criação

Quadro 11 – Perfil sociocultural da entrevistada Amarílis

Perfil Amarílis

Nome: Amarílis

Onde nasceu: Irecê–BA (Zona Rural)

Data de nascimento:

Estado civil: casada

Quantos filhos tem: 5 filhos

Onde nasceram: os meninos na BA e a menina no DF

Grau de instrução: 5º Ano do Ens. Fund.

Trabalho: Do lar (Chácara de Retiro Evangélica)

Onde mora: Vargem da Benção

Tipo de moradia: cedida

Tempo de moradia na Ponte Alta: aproximadamente 14 anos

Onde morava antes: Irecê–BA

Data da entrevista: novembro/2023

Fonte: Dados compilados pela autora, Brasília, 2024

Sou conhecida como Amarílis. Nasci na zona rural da cidade de Irecê, na Bahia. Nasci em casa sem auxílio de parteira. Minha mãe teve os 12 filhos sozinha, mais Deus. Ela tinha vergonha de parir na frente do povo. Só do primeiro que ela teve ajuda da parteira, porque não sabia como ia ser. Sofreu muito com as dores do parto e, quando engravidou novamente, falou para meu pai: você não vai chamar ninguém para me ajudar. Vai ser eu, Deus e meus santos São Francisco e São Jorge. Ela dizia que chamava pelos santos, pelos médicos dos partos pra ter coragem e ter sozinha os filhos. As parteiras só chegavam pra cortar o umbigo.

História familiar e dificuldades enfrentadas

Ela teve uma perda por aborto, foi muito sangue e ficou dias em cima de cama, perdendo sangue. Quando fui nascer, meu irmão mais velho falou: mãe, eu não vou deixar você ter mais esses meninos só. Quando pressentiu que a mãe tava sentindo dor, foi atrás da parteira e quando voltou, eu já tava em cima da cama. Ela morria de vergonha. Até quando ela adoecia lá em casa, não queria ninguém para ajudá-la só eu.

Minha mãe falava: Amarílis, eu tive meus filhos tudinho e você é minha caçula, a única que sabe da minha vida, então, se eu morrer, não deixa ninguém ver o meu corpo. Tu mesmo vestes minha roupa. Só que tenho medo de defunto, quando eu vir a senhora morta, eu vou correr. Não, minha filha, Deus vai lhe dar força. Foi incrível, ela morreu nos meus braços.

Só que eu não dei conta de vestir a roupa dela. Morreu nos meus braços, o Edson, meu filho, também viu ela morrendo, foi quem deu o último copo de água pra ela. Quando eu peguei ela, suspirou, ainda tava quentinha por baixo e falei: mãe, você me deixou? É ruim a gente ver a mãe da gente nesse estado. Tenho essa cena até hoje na minha mente. É sofrido ver a mãe da gente se acabar assim. Por mais que foi uma morte natural, mas é sofrido, a gente tem aquela expectativa assim, minha mãe adoeceu, mas minha esperança é ver ela voltar. Perdi meu pai de covid-19 no início da pandemia, mas a mãe eu acho que é muito complicado.

Vida na Bahia

Atualmente, sou casada e tive cinco filhos. Os meninos nasceram todos na Bahia e a menina aqui em Brasília. Os nomes deles são: Sérgio, Edson, Jorge, Josias e Sheila. O Serginho faleceu de infecção intestinal. Ele era o mais velho.

Engravidei a primeira vez, eu devia ter 14 a 15 anos, não tinha experiência com filho, era minha mãe que me ajudava. O meu menino faleceu com 7 meses de infecção intestinal.

Quando o Edson nasceu, eu falei, esse aqui vai morrer também. Fiquei com aquilo na cabeça. Minha mãe falou: esse menino, você só vai ter o trabalho de dar mamar, de levar pro médico, mas vai ser meu. Falei, mãe, tudo bem, tudo certo, sem problema. Ela cuidou dele, porque quem cria é Deus. A gente só faz cuidar.

Eu engravidei do meu terceiro filho na Bahia trabalhando na roça arrancando feijão. Quando contei para meu esposo, que não era pai dos outros, disse que não queria ter filhos. Por ele, Jorge não estava no mundo. Jorge foi rejeitado pelo pai, já dentro do meu ventre. Ele fez todo jeito pra mim tomar remédio pra mim perder o Jorge. Falei que não, porque eu já tinha o meu primeiro falecido.

Antes de Jorge nascer, meu companheiro veio embora pra Brasília, ficou e me chamou para me juntar a ele aqui. Eu, de barriga, fui arrancar feijão mais meu pai e meus irmãos em uma pequena roça arrendada. Arrancamos o feijão, batemos e deu dois sacos para cada. Meu pai me deu meus dois sacos de feijão e falei, vou vender só um e deixar um pra vocês. Vendi e fiz o dinheiro da passagem. Eu sabia que estava grávida de quatro a cinco meses, mas não sabia que eu ia passar tanto sofrimento em Brasília. Com cinco meses e eu sem nada pra Jorge, nem planejamento de roupa, nem nada. No dia que eu completei os oito meses de gravidez, meu companheiro deu uma na cabeça e falou: vai embora que eu mando a pensão do menino.

Eu trabalhava cuidando de duas crianças, uma menininha de um aninho e um menino de dez anos. Peguei o dinheiro que eu estava trabalhando e fui para a casa da minha irmã em

Luziânia–GO e fiquei com meus irmãos por lá. Passei por outro sofrimento na casa dele, que falou: vou te levar para Bahia porque tu não merece estar passando por isso de novo. Foi um favor que ele me fez. Me levou para Bahia e, com pouco tempo, nasceu Jorge. Chegamos no dia 1º de novembro e ele nasceu no dia 3 de novembro.

Depois, meu companheiro voltou pra Bahia e fui de novo viver mais ele e tentar a vida de novo, porque minha mãe falava: tu vai viver com o pai de teus filhos. Só que ela não sabia o que eu passava. Depois que eu tive o Jorge, veio ele me batendo. Eu tenho duas costelas quebradas por ele. Deus sabe que meu filho não foi rejeitado por mim, mas que foi rejeitado pelo pai. Quando Deus dá um filho pra gente, Deus já tem o projeto.

Agora, a Sheila foi diferente, eu pedia a Deus. Esse meu novo relacionamento é antigo desde a Bahia. Quando ele veio morar comigo, o Jorge tinha de dois a três anos. O Josias é filho dele, mas não é registrado no nome dele, é registrado no nome do pai do Jorge. É uma novela! O pai do Jefferson morreu em 2014. O pai do Jorge é vivo, só que não liga pra ele. Nunca ligou nem pra falar assim, como é que esse menino está? Está vivo? Está com saúde? Ele sabe que o Jorge tem uns problemas de cabeça, porque eu já contei pra família. É uma família quando eu mais precisei, não me ajudaram.

Mudança para Brasília

Eu vim de vez para Brasília pra trabalhar e vim mais o meu atual esposo. Quando meu irmão foi para o enterro da nossa mãe, falei: meu irmão, se tu arrumar qualquer coisa pra mim por lá (Brasília), tu não me deixa por aqui não. Eu já sabia o que eu ia passar se ficasse na Bahia. Minha mãe me ajudava com a aposentadoria dela e do meu pai. Eu deixava ela com o Jorge, com o Josias e com Edson pra mim ir pra roça, pra não viver assim, sempre às custas deles direto. Pra ter como eu comprar uma calcinha, um absorvente, comprar alguma coisa. Eu ia pra roça trabalhar plantando tomate e cenoura, não ganhava muito e ia quando podia, quando ela não tava doente.

Também trabalhei em casa de família. E pensava, se eu ficar aqui, eu vou passar por provação e eu não vou suportar, não vou dar conta. Meu irmão falou, Amarílis, meu patrão tá querendo trocar a chácara e tá querendo me levar, e a outra chácara vai precisar de caseiro. Falei, então vê se tu arruma pra mim. A morte da minha mãe foi no mês de maio de 2012 quando foi em junho, a gente veio morar aqui em Brasília. Ele ajeitou aqui pra gente, na chácara de um pastor. Essa área tem muito movimentos evangélicos. Lá na chácara da Neide também é pra evangélico para retiro e acampamento.

Ou bem trabalhava ou bem estudava

Tive pouca oportunidade de estudar lá na Bahia, fui para a quinta série forçada e não concluí tudo. Parei de estudar para trabalhar. Perdia muita aula também porque ou bem trabalhava ou bem estudava. Com meus filhos sempre vou na escola, eu vou numa reunião quando me chama. Quando falam assim, preciso falar com você, eu dou um jeito e vou lá na escola. Minha mãe nunca foi na escola pra mim, nunca foi em reunião. Eu nunca usei o uniforme da escola. Minha mãe não tinha condições de comprar. Hoje o governo dá, a gente dá um esforço de comprar quando o governo não dá. Meu pai e minha mãe se comprassem, fazia falta pra dentro de casa para comida. Sapato não tinha também. Tinha vez que eu ia de sandália colada com prego. Eu sempre falo essas coisas que passei para meus filhos. O Jorge sabe o meu sofrimento como era. Eu falei, vocês têm uma escola, vocês têm uma bolsa para vocês ir para a escola. Eu pegava uma sacola de mercado e colocava minhas coisas. Se esse ano eu comprava um caderno, o que não usasse eu já deixava pro ano que vem. Arrancava aquelas folhas usadas e já ficava com aquele, porque no outro ano não tinha como comprar.

Dificuldades financeiras

Eu recebia o auxílio do Prato Cheio, mas foi cortado antes do Jorge aposentar e passei muitos apuros. Falei, meu Deus, e agora como vou fazer com os meus filhos? Quantas vezes o Jorge foi pra escola sem comer... Porque é um salário com um monte de criaturas pra sobreviver. Ainda mais menino homem que come de um tanto. Tem que ser muita comida pra sustentar. Eu com três menino homem, falava para Jesus, tem de misericórdia, ameniza a fome desses meninos, meu Deus.

Eu estava me adaptando com esse benefício dentro de casa antes do Jorge aposentar. E sabia que ia ser uma renda muito boa que Deus botou pra nós. Aí foi cortado. Eu falei, meu Deus, e agora? Até o dinheiro de Jorge sair, quando que vai sair?

O benefício do Jorge foi luta pra esse dinheiro sair. Eu não sei ler, mas eu sei quando a pessoa está passando a perna em mim. A advogada falando que tinha saído a aposentadoria, mas o retroativo estava demorando. Eu já tinha feito compromisso, em comprar uma casinha na Bahia, porque eu não vou morar em Brasília pelo resto da vida e já deixo meus filhos amparados. Quando foi na data de receber o dinheiro, quem disse que saiu. Foi quando descobri que o dinheiro já estava na conta dela, todinho na conta dela. Ela queria pegar pra ela e deve ter pensado que eu era besta. Falei com advogado daqui da chácara que é criminal. Ele descobriu fraldes nos dados do Jorge e todas as informações dele era ela que tava recebendo. Ele que me ajudou a receber esse dinheiro que estava na conta dela.

Eu não sei ler, se você me dá isso aqui para eu assinar eu assino. Ela não me explicou e falou, assina aqui e eu assinei. O outro advogado disse que era uma procuração que eu tinha assinado. E ela pode ser processada por isso, porque eu não sei ler pra ela ter feito isso comigo.

Apoio recebido em momentos difíceis

Eu passei por muitos apuros, quando eu cheguei aqui, porque eu não conhecia ninguém. Meus meninos tudo pequeno não tinham roupa nem calçados. Pensava, meu Deus, como é que vou fazer com meus filhos? Eu passei sofrimento na Bahia e passei aqui logo no início, mas Deus é tão misericordioso que Deus bota muita gente boa na nossa vida. A Evandra foi uma mulher e tanto na minha vida. A Viviane foi uma excelente. Eu lembro de todas. A Veronice quando eu falava, estou passando por isso, vinha aqui e falava, Graça, no que você precisar pode contar com a gente. Eu não tinha carro, nem dinheiro para não botar gasolina pra levar Jorge para a consulta. Ela deixava os afazeres dela e me levava. Meu Deus, como é que eu posso pagar uma pessoa dessa? A Lurdes também foi uma pessoa que sempre olhou pra gente.

A Viviane nunca veio aqui em casa, mas ela sempre mandava ajuda. Quando o Jorge pegou o COVID19, meu Deus, eu fiquei louca e tenho certeza que a participação das meninas da escola estava na ajuda que recebi de remédios e comida. Não é uma coisa assim, vou ajudar porque tem que ajudar, a gente vê que tem a mão de Deus. A minha gratidão vai ser eterna porque não é todo mundo que faz isso.

Trabalho e produção na chácara

Minha profissão era lavradora na Bahia e aqui eu sou do lar. Ajudo meu esposo na lida da chácara, mas não recebo salário por isso. Só ele que recebe. Ajudo por causa que o trabalho é muito pra ele. Se fosse pra mim trabalhar aqui, nem carteira fichada eles não ficham. Eu só faço cuidar da nossa casa, e ajudar ele, porque eu vejo ele trabalhando e tento ajudar. Não tenho um salário do meu trabalho, recebo o Bolsa Escola que é 325 reais e o Jorge tem o salário dele pela deficiência intelectual. Dá pra viver mais ou menos, mas tem dia que falta, não é o suficiente. Moramos nessa chácara em moradia cedida por meu esposo ser o caseiro.

Na chácara trabalhamos com aluguel para movimentos evangélicos, e nunca ouvir falar se aqui algum tempo atrás tinha algum tipo de produção agrícola. A gente já pensou em plantar alguma coisa pra gente, mas se for pra gente plantar aqui tem que fazer reunião com o

conselho pra liberar pra plantarmos. O pastor falou, que se fosse por ele, poderíamos plantar, mas como é da igreja, a gente precisa de autorização. Mas só que pra nós plantar, nós não temos condições de pagar um trator, nós não temos condições de comprar as sementes pra plantar. Falta um incentivo. Terra boa tem. Como não tem esse incentivo, não temos nenhuma condição de começar o plantio. Que nem esses dias, o pai do Jackson estava falando que queria plantar aqui umas mandiocas, mas ele precisa também de trator e não tem como pagar. Ele tem como arrumar de comprar a semente, nós nem isso tem.

Hoje aqui na chácara não tem muitos eventos mais, por causa que na chácara vizinha o som é muito alto, então decaiu bastante. A chácara vizinha faz festa com o som alto e tem até tiro. Então prejudicou muito a gente. Quando aqui estava alugado o som de lá empatava os retiros. Quando acabavam os eventos, o povo ia dormir e não tinha como descansar. Porque lá era tiro, usuário de droga, ex-prisioneiros com tornozeleira, vinha tudo pra cá. Os do Saidão vem tudo pra aí. O Oséias falava, mãe, quando a senhora ver uns fogos diferentes pode esperar que é droga. Aqui de vez em quando aparece uns fogos inesperados. E eu penso, então o negócio chegou lá.

Dificuldade de acesso a tratamento de saúde

Não temos incentivos do governo é difícil até o postinho de saúde. A gente precisa do médico e não tem, na hora que precisa. Eu tô gastando o que eu não tenho pra mexer com minha saúde. Fui encaminhada para um clínico geral e não tem. Eu tava sentindo uma dor aqui na barriga e a médica achou que era o baço, mas não deu nada, só deu a vitamina D baixa. Desde quando tive a Sheila não fiz mais prevenção, aí deu uma inflamação no útero, mas já tô sendo medicada. O inchaço no meu rosto que não passa. Fui no postinho, que me encaminhou pro cardiologista pra fazer exames do coração.

Fui apressar os exames mais um específico de Chagas que ficava por mil reais. Falei, da onde eu vou tirar mil reais pra fazer esse exame? No hospital não está fazendo esse porque é caro. Fui numa clínica particular que me deu um desconto e parcelou no cartão de crédito. Fiz o exame do coração, abrir e fui olhar e está escrito bloqueio do lado direito. Falei, e agora? Eu não tô com aquele medo que antigamente eu tinha, mas penso, e se eu morrer? Como é que o meus filhos vão ficar? Eu penso só no Jorge que é deficiente intelectual e na Sheila que tá pequena. Precisam de ajuda. Agora eu tô calma, eu tô sossegada. Não estou aflita.

Valores e costumes familiares

Eu sempre falo com o meu esposo e com os outros: que os valores e costumes vai da criação. Se eu crio a Stephanie fazendo maldade, com desrespeito comigo, com o Jorge, com o pai dentro de casa é claro que ela vai levar para a escola. O que está acontecendo dentro de casa eles vai levar para a escola. O que eu sempre passo para os meus filhos, foi o que minha mãe me ensinou que foi o respeito aos mais velhos. Minha mãe falou assim quando eu estudava, eu não vou na escola, Amarílis, porque eu não tenho tempo. Porque se eu for na escola, como é que eu vou botar comida dentro de casa?

Eu lembro como se fosse hoje, ela deixava o pão debaixo do meu travesseiro e saía pra roça as 4 horas da manhã. Quando eu acordava já passava a mão e já pegava o pão. Era dentro de um saquinho. Ela falava assim, eu vou pra roça, mas você se cuida. Você sabe se cuidar, você sabe se virar. A comida estava dentro de casa já pronta, só faltava eu esquentar. Eu aprendi a fazer comida, eu e eu mesmo. Mãe não me ensinou a fazer comida.

Ela me falou assim, Amarílis, uma coisa que eu vou te deixar é nunca falte com respeito com quem está te dando uma boa lição. Porque um professor é uma segunda mãe. Porque ele está ensinando a você ser uma pessoa na vida. Porque um professor é tudo. Um professor a gente nunca deve botar para baixo. Porque só de ensinar a você a ler, a leitura é uma coisona. Fui levando aquilo na minha mente e pensando, se minha mãe falou, então é verdade mesmo.

Minha mãe nunca foi chamada pra falar assim, a Amarílis faltou com respeito com alguém. Só uma vez que uma colega minha chamou eu de filha de rapariga, e minha mãe na roça. Eu só dei um tapa na cara dela e falei, respeita a minha mãe! Fui chamada na secretaria e falei, eu não faço nada de errado, a única coisa que eu fiz foi isso. Mas assumi o meu erro. Quando eu cheguei em casa, o pai dela já estava lá conversando com a minha mãe e meu irmão. Não deu tempo nem de chegar só fiz passar debaixo da perna do meu irmão, e ia pra dentro de casa quando meu irmão me puxou pelo cabelo. Falei, mas ela falou o motivo que eu bati nela? Não, não falou não, só falou que você bateu de cheio na cara dela. Falei, depois você chega nela e procura saber direitinho o que ela fez, com certeza ela vai falar o porquê. Minha mãe está trabalhando e ela me chamou de filha de rapariga. Eu não aceito isso. Eu não aceito de jeito nenhum, porque minha mãe está lá trabalhando e eu estou aqui na escola. Por que ela não xingou a mim? Se ela tivesse me chamado de rapariga, tudo bem. Sei o que eu fiz isso com ela foi errado. Só o que eu passo pros meus filhos é não fazer o que eu fiz, não é bonito! O que eu passo pra eles é respeitarem os mais velhos, ser uma pessoa que respeita. Porque esse mundo está muito virado. Falo com o Jorge direto pra não arrumar confusão.

Participação das mulheres na comunidade

As mulheres aqui não participam de conselhos, associações, sindicatos. Só de vez em quando que eu vou na casa da Neide e nós conversa. Só isso! É bem complicado aqui. A gente tenta fazer mobilização pra reclamar da estrada que está ruim, por exemplo, mas como é que faz? Onde é que vai chegar? Não tem como. Não tem acesso pra chegar a uma pessoa pra reclamar. A estrada é ruim de verdade. Só tem uma associação dos donos das chácaras. Eles é quem reclama. Nós não. As mulheres não têm participação. Ninguém ouve o que temos pra falar.

Na Ponte Alta era pra ter, mas não tem associação ou organização que ajude a gente. Nunca participei de algum movimento social pela terra nem aqui nem na Bahia.

Aqui está muito derrubado de coisas ou oportunidades que valoriza a mulher. Só os homens que vão para associação as mulheres não têm vez.

Eu acesso fácil a internet, porque eu coloquei em casa um wi-fi. O acesso da telefonia não existe, quer dizer é muito fraco. Para pegar sinal a gente tem que estar rodando essa chácara e não pega. Não pega de jeito nenhum, só no wi-fi mesmo. Se você não tiver condições de pagar essa internet, não vai chegar o acesso nem para as mulheres nem para os homens de jeito nenhum.

Também não tem locais ou associações que cuidem das mulheres sobre violência aqui na comunidade. Até polícia para apartar uma briga é raro vir aqui. Não vem. O policiamento é fraco.

Violência e insegurança no campo

Tinha um carro abandonado por aqui, passou foi tempo o carro ali. Pessoal chamou a polícia e nada das polícias. Passou quatro ou cinco dias abandonado. Aqui de vez em quando abandonam até umas pessoas sem roupa. Sequestra o povo e deixa eles aí. No começou era os Urbes. Pediam os Urbes, e os coitados não sabiam de nada e vinha pra cá. Quando entrava ali, dava umas surras nos coitados, e quando davam sorte deixava eles pelados e amarrados. Pelo menos vivo! Deixava amarrado com o cadarço dos sapatos. Deixava lá, depois ia embora.

Carro roubado e queimado geralmente aparece. Outra vez aqui nessa chácara do lado pediram um Uber e ele trouxe uns pessoal pra cá, quando chegaram na mesma hora roubaram o celular do Uber. O homem subiu pra registrar a queixa e a polícia não veio não.

Temos que se trancar dentro das casas. Se for pra gente sair tranquilo tem alguns dias melhores que outros. Sexta e sábado não temos sossego. Domingo é até pior. Se eu quiser que

o Jorge compre um refrigerante no bar nesses dias já não deixo ele sozinho. Domingo é pior porque o povo sai daqui, dessa chácara ao lado tudo drogado, tudo bêbado. É um perigo a gente encontrar no meio dessas estradas e não é o povo da comunidade. A gente não conhece não sabe nem quem é, não tem nem ideia.

A produção rural diminuiu e aumentou as chácaras de festas e eventos. Não tem como reclamar, porque se reclamar, a resposta é que a chácara está alugada. Que nem no caso de um vizinho que alugava a chácara e morava lá, a gente só ouvia a zuada. Ele foi embora e um dia eu tava aqui com uma dor de cabeça grande. Começaram os carros de som. A Stephanie estava aqui e Nany meu esposo tinha saído. Liguei e falei assim, Nany do céu, tu vê os funks que está aqui. As poucas vergonhas. Aqueles funks bem ousados, bem pesados. O dono saiu daqui para a filha de 15 anos não ouvir esses funks de pouca vergonha e ele vai alugar para isso? Minha filha é obrigada a ouvir? Nany tem contato com o dono e ligou para ele que falou, pô, Nany, não posso fazer nada porque eu aluguei.

Antigamente, quando nós chegemos aqui, em 2012, em 2013 era um aluguel em cima do outro. Era muita gente, era agenda em cima de agenda, depois quando começou isso aí foi diminuindo, diminuindo. Na chácara o aluguel é só para comunidades evangélicas e estamos sofrendo pela questão dos nossos vizinhos.

3.4.3.5 É muito contraditório!

Quadro 12 – Perfil sociocultural da entrevistada Açucena

Perfil de Açucena
Nome: Açucena
Onde nasceu: Castanhal - Pará (Zona Rural)
Data de nascimento: 10/08/1980 (43 anos)
Estado civil: casada
Quantos filhos tem: 3 filhos (Samuel, Roger e Ravi)
Onde nasceram: todos no Pará
Grau de instrução: Especialização
Trabalho: Professora da Educação Básica (Escola do Campo)
Onde mora: Condomínio Asa Branca
Tipo de moradia: alugada
Tempo de moradia na Ponte Alta: aproximadamente 2 anos
Onde morava antes: Goiânia - GO

Data da entrevista: setembro/2023

Fonte: Dados compilados pela autora, Brasília, 2024.

Me chamo Açucena e tenho 43 anos. Nasci em 10 de agosto de 1980 no estado do Pará numa cidade chamada Castanhal, pois era onde tinha maternidade. Nós morávamos em chácara e só tinha parteira, e minha família teve condições de me levar pra nascer no hospital da cidade e voltei pro rural.

Eu me casei só uma vez, e ainda sou casada no papel com o pai dos meus filhos, mas de corpos nós já estamos separados e atualmente eu já tenho outro esposo. Eu já morava em São Miguel do Guamá, PA quando casei e fui morar em Bragança, PA uma cidade de litoral, lindo lá, uma delícia. Tenho 3 filhos todos nascidos no Pará. O Samuel tem 22 anos, o Roger 20 anos e o Ravi tem 16 anos.

Educação e Carreira

Eu estudei numa escolinha perto de casa, que hoje seria uma escola do campo. Quando acabou as séries de lá, eu fui para a cidade morar com uma tia, até então eu morava com os meus avós, os pais do meu pai. Fui morar com a tia para estudar. Eu passava a semana na casa da tia, estudava num colégio de freiras, e no final de semana eu voltava para minha casa na chácara. Eu estudei no período certo até 18 anos até o segundo ano do Ensino Médio em escola particular. Foi quando me casei, e quando a gente se casa não precisa mais estudar, porque já vai ser feliz para sempre. Parei de estudar e logo engravidei. Também, logo notei que esse negócio de casamento não tinha futuro. Eu pensei, não sei limpar a casa, não sei fazer faxina, então eu só posso estudar. Tanto que até hoje eu estudo, eu amo estudar. Eu amo ensinar, eu amo aprender. Fui fazer o ensino médio, acho que EJA, mas não conseguir terminar, pois já tinha o Samuel e o levava. Era muito difícil. Eu não consegui concluir. Depois apareceu um curso a distância e consegui concluir meu ensino médio, já com dois filhos, o Samuel e o Roger.

Comecei e concluir a faculdade de Administração de Empresas com ênfase em Logística. Eu e meu marido da época, pais dos meus filhos, já tínhamos um negócio e eu também era funcionária pública de um posto de saúde no interior próximo. Ele reclamava muito porque queria que eu trabalhasse junto com ele, que eu administrasse o nosso negócio. Eu queria ser pedagoga e ele falava, você está doida? Estudar para reparar o filho dos outros? Para isso não precisa estudar não. Mas eu só pensava em ser professora.

Inclusive nesse interior que eu trabalhava, por conta própria montei uma turma de EJA, porque tinha muito analfabeto. Pessoas adultas, gente nova, nunca tinham aprendido ler. Eu fiquei muito chocada com aquilo. Uma colega minha de trabalho, que era enfermeira e o marido dela vereador, me perguntaram se eu não queria dar aulas para o povo, porque as professoras não querem vir pra cá. Fui de casa em casa, perguntar quem queira estudar. Montei uma turma e comecei a dá aulas.

No ano que eu terminei a faculdade de logística me separei do meu marido. Fui para São Paulo e trabalhei na logística por 4 anos e voltei para o Pará. Fiquei 1 ano e seis 6 meses e nesta época fiz a pedagogia como segunda graduação estudando presencialmente as matérias pedagógicas. As duas faculdades que fiz foram em instituições particulares pagas.

Hoje sou professora, realizei meu sonho. Quando eu terminei a pedagogia fui morar em Goiás e eles pagam muito pouco para pedagogo. Eu pensei, que que eu fiz da minha vida? Conversando com um amigo falei, como faz para ganhar mais sendo professor? Ele falou, faz uma matéria específica. O estado paga melhor, pedagogia é do município. Foi quando fiz letras com habilitação em língua inglesa. Terminei letras fiquei dando aula em Goiás, trabalhava em salão de beleza e atendia cliente particular. Isso cuidando de casa, de menino de tudo.

Meu terceiro filho, Ravi, nasceu em 2007 e terminei a faculdade em 2010. Eu acordava de madrugada 3 horas da manhã, fazia uma garrafa de café e estudava até 6 horas. Seis horas o telefone tocava, eu acordava os meninos, dava banho, dava café da manhã, arrumava eles e levava para a escola e depois ia trabalhar. Fui muito guerreira pra terminar meus estudos, porque era nos estudos que eu via a solução para as coisas. Eu sabia que se eu não estudasse, eu ia ter que virar uma coisa que eu não sabia fazer, que era faxineira, cuidar de casas, babá.

Da minha infância lembro que eu não gostava de assistir televisão. Que eu brincava muito. Gostava muito de subir em árvore e fazer arapuca para pegar passarinho. Uma menina do campo mesmo. Na minha casa tinha muitos lagos, porque meu avô extraía minério da terra e se formava aqueles lagos. Lembro que eu tomava muito banho naqueles lagos e formava uns cipós, umas plantas trepadeiras no morro e eu escalava e é isso que lembro da minha infância.

Até hoje não gosto de telas de forma nenhuma, o WhatsApp eu pego, respondo e pronto. Se estou estudando uma videoaula, um PDF eu uso o celular. Eu fico horas e horas sem rede social, não tem apego a essas coisas. Se for para estudar eu estudo, pois fiz uma graduação e duas especializações em Educação Infantil e Psicopedagogia à distância. Tem

gente que chega em casa, liga a televisão para não se sentir só. Gosto do silêncio, eu gosto de ficar só, não me importo com isso.

Mudança de localidade e trabalho

Antes de vir para a Ponte Alta eu estava morando em Goiânia - Goiás. E vim para cá porque passei no concurso de professor temporário da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Vim trabalhar na escola do campo sem nem saber onde ficava. Só no Centro de Ensino Fundamental Tamanduá (CEFTAM) tinha carga para 40 horas semanais. Eu não escolhi vim morar na Ponte Alta, eu fiz uma escolha por necessidade de emprego. Antes eu trabalhava num município chamado Santo Antônio de Goiás, dando aula e trabalhava no salão de beleza chamado Fast Escova, franquía que aqui em Brasília tem na Samambaia e no Gama. Eu trabalhava no Fast Escova desde o dia da inauguração da primeira loja, que é uma franquía nova que agora deve ter uns 4 anos.

Moro no Condomínio Asa Branca na Ponte Alta e estou na comunidade desde fevereiro de 2022. Eu morava num hotel no Gama, e como estava trabalhando numa escola do campo, fiz opção por morar perto da escola, então aluguei uma casa no condomínio. Quando eu vim para cá mesmo vim só com algumas roupas. Eu sou dessas, quando eu for daqui eu vou só com algumas roupas também. Adoro começar de novo, não sei qual é essa loucura.

Organização coletiva

Eu não sei relatar muito sobre a trajetória histórica da formação dessa área especificamente, devido ao pouco tempo de moradia na Ponte Alta. Do Condomínio Asa Branca, eu sei que toda a área era de um único dono, que era alcoólatra, foi vendendo os pedaços de terra e consumia tudo em bebida. Vendeu tudo e não deixou nada para os filhos nem para esposa. Os filhos não têm posse, nem propriedade e nem moram nestas terras. Inclusive um dos filhos dele, O Genim trabalha hoje no condomínio. Ele é colega de trabalho do meu atual marido. A mãe dele e os irmãos moram lá para o lado do Santo Antônio do Descoberto, GO.

No condomínio não tem associações, sindicatos ou conselhos formados. A administração do condomínio é a organização coletivas mais sistémica aqui dentro. Além das atribuições organizativas tentam fazer ações culturais e sociais, como no Dia das Crianças que estão planejando fazer uma feira. Ano passado, eles planejaram, mas não deu certo. Foi só a festa das crianças mesmo. Esse ano se planeja fazer a feira junto com a festa das crianças novamente, para quem faz artesanato, para quem faz comida poder apresentar os seus

produtos para a comunidade. A administração vai entrar com os brinquedos e pula-pula, essas coisinhas. As comidas um leva bolo, outro leva caldo, outro leva pipoca, outro leva algodão doce. Eu acho que ano passado não deu certo por falta de estrutura, falta de organização mesmo.

A organização coletiva das mulheres não existe aqui no condomínio. No corpo deliberativo do condomínio tem a dona Maria que é conselheira e tem a Ana que trabalha na administração. Mas na presidência e vice-presidência são homens. As assembleias do condomínio só quem pode participar são os donos dos lotes. Se for só alugada igual eu sou, não posso nem participar. Não dou opinião nenhuma. Tem que ficar quietinho não tem voz nem vez.

Aqui tem alguns trabalhos individuais de produção de artesanato. Sei que tem uma moça que faz boneca de pano e macramê, que são as coisas mais linda. Tem uma moça que sempre posta no grupo de WhatsApp do condomínio tapete de crochê que ela vende. Não tem reuniões de grupos fica muito nas relações entre amigos e dentro da igreja.

Desafios e oportunidades no condomínio

No condomínio não existe áreas de produção de animais ou alimentos. Animais não pode mais ter. Só se for uma galinha no seu quintal e se o fedor não incomodar os vizinhos, se incomodar eles vão tirar, não pode ser coisa grande. O condomínio está voltado para as questões urbanas. Não pode mais ter criação de porco de cabra igual tinha gente que criava. Horta tem algumas famílias que têm, mas para o seu consumo. Ninguém vende. Ninguém comercializa. Tem a Madair, que mora na rua de baixo, ela tem muita coisa na horta, para não perder ela doa, mas não comercializa. Ela fala, gente, tem muita alface, eu vou deixar umas sacolinhas no portão. Quem quiser pode pegar, mas não comercializa.

A maioria que eu vejo usa o condomínio para lazer, tipo trabalha na cidade, e no final de semana vem faz uma piscina, faz um negocinho para convidar os amigos. Pessoas que não moram, só vem final de semana e as casas ficam vazias durante a semana. Quem mora mesmo tem uma hortinha, alguma coisa assim, mais nada para comercializar.

Fontes de Renda

A renda dos moradores vem muito do trabalho fora do campo como médico, professor, enfermeiro, fisioterapeuta, advogado. A Dani é farmacêutica, o marido dela é representante comercial. Tem um casal que são da educação física como personal. Tem o pessoal que mora e trabalha aqui, a mãe do Juninho, a Nilce. Os moradores mais antigos, eles estão se tornando

funcionários administrativos do condomínio. Acho que renda de trabalho agrícola mesmo não tem ninguém. Tem um deputado distrital que mora aqui. A esposa dele é professora também. Trabalha lá no Plano Piloto. Os pais dele moram aqui a mais tempo.

Aqui todas as mulheres que eu conheço trabalham. A que não trabalha é a mãe da Maria Júlia, porque cuida do filho bebê que é especial. A mãe do Thiago trabalha com construção civil não tem um trabalho fixo, faz o esforço dela. Ela pega serviço de pedreiro, o que não dá conta, porque sente muita dor na coluna, contrata outra pessoa para ajudar e dividem o serviço e o ganho ao meio. Hoje talvez ela trabalhe mais assim. Ela tem as casinhas de aluguel que ela mesmo construiu ao redor da casa dela, como se fossem anexos e ela vive da renda desses aluguéis.

A minha principal fonte de renda vem do magistério público e supre as necessidades da minha família. Até porque só sou eu e meu marido. Agora que os meninos já saíram de casa e são autônomos financeiramente. O Samuel casou tem família, tem duas filhas. Trabalha e se mantém. Uma ou outra ajudinha que eu dou, mas nada que comprometa o meu orçamento. O Roger está para Irlanda, pra onde pretendo ir também, ganhando mais que eu. Ganha em Euro. O carro dele é melhor que o meu. Se fosse o caso de ajudar, acho que seria o contrário. Ele que teria que me ajudar. Ele foi em maio de 2023 para a Europa. Trabalha num lugar de beneficiamento de batata. Não mexe com a terra, com a plantação. Acho que eles lavam pra mandar pro comércio, embalam em sacos. Não fazem colheita, a batata já vem colhida.

Necessidade de incentivo de política públicas

Desconheço alguém que receba financiamentos do governo. Inclusive, no curso que eu estou fazendo, Mães do Campo 2023, as meninas estavam reclamando que não tem apoio do governo. Falaram que no Piauí tem muito incentivo. A Trindade moradora do condomínio, quer fazer uma horta de agricultura familiar, que está fazendo curso para isso, que quer aprender porque faz trabalho voluntário numa casa espírita que cuida de muita gente, mas não consegue incentivo e financiamento para isso. Como fazem marmita, fazem caldo e cuidam em diversos aspectos das pessoas, ela quer plantar para em vez de comprar um coentro, uma alface, uma couve, já teria no quintal.

A Edna, que é mãe de uma garotinha que já foi aluna do CEF Tamanduá diz que não tem incentivo do governo que foi atrás, mas não conseguiu. Não sei até que ponto ela foi atrás. Talvez ela não tenha procurado o lugar certo ou a pessoa certa. Mas eu sei que ela

reclamou demais, porque pelo que eu vi ela é bem pra frente. Ela disse, inclusive, que fez um curso de abelhas sem ferrão para produzir mel. Ela vai atrás, mas diz que não está conseguindo encontrar. Esses incentivos pelo que ela falou são do governo federal, como aqui é Distrito, não é estado, esses programas não entram aqui.

Desafios e possibilidades na vida no Campo

Eu vejo a vida no campo na Ponte Alta tudo muito precário. Tem muito espaço, tem muita possibilidade de crescimento, porém não tem aproveitamento. As pessoas passam fome aqui, com tanta terra com tanta fruta. Tem gente que não tem o que comer, porque às vezes não tem aquela instrução para ir atrás, não tem o incentivo correto e eu vejo tudo muito difícil.

As pessoas não sabem aproveitar o que tem, não sabem aproveitar uma fruta para fazer uma polpa para comercializar, não sabem por preço nas suas coisas. Tenho um pé cheio de urucum. Dá para fazer um colorau perfeito. Tem gente que tem no quintal, que não sabe nem o que é. Graças a Deus, com que ganho eu não preciso, mas se eu não tivesse uma renda pra me manter faria um colorau ali rapidinho e já vendia. Não sei se sou eu que estou no lugar errado, por isso não consigo enxergar. Não têm um incentivo correto, isso teria que vir de políticas públicas, eu penso e não vejo isso.

Vejo possibilidades, eu vejo que isso aqui é muito rico. Tenho cinco mangueiras no meu quintal. Se fosse o caso de precisar, teria tirado polpa o ano passado suficiente para ter até agora, quer seja para comercializar, quer seja para o meu consumo. Meu pé de acerola dá acerola o ano todo, acerola linda, grande, suculenta parece uma maçã. Dá para comercializar, dá para eu consumir. Vejo muita fruta perdendo, principalmente na época própria. Muita coisa perde: jaca, jabuticaba, goiaba. Não precisa nem cultivar a terra e só esperar a própria natureza. Só esperar. Eu vejo perdendo e gente passando fome.

Não tem transporte público que atenda das necessidades da comunidade. A pessoa que mora aqui tem que ter um carro, uma moto ou uma bicicleta, porque se depender de transporte público não chega, ou então tem que sair de manhã e voltar só à tarde, porque é assim os horários do ônibus, se quebrar fica sem ônibus de linha.

Tem uma coisa que eu acho que atrapalha é o programa do Bolsa Família. Porque as mulheres recebem aquele dinheiro, aqueles R\$ 600, R\$ 900 dependendo da quantidade de filhos. Se acomoda com aquilo. Pega aquele dinheirinho come tudo, eu creio que come tudo, porque é pouco. Se organiza com aquele pouco e não procura evoluir. Não procura fazer um colorau, não procura fazer uma polpa de fruta, não procura criar uma galinha para você

vender um ovo, até para você comer uma carne, sabe? Tem muito espaço, muita terra. Eu não entendo. Eu penso que as pessoas se acomodaram por conta desse benefício do governo. Eu penso, não sei. Pode ser que sim, pode ser que não, eu não sei. São suposições. A gente não tem uma certeza.

No Pará recebi Bolsa Família por um tempo e paguei o meu curso de pedagogia. Não vejo as pessoas fazendo isso. Vejo pegar e comer aquele dinheirinho, se organiza com aquele pouco, porque é pouco e se contenta. Às vezes tem um pai para pedir, uma mãe, um vizinho, tem gente que não tem vergonha de pedir. Por isso que no grupo de WhatsApp da escola, de vez em quando, tem alguém que pede ajuda para comprar um remédio, para comprar um alimento, para comprar um gás. Sempre há quem ajude. Acho que as pessoas se acomodam nesse aspecto de pedir, ter quem dê e não buscam uma forma de melhorar. Não sei se eu estou errada, se estou enganada, mas eu penso que isso pode ser um agravante para que a situação continue dessa forma. Pensa comigo: se a pessoa não tem 600 reais do governo, se você pede e ninguém dar, você tem que correr atrás, você vai dar um jeito. Você vai capinar um lote, você vai fazer um colorau, você vai juntar uma fruta, fazer uma roupa. Mas a pessoa se organiza com aquele pouco, acostuma-se a pedir, alguém dá e fica tudo naquilo.

Experiência em assentamento

Teve uma época que fui morar num assentamento quando estava em Goiás. Porque o meu irmão não gosta de pagar aluguel, não gosta de pagar água e gosta de morar no meio do mato. Ele foi morar num assentamento dos Sem-terra e falou, mana, vai sair os lotes vamos que tu ganhas um. Tinha uma casinha que já estava construída, o líder me deixou ficar nela e fui pra lá sozinha. Passei só um mês porque era muito ruim, não tinha água encanada, não tinha banheiro. O banheiro era aquele buraco e de uso coletivo. Falei, infelizmente, não me cabe, isso aqui não dá pra mim. Passei um mês nos sem-terra e voltei para o aluguel. Vi como é muito difícil pra conseguir. Pensei, vou trabalhar e vou comprar a terra. Foi a minha única experiência com movimentos sociais.

Influência religiosa e comunitária

Aqui dentro do condomínio tem presente a Igreja Católica, a Congregação Cristã no Brasil, algumas denominações da Assembleia de Deus e Adventista do Sétimo Dia. Tem a Dona Trindade que eu sei que ela é espírita, mas acho que ela não faz sessões ou encontros na casa dela.

A igreja católica faz missa aos domingos lá na administração. Não tem uma sede própria onde possam se reunir. Festividade de igreja a Adventista eu acho que é a que mais promove esses eventos, tipo dia dos pais, dia das mães. Nas férias teve a escola de férias, tem os Desbravadores que alcançam muitos adolescentes aqui dentro. Acho muito legal esse trabalho que eles fazem com adolescentes. Quando Jesus morreu na Páscoa teve também aquela dramatização na Semana Santa.

A Eliana me falou, mas eu nunca vi, que a igreja Adventista fazia alguns trabalhos pontuais de ter médico, de ter psicólogo, de ter enfermeiro, de ter muitos profissionais para atender o povo daqui. A comunidade quando precisa de atendimento se desloca para o posto ou vai pra uma emergência de hospital no Gama ou na Samambaia. Hoje se eu precisar de um atendimento médico tenho que pagar particular, não tenho plano de saúde.

Eu acho que não sou uma pessoa religiosa, não tenho uma religião definida. Se você é católica e me chamar para católica, eu vou. O meu bem é da Adventista do Sétimo Dia, e eventualmente também o acompanho. Mas como falei, acho muito legal o trabalho que eles fazem com os adolescentes. Não sou adventista, não tenho nenhuma ligação direta. Eu não gosto de religiões.

Perda dos saberes tradicionais

Meu quintalzinho tem um monte de plantinha medicinal. Quando alguém está com dor de garganta, já faço melado, sou dessas. Eu gosto. Acho que na natureza tem tudo que a gente precisa. Gosto muito das plantinhas e das propriedades medicinais que elas nos oferecem. O menino está com icterícia toma banho de chá de picão.

Também não se vê presentes saberes tradicionais como carro de boi, cavalgadas, Festa do Divino, parteiras, pessoas que divulguem o conhecimento das fases da lua para plantar, benzedeira, por aqui também não tem.

A Dona Trindade, que é espírita, me contou que a sobrinha dela estava com câncer e ela é muito conhecedora dessas plantinhas que curam fez um remédio de plantinha, mandou pra sobrinha e pra outro sobrinho, pois os dois estavam com câncer. A sobrinha não aceitou, falou que não ia tomar porque era de espírita, que era do demônio. Preconceito. O outro que tomou, ele sarou, mas a que não aceitou tomar o remédio veio a óbvio. Ela ficou muito triste diante dessa situação da sobrinha não ter se curado e ter se negado a tomar o remédio, feito pelas mãos da tia devido a sua religiosidade.

O atendimento de saúde dos moradores do condomínio é feito pelo postinho de saúde do Engenho das Lages. O rapaz que é agente de saúde, passa por aqui, faz o cadastro das pessoas e quando precisam de atendimento liga pra ele, que marca e a pessoa vai lá.

Questões ambientais

Aqui tem a quadra de areia e o parquinho que as crianças brincam. Lá pra baixo tem uma plataforma de skate, que praticamente não tem uso, nunca vi ninguém usar. Os meninos de skate andam pelas ruas mesmo. Agora estão construindo um bosque, aqui no condomínio. Aqui tinha atividades física coletivas na praça, mas acabou, porque colocava música e incomodou alguém. Eu não sei dizer direito o que esse povo faz enquanto a lazer. Eu só vejo eles irem muito a igreja.

No condomínio tem a parte da reserva legal preservada, o povo quase não entra na área de mata do condomínio. Tem que pegar a chave na administração pra destrancar o portão. As crianças fazem a trilha, às vezes, para acessar o lago que tem lá no fundo. Fui só uma vez neste lago. Fiz a trilha e termina no lago. Mas não é toda época que dá pra ir. Porque como não é comum frequentar acaba que enche muito de mato. Na época da seca, geralmente queima tudo, a gente consegue ir mais fácil. Na época da chuva, que está muito cheio de mato, a gente não vai. Houve um síndico aqui que fez uma área de lazer perto da área de mata, mas os próprios moradores denunciaram a construção e tiveram que fechar. Não tem uma política com projetos de conscientização e preservação ambiental. Agora que estão construindo um bosque onde vão plantar as mudinhas de plantas nativas do cerrado.

A coleta de lixo é feita duas ou três vezes na semana pelo condomínio, e o Serviço de Limpeza Urbano (SLU) vem e recolhe. Aqui é proibido queimar lixo. O certo é juntar tudo no saco preto e descartar. Ou então contratar aquele container, que depois eles levam. Quando eu cheguei aqui nessa casa, tinha um buraco lá no fundo cheio de lixo. Tinha guarda-roupa velho, tinha um monte de coisa assim. Acho que pra não contratar alguém pra jogar o lixo fora jogavam lá. Nós entupimos o buraco. Era um buracão mesmo, que na chuva, enchia de água e dava dengue.

Questões de gênero e trabalho doméstico

Quando falamos de formas de igualdade de gênero, de modo geral ainda falta muito, vejo tudo muito patriarcado, eu vejo muito machismo até porque nós moramos aqui nessa zona rural e tem muito isso. Os homens daqui, até as mulheres mesmo, tem esse lance de isso é coisa de homem, isso é coisa de mulher. O trabalho doméstico é coisa de mulher e não tem

valor. É como se ela não trabalhasse. Ainda tem o pensamento que mulher que fica em casa não trabalha. Só trabalha quem sai de casa. Eu trabalho, porque meu emprego é fora de casa. Já minha nora é vista como quem não trabalha. Tadinha, passa o dia todo dentro de casa cuidando de duas meninas. Já pensou? É a que mais trabalha. Mas por não ser remunerada, também não é reconhecida.

Se acontece violência contra as mulheres está velado, desde que moro aqui nunca ouvir falar de situações desse tipo. Não tenho conhecimento, não sei falar porque é algo distante do meu mundo, não é algo que eu vejo. Também não sei falar se aqui as mulheres têm acesso aos direitos reprodutivos e saúde sexual, talvez tenha no postinho de saúde. No papel é tudo lindo.

O Seu Barbosa um senhor que trabalha de serviço geral, limpa o lote, conserta o muro, troca uma torneira, arruma chuveiro, falava que aqui no condomínio quem manda são as mulheres. Não sei se é porque o homem sai pra trabalhar e a mulher fica em casa e ela tem que resolver os problemas.

Muitas famílias aqui são mantidas pelas mulheres. A mãe do Thiago mantém a casa sozinha. A Zilar tem 62 anos e se casou recentemente, mas sempre cuidou de tudo sozinha. A cunhada da Zilar é viúva e cuida de tudo sozinha. A dona Trindade, casou-se aos 60 anos e hoje tem 72 anos, mas também sustentava a casa sozinha. As mulheres estão demorando para casar. Eu acho que elas viviam igual a mim, pensando que não iam mais casar. Voltei a casar só porque meu Bem é muito tranquilo, muito na dele e não me dá trabalho. Ao contrário, eu que dou trabalho para ele.

Tecnologia e estilo de vida

Um absurdo muita gente achar que no meio rural não precisa de tecnologias. Não é porque a gente tem um conhecimento tradicional que tem que desperdiçar a tecnologia. Vai arar a terra? Por que não posso ter um tratorzinho para arar a minha terra? Vai ter um custo-benefício muito maior do que arar com máquinas manuais. Nesta área a internet é ruim, os sinais de celular são ruins, é bem remoto. Inclusive eu me decepcionei com a capital do meu país, por conta disso. Morei em São Paulo e lá qualquer buraco tem acesso é tudo muito fácil, é muito evoluído. Estou na capital do meu país e vejo tanta dificuldade em relação a coisas tão básicas.

As minhas netas quando vêm aqui pra casa, eu não dou celular. Dou papel e lápis. As paredes estão pintadas com as artes delas. Nós contamos histórias, elas contam um pedaço e

eu continuo a história, paro elas contam outro pedaço. Acho muito importante para desenvolver a criança, porque a mãe delas não faz isso. A mãe delas dá o celular para elas ficarem quietas. Isso me incomoda muito e não é uma característica só da minha nora é uma característica da sociedade. Fico pensando o que vai ser dessas crianças, limitadas a telas.

Preocupações com o comportamento dos adolescentes

Eu me preocupo, inclusive, com as nossas meninas, que tem algumas coisas que elas acham normal. Não sei se é convívio em casa, não sei o que é, mas acho muito feio, muito triste se chamarem de "piranha". Elas próprias se chamam por palavras que as menosprezam e se trata desse jeito. Não era nem para aceitar um nome desse. As músicas que ouvem falam, eu te pego, eu faço isso, sua isso, sua aquilo, são letras que acabam com a imagem da mulher, como se mulher fosse não sei nem o que dizer.

Nos festejos de carnaval que fazemos na escola, tocamos marchinhas, musiquinhas tradicionais ou menos ruim, ou que a gente considera menos ruim, e elas não querem ouvir. Querem aquela letra pesadona, aquele batidão, aquelas coisas que nem convém estar na escola. Isso me preocupa porque parece que elas não enxergam o próprio valor. Estamos muito distantes dessa questão do autocuidado do empoderamento feminino.

Na festa junina teve menina que não dançou quadrilha, porque o namorado não ia dançar com ela, e ele não a deixou dançar com outro parceiro. Achei isso tão nada a ver. Se fosse o caso delas serem umas meninas empoderadas, questionariam, qual o problema de eu dançar com outra pessoa? Porque eu não estou fazendo nada demais. Na escola a faixa etária que trabalho está entre 11 e 14 anos, são crianças, que não tem maturidade pra ter um relacionamento dessa magnitude. Não tem. Acontece de quando termina o namoro e ver com outro, dá briga, dá confusão. Muitas vezes violência. Se a moça termina ou o rapaz termina, tentam contra a própria vida. Justamente porque não tem essa maturidade.

Ao mesmo tempo que a gente acha que as crianças e os adolescentes estão empoderados e cheios de conhecimentos, por causa da tecnologia, estão emocionalmente fragilizados vivendo tudo ao mesmo tempo. É muito contraditório.

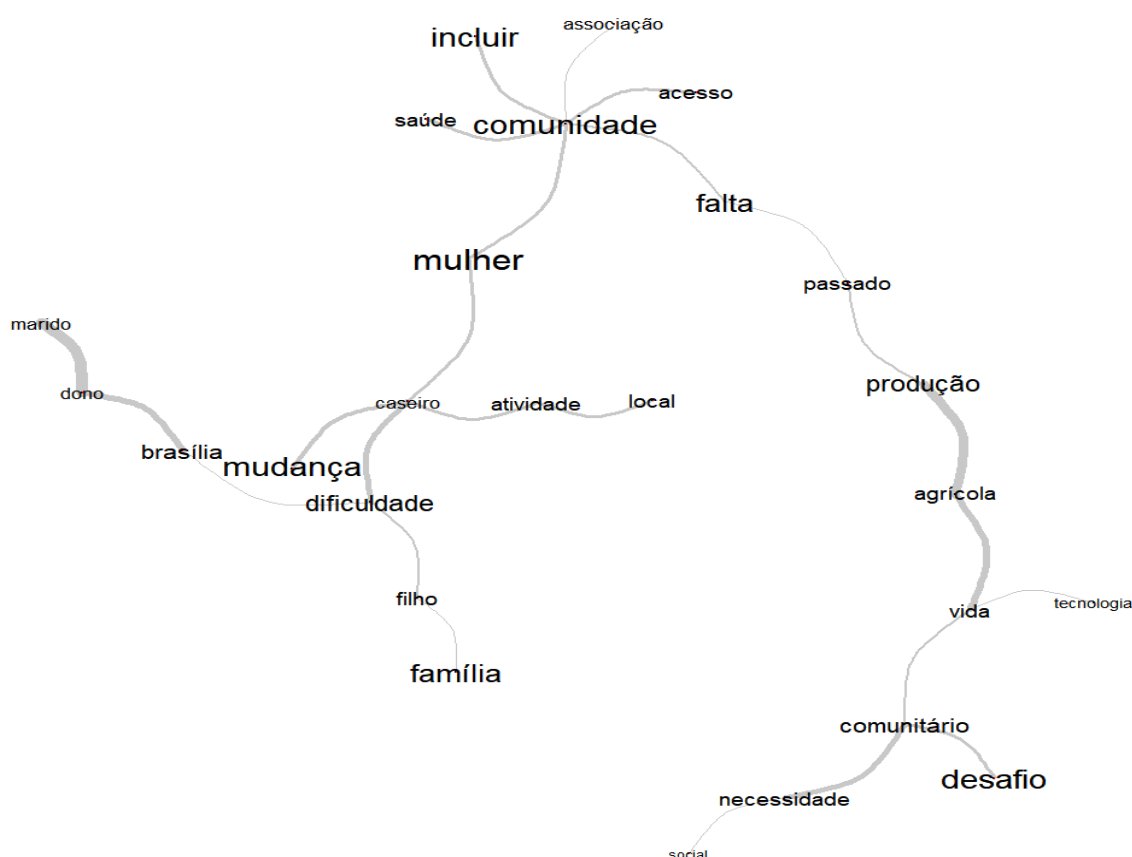
3.4.4 Tratamento dos resultados obtidos e interpretação

Conforme Bardin (1977), o processo de tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação vai além da simples observação dos dados brutos, exigindo um tratamento que forneça significado e validade por meio de diferentes técnicas estatísticas. A verificação dos

resultados permite ao analista fazer inferências e interpretações que podem estar alinhadas aos objetivos iniciais ou revelar descobertas não previstas. Esses resultados, uma vez confirmados, constituem a base para futuras pesquisas que poderão explorar novas dimensões teóricas ou técnicas.

O mapa de similitude resultou da análise do *corpus* textual das entrevistas individuais, compiladas em duas variantes de entrada: i) entrevistadas e ii) questões pessoais, utilizando o programa IRAMUTEQ (escore: Kulczynski, apresentação: Graphopt). O mapa gerado incluiu as 26 palavras de maior frequência nos textos. A análise de similitude possibilitou a visualização de palavras e conceitos interconectados, formando um mosaico de experiências e expectativas que caracterizam a comunidade da Ponte Alta Sul, a partir do olhar e das intervenções das mulheres entrevistadas. A Figura 23 representa o mapa de similitude gerado:

Figura 23 – Análise de Similitude (IRAMUTEQ)



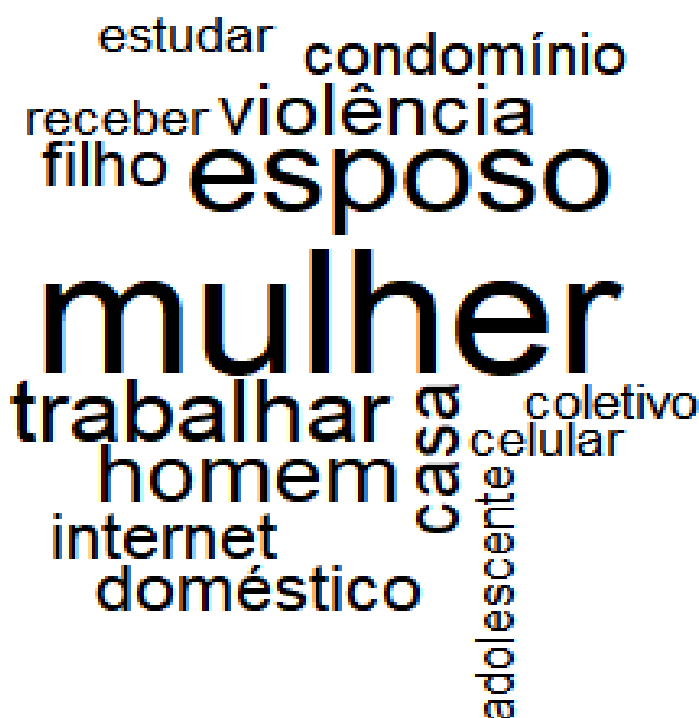
(Fonte: mapa elaborado pela autora, Análise de similitude (IRAMUTEQ), Brasília, 2024).

A palavra “comunidade” surgiu como o ponto de convergência no mapa de similitude, remetendo ao conceito de território, conforme discutido por Sá (2010). Esse conceito transcende a mera localização geográfica, incorporando as identificações sociais e culturais

que definem um espaço. O território é o local onde a vida comunitária se desenrola e onde as pessoas constroem suas histórias e legados.

A presença de termos como “mulher”, “falta”, “marido” e “dono” pode indicar uma discussão sobre os papéis de gênero e poder dentro da comunidade, enquanto “Brasília” pode representar a influência da construção da capital do Brasil como fator motivador da imigração para a área da Ponte Alta Sul ou a busca por melhores condições de vida. Os termos “mudanças” e “dificuldades” são inerentes à vida rural, enquanto palavras como “filho”, “família” e “caseiro” destacam a importância da unidade familiar e das relações de trabalho no campo. Os termos “atividade”, “local”, “passado” e “produção” sugerem uma reflexão sobre as práticas agrícolas e a conexão com a terra, que serve tanto como fonte de sustento quanto como parte da identidade cultural. Por fim, “necessidade”, “desafio” e “social” apontam para as lutas e aspirações compartilhadas pela comunidade.

Figura 24 – Nuvem de palavras categoria gênero



Fonte: Nuvem de palavras elaborada pela autora, IRAMUTEQ, Brasília, 2024.

A nuvem de palavras gerada a partir das entrevistas de histórias de vida das mulheres do campo da Ponte Alta Sul revela experiências complexas e preocupações relacionadas às relações de gênero. Palavras como “estudar” e “trabalhar” indicam uma ênfase na educação e no esforço cotidiano, enquanto “violência” e “esposo” podem sugerir questões de gênero e dinâmicas familiares. A presença de termos como “internet”, “celular” e “adolescente” reflete a influência da tecnologia, as questões intergeracionais e o acesso à informação. Essa análise

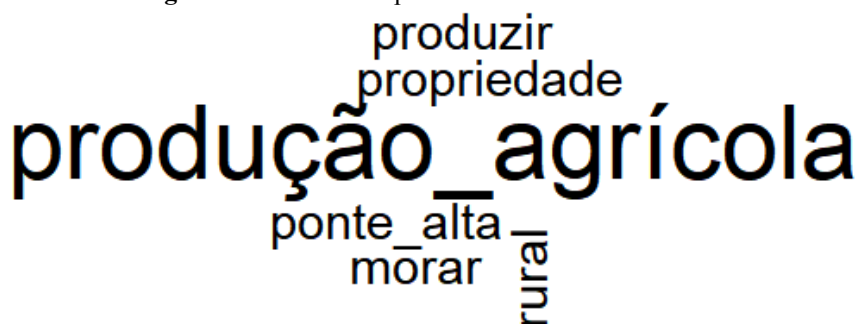
permite uma investigação das interações comunitárias, destacando como o ambiente doméstico (“casa”, “doméstico”) e a comunidade (“coletivo”, “condomínio”) influenciam a vida das mulheres, contribuindo para uma compreensão mais ampla das realidades sociais e econômicas associadas às questões de gênero.

Figura 25 – Nuvem de palavras categoria território



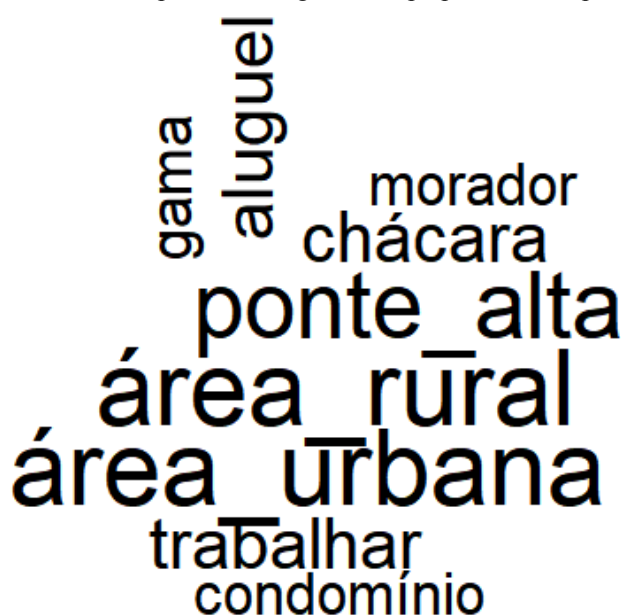
Fonte: Nuvem de palavras elaborada pela autora, IRAMUTEQ, Brasília, 2024.

As palavras da nuvem de palavras, quando vistas em conjunto, fornecem uma visão da complexa interação entre os moradores e seu ambiente, refletindo tanto desafios quanto aspectos valorizados na vida rural. “Território” e “área” referem-se à geografia e ao espaço físico, especificando a localização. Já “Ponte Alta”, “rural”, “residencial” e “morar” indicam a natureza da área e os tipos de ocupação habitacional, enquanto “morador” e “família” sugerem a importância das relações comunitárias e familiares. “Água” e “abastecimento” destacam questões essenciais de recursos hídricos, enquanto “lixo”, “reserva” e “animais” apontam para poluição, preocupações ambientais, biodiversidade ou atividades relacionadas à pecuária.

Figura 26 – Nuvem de palavras desenvolvimento rural

Fonte: Nuvem de palavras elaborada pela autora, IRAMUTEQ, Brasília, 2024.

A análise das palavras-chave “produzir”, “propriedade”, “produção agrícola”, “Ponte Alta”, “morar” e “rural” reflete a essência do desenvolvimento rural no Distrito Federal, especialmente na região da Ponte Alta Sul. “Produzir” e “produção agrícola” destacam a importância da atividade agrária como base econômica e sustentável da área. “Propriedade” ressalta a relevância da posse de terra para garantir a autonomia e o progresso dos agricultores. “Morar” indica a integração da vida cotidiana com o trabalho no campo, enquanto “rural” enfatiza o contexto específico dessas atividades.

Figura 27 –Nuvem de palavras categoria Campo periurbano e pluriatividade

Fonte: Nuvem de palavras elaborada pela autora, IRAMUTEQ, Brasília, 2024.

A nuvem de palavras gerada pelo IRAMUTEQ, baseada em entrevistas de histórias de vida, destaca não apenas as palavras-chave da experiência dessas mulheres, mas também as narrativas entrelaçadas de suas vidas. Evidencia-se como a identidade rural se adapta e resiste em um contexto de urbanização crescente, refletindo características da periurbanidade. Por meio da pluriatividade, observa-se a diversidade de atividades desenvolvidas pelas mulheres

no campo, que frequentemente incluem o trabalho como produtoras rurais em chácaras, aluguel de propriedades e a gestão das moradias na área da Ponte Alta Sul.

Figura 28 – Nuvem de palavras categoria saberes tradicionais



Fonte: Nuvem de palavras elaborada pela autora, IRAMUTEQ, Brasília, 2024.

As palavras geradas pelo *software* IRAMUTEQ revelam aspectos sobre os saberes tradicionais e as práticas culturais na região da Ponte Alta Sul do Gama. A menção a figuras familiares, como “pai” e “filho”, associada ao processo de aprendizagem, sugere a transmissão de valores e práticas entre as gerações, mantendo viva a herança cultural. A presença de expressões como “Ponte Alta”, “igreja”, “religioso”, “evangélico” e “católico” evidencia a relevância da comunidade e da fé no cotidiano dessas mulheres. Termos como “fases da lua”, “artesinato” e “benzimentos” apontam para a ausência ou redução da influência de saberes tradicionais agrícolas ligados aos ciclos naturais e práticas culturais em suas trajetórias de vida, permitindo uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e culturais das mulheres do campo na Ponte Alta Sul.

Figura 29 – Nuvem de palavras categoria organizações coletivas e movimentos sociais



Fonte: Nuvem de palavras elaborada pela autora, IRAMUTEQ, Brasília, 2024.

As palavras-chave emergentes das entrevistas com mulheres do campo, como “Organização”, “Ação” e “Movimento”, sugerem uma estrutura sistematizada de ações coletivas e movimentos sociais. Por outro lado, termos como “Condomínio”, “Morador” e “Associação de Moradores e Produtores” refletem a natureza comunitária das iniciativas locais. A construção de uma Unidade Básica de Saúde pela ação comunitária, sem apoio governamental, evidencia a capacidade de auto-organização e a resiliência da comunidade da Ponte Alta Sul. Contudo, apesar da presença de organizações coletivas, algumas entrevistadas relataram a falta de engajamento e a autonomia limitada das mulheres na tomada de decisões políticas dessas organizações dentro da comunidade.

Após a construção do mapa de similitude e das nuvens de palavras, novos reagrupamentos de categorias de análise foram delineados na pesquisa, a partir das histórias de vida das mulheres do campo e de suas trajetórias no território da Ponte Alta Sul do Gama. Optou-se por apresentar a Análise de Dados com essas categorias no Capítulo 4 da dissertação.

4 TRAJETÓRIAS ENTRELAÇADAS: HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES DO CAMPO NA DINÂMICA TERRITORIAL DA PONTE ALTA SUL DO GAMA

Este capítulo visa delimitar o território da pesquisa e revelar o espaço físico, cultural, social e econômico das histórias de vida pessoal e comunitária das mulheres do campo da Ponte Alta Sul do Gama. O panorama da região rural é construído a partir de diversas fontes, como artigos, notícias, reportagens, estudos acadêmicos e leis relevantes, que retratam o desenvolvimento rural deste território, desde a desapropriação das terras do estado de Goiás para a instalação do Distrito Federal no Planalto Central até as dificuldades e desafios enfrentados na região durante a pandemia de covid-19.

4.1 Território e identidade: a construção do espaço rural na perspectiva camponesa

Este trabalho requer a revisão de ideias relacionadas ao conceito de território rural ou território camponês, entendido como um espaço vital para o crescimento e desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões políticas, culturais, sociais e econômicas. Além disso, analisa-se como cada sujeito interage com a comunidade onde vive e de que maneira essas interações moldam as experiências individuais e coletivas na formação do território rural.

Segundo Sá (2010), a definição de território envolve a forma como uma comunidade se organiza e se identifica social e culturalmente em um espaço específico. Isso é alcançado por meio de ações coletivas que garantem a continuidade de seu modo de vida e de sua identidade cultural. Assim, o conceito de território ressalta a complexa ligação entre a terra, enquanto espaço físico, e os processos sociais, culturais e simbólicos, incorporando valores éticos, espirituais e emocionais.

No campo político, o conceito de território é central para a elaboração das políticas públicas de desenvolvimento rural, refletindo uma abordagem que valoriza as características econômicas, sociais e culturais de cada região. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (Brasil, 2003), território e território rural são definidos da seguinte forma, respectivamente:

É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais—tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições — e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relaciona interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial

São os territórios, conforme anteriormente, onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais” (ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris; baixa densidade demográfica população pequena; base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas do universo rural. Nestes territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados. (Brasil, 2003).

Encontrar uma definição para “território camponês” não é uma tarefa simples, como argumenta Fernandes (2012). O autor apresenta algumas definições pertinentes, tais como: i) o espaço ou local de existência do camponês, onde há uma vasta variedade de culturas, tradições e conhecimentos rurais; ii) a interpretação do território camponês como formado por frações ou parcelas individuais, como um sítio ou lote, propriedades coletivas como assentamentos, e até mesmo um município inteiro caracterizado pela presença marcante de atividades agrícolas; e iii) a interpretação de sua existência por meio dos modos de uso e das relações sociais ligadas ao trabalho familiar.

Pode-se dizer, então, que o território camponês é uma unidade espacial, mas também é o desdobramento dessa unidade, caracterizada pelo modo de uso desse espaço que chamamos de território, por causa de uma questão essencial que é a razão de sua existência. A unidade espacial se transforma em território camponês quando compreendemos que a relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental. A prática dessa relação social assegura a existência do território camponês, que, por sua vez, promove a reprodução dessa relação social. Essas relações sociais e seus territórios são construídos e produzidos, mediante a resistência, por uma infinidade de culturas camponesas em todo o mundo, num processo de enfrentamento permanente com as relações capitalistas (Fernandes, 2012, p. 746).

Jara (1998), ao refletir sobre o território, descreve-o não apenas como um local de refúgio e referência, mas como um ecossistema vibrante, onde elementos como terra, etnia, gênero, recursos naturais, poder, cultura, comunidades e um conjunto de normas e valores se entrelaçam de maneira complexa. Ele aborda a interconexão entre espaço e identidade, reconhecendo que o território transcende sua dimensão física, incorporando uma riqueza de significados culturais e históricos. Essa visão ampliada do território ressalta sua natureza multifacetada, onde patrimônios intangíveis e imagens coletivas se fundem com o passado e o

presente, moldando a identidade de seus habitantes e influenciando a maneira como eles percebem e interagem com o ambiente.

Os territórios não são apenas espaços físicos para a sobrevivência das comunidades, mas também locais onde se desenrola a rica vida cultural, social, política e econômica. Eles abrigam as tradições que definem identidades coletivas e individuais, sendo o solo fértil onde práticas ancestrais de manejo da terra e respeito pela natureza continuam a florescer. Através da valorização desses espaços, reafirmamos o compromisso com um futuro no qual o progresso e a preservação caminham lado a lado, garantindo um legado de resiliência e harmonia para as gerações futuras.

4.2 Desenvolvimento rural no Brasil: desafios históricos

No Brasil, o desenvolvimento rural é marcado por lutas e disputas territoriais, diferentes culturas agrícolas e diversos atores, desde os tempos da colonização, com a predominância do cultivo de cana-de-açúcar no Nordeste, até os tempos atuais, com as grandes propriedades de monoculturas de soja do agronegócio. Resistindo a esse contexto, está a agricultura familiar, que desempenha um papel crucial no desenvolvimento rural do Brasil, sustentando a biodiversidade, preservando conhecimentos tradicionais e fortalecendo as comunidades locais.

No livro “O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta”, Martins (1994) apresenta uma contextualização cronológica sobre a superação dos bloqueios ao desenvolvimento e os atrasos nas áreas econômicas, sociais e institucionais na história do Brasil, desde a Abolição da Escravatura até o Golpe Militar de 1964. Para isso, utiliza estudos de outros sociólogos, como Fernando Henrique Cardoso, que analisou a Abolição da Escravatura como o primeiro grande desbloqueio da história do Brasil, destacando contradições, como: estavam os senhores de escravos prontos para assumir as questões sociais e abolir a escravidão? Os fazendeiros poderiam atender às necessidades capitalistas? Quem poderia protagonizar as mudanças sociais? Martins (1994) também cita Florestan Fernandes, que defendia que a análise do bloqueio ao desenvolvimento deveria abranger as classes subalternas, tanto rurais quanto urbanas, pois estavam em uma situação mais sensível às mudanças. Martins (1994) ainda aborda Octavio Ianni, que sugeria uma concepção dialética de desenvolvimento, que levasse ao exame das contradições estruturais que dificultavam as mudanças na sociedade brasileira. Seus estudos fazem referência a Celso Furtado, que elaborou a hipótese do desbloqueio por meio da análise da crise do café em 1929, quando, involuntariamente, a queima do café gerou um fluxo de renda que estimulou o mercado, o

que, por sua vez, impulsionou a indústria. O autor finaliza citando o presidente Juscelino Kubitschek, observando que as mesmas elites responsáveis pelo atraso foram as protagonistas das mudanças sociais na década de 1950.

Martins (1994) discorre sobre os novos atores do desenvolvimento a partir dos anos 50, quando os trabalhadores rurais se organizaram politicamente por meio de ligas camponesas e cooperativas para reivindicar o direito à terra. A revitalização da produção canavieira, entretanto, resultou na diminuição do roçado, na pobreza rural e em relações desiguais de mando e obediência. Na tentativa de desqualificar essas iniciativas, especialmente após 1964, elas foram associadas à revolução agrária comunista, sendo justificadas como criminosas por adotarem a doutrina do cerco e do aniquilamento. Tais iniciativas foram desativadas por meio de força e coação moral, com o objetivo de identificar e eliminar as lideranças que se destacavam na defesa dos camponeses.

O artigo intitulado “Conexões, apropriações e exclusões no discurso do desenvolvimento territorial no Brasil” de Porto (2015) propõe uma organização dos discursos que influenciaram as políticas públicas de desenvolvimento territorial no Brasil, buscando identificar debates importantes sobre “território” e “desenvolvimento territorial”. Conforme o autor, nos anos 80 e início dos anos 90, a discussão sobre o desenvolvimento territorial se concentrou em áreas consideradas “subdesenvolvidas” e a abordagem territorial surge como um novo paradigma, influenciando a criação de políticas de desenvolvimento por organizações internacionais, como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA) e o Centro Latino-americano para o Desarrollo Rural (RIMISP). A abordagem do desenvolvimento territorial passou a incluir a participação de diversos atores sociais e a regulação dos recursos naturais, com a sustentabilidade se tornando uma componente chave na definição de normas para o desenvolvimento. A noção de ruralidade transcendeu os limites acadêmicos, influenciando políticas públicas e agendas de diversos movimentos sociais. Projetos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foram primordiais na construção da ideia de “agricultura familiar”, que se consolidou como uma importante pauta política.

Porto (2015) sistematiza seus dados analisando as políticas públicas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Durante o governo

de Fernando Henrique, a agenda neoliberal parece ter cumprido a função de esfriar os ânimos da luta pela terra, “congelando” as políticas de reforma agrária e promovendo o desenvolvimento do agronegócio. Além disso, houve uma estratégia de criminalização da luta pela terra, que envolveu, inclusive, a mídia, como nos casos de Corumbiara (RO) em 1995 e Eldorado dos Carajás (PA) em 1996. A agricultura familiar guardava relações com preceitos normativos de neutralização dos conflitos políticos dos atores no campo.

Segundo Porto (2015), durante o governo Lula, observou-se uma desaceleração da reforma agrária, com poucos avanços na sua implementação como política pública. No entanto, houve um fortalecimento da agricultura familiar, reconhecida como categoria de política pública. Em 2003, foi lançado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), seguido, em 2008, pelo Programa Territórios da Cidadania (PTC), focado no combate à pobreza. Nesse período, também foram iniciados o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Bolsa Família (PBF). Durante a transição dos governos Lula para Dilma, observaram-se melhorias na qualidade de vida nas camadas mais pobres da população. O agronegócio adotou a exportação de commodities como tática central, o que tornou a reforma agrária um desafio, dada a contradição com os interesses do setor. A aquisição intensiva de terras e recursos naturais integrou as classes mais baixas ao consumo, enquanto grandes empreendimentos de infraestrutura e investimentos expandiram-se sobre o território rural, alinhando a ocupação territorial aos objetivos das empresas privadas.

Uma nova etapa do desenvolvimento rural brasileiro começa com as políticas neoliberais implementadas durante a administração de Jair Bolsonaro. De acordo com Sauer (2019), este período é caracterizado pela ausência de políticas voltadas para minorias, pela suspensão do processo de reconhecimento e demarcação de terras indígenas e quilombolas, bem como pela interrupção da criação de assentamentos de reforma agrária. Além disso, ações legislativas impactaram negativamente o setor rural, como a dissolução da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, resultando na redução de políticas públicas destinadas à agricultura familiar. A Lei 13.870/2019, que autoriza o porte de armas no campo, é outro exemplo dessas medidas. Nesse contexto, ocorreram reintegrações de posse, reforçando a agenda governamental que promove a especulação, o desmatamento e a violência no meio rural.

Além da contextualização histórica do desenvolvimento rural no Brasil, outras reflexões são pertinentes a este estudo, como as elaboradas por Sen (2000), que defende que o

desenvolvimento deve tratar de questões que libertem as pessoas de suas carências de acesso à água, medicamentos, direitos sociais, políticos, econômicos e médicos, os quais afetam diretamente o direito de viver dignamente:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistêmica negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos. Apesar de aumentos sem precedentes na opulência global o mundo atual nega liberdades elementares há um grande número de pessoas – talvez até mesmo a maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado vindo de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica de educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outro caso a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à Liberdade de participar da vida social política e econômica da comunidade (SEN, 2000, p. 18).

Diante da realidade política, social e econômica que assola todo o Brasil, sendo mais impactante no meio rural, onde os sujeitos camponeses são desafiados a sobreviver diante da expansão do agronegócio, de suas monoculturas e das grilagens de terras, que retiram os direitos dos sujeitos do campo, levando-os cada vez mais à linha da pobreza, revisitando as mazelas retratadas no pensamento de Marx (1996) sobre a servidão, quando o sujeito não escolhe o seu trabalho, a violência para acelerar a escravidão, a expulsão dos camponeses das terras, a propriedade privada dos meios de produção, a acumulação primitiva em vez de acumulação original, o Estado coercitivo em prol do mercado e o uso do Estado para naturalizar esses processos de escravidão.

De acordo com Fanon (1961), o campo apresenta uma necessidade mais urgente do que a cidade na busca pela independência e no reconhecimento da cultura como forma de autoafirmação do indivíduo, a fim de restaurar a moral e a dignidade, que se perderam ao longo do tempo devido às feridas coloniais e ao desenvolvimento voltado para a industrialização e modernização dos meios de produção.

No artigo “O Plantationoceno – uma contribuição lusotropical para a teoria”, Wolford (2021) aborda o tráfico humano justificado pela necessidade de plantar; a exploração colonial, abrindo o caminho para a industrialização e o crescimento das áreas urbanas; o conceito de antropoceno para caracterizar as mudanças climáticas induzidas pelos humanos; a idealização do capitalismo como algo natural, realizando o cercamento das terras; a alienação dos camponeses, deixando-os “livres” para trabalhar por um salário, e a dependência do trabalho

mercantilizado. Reflete sobre como os sujeitos camponeses sobreviverão nesse crescente do capitalismo, onde suas terras estão cada vez menores, não só pelo crescimento urbano, mas sobretudo pela expansão do agronegócio no Brasil, que invade e desapropria terras destinadas a comunidades tradicionais e à agricultura familiar. O artigo também abre espaço para refletir sobre como a “liberdade” de trabalhar por um salário leva ao campo o desequilíbrio da cadeia de produção alimentar. Muitas vezes, o agricultor, nessa falsa ilusão de um trabalho melhor na área urbana, acaba migrando para as cidades, onde não há empregos para todos, cai no desemprego e volta ao campo sem recursos para retomar seus cultivos.

Radomsky (2011) realiza críticas ao capitalismo, que trata o ser humano como mercadoria, e ao desenvolvimento, que por anos foi planejado de cima para baixo, alimentado pelo estruturalismo de países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Além disso, critica o tratamento dado aos atores, quase como coadjuvantes, pelas políticas públicas. Ele destaca a relevância dos atores e do território como elementos essenciais para a construção da pluralidade, o aprendizado no coletivo e os conhecimentos sociológicos para o desenvolvimento territorial. Deixa claro que os atores organizados terão mais benefícios do Estado em uma proposta liberal, enquanto os não organizados terão pouco ou nenhum acesso às políticas de implementação de seus projetos.

O modelo de desenvolvimento predominante divulgado na mídia no Brasil é a monocultura de exportação, na qual os produtores empresariais estão a serviço do capital, com suas vastas propriedades, ignorando a importância do trabalho humano como fonte de renda. Esta estratégia midiática visa retratar a agricultura tradicional como um modelo ultrapassado e a falta de tecnologia no campo como um obstáculo para o desenvolvimento rural. Para Petersen (2013), a superação desses paradigmas está sendo construída gradualmente, ainda que lentamente, com políticas públicas que valorizam e dão protagonismo às famílias e organizações da agricultura familiar, além da militância de movimentos e organizações sociais em defesa da sobrevivência da agricultura tradicional e da segurança ambiental.

4.3 Pluriatividade: transformações e perspectivas no desenvolvimento rural brasileiro

A partir da década de 1990, inicia-se uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento rural, influenciada pelas mudanças nos espaços rurais, que contribuem para repensar a ideia de “nova ruralidade”. Profeta (2019) aponta dinâmicas e fatores para essas transformações rurais, como:

i) ocupação por outras atividades econômicas não agrícolas, com a revalorização do campo como espaço de lazer ou de residência; e, ii) valorização do campo como meio de trabalho, cuja agricultura familiar aparece como ator social de desenvolvimento econômico.

Outros dois fatores contribuem para as novas dinâmicas da ruralidade brasileira: i) a ampliação da mobilidade estimulada pela expansão dos meios de comunicação, estradas, rodovias, transporte coletivo, acesso a automóveis e canais de comunicação virtuais (principalmente a TV); e, ii) a transformação do campo em espaço de lazer através da diversificação do mercado de trabalho em regiões com vocação turística. (Profeta, 2019, p. 113).

Alentejano (1999) afirma que a pluriatividade envolve a diversificação das formas de organização, com a multiplicação de estratégias complementares de reprodução dos agricultores, como o assalariamento urbano, a transformação industrial ou artesanal da produção agrícola e o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural.

Segundo Mello (2015), o meio rural já não é unicamente definido pela atividade agrícola. Há uma mudança na orientação da capacidade produtiva da população rural como uma alternativa à migração para áreas urbanas, ao desemprego nas cidades e ao modelo agrícola predominante. Nesse novo cenário rural, são comuns atividades relacionadas ao consumo de bens materiais, simbólicos e serviços, tais como celebrações, folclore, culinária, ecoturismo e turismo rural, entre outras, requerendo uma reestruturação das comunidades rurais, com a inclusão de novos elementos econômicos, culturais e sociais.

Em face às transformações nas propriedades rurais, advindas com a pluriatividade no campo, Soares (2019) apresenta algumas atividades e profissões dos novos “atores sociais” residentes no campo, como: desempregados, pensionistas, aposentados, comerciantes, empregados das indústrias, prestadores de serviços, funcionários públicos, empregados em grandes propriedades, dentre outros.

Para Kageyama (2008), a variedade de atividades desenvolvidas no meio rural, como artesanato, turismo, preservação ambiental e agroindústrias, torna o local atrativo devido aos recursos naturais e às culturas locais. Com isso, os agricultores assumem múltiplas funções, e o ambiente rural é percebido sob um enfoque territorial, destacando-se a valorização da cultura, identidade e história locais, bem como das redes interorganizacionais.

O patrimônio cultural (material e imaterial) é considerado um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável de comunidades, especialmente rurais. De acordo com Mello (2015), a valorização das características únicas e da diversidade cultural impulsiona a

economia local, promovendo a geração de emprego e renda. Nesse contexto, o patrimônio não é apenas um reflexo da memória e identidade de um território, mas também um recurso vital para a afirmação de valores culturais e ambientais. A tendência atual enfatiza a harmonia entre o local e o global, o tradicional e o moderno, refletindo uma abordagem pós-moderna que celebra a singularidade e a sabedoria das práticas locais.

Profeta (2019) argumenta que, em um contexto em que a produção agrícola é predominantemente realizada em pequenas propriedades familiares, a geração de renda para esses núcleos familiares constitui um desafio relevante. Geralmente, esses agricultores não dispõem de tecnologia, suporte técnico ou recursos financeiros suficientes para tornar a agricultura viável, de forma que possam sustentar suas famílias exclusivamente com essa atividade.

Para Soares (2019), a pluriatividade no meio rural pode surgir como uma estratégia de emergência, visando garantir a sobrevivência e prevenir o agravamento da pobreza. Além disso, pode ser adotada de forma voluntária como uma maneira de aumentar a renda familiar, contribuindo para a melhoria das condições de vida e, até mesmo, permitindo a acumulação de recursos financeiros. Essa diversificação de atividades é fundamental para a resiliência e sustentabilidade das comunidades agrícolas.

A conexão entre o ambiente rural e urbano, representada pela pluriatividade, é um fenômeno em expansão que desafia as definições tradicionais de ambos os ambientes, de acordo com Profeta (2019).

O rural e o urbano vêm sendo marcados por relações e atividades cada vez mais interligadas, evidenciando a complexidade na definição de uma abordagem única para sua delimitação. Com a aproximação de universos culturais e simbólicos distintos, tratar, metodologicamente, o rural como oposição ou continuidade do urbano, ou vice e versa, pode não ser mais pertinente na sociedade contemporânea (Profeta, 2019, p. 113).

O PDOT (2009) utiliza o termo multifuncionalidade ao reconhecer que o território rural do Distrito Federal não se limita mais às atividades agrícolas tradicionais. Com o passar do tempo, esse território tem se transformado em um espaço com uma grande diversidade de atividades. Entre elas estão atividades recreativas, ecoturismo e turismo rural, além de abrigar agroindústrias. O território também se tornou local de trabalho para os funcionários dessas agroindústrias e um espaço destinado à preservação ambiental, entre outras funções.

A pluriatividade no campo valoriza a identidade cultural da região, amplia as opções econômicas e estimula o progresso rural. A importância da agricultura, aliada a uma ampla variedade de organizações e ao crescimento do setor de serviços no campo, é incontestável.

Essa diversidade favorece a viabilidade a longo prazo das comunidades agrícolas, fortalece a economia local e melhora as condições de vida, como destacado por diversos acadêmicos.

4.4 Mulheres do campo: o impacto das relações de gênero

Segundo Scott (1990), o uso do termo “gênero” ganhou um sentido mais concreto e literal entre as feministas americanas na década de 70, que começaram a empregá-lo para descrever a natureza social das diferenças entre os sexos. De forma significativa, o termo foi sugerido por aquelas que acreditavam que a pesquisa sobre mulheres poderia transformar radicalmente os paradigmas acadêmicos existentes, destacando que tal estudo não apenas introduziria novos tópicos, mas também exigiria uma revisão crítica das bases e critérios da pesquisa científica tradicional. Para a autora, na década de 1980, a concepção de “gênero” transcendeu a substituição do termo “mulheres”, servindo também para destacar a interconexão entre as informações sobre mulheres e homens, em que o conhecimento sobre um sexo implica no estudo do outro. Essa perspectiva reforça a noção de que o universo feminino é intrínseco ao masculino, sendo moldado por esse contexto. Contrapõe-se à ideia de esferas separadas, argumentando que a análise isolada das mulheres contribui para a perpetuação de um mito que desvincula as experiências de um sexo das do outro. Ademais, “gênero” é empregado para descrever as relações sociais entre os sexos, rejeitando interpretações baseadas na biologia e enfatizando as “construções culturais” que definem os papéis sociais atribuídos a cada gênero.

Hirata (2014, p. 61) analisa o “gênero” sob a perspectiva das relações de trabalho, destacando a interseccionalidade como “unidade indissociável entre sexo, raça e classe”, uma ideia que ganhou força a partir dos anos 2000. A necessidade de examinar conjuntamente as categorias de sexo e raça é evidenciada por estudos que vão além da comparação entre homens e mulheres, incluindo as disparidades entre indivíduos brancos e negros de ambos os sexos, especialmente em pesquisas brasileiras que utilizam essas variáveis para entender as desigualdades salariais e o desemprego. A autora utiliza dados da PNAD dos anos de 1989 e 1999 para ilustrar como, no Brasil, homens brancos tendem a ter salários mais elevados, seguidos por homens negros e mulheres brancas, enquanto mulheres negras recebem os menores salários e frequentemente ocupam posições de trabalho menos prestigiadas e com piores condições, como o emprego doméstico, onde são predominantes.

Para Silva (2015), no que se refere à participação das mulheres no mercado de trabalho, sabe-se que ocorreu de forma tardia, sendo marcada por dois grandes momentos históricos que desencadearam esse processo: a Revolução Industrial e a Primeira Guerra

Mundial, quando as mulheres saíram de casa e foram para as fábricas em busca de trabalho. Até esses momentos, pode-se afirmar que cabia às mulheres a participação apenas nos espaços domésticos, e as atividades produtivas com as quais se envolviam se referiam a esse espaço específico. A autora ainda afirma que as mulheres sempre trabalharam, embora seu trabalho tenha sido desvalorizado pelo capitalismo, que passou a valorizar as atividades que geram mais-valia, executadas em espaços públicos, enquanto menosprezava o trabalho realizado no espaço doméstico.

Além de todas essas discriminações, as mulheres camponesas também são vítimas do processo cultural de violência doméstica que assola o Brasil, um processo amplamente combatido pelo Movimento das Mulheres Camponesas (MMC, 2022). Segundo o movimento, “a violência e a discriminação das mulheres não são algo natural; foram naturalizadas pelos processos históricos e pelas relações sociais, portanto, precisam ser desnaturalizadas e podem e devem ser superadas” (MMC, 2022).

A invisibilidade da mulher brasileira está entre as mais altas do mundo, e as mulheres camponesas são ainda mais massacradas, conforme o Instituto Humanista Unisinos (2019):

As mulheres enfrentam mais restrições do que os homens no acesso à água, à titulação das terras, ao crédito rural, à assistência técnica e à compra de sementes. Elas também são mais discriminadas no mercado de trabalho e ocupam a maior parte dos serviços não remunerados sendo especialmente prejudicadas pela proposta de reforma da Previdência em discussão no Congresso, que pretende igualar a idade de aposentadoria rural entre homens e mulheres em 60 anos (Instituto Humanista Unisinos, 2019).

Para a ativista feminista Hooks (2018, p. 14-15), uma revolução feminista não criará um mundo sem racismo, elitismo ou imperialismo, “mas tornará possível que sejamos pessoas – mulheres e homens – autorrealizadas, capazes de criar uma comunidade amorosa, de viver juntas, realizando nossos sonhos de liberdade e justiça, vivendo a verdade de que somos todas e todos 'iguais na criação'”. Para ela, o feminismo não se limita às mulheres; na verdade, representa uma luta pela libertação de todos os que sofrem sob sistemas opressivos como o patriarcado, o racismo, o capitalismo e outras formas de opressão. Assim, abre-se espaço para questionar como o poder é exercido e distribuído na sociedade e como podemos criar relações mais igualitárias e respeitadas entre as pessoas.

Para que a liberdade das mulheres do campo seja uma realidade, não se pode desconsiderar que um traço marcante na divisão do trabalho no campo brasileiro é o patriarcalismo hegemônico na construção da sociedade, que supervaloriza o trabalho masculino e fragiliza o trabalho feminino, levando a mulher à invisibilidade social. Ela

trabalha em seus afazeres domésticos e na produção rural, mas, ainda assim, não é valorizada. Tardin (2012) descreve a vida de opressão e repressão da mulher no contexto rural, sendo vista apenas como uma ajudante do marido, sem reconhecimento nem no próprio meio familiar, nem no âmbito social; vivenciando violência física, moral e financeira, e recebendo menos na repartição dos valores do trabalho familiar.

A entrevistada Açucena identifica uma forte influência do patriarcado na região da Ponte Alta Sul, evidenciando preconceitos arraigados em ambos os gêneros em relação às atividades consideradas apropriadas para homens ou mulheres. Ela aponta que as tarefas domésticas, frequentemente atribuídas às mulheres, não são devidamente reconhecidas. A violência contra a mulher, muitas vezes oculta, é uma realidade que Açucena não tem conhecimento de casos concretos no Condomínio Asa Branca. Ela expressa preocupação com o modo como as jovens se referem umas às outras, utilizando termos depreciativos. Dona Perpétua relata a falta de valorização do trabalho doméstico feminino e a invisibilidade da violência doméstica na comunidade, suspeitando da existência de casos na área da Ponte Alta, mas que são velados.

As autoras Silva e Eggert (2011) afirmam que destacar as atividades exercidas pelas mulheres no contexto doméstico implica reconhecer o histórico de participação ativa das mulheres na construção do tecido social. Dessa forma, tanto o trabalho quanto as mulheres ganham visibilidade, emergindo do anonimato para assumir seu lugar em uma sociedade ainda regida pelo patriarcado.

A discussão de gênero no campo vai além da divisão do trabalho, das relações de poder, direitos, representações e identidades. Envolve também a construção de uma nova cultura de gênero, que valorize a diversidade e a igualdade, reconhecendo o papel fundamental das mulheres na luta pela terra e pela transformação social.

4.5 Mulheres e seus desafios no desenvolvimento rural

Durante as primeiras décadas do estudo do desenvolvimento (1950-1970), segundo Erice e Marques (2017), o papel das mulheres, especialmente no meio rural, não era reconhecido. Elas eram vistas apenas como beneficiárias passivas do crescimento econômico, com foco em suas funções reprodutivas e de cuidado doméstico. Os programas de desenvolvimento concentravam-se em doações de alimentos e treinamento em habilidades domésticas, sem considerar o potencial produtivo das mulheres.

Na década de 1970, a falta de visibilidade e valorização do trabalho feminino levou as agências de cooperação internacional a incentivar a integração das mulheres no mercado formal de trabalho. No entanto, essa abordagem ainda as mantinha em uma posição de invisibilidade, tratando-as de maneira paternalista ou como indicadores de atraso, especialmente no contexto do “Terceiro Mundo”.

Com a crise das dívidas externas nos anos 1980, surgiram esforços para incluir mulheres pobres no mercado de trabalho como uma estratégia para reduzir a pobreza. Contudo, isso muitas vezes resultou em uma sobrecarga de trabalho, sem considerar suas responsabilidades domésticas e “reprodutivas”. Assim, a perspectiva feminista critica a visão de que as mulheres são meramente instrumentos para o bem-estar dos outros, destacando que elas são frequentemente vistas como voluntárias em uma missão, em vez de agentes ativas em seu próprio desenvolvimento.

Ainda segundo os estudos de Erice e Marques (2017), estratégias alternativas ao desenvolvimento surgiram nos anos 1980, como a abordagem das capacidades e o empoderamento. A primeira foi criticada por seu cunho liberal e individualista, além de não considerar os aspectos culturais e sociais dos indivíduos. Já o empoderamento, com a popularização do termo em programas e políticas, enfraqueceu a noção de empoderamento como um processo coletivo, transformando-o em uma questão de capacidade individual.

No ano de 2000, foram lançados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que visavam atingir metas globais para reduzir a pobreza e promover a saúde, a educação e a igualdade de gênero. Segundo Erice e Marques (2017), o desenvolvimento feminino é avaliado com base em três pontos: acesso ao emprego remunerado, educação e participação política formal. No entanto, os critérios para “educação” e “participação política” não são detalhados, o que os torna incapazes de capturar a diversidade das experiências das mulheres, perpetuando a tendência de transferir a responsabilidade pelo desenvolvimento para as próprias pessoas. No caso das mulheres rurais, essas responsabilidades são ainda mais amplas, devido ao papel central e de liderança que elas desempenham em suas comunidades. Esse modelo de desenvolvimento centrado na produtividade e no individualismo gerou a proposição de transformações sociais que valorizassem as práticas e os conhecimentos das mulheres rurais, como uma luta contra o patriarcado, desafiando perspectivas que as veem apenas sob uma ótica economicista ou funcionalista.

A discussão sobre o papel das mulheres no desenvolvimento continua evoluindo, com um foco crescente na necessidade de reconhecer e valorizar o trabalho feminino em todas as

suas formas, além da busca por abordagens que promovam a igualdade de gênero de maneira sustentável e inclusiva. Contribuindo para esse desafio, em janeiro de 2016, seguiu-se a Agenda 2030, que deu continuidade à Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015). De acordo com o IDIS (2014), a Agenda 2030 originou-se de um processo global participativo que durou mais de dois anos, iniciado em 2013, coordenado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Durante esse período, governos, sociedade civil, setor privado e instituições de pesquisa contribuíram por meio da Plataforma “*My World*” para a elaboração de metas ambiciosas, organizadas em um plano de ação dividido em 4 áreas principais: social, ambiental, econômica e institucional, com 17 objetivos e 169 metas globais.

Na perspectiva do feminismo camponês, que unifica as agendas dos movimentos de luta contra a violência doméstica, de valorização do trabalho feminino e, principalmente, da libertação do patriarcado, o Objetivo n.º 5 da Agenda 2030 propõe alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas por meio de:

- 5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
- 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
- 5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.
- 5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.
- 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
- 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.
- 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
- 5.b - Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.
- 5.c - Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis (ONU, 2014).

No contexto do quinto objetivo de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas, que visa promover a igualdade de gênero e o empoderamento feminino, as mulheres do campo deste estudo compartilham suas experiências e desafios no cumprimento desse objetivo, destacando as dificuldades e as necessidades específicas de suas realidades.

Dona Flora, por exemplo, observa que a maioria dos membros da comunidade tem acesso à internet, o que tem ajudado a superar obstáculos tecnológicos, permitindo uma maior conectividade e acesso à informação. No entanto, essa realidade não é compartilhada por todas as mulheres rurais, como indica Amarílis. Ela aponta a falta de acesso à internet e aos serviços de telecomunicações de qualidade como um grande impedimento para a comunicação eficaz. Amarílis também destaca a necessidade de se criarem estruturas adequadas de suporte e proteção para as mulheres vítimas de violência, evidenciando como a falta de infraestrutura pode dificultar o acesso a serviços essenciais, como as linhas de apoio à violência doméstica e o acompanhamento psicológico.

Dona Perpétua, por sua vez, menciona as iniciativas de saúde e direitos reprodutivos oferecidas pela Unidade Básica de Saúde local, mas também chama atenção para as limitações enfrentadas pelas mulheres no acesso à tecnologia, à internet e aos dispositivos móveis, tornando difícil o acesso a informações cruciais sobre saúde e direitos. A dificuldade de acessar plataformas digitais de informação e de comunicação agrava a situação das mulheres, que muitas vezes dependem de meios tradicionais e de menor alcance.

Açucena acrescenta uma crítica à deficiente qualidade da internet e à baixa recepção de sinal de celular em áreas mais remotas, evidenciando uma realidade comum nas zonas rurais. Ela critica a falsa ideia de que as áreas rurais não necessitam de avanços tecnológicos, argumentando que as mulheres, especialmente aquelas em regiões mais afastadas, enfrentam uma exclusão digital que as impede de acessar recursos e serviços que poderiam ser fundamentais para o seu empoderamento e para a busca de seus direitos.

Essas experiências destacam como a inclusão digital e o acesso à tecnologia são fundamentais para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres no meio rural, refletindo as disparidades existentes entre áreas urbanas e rurais e apontando a necessidade urgente de políticas públicas que garantam o acesso universal e de qualidade à internet e à tecnologia nas comunidades rurais. A falta de infraestrutura tecnológica continua sendo um desafio central que impede as mulheres do campo de exercerem plenamente seus direitos, especialmente no que diz respeito à informação, saúde, segurança e educação.

4.6 Grandes mulheres e seus ideais para uma vida melhor

A epígrafe desta dissertação faz memória a sete grandes mulheres brasileiras, lutadoras por melhores condições de vida no campo para suas famílias e, principalmente, para suas comunidades. No texto de Viana (2016, p. 21), o autor destaca que “as mulheres sempre

participaram das lutas camponesas, desde os movimentos de resistência armada, as ocupações de terra, as organizações dos sindicatos, as greves, os acampamentos e assentamentos. Apesar da cultura machista, várias mulheres camponesas saíram do anonimato”. Em seguida, apresenta-se um breve histórico de suas trajetórias de vida, marcante e simbólica para a defesa do campo brasileiro.

A trajetória de Dirce Machado no movimento pelos direitos das mulheres no campo é destacada por Marinho (2021) como um exemplo de resistência e educação. Desde sua juventude, Dirce foi uma peça fundamental na luta contra as adversidades enfrentadas pelas mulheres rurais, utilizando sua posição no PCB para promover uma mudança cultural significativa. Em Trombas e Formoso, ela não apenas presenciou as injustiças sofridas pelas posseiras, mas também assumiu a liderança em ações educativas e de organização, contribuindo decisivamente para os movimentos sociais da região. Sua dedicação à causa das mulheres e à aplicação dos princípios comunistas na luta pela igualdade de gênero é um legado que ressoa até os dias atuais.

Em 2023, de acordo com o site do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi lançada a autobiografia de Dirce Machado, intitulada *Dirce Machado – a saga de uma camponesa da luta de Trombas e Formoso*. Na divulgação do livro, por meio do site do PCB, Silva (2023) a descreve como:

Camponesa de nascimento, educadora popular por vocação, parteira por sua enorme solidariedade, exímia atiradora por necessidade e vereadora eleita por dois mandatos na década de 80, hoje com 89 anos, Dirce se mantém como referência na luta social e política no Brasil. Tendo enfrentado incríveis dificuldades em sua atuação militante, como as terríveis torturas durante a ditadura Militar Empresarial iniciada em 1964, mas nunca perdendo o bom humor e a confiança em seus camaradas e nas lutas participava, Dirce sempre defende que “a moeda que o capitalismo não conhece e nós forjamos, é a solidariedade”, e sua trajetória está aí para comprovar essa afirmação. (Silva, 2023).

De acordo com o site Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (2024), Josefa Paulino da Silva Pureza, nascida em 1924 em uma família de trabalhadores rurais em São Miguel dos Campos (AL), começou a trabalhar cedo como empregada doméstica. Casou-se com José Pureza da Silva e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como costureira antes de se dedicar à agricultura. Ela e o marido se envolveram em movimentos pela posse de terra, e Josefa se destacou na militância do Partido Comunista Brasileiro e nas Ligas Femininas. Sua atuação a levou a representar as trabalhadoras rurais em um congresso mundial na Hungria e a fundar associações de mulheres no campo, lutando pelos direitos à terra e em defesa dos presos políticos. Após o Golpe Militar, Josefa e seu marido enfrentaram

perseguição política, o que os levou a retornar para Alagoas, onde viveram por três anos. Durante esse período, Josefa trabalhou como costureira e José como pescador. Mais tarde, mudaram-se para Recife, onde foram detidos em 1973 sob a acusação de reorganizar o Partido Comunista Brasileiro. Após serem libertados, mudaram-se novamente para o Rio de Janeiro, para Pendotiba, onde continuaram sua militância política. Josefa manteve-se ativa em sua atuação sindical e comunitária até o ano de seu falecimento, em 1999.

Antes de morrer, em 1994, a Câmara Municipal de Niterói concedeu a Josefa Paulino o título de Cidadã Niteroiense pelos relevantes serviços prestados à cidade, através do Decreto Legislativo Nº 298 de 1994 de Niterói, RJ.

Elizabeth Teixeira é um símbolo de resistência e luta pela reforma agrária no Brasil, como informa o site Memórias da Ditadura (2024). Como líder camponesa, ela enfrentou perseguições e adversidades, mas nunca desistiu de lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais. Viúva de João Pedro Teixeira, assassinado em 1962, Elizabeth assumiu a liderança das Ligas Camponesas, continuando a batalha por justiça social e dignidade no campo. Sua vida foi marcada pela coragem e determinação, mesmo sob ameaças e perdas trágicas, incluindo a morte de dois de seus filhos e o suicídio de uma filha. Apesar de ter vivido na clandestinidade por muitos anos, sua participação no documentário “Cabra Marcado para Morrer” revelou sua própria história e fortaleceu a causa que defende até hoje. Elizabeth Teixeira permanece uma inspiração para aqueles que lutam pela igualdade e pelo direito à terra no Brasil.

O site Memorial de Resistência de São Paulo (2024) conta que Margarida Maria Alves é reconhecida por sua liderança significativa entre os trabalhadores rurais na Paraíba, onde se destacou como a primeira mulher a presidir o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Sua defesa incansável pelos direitos dos trabalhadores, aliada à promoção da educação e cultura rural, bem como sua luta pela reforma agrária, a colocaram em uma posição de destaque. Além disso, ela teve um papel fundamental na criação do Movimento de Mulheres do Brejo, marcando seu nome como uma das pioneiras no ativismo feminino na América Latina. Contudo, sua trajetória foi marcada por desafios, incluindo ameaças que culminaram em seu assassinato em 1983, evento que a transformou em um ícone da resistência e dos direitos dos trabalhadores rurais. Em meio aos conflitos agrários na Paraíba, Margarida Maria Alves enfrentou ameaças e violência, que levaram ao seu assassinato. Sua coragem em desafiar os interesses dos proprietários de terras locais, especialmente aqueles associados ao “Grupo da Várzea”, a colocou em perigo. As investigações e julgamentos que se seguiram ao crime foram marcados por controvérsias e absolvições, apesar das evidências

apresentadas. A morte de indivíduos ligados ao caso, como Edgar Paes de Araújo, e a absolvição do único acusado a ir a julgamento, José Buarque de Gusmão Neto, sugerem uma possível conspiração para proteger os verdadeiros responsáveis pelo crime. A situação reflete a violência da região, exacerbada pela falta de ação estatal adequada em relação aos direitos dos trabalhadores, espelhando as tensões sociais e a desigualdade na distribuição de terras.

Segundo Maciel (2024), a trajetória de Rosa Geralda Silveira, nascida em 1929 na Fazenda Caveira, uma área de um antigo quilombo localizada em São Pedro da Aldeia-RJ, é um exemplo de resistência e liderança. Criada em condições de vida duras, quase análogas à escravidão, Rosa não se conformou com as limitações impostas a ela e sua família, buscando a educação como uma forma de emancipação. Sua jornada não se restringiu à busca pessoal pelo conhecimento, mas também ao engajamento ativo nas lutas comunitárias, destacando-se como uma figura central na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e na oposição à exploração de terras, o que levou à fundação do primeiro sindicato rural da região. Em meio a conflitos agrários intensificados em 1964, Rosa enfrentou desafios legais e pessoais, incluindo prisão e perseguição durante o regime militar, por defender a permanência das famílias em suas terras ancestrais. Sua persistência foi fundamental para mudar a percepção das mulheres da comunidade, que inicialmente duvidavam de suas intenções, mas acabaram por se unir à sua causa. Mesmo com a saúde fragilizada, Rosa manteve-se firme em seu papel no sindicato, simbolizando a esperança na luta pelo reconhecimento e titularidade das terras de quilombos. A história de Rosa reflete a determinação e o espírito combativo presentes na luta contra as desigualdades sociais e econômicas enfrentadas por muitos no Brasil.

Segundo o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (2014), a trajetória de Irmã Adelaide Molinari é um retrato da entrega incondicional ao próximo e das adversidades enfrentadas por aqueles que dedicam suas vidas à luta pela justiça social. Nascida em uma família de agricultores, Adelaide Molinari desde cedo demonstrou uma inclinação para a vida religiosa, o que a conduziu a integrar a congregação das Filhas do Amor Divino. Em sua missão, ela se destacou pelo compromisso com os desfavorecidos, especialmente em seu trabalho missionário no Pará. Sua presença em Eldorado simbolizava esperança; contudo, o seu destino foi selado por um episódio de violência que chocou a comunidade. O assassinato de Molinari, em um contexto de tensão e ameaças, evidenciou os riscos inerentes ao ativismo social. Suas últimas palavras refletiram sua essência compassiva, mesmo diante da iminência da morte. A perda de Adelaide não só privou a comunidade de

uma figura de liderança, como também ressaltou a vulnerabilidade dos defensores dos direitos humanos. Sua memória persiste, inspirando a continuidade da luta por um mundo mais justo.

De acordo com Silva (2019), Roseli Celeste Nunes da Silva, conhecida como Rose, é uma figura emblemática na história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil. Sua participação na ocupação da Fazenda Annoni, em 1985, destaca-se como um ato de coragem e determinação. Grávida de seu terceiro filho, Rose não só lutou pela reforma agrária, mas também foi uma defensora fervorosa dos direitos das mulheres. Ela desempenhou um papel crucial ao mobilizar e inspirar outras mulheres a lutar por uma vida digna no campo, resistindo à desistência e educando-as sobre seus direitos e a importância de combater a opressão machista. O nascimento de seu filho, Marcos Tiaraju Correa da Silva, a primeira criança a nascer em um acampamento do MST, simboliza a continuidade da luta e a esperança de um futuro melhor, evidenciado por sua entrada no Programa Mais Médicos, em 2013. Rose dizia: “Eu vou continuar aqui, até o fim, espero que quando meu filho esteja grande, tudo isso não seja em vão, que ele tenha um futuro melhor.” A vida da ativista agrária foi tragicamente ceifada aos 33 anos, durante um protesto em 1987. Ela e outros agricultores lutavam contra políticas econômicas adversas quando foram atropelados por um caminhão, resultando em 14 feridos e 3 mortos, incluindo Rose. Sua luta e a ocupação da Fazenda Annoni inspiraram o filme *Terra para Rose*, dirigido por Tetê Moraes. Esse filme foi aclamado, recebendo o primeiro prêmio no Festival do Novo Cinema Latino-Americano de Havana e várias outras premiações, reconhecendo não só a qualidade cinematográfica, mas também a importância da mensagem social que transmite.

No combate à invisibilidade da mulher, surgem no Brasil movimentos populares em defesa das mulheres do campo, que levaram à formação do Movimento de Mulheres Camponesas em 2003, reivindicando direitos como aposentadoria, participação política e valorização das trabalhadoras rurais.

No texto intitulado “Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil)”, as autoras Pauludo e Daron (2012) fazem um resgate histórico da criação desse movimento popular e das principais lutas defendidas por elas. Em meados da década de 1980, diversos movimentos sociais populares começaram a surgir em vários estados do país, especialmente com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do sindicalismo rural ativo e da Pastoral da Juventude. Entre esses movimentos, surgiram grupos de mulheres trabalhadoras rurais, seguindo o mesmo caminho dos demais movimentos do campo. Inicialmente, as demandas estavam relacionadas ao reconhecimento e à valorização das trabalhadoras rurais, abrangendo aspectos

como reconhecimento profissional, aposentadoria, salário-maternidade, sindicalização e participação política. Com o tempo, a luta evoluiu para a criação de datas históricas significativas, como o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, e o Dia de Perpétua Alves, em 12 de agosto, dedicado à luta contra a violência no campo, à expansão dos direitos previdenciários, à saúde pública, a um novo modelo de agricultura, à Reforma Agrária, à campanha de documentação e à formação política.

Dona Flora enfatiza a relevância da liderança das mulheres no Residencial Nova Jerusalém, estando elas à frente das decisões políticas do território. Amarílis ressalta que as mulheres da comunidade enfrentam dificuldades significativas para se engajar em órgãos de decisão locais, resultando em uma menor participação feminina em assuntos relevantes. No entanto, Açucena aponta uma falta de representação feminina nas posições de liderança e uma notável ausência de voz ativa dos inquilinos nas decisões relevantes do condomínio Asa Branca.

Em 2003, foi fundado o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), com foco na oposição ao modelo neoliberal e machista, e na construção do socialismo. Com base nesses ideais, foram estabelecidas bandeiras como agricultura popular, ampliação dos direitos sociais, participação política das mulheres na sociedade e um projeto popular para o Brasil. O movimento unificou símbolos, como bandeira, chapéu de palha, lenço e a cor lilás. Para o MMC (2024), a formação de um movimento nacional e autônomo de mulheres camponesas é justificada pela conscientização de que “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta”, definindo a categoria de mulheres camponesas como:

[...] aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família: são as pequenas agricultoras, pescadoras artesanais, quebradeiras de coco, extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem terras, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas com a soma e a unificação destas experiências camponesas, e a participação política da mulher que legitimam e confirmam, no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2024).

De acordo com Franchi (2011), em 2004, no I Congresso de Unificação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, realizado em Brasília, ocorreu outro fato marcante: a opção pelo termo “camponesa”, que substitui “trabalhadora rural”. Se antes o Movimento demarcava o espaço e a profissão, agora passa a demarcar politicamente o Movimento, já que carrega uma história de oposição ao capital: latifúndio/agronegócio explorador.

As mulheres camponesas do MMC, com seus princípios comprometidos com a mística do projeto popular, buscam transformar a realidade por meio de processos educativos baseados no cuidado com a vida, no acolhimento, nos vínculos afetivos, na escuta, no respeito, no diálogo e na conscientização.

4.7 Mulheres do campo: o percurso da formação histórica da comunidade Ponte Alta Sul

Um aspecto relevante a ser destacado neste estudo foi a dificuldade em obter informações específicas sobre a região da Ponte Alta Sul, tais como o número de habitantes, a densidade demográfica, a renda per capita, os salários e, principalmente, dados específicos sobre as mulheres na Ponte Alta Sul. As informações fornecidas por órgãos governamentais, como o Censo Demográfico, o Censo Agropecuário, a CODEPLAN, a SEAGRI e a EMATER, geralmente se restringem a dados generalistas para áreas rurais do Distrito Federal. Conforme destacado:

com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal, ficou constatada a necessidade da realização sistêmica da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD – Rural, que está sendo construída pela CODEPLAN em associação com a SEAGRI, a EMATER e outros organismos públicos, tendo seu relatório preliminar publicado em 2022 (SEAGRI, 2020, p. 63).

Tabela 6 – Número de estabelecimentos agropecuário no DF

Censo agropecuário⁹	
Número de estabelecimentos agropecuários no DF: 5.246	
Sexo do produtor	4.345 - masculino; 842 - feminino; 59 - não se aplica
Assistência técnica	3.983 - recebe; 1.204 - não recebe
Financiamentos/Empréstimos	663 - obteve; 4.583 - não obteve
Utilização das terras	lavouras; pastagens; matas ou florestas; sistemas agroflorestais

Fonte: dados compilados pela autora: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos.

Os dados, a seguir, foram extraídos dos resultados preliminares da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) – Rural (2022), publicada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal (SEPLAG). O objetivo da

⁹ Os resultados definitivos do Censo Agropecuário 2017 foram publicados em 25/10/2019, substituindo os resultados preliminares publicados anteriormente.

pesquisa foi eliminar lacunas de informações e subsidiar análises mais completas sobre o território distrital, oferecendo dados necessários acerca da população rural.

Tabela 7 – Pesquisa distrital por amostra de Domicílio rural – 2022

Dados preliminares da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD)-Rural – 2022	
Amostra: 5.793 unidades rurais do DF	
48,71%	moradores do sexo feminino
51,29%	moradores do sexo masculino
19,00%	das casas estão localizadas em condomínios.
77,51%	estão fora de condomínios.
1,84%	das residências são barracos.
54,76%	dos domicílios têm rede de coleta geral para esgotamento sanitário.
36,80%	utilizam fossa séptica para esgotamento sanitário.
44,54%	possuem iluminação pública.
79,12%	dos domicílios têm abastecimento de energia elétrica via rede geral.
19,42%	das residências ainda utilizam gambiarra para energia elétrica.
32,20%	dos domicílios são atendidos pela CAESB para abastecimento de água.
82,68%	dos domicílios rurais têm acesso à internet.
34,85%	da população percebe a presença do policiamento regular.
84,34%	dos moradores entrevistados são dependentes do SUS.
Cerca de um terço	dos domicílios entrevistados relatou insegurança alimentar nos últimos três meses anteriores à pesquisa, especialmente onde há menores de idade.

Fonte: Dados compilados pela autora: SEPLAG, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD Rural, Brasília: GDF, 2022.

Segundo a SEAGRI/DF (2020), a estrutura agrária do Distrito Federal, desde sua constituição, apresentou-se diversificada e complexa, refletindo um esforço para incentivar o crescimento rural e a ocupação territorial. Esse processo incluiu a criação de 114 áreas especiais destinadas a projetos de assentamentos, agrovilas, áreas isoladas, colônias agrícolas e núcleos rurais. Essas iniciativas foram implementadas concomitantemente à transferência da

capital, com o objetivo de promover o abastecimento, a ocupação de terras e a sustentabilidade agrícola na região durante os anos que se seguiram à inauguração de Brasília.

Conforme a Administração Regional do Gama (RA II), a configuração territorial em 1959, com a transferência da Capital Federal para o Planalto Central, incorporou tanto o Ribeirão quanto as áreas da antiga Fazenda Gama ao perímetro destinado à instalação de Brasília. O Censo Experimental de Brasília, realizado em 1959, indicava que aproximadamente 1.000 habitantes residiam na futura região do Gama, distribuídos da seguinte forma: cerca de 587 nas proximidades da Fazenda Gama, 259 na Fazenda Ponte Alta e 108 na Fazenda Ipê. Além disso, 30 famílias removidas da área da Barragem do Lago Paranoá foram realocadas na área que viria a se tornar a cidade do Gama, em função da conclusão das obras da barragem. Assim, consolidou-se a primeira área urbana do Gama (Distrito Federal, 2023).

De acordo com a Administração Regional do Gama (RA II), a interação entre as áreas urbanas e rurais do Gama proporciona uma rica diversidade cultural e econômica para a região. Metzger (2024) destaca que “existe uma região entre o urbano e o rural, que é esse periurbano, onde você tem uma proximidade dessas áreas com as áreas de habitação” (USP, 2024), caracterizando espaços onde a urbanização encontra o campo, como ocorre na Ponte Alta Sul. Pereira (2013) aponta que os novos padrões de produção, combinados com o aumento da renda das classes mais abastadas e a significativa concentração de pessoas em situação de pobreza, tendem a atrair tanto negócios quanto moradias para as periferias urbanas, que fazem fronteira com as áreas rurais. Esse fenômeno inclui a instalação de empresas, a construção de condomínios e o desenvolvimento de infraestrutura viária destinada a suportar essas novas áreas e facilitar o transporte de produtos. Em países em desenvolvimento ou com economias mais frágeis, esses fatores têm impulsionado a expansão das regiões periurbanas.

O termo “periurbano” consolidou-se como uma referência para definir a interação entre os perímetros urbano e rural, sendo amplamente adotado em políticas públicas de desenvolvimento. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil, 2023), o Decreto n.º 11.700 de 2023 representa um marco significativo para o avanço da agricultura urbana e periurbana no Brasil. O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, instituído pelo decreto, tem como objetivos principais incentivar práticas agrícolas sustentáveis, ampliar o acesso à alimentação saudável e fortalecer a segurança alimentar nas cidades. Ademais, o decreto destaca a importância da preservação ambiental e da inclusão

social, ressaltando o papel essencial de mulheres e jovens na transformação de espaços urbanos em áreas produtivas e resilientes.

Um tema de grande relevância para o Desenvolvimento Rural Sustentável no Distrito Federal, considerando as características únicas da região, com mais de 70% do território apresentando restrições ambientais para a preservação da área natural, é a ênfase em atividades que respeitem essas limitações, promovendo práticas sustentáveis e de baixo impacto. A Ponte Alta, segundo a SEAGRI (2020), é uma área de uso controlado e sustentável, abrigando: i) a Área de Proteção Ambiental (APA) das Bacias do Gama e Cabeça de Veado; ii) a Área de Proteção de Mananciais (APM) do Ribeirão do Gama; e iii) outras áreas de uso sustentável, como o Parque Ecológico do Gama, o Parque Ecológico e Vivencial Ponte Alta do Gama, o Parque Recreativo do Gama, a Reserva Biológica do Gama e a APA das Bacias dos Córregos Gama e Cabeça de Veado, que são essenciais para a preservação da biodiversidade local e para o bem-estar das comunidades rurais e urbanas.

Dona Perpétua, ao recordar sua chegada à Ponte Alta nos anos 1970, descreve uma paisagem composta por vasta vegetação de Cerrado e abundância de água. Ela relembra que a coleta de frutos silvestres, como goiaba e pequi, era uma atividade habitual, mas que, gradualmente, foi reduzida em decorrência do desmatamento progressivo.

Em 2017, Flora notou alterações na paisagem natural ao se estabelecer no acampamento Che Guevara, caracterizadas pela ausência de vegetação nativa e pela presença de um Cerrado esparsos. Contudo, ela recorda que ainda existiam pequizeiros, os quais foram preservados com a formação do acampamento.

Açucena menciona que, no Condomínio Asa Branca, ainda se preserva uma parte do ecossistema original, protegida como reserva legal. Ela relata um caso em que uma construção destinada à área de lazer do próprio condomínio, próxima à reserva legal, foi denunciada pelos moradores, resultando na demolição da estrutura ilegal.

Dados da SEAGRI (2020) apontam que “15% da população rural é abastecida pela rede geral da CAESB por meio de 61 sistemas de abastecimento independentes. A população que não é abastecida pela CAESB utiliza poços individuais que não possuem controle de qualidade da água, e por serem rasos, muitas vezes estão sujeitos à contaminação” (SEAGRI, 2020, p. 53).

O turismo rural no Distrito Federal, de acordo com a SEAGRI (2020), é uma atividade multifacetada que oferece uma gama de serviços e experiências, contribuindo significativamente para a economia local. A hospedagem em fazendas e chácaras, a

gastronomia típica, o transporte para áreas rurais, atividades de lazer como passeios a cavalo e trilhas, além de eventos culturais e pedagógicos, são elementos que enriquecem essa modalidade turística. A equideocultura, em particular, destaca-se como um setor em ascensão, com o DF ocupando a 8ª posição entre os produtores de cavalos no Brasil, movimentando mais de duzentos milhões de reais por ano. O investimento em infraestrutura e a valorização das propriedades rurais, como o Haras da Lenda e o Haras Matusa, na Ponte Alta, evidenciam o potencial de crescimento e a importância do turismo rural para o desenvolvimento sustentável da região.

A Comunidade Ponte Alta possui uma rica história que se entrelaça com a própria formação do Distrito Federal. A desapropriação das terras das fazendas Bom Sucesso, Gama, Buriti, Tição, Tamanduá e Ponte Alta deu origem à área da cidade do Gama e à própria Ponte Alta, refletindo a resiliência e adaptação de seus moradores ao longo das décadas.

A análise dos dados demográficos é indispensável para compreender a distribuição e as características da população em uma região. Considerando os dados da SEAGRI (2020), que indicam que 3% da população do Distrito Federal reside em áreas rurais, e os dados do Censo Demográfico (2022), que apresentam a população do Distrito Federal em 2.923.369 habitantes, existem aproximadamente 87.700 pessoas nas áreas rurais do Distrito Federal. O presidente da Associação dos Moradores e Produtores da Ponte Alta (AMPPA), Antônio Francisco Costa de Pinho, revelou, em entrevista ao Inventário Escolar do CEFTAM (2022), estimar que há 2.000 famílias residentes na região.

A delimitação do território de estudo desta pesquisa se apresenta no contexto histórico, desde as desapropriações de terras para a construção de Brasília até as mudanças territoriais que levaram à caracterização da área como campo periurbano do Distrito Federal, na região rural denominada Ponte Alta Sul do Gama. Segundo a CODEPLAN (2020), com dados do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), a área faz parte de uma Zona Rural de Uso Controlado.

O percurso de formação histórica deste estudo inicia um ano antes da inauguração de Brasília, com a informação da Revista Com Censo (2020), que registra que a Escola da Granja Tamanduá iniciou suas atividades em 1959 na Ponte Alta Sul do Gama, sendo uma das primeiras organizações coletivas constituídas na área. A instituição de ensino foi a primeira escola do Gama, reconhecidamente, fazendo parte de um grupo de escolas ativas à época da construção de Brasília e que ainda mantêm suas atividades educacionais a serviço da

comunidade da Ponte Alta. Devido às alterações nas legislações de educação, a nomenclatura da escola passou a ser chamada de Centro de Ensino Fundamental Tamanduá (CEFTAM).

Segundo o Projeto Político Pedagógico, o Centro de Ensino Fundamental Tamanduá, antes Escola Rural Tamanduá, iniciou suas atividades no ano de 1959. Somente sete anos depois, em 14/01/1966, foi reconhecida na rede oficial de ensino do DF, através do decreto n.º 481/66. Nesta época, as turmas eram multisseriadas, mas atendiam à necessidade local. Segundo depoimentos coletados a escola surgiu para atender crianças de uma área denominada Fazenda Tamanduá, onde viviam alunos oriundos do campo e que não tinham condições de estudarem em escolas na área urbana devido à dificuldade de acesso, sendo responsável a professora Maria Augusta Faustino Ramalho que em 14/09/1966 lavrou a ata de inauguração oficial da Escola Rural do Tamanduá (Revista Com Censo, 2020, p. 186).

As trajetórias de vida das mulheres do campo desta pesquisa estão relacionadas à instituição de ensino CEFTAM como organização coletiva de educação. Dona Perpétua, ao se estabelecer na Ponte Alta, estudou no CEFTAM, sendo esta sua segunda escola de ensino fundamental em Brasília. Essa mesma instituição ofereceu educação para seus filhos e netos. Em 2018, ela iniciou sua jornada no CEFTAM como auxiliar de limpeza pela empresa Grupo Interativa, que presta serviços especializados de limpeza para a SEEDF. Desde 2017, Dona Flora está vinculada à instituição de ensino, pois sua neta Geovana está matriculada na escola e ela assumiu a responsabilidade pelo coletivo educacional do Acampamento Che Guevara, estabelecendo uma ligação entre a escola e a comunidade, através da coordenação de pedidos de vagas e resolução de conflitos entre as famílias. A Amarilis, mãe de quatro filhos que estudaram no CEFTAM, expressa profunda gratidão aos membros da equipe escolar que lhe deram assistência em momentos difíceis, como a escassez de alimentos e problemas de saúde. Em 2022, Açucena ingressou no CEFTAM como professora de língua portuguesa para os anos finais do Ensino Fundamental e passou a compor a comunidade escolar como responsável de seu filho mais jovem, que estudou na instituição naquele ano.

O ano de 1960 marcou a inauguração de Brasília, do Gama e de diversos órgãos públicos do governo federal e distrital. Além desses, é relevante ressaltar que a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (FZDF) foi criada para apoiar a implantação do Parque Zoobotânico, que abrigaria o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico de Brasília. Segundo Silva (2020), a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) transferiu para a FZDF a gestão das terras rurais do Distrito Federal.

Ao chegar a Ponte Alta, no ano de 1969, Dona Perpétua relata que reencontrou os dois irmãos que, já residentes no Distrito Federal, trabalhavam na Fazenda Tamanduá. A fazenda era administrada pela FZDF, que também era responsável pela gestão das propriedades rurais da região.

Em 1972, Dona Flora e seu esposo se mudaram para Brasília, vindos de Goianésia-GO. Seu esposo havia sido contratado temporariamente para trabalhar como tratorista na NOVACAP, criada por lei em 19 de setembro de 1956, pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, com o objetivo de gerir e coordenar a construção de Brasília, a nova capital do país.

Dona Perpétua frequentemente menciona a cidade do Gama em sua entrevista, por ser essa localidade o centro urbano mais próximo para os moradores da Ponte Alta Sul, onde procuram serviços essenciais, sejam eles públicos ou privados, como saúde, segurança, educação, além de estabelecimentos comerciais como padarias e supermercados. Ela conta que, na década de 70, os moradores da Ponte Alta não tinham acesso a serviços de saúde na localidade e precisavam se deslocar até o Gama para consultas médicas, muitas vezes realizando o trajeto a pé ou em carros, que eram escassos. Para cuidar da saúde, também utilizavam remédios naturais caseiros e práticas de benzimentos.

Dando continuidade à criação de empresas públicas, a Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB) foi criada em 10 de dezembro de 1964, com o objetivo de assegurar o acesso a produtos essenciais a preços acessíveis para a população economicamente vulnerável do Distrito Federal, contribuindo para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida, segundo a SEAGRI (2021).

O decreto n.º 571, de 19 de janeiro de 1967, oficializa a inauguração da RAI – Gama para 12 de outubro de 1960, considerando que a data já era celebrada, oficializada e incorporada à rotina da comunidade.

Na área da Ponte Alta delimitada para este estudo, além do CEFTAM, há a Escola Classe Córrego Barreiro, fundada em 1967 como Escola Rural Córrego Barreiro, segundo a Revista Com Censo (2020):

Quando foi fundada, a escola chamava-se Escola Rural Córrego Barreiro, iniciou suas atividades no dia 19 de junho de 1967, tendo como responsável a professora Maria da Glória da Silva. Tinha apenas uma sala de aula, a secretaria e a cantina. Iniciou suas atividades atendendo a alunos do Ensino Fundamental e sua regularização deu-se através da Portaria n.º 17, de 07/07/1980 (Revista Com Censo, 2020, p. 7).

Para compreender o desenvolvimento da Ponte Alta, é necessário considerar o crescimento da área urbana do Gama, devido ao acesso às políticas públicas, especialmente as de saúde, que eram escassas na comunidade rural no início dos anos 1960. Em 1961, devido à crescente demanda por cuidados médicos, foi construído um barracão de madeira no Setor Oeste do Gama, que funcionava como uma unidade pública de saúde. Em 1967, foi

construído o hospital no Setor Central, que, conforme a Secretaria de Estado de Saúde do DF (SEESDF) (2021), foi inaugurado pelo então Presidente da República, Marechal Castelo Branco, como Hospital Regional do Gama.

A Companhia Energética de Brasília (CEB) (2022), em 1970, firmou um acordo para assegurar o acesso à energia elétrica em áreas rurais do Distrito Federal que não dispunham desse serviço:

Assinatura de um acordo de investimento e de compra e vendas de energia elétrica entre Furnas, Centrais Elétricas de Goiás S/A e a Companhia Energética de Brasília (CEB), com interferência da Eletrobrás, para suprimento de energia elétrica ao DF. No mesmo ano, a CEB e o INCRA firmaram convênio para execução de um programa de eletrificação rural. No ano seguinte, todas as Regiões Administrativas receberam ligação definitiva (CEB, 2022).

A história de Dona Perpétua, que veio do Piauí ainda criança com seus pais, reflete a realidade de muitas famílias que migraram para as áreas rurais de Brasília em busca de trabalho e melhores condições de vida. A ausência de infraestrutura básica, como água encanada e energia elétrica, representava um desafio significativo no cotidiano da Ponte Alta. No entanto, a iniciativa de 1970 para eletrificar as áreas rurais, liderada pela CEB em conjunto com outras organizações, foi um marco importante no desenvolvimento da região, melhorando a qualidade de vida de seus moradores.

Conforme as informações da Revista Cerrado de 1972, a Ponte Alta foi escolhida para a implementação da produção de café e leite, conforme reportado pela revista, especializada em publicações relacionadas ao meio rural. Vale ressaltar que, desde os primeiros anos da formação do Distrito Federal, a região já era produtora de alimentos.

Através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) firmou convênio com a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (FZDF), visando à implantação de uma lavoura de 5 mil pés de café na Fazenda Experimental do Tamanduá. A lavoura será conduzida pelo Departamento de Pesquisas e Experimentação da FZDF, comprometendo-se o Instituto Brasileiro do Café a fornecer recursos no montante de 15 mil cruzeiros para custeio dos serviços. O prazo de vigência do convênio é de três anos (Revista Cerrado, 1972, p. 35).

Em entrevista publicada no Inventário Escolar do CEFTAM (2022), o senhor Pedro Couto, antigo morador da Ponte Alta e ainda residente na área, relatou sobre os órgãos públicos atuantes na região e os tipos de cultivos realizados na Fazenda Tamanduá, uma das primeiras fazendas do DF:

Teve um tempo que era para engorda e confinamento de boi que teve um projeto pela secretaria de agricultura destinado ao abastecimento do Supermercado da Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), que era subordinada também a Secretaria de Agricultura, que trabalhava em parceria com a Fundação Zoobotânica. Então tinha esse objetivo de criar e produzir os bois, engordar e fazer confinamento. Nós chegamos a fazer aqui muita silagem e ração com essa finalidade. Mas você sabe que tudo é dependendo da política. Quando muda a política também chega as pessoas com nova mentalidade e diz: nós não vamos tocar isso aí, isso aí não dá certo e coisa e tal, vamos mudar, vamos criar novos projetos, que isso para nós é supérfluo, não dá certo. Então aí mudou de acordo com a política, foi entrando gente com a mentalidade diferente, não sei si uma mentalidade pior ou melhor, teve mentalidade uma ideia diferente para tocar isso aqui. Essa parte de confinamento depois foi feito um leilão, vendeu todo gado que tinha na propriedade, passou então para outras atividades de pesquisa. A Fundação Zoobotânica implantou uma pesquisa de olericultura de maneira geral, parte de folhosas e tubérculos, então ela tocou por muito tempo até que chegou a Embrapa, que tomou parte do projeto e até que mudou o sistema muito. E hoje a Embrapa toca com a hortaliça que é a mesma Fundação Zoobotânica tocava, ela pegou e abraçou aquela causa, mas ela melhorou muito, ela ampliou muito também o trabalho de pesquisa. [...] Em 1975, ela tomou, fez uma parceria com a Secretaria de Agricultura e tomou parte na Fazenda Tamanduá e abraçou essa causa de tocar as pesquisas (CEFTAM, 2022, p. 86).

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) tem um papel fundamental no progresso agrícola do Brasil desde sua fundação em 1973. Dois anos depois, em 1975, a EMBRAPA expandiu suas atividades para a área da Ponte Alta Sul do Gama, abrigando dois centros de pesquisa: o Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças (CNPQ) e o Centro de Tecnologia para Raças Zebuínas Leiteiras (CTZL), trazendo uma contribuição significativa para a pesquisa e inovação no campo agropecuário.

A Embrapa Hortaliças iniciou suas atividades em 1975, com a criação da Unidade de Pesquisa de Âmbito Estadual de Brasília (UEPAE de Brasília), especializada em pesquisa de hortaliças. Contudo, foi no dia 27 de maio de 1981 que a Unidade foi elevada a Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças, com o propósito de executar atividades de pesquisa sobre os fatores que limitavam o desenvolvimento das hortaliças em condições tropicais (EMBRAPA, 2024).

A Embrapa Hortaliças iniciou suas atividades em 1975 na região da Ponte Alta, onde a agricultura local se concentrava nas culturas de milho, feijão, cana-de-açúcar e banana, como conta a senhora Perpétua. Com a chegada da Embrapa, houve um aumento significativo na produção de hortaliças na região. A irmã mais velha de Dona Perpétua foi empregada como auxiliar de limpeza na sede da Embrapa Hortaliças.

Como ação de políticas públicas de desenvolvimento rural, em 1978 foi criada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), integrando a Administração Indireta do Distrito Federal, com o objetivo de fornecer assistência técnica e extensão rural. Criada pelo Decreto n.º 4.140, de 7 de abril de 1978, a EMATER-DF é vinculada à Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal e foi instituída para regulamentar a Lei n.º 6.500, de 7 de dezembro de 1977:

Art. 2º — São objetivos da EMATER/DF:

I — Colaborar com os órgãos competentes do Governo do Distrito Federal e da Administração Federal na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural;

II — Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimento de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícolas e a melhoria das condições de vida no meio rural do Distrito Federal e sua região geoeconômica, de acordo com as políticas de ação do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal (Brasil, 1977).

As finalidades da EMATER/DF são elaborar, coordenar e executar programas que aumentem a produção agrícola e a produtividade rural, bem como a qualidade de vida no campo, conforme as diretrizes governamentais. Segundo Dona Perpétua, a EMATER-DF foi a única instituição pública que lhe deu assistência durante seu período como produtora rural, afirmando que nunca recebeu outros benefícios de políticas públicas para o desenvolvimento rural.

Em 1990, os servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União se reuniram para fundar o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público do Distrito Federal (SINDJUS), fortalecidos pela promulgação da Constituição de 1988, que assegurou aos servidores públicos o direito de se organizarem em sindicatos. Como resultado dessa conquista, o Centro de Formação e Integração Sindical (CEFIS) foi construído na Ponte Alta. Neste espaço, de acordo com o SINDJUS (2024), os associados e seus dependentes podem desfrutar de espaços de lazer, como churrasqueiras, piscinas, quadras poliesportivas, salão de jogos e amplas áreas verdes para acampamento e piqueniques. Com a instalação do SINDJUS na Ponte Alta, a área se tornou uma referência geográfica no território, servindo como ponto de localização para as chácaras ao seu redor.

No ano de 1991, a Companhia Energética de Brasília (CEB) (2022) lançou o Programa Alumiar, mais um projeto que visava expandir o acesso à energia elétrica em áreas rurais do Distrito Federal. A iniciativa previa a instalação de energia elétrica em três mil unidades de consumo rural.

A região do Gama sofreu uma significativa alteração territorial em 1993, com o desmembramento de sua área, que resultou na criação das Regiões Administrativas de Santa Maria, em 1989, e Recanto das Emas, em 1992, o que levou à redução do território do Gama. Segundo a administração da cidade (Distrito Federal, 2023), a estrutura física da cidade permaneceu diversificada, com áreas urbanas divididas em seis setores (Norte, Sul, Leste, Oeste, Central e Industrial), seguindo um padrão de organização semelhante ao de uma

colmeia. Ao redor da área urbana, as áreas rurais foram denominadas Núcleo Rural Monjolo, Colônia Agrícola Ponte Alta, Córrego Crispim, Núcleo Rural Ponte Alta de Baixo, Ponte Alta Norte e Alagado. Essa estrutura impactou a organização e o desenvolvimento da região, buscando manter um equilíbrio entre o crescimento urbano e a preservação das áreas rurais.

Seguindo a tendência dos anos 1990 de parcelamento de áreas rurais, algumas fazendas da Ponte Alta foram alvo dessa prática. De acordo com a Redesim (2024), a empresa Condomínio Residencial Asa Branca foi fundada em 12 de julho de 1994, com o objetivo principal de gerenciar condomínios prediais, sendo encarregada da administração e organização dos parcelamentos realizados na Granja Reunidas Asa Branca, passando a se chamar Condomínio Residencial Asa Branca. Segundo CEFTAM (2022, p. 74), “a área do Condomínio Asa Branca fazia parte da Fazenda Buriti e Tição (fazenda que começava em Luziânia-GO), que foi dividida em várias fazendas menores e, numa delas, funcionava a Granja Reunidas Asa Branca [...]”.

Açucena, que se mudou para o Condomínio Asa Branca em 2022, afirma não estar familiarizada com os eventos históricos que transformaram aquela área rural em uma área de regularização fundiária urbana. Seu conhecimento sobre a origem do condomínio é limitado ao fato de que o antigo proprietário, que sofria de alcoolismo, fracionou e comercializou pequenos lotes da propriedade para manter o vício em bebidas alcoólicas, o que culminou na venda total do terreno, sem deixar nenhum legado para a esposa ou filhos.

A regularização da área do Condomínio Residencial Asa Branca tem sido objeto de disputa desde a desapropriação das terras das fazendas de Luziânia-GO para a criação da área do Distrito Federal. Em uma reportagem do Correio Braziliense, Tahan e Campos (2012, p. 21) relatam que, em 1956, o presidente da República, Juscelino Kubitschek, foi às terras goianas para “ver com os próprios olhos o progresso nas desapropriações das fazendas goianas [...], porque dela se fez o solo candango”.

A partir daí, surgem diversos conflitos fundiários no Distrito Federal devido à fragilidade das demarcações das terras, baseadas em coordenadas incorretas, documentos com informações imprecisas, erros ortográficos e documentação cartorial fragilizada, em razão da falsificação de propriedades por ações de grileiros. A reportagem do Correio Braziliense faz uma menção direta à área da Fazenda Buriti e Tição para exemplificar a presença de erros ortográficos em documentos públicos e demarcações geográficas frágeis, referenciadas em pontos que se perdiam com o tempo, situações que dificultavam a verificação da veracidade das informações.

Na matrícula da Fazenda Papuda, por exemplo, onde hoje é o bairro Jardim Botânico, a descrição começava assim: ‘Do fundo dos quintais das casas da Fazenda Papuda, pela estrada que vem para esta cidade, à cabeceira do açude mais próximo às ditas casas...’ Já a Fazenda Buriti ou Tição, no sudoeste do DF, é localizada “pelo norte com terras de Pedro Cardoso Romeiro; pelo poente do veio d’água acima do Rio Descoberto até a Capella de Santo Antônio...’

Próximas a Buriti, estão Giboia e Lage, ambas com erros de grafia nos documentos, o que dificulta a identificação. A Fazenda Taboquinha inicia “na cabeceira da vertente do meio, onde se encontra cravado um mourão de concreto...”; e a Santa Bárbara, hoje região de Santa Maria, “começa no marco que está cravado no eixo da estrada Santa Angela, com as terras da mesma fazenda (Tahan; Campos, 2012, p. 21).

Açucena, moradora do Condomínio Residencial Asa Branca, resultado do parcelamento de área rural, destaca que, apesar de não haver associações ou sindicatos no condomínio, a administração é a principal organização sistêmica presente, a qual não apenas exerce suas funções administrativas, mas também promove iniciativas sociais e culturais.

O crescimento das áreas urbanas está diretamente ligado às áreas rurais, especialmente quando a população necessita de soluções para garantir o acesso ao direito ao saneamento básico em suas cidades. De acordo com informações da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (ADASA) (2019), entrou em operação, em 2003, a Estação de Tratamento de Esgoto do Gama, localizada na Ponte Alta Sul, que trata o esgoto doméstico da RAI na sua totalidade. O projeto de vazão da estação tem capacidade para tratar 328 litros/segundo de esgoto urbano. Em 2019, a capacidade média de tratamento alcançou 187 litros/segundo de água tratada, permanecendo abaixo da capacidade máxima da estação. As águas do Ribeirão Ponte Alta recebem o lançamento do efluente após o tratamento do esgoto urbano do Gama. Dona Perpétua, ao analisar a poluição dos córregos da região, suspeita que ela seja causada, sobretudo, pelo esgoto urbano não tratado, que escoar para a área rural, enquanto as propriedades rurais contribuem de forma reduzida para a poluição dos córregos.

A Bacia Hidrográfica do Rio Corumbá é um sistema complexo que desempenha um papel fundamental no fornecimento de água para a região do Distrito Federal e seus arredores, e “caracteriza-se pela alta declividade e pelos solos susceptíveis aos processos erosivos” (CODEPLAN, 2020, p. 28). Conforme a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) (2017), responsável pela classificação das bacias hidrográficas do Distrito Federal, a área de estudo é banhada por essa bacia. O Ribeirão Ponte Alta é um afluente importante do Rio Corumbá, assim como seus afluentes menores, como o Córrego Tamanduá, que é afluente da margem direita do Córrego Estiva ou Vargem da Benção; o Córrego Barreiro, que é um

afluente do Rio Ponte Alta; e o Córrego Estiva ou Vargem da Benção, que, após receber o Córrego Capoeira Grande, passa a se chamar Rio Ponte Alta.

Dona Perpétua, com um olhar nostálgico, recorda os tempos felizes vividos ao lado de amigos e familiares, em meio a passeios e banhos nos córregos da região. Ela destaca a importância dessas águas para a subsistência de sua família, sendo utilizadas para consumo, higiene pessoal, pesca, limpeza doméstica e atividades agrícolas. Dona Perpétua descreve a abundância e a pureza das águas nos anos 70, contrastando com a atual situação de escassez e contaminação, que impede o uso recreativo e o consumo doméstico. Essa realidade levou grande parte da comunidade a perfurar poços particulares em suas propriedades para obter água potável.

Em 2004, para assegurar os direitos dos produtores rurais e fomentar o bem-estar comunitário, foi criada a Associação dos Moradores e Produtores da Ponte Alta (AMPPA), localizada no Núcleo Rural Ponte Alta, na Rodovia DF 180, km 65, Chácara 1MD20. A associação se dedica, sobretudo, à proteção dos direitos sociais. Sua administração está sob a responsabilidade de Antônio Francisco Costa de Pinho. Na visão de Dona Perpétua, a AMPPA se destaca como uma das raras organizações coletivas dedicadas à promoção e proteção dos direitos dos moradores e produtores da região de Ponte Alta.

Em 1996, a comunidade católica da Ponte Alta se uniu para construir a Capela de Nossa Senhora Aparecida, financiada com doações de materiais e mão de obra dos próprios moradores. Segundo relatos de Dona Perpétua, residente na Ponte Alta desde os anos 70, os interessados em participar das celebrações católicas precisavam se deslocar a pé até o Gama e pernoitar na cidade para retornar no dia seguinte, devido à falta de uma igreja na comunidade. Na década de 1990, a Escola Córrego Barreiro serviu como um local provisório de culto, onde padres celebravam missas. Posteriormente, as celebrações foram transferidas para a Associação de Moradores, até que a Capela Nossa Senhora Aparecida fosse concluída, graças às contribuições dos moradores.

Dona Flora relata que o Residencial Nova Jerusalém é um local de diversidade religiosa, com duas igrejas evangélicas e moradores que professam o catolicismo e o espiritismo. Amarílis, embora não especifique sua fé, está envolvida com grupos religiosos, visto que a propriedade onde trabalha serve como espaço para eventos exclusivamente evangélicos, como acampamentos e retiros espirituais. Açucena ressalta que no Condomínio Asa Branca as práticas religiosas são variadas, incluindo missas católicas dominicais na sede

administrativa, práticas espíritas, além de atividades da Congregação Cristã no Brasil, da Assembleia de Deus e da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

A Associação de Moradores e Produtores da Ponte Alta (AMPPA) tem se destacado por suas iniciativas comunitárias, como a Cavalgada da Solidariedade, que arrecadou fundos para a construção do Posto de Saúde da região (Carvalho, 2024). Inaugurada em 2012, a Unidade Básica de Saúde da Ponte Alta, sob gestão da Secretaria de Estado de Saúde (SESDF), garante que os moradores da região tenham acesso a serviços de saúde essenciais.

Dona Perpétua relata a iniciativa comunitária para arrecadar os recursos necessários à construção da Unidade Básica de Saúde na Ponte Alta, que não contou com contribuições financeiras do Governo do Distrito Federal. A empreitada teve o apoio significativo do presidente da AMPPA, que cedeu uma parte de seu terreno para a construção da unidade. Apesar de a obra não ter sido financiada pelo GDF, os serviços prestados são assegurados por profissionais da Secretaria de Estado de Saúde. Entre os colaboradores da UBS, encontra-se uma das irmãs de Dona Perpétua, que atua como técnica de enfermagem. Ela também comenta sobre as mulheres de sua família e de muitas outras mulheres da Ponte Alta, que não dependem de trabalhos ligados à produção agrícola para sua sobrevivência.

Dona Flora explica que a Unidade Básica de Saúde (UBS) de Samambaia era responsável pelo atendimento médico no acampamento, disponibilizando profissionais para atender em um espaço organizado pelos moradores durante o período em que ela foi a responsável pelo coletivo de saúde do acampamento Che Guevara.

No entanto, Amarílis enfrenta dificuldades para acessar os serviços de saúde na Unidade Básica de Saúde da Ponte Alta, principalmente devido à escassez de especialistas. Essa situação a obriga a procurar clínicas privadas para realizar exames, apesar das limitações financeiras.

Açucena relata que, no Condomínio Asa Branca, um agente de saúde coleta e atende às solicitações de saúde dos moradores na UBS do Engenho das Lajes, tornando-se uma opção mais acessível para os residentes da área.

Em 2012, Amarílis se mudou para Ponte Alta, vinda de Irecê, na Bahia, acompanhada de seu esposo e três filhos. A família fixou residência na região para trabalhar em uma chácara local, e foi já morando na Ponte Alta que nasceu a filha caçula, Sheila, única nascida no Distrito Federal.

A partir de 2016, o movimento social Frente Nacional de Luta Campo Cidade (FNL) se integrou à comunidade da Ponte Alta, especialmente por meio do acesso às instituições de

ensino da região (CEFTAM, 2022). Isso ocorreu devido à ocupação de uma área pública próxima às linhas de transmissão de Furnas, às margens da BR 060, reivindicando a posse da terra para assentamento rural. O movimento iniciou-se como um acampamento, Chico Mendes, sob a bandeira da FNL, que, de acordo com Menezes (2016), é um movimento social criado nacionalmente por José Rainha Júnior em 2014, e cujos militantes lutam por reforma agrária, emprego e menos desigualdade social.

Em 2016, Dona Flora deixou Ceilândia, Distrito Federal, para morar no acampamento Chico Mendes, que, devido às disputas pela posse da terra, reivindicada por um empresário do ramo imobiliário, foi desocupado e transferido para outra área próxima. Dona Flora e outros moradores estabeleceram um novo acampamento denominado Che Guevara, em terras públicas pertencentes ao GDF. Sob a coordenação da FNL, o acampamento Che Guevara foi planejado para o uso da terra como assentamento rural, com a distribuição de módulos de 2 hectares para cada família.

Conforme Oliveira (2018), a ocupação desordenada de terras no Distrito Federal é consequência de um processo histórico de expansão urbana que negligencia a gestão sustentável dos recursos naturais. Esse fenômeno, que se intensificou nas últimas décadas, tem causado um grande desmatamento da vegetação nativa, aumentando a vulnerabilidade da região à erosão e a outros danos ambientais.

As memórias de Dona Perpétua sobre o desmembramento da área original da Ponte Alta relatam que, antes, era uma vasta área de fazendas que, gradualmente, foi dando lugar a lotes urbanos, dividindo o território em Ponte Alta Norte e Ponte Alta Sul. Ponte Alta Norte corresponde à porção mais próxima à área urbana do Gama, enquanto Ponte Alta Sul, onde Dona Perpétua reside, é composta pelas chácaras. Essas transformações ilustram as mudanças vividas pelos moradores e a evolução da paisagem local, refletindo o crescimento urbano sobre as áreas rurais.

A expansão urbana e o desmembramento de áreas naturais são temas complexos que envolvem diversas visões e interesses. O Projeto de Lei n.º 2964/2022 (Distrito Federal, 2022), apresentado pelo Deputado Distrital Agaciel Maia, reflete essa complexidade ao propor a criação de uma nova Região Administrativa (RA) que incluiria a Ponte Alta Norte, o Núcleo Rural Casa Grande, o Núcleo Rural Monjolo e o Núcleo Rural Olhos D'Água. A proposta legislativa busca regulamentar a aquisição e o arrendamento de propriedades rurais por pessoas físicas ou jurídicas. O deputado justifica seu projeto com as seguintes alegações:

[...]

Os Núcleos Rurais Ponte Alta Norte, Casa Grande, Monjolo e Olhos D'água começaram a se formar a partir da saída das pessoas do campo para a cidade. Esse êxodo rural provocado pela modernização agrária obrigando as pessoas do campo a migrarem, inclusive de outros estados brasileiros.

Tais pessoas além de migrarem por conta destas dificuldades, ou seja, por causa do atraso tecnológico de produção, buscavam na zona urbana emprego na indústria e comércio.

[...]

Essas comunidades vêm crescendo muito nos últimos anos, e mudaram as características deixando de ser rural e hoje, a realidade é totalmente outra, são áreas totalmente urbanas e com população econômico a pleno vapor (Distrito Federal, 2020, p. 2).

De acordo com o PDOT (2009), essa nova Região Administrativa faz parte da Regularização de Interesse Específico (ARINE) denominada Setor Habitacional Ponte de Terra, com uma população estimada em 4.004 habitantes.

Em 2019, a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) discutiu políticas para regularizar propriedades rurais públicas, com debates entre os deputados e representantes de associações rurais. Cristiano Varela, representante da Associação dos Produtores, Moradores e Trabalhadores Rurais da Cerâmica Santa Maria (APROSANTA/DF), criada em 2007 para representar os interesses dos moradores da Chácara Santa Maria, localizada na Ponte Alta Sul do Gama, entregou um documento à Câmara dos Deputados do DF solicitando modificações na legislação de regularização fundiária distrital. Ele destacou a necessidade de os agricultores possuírem a documentação de suas terras, o que garantiria segurança no cultivo. De acordo com Varela (2019), “o campo precisa de ajuda e segurança jurídica”. Dilson Resende de Almeida, secretário de Agricultura e Abastecimento, reconheceu a complexidade da regularização e reforçou o compromisso do governador Ibaneis Rocha em buscar meios legais para realizá-la. A deputada Arlete Sampaio, do Partido dos Trabalhadores (PT), criticou a gestão das terras rurais no Distrito Federal, propondo uma revisão do mapa fundiário para esclarecer a posse de terras públicas da União e do GDF, além de melhorar a gestão e a transparência. O deputado Leandro Grass, da Rede Sustentabilidade (REDE), destacou a relevância dos pequenos e médios produtores agrícolas na proteção ambiental, enfatizando a necessidade de regularização para garantir a segurança na geração de renda.

De acordo com dados fornecidos pela Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) (2024), em 11 de março de 2020, a covid-19, doença infectocontagiosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que causou infecções e mortes em todo o mundo, foi considerada uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) devido à sua distribuição geográfica e não à sua gravidade. O governo do Distrito Federal iniciou as medidas de

proteção contra a doença limitando os horários em que a população poderia sair às ruas, o que foi evoluindo até o isolamento social total das pessoas.

O Decreto GDF n.º 40.509, publicado em 11 de março de 2020 (Distrito Federal, 2020), foi uma das primeiras medidas tomadas pelo governo do Distrito Federal para conter a disseminação da covid-19. O decreto suspendeu, inicialmente, as atividades educativas presenciais por quinze dias “em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada” (Distrito Federal, 2020), com a possibilidade de prorrogação. Devido à persistência da pandemia, essa suspensão foi estendida até julho de 2021, refletindo a gravidade da situação e a necessidade de adotar medidas de segurança para proteger estudantes, professores e a comunidade em geral.

A adaptação ao ensino remoto, segundo CEFTAM (2022), imposta pela pandemia de covid-19, revelou desafios significativos para a comunidade com acesso limitado à tecnologia, como a da Ponte Alta. A SEEDF buscou soluções para garantir a continuidade da aprendizagem por meio de plataformas virtuais e videoaulas, mas não se atentou à especificidade da Educação do Campo, como a falta de computadores e o acesso à internet de qualidade nas residências dos estudantes. Diante das adversidades, ações como a entrega de materiais didáticos impressos em domicílio demonstraram o compromisso com a educação e a resiliência tanto dos gestores quanto dos estudantes, que não mediram esforços para manter uma rotina mínima de estudos no período de isolamento social. O descaso com a Educação do Campo neste período foi tão grande que gerou uma reportagem no Correio Braziliense sobre o assunto:

No Centro de Ensino Fundamental Tamanduá (CEF Tamanduá), localizado na Ponte Alta do Gama, o corpo estudantil é formado por moradores de chácaras, acampamentos e assentamentos da região, na maioria estudantes carentes. Carla Geórgia de Freitas, 44 anos, é professora da escola e relata que as dificuldades começaram já no contato com as famílias. Para chegar até os alunos, foi necessário bater de porta em porta.

Muitos não tinham sequer como colocar crédito no celular para receber as chamadas. A grande maioria não possui notebook ou computador, apenas o celular com internet, que no caso é o celular dos pais, diz. [...]

[...] Para nos organizarmos, mandamos todas as atividades por WhatsApp, incluindo vídeos e outros materiais. Além disso, os professores montaram kits com apostilas para os alunos irem buscar. Essa opção foi proposta pela SEE-DF para ajudar os estudantes sem acesso a dispositivos digitais (já que, para os que têm esses equipamentos, mas não têm internet, a secretaria pagaria um plano de conexão).

No caso da nossa escola, o material impresso não foi uma opção, ele foi a alternativa. Mandamos os livros para casa, complementamos com apostilas e atividades, explica Carla. Alguns pais não tiveram condições de buscar os materiais. Então, a escola se organizou para entregar (Fraga, 2020).

A Lei n.º 14.216, promulgada em 7 de outubro de 2021, foi uma resposta legislativa à crise habitacional exacerbada pela pandemia do coronavírus. Trata-se de uma medida temporária, visando proteger moradores urbanos de desocupações forçadas durante um período de emergência em saúde pública:

Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei n.º 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias (Brasil, 2021).

A lei em questão, apesar de ser específica para áreas urbanas, afetou o território da Ponte Alta porque, ao desconsiderar a legislação, o GDF promoveu uma ação de desocupação na área do Jockey Clube de Brasília durante a pandemia de covid-19, transferindo algumas famílias para o Acampamento Che Guevara. Quirino (2022) menciona a desocupação do Jockey Clube como uma estratégia do GDF para construir moradias para as classes média e alta, enfatizando a importância de soluções duradouras para disputas por terras urbanas e rurais.

Não são apenas as ocupações da população em situação de rua e de catadores que incomodam o GDF. Aquelas que ocupam frentes de expansão do mercado imobiliário também estão na mira, como as famílias que residem no Jockey Clube há cerca de 50 anos, onde o GDF pretende desenvolver um setor habitacional de média e alta renda. [...] (Campanha Despejo Zero, 2022)

Dona Flora relata que, durante a pandemia de covid-19, que se estendeu até 2023, houve uma desocupação da área do Jockey Clube de Brasília, e algumas famílias que ali residiam foram transferidas para o Acampamento Che Guevara. Devido ao aumento do número de moradores, o acampamento precisou se adaptar à maior população. Dona Flora explica que a chegada de novos grupos familiares levou à divisão dos módulos rurais existentes para atender à crescente demanda por parcelas de terra.

Durante a pandemia de covid-19, a região de Ponte Alta também enfrentou situações delicadas envolvendo festas clandestinas, apesar das restrições sociais. Os participantes desses eventos provavelmente acreditavam que a localização remota em área rural os isentaria de fiscalização. Entretanto, segundo Peres (2021), as autoridades, incluindo a Polícia Militar e a Secretaria de Estado de Proteção à Ordem Urbanística do Distrito Federal (DF Legal), agiram para impedir tais aglomerações. Uma operação conjunta resultou na dispersão de uma grande

festa na Ponte Alta, que contava com a presença de 300 indivíduos, além de atrações como piscina, DJ e bebidas, mesmo sob as diretrizes de isolamento social.

Amarílis observou que as perturbações do repouso, provocadas pelas festas irregulares, não se limitaram ao período da pandemia de covid-19. Na vizinhança de sua chácara, é frequente a realização de festas com som automotivo, o consumo de bebidas e drogas, que se estendem pela madrugada. Essas festividades têm atraído pessoas de diversas regiões do DF, contribuindo para o aumento da criminalidade na área. Ela salienta que esses eventos têm afetado negativamente a chácara administrada pelo marido, um local tradicionalmente destinado a retiros e acampamentos religiosos da comunidade evangélica. A falta de sossego impede o aluguel do espaço para esses fins, uma vez que a tranquilidade necessária para as atividades religiosas não pode ser garantida.

A expansão urbana modifica a paisagem da Ponte Alta, por meio da divisão de terras rurais, alterando a identidade da área tradicionalmente agrícola. As Granjas Reunidas Asa Branca são um exemplo dessa mudança, deixando de ser uma propriedade agrícola para se tornar um condomínio residencial. Conforme o Decreto n.º 42.389, emitido em 12 de agosto de 2021 (Distrito Federal, 2021), foram aprovadas as poligonais preliminares para a regularização fundiária urbana dos Parcelamentos Urbanos Isolados (PUI), uma categoria de assentamento urbano definida pela Lei Complementar n.º 803, de 25 de abril de 2009 (Distrito Federal, 2009). As Granjas Reunidas Asa Branca, localizadas na Região Administrativa do Gama, estão incluídas entre as áreas a serem regularizadas.

A região da Ponte Alta é considerada área rural desde a criação do Distrito Federal, uma vez que suas fronteiras originais abrangem antigas propriedades agrícolas de Luziânia. Durante o período de estudo em questão, de 1959 a 2023, essa região sofreu diversas divisões territoriais, resultando na perda das características rurais de alguns núcleos e na progressiva conversão em áreas urbanas. Esse processo foi evidenciado pela atuação da Câmara Legislativa do Distrito Federal (2021), que apontou: “essas localidades, com o passar dos anos, perderam suas características rurais devido à transformação de suas glebas em unidades imobiliárias destinadas à habitação urbana, como condomínios” [...] (CLDF, 2021). A regularização do Setor Habitacional Ponte de Terra (SHPT) e do Núcleo Rural Casa Grande, discutida pela CLDF, é um reflexo dos anos de desenvolvimento imobiliário na região conhecida como Ponte Alta Norte. A Ponte Alta Norte é uma subdivisão da área inicial da Ponte Alta, formada na constituição do DF, caracterizada pela transformação de áreas rurais

em áreas urbanas. Os moradores dessa região buscam regularização fundiária para estabelecer uma nova cidade no Distrito Federal, conhecida como Ponte de Terra.

Segundo CEFTAM (2022), o Acampamento Chico Mendes, por decisão dos moradores, foi renomeado para Acampamento Che Guevara em 2017. Dessa forma, ações voltadas para fortalecer as lutas pelo assentamento rural culminaram na criação, em 2021, da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar (ASSPAF), com o objetivo principal de se envolver em atividades relacionadas à defesa de direitos sociais. A presidência da associação está sob a responsabilidade de Jasmim.

Conforme o depoimento de Dona Flora, a formação da ASSPAF teve como objetivo organizar e assegurar os direitos de posse dos lotes do acampamento. A disputa pela posse das terras envolve os acampados, um grileiro, que afirma ser o proprietário, e a empresa Terracap. A associação desempenha um papel crucial na estruturação do acampamento, incluindo a assistência para a instalação de poços de água e a promoção de uma sensação de segurança e bem-estar entre os moradores.

Segundo o relato de Dona Flora, durante a campanha presidencial de 2023, o candidato à presidência da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, visitou o Acampamento Che Guevara para realizar campanha eleitoral. Na ocasião, ele e sua equipe de campanha propuseram que o local fosse renomeado para Residencial Nova Jerusalém. As notícias da época informaram que a visita ocorreu em um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que levou o movimento social a publicar uma nota no site Brasil Popular (2022) negando veementemente a informação, esclarecendo que o acampamento nunca fez parte do MST e que a liderança da área era da FNL:

O MST-DF nunca teve acampamento na cidade de Samambaia, portanto, esta área nunca teve vinculação com o MST. O movimento sem terra não atua no campo urbano, localidade onde existe o tal acampamento. Nossa luta histórica é pela Reforma Agrária, pela Agroecologia e pela produção de alimentos saudáveis em territórios de natureza estritamente agrária, áreas públicas, griladas pelo latifúndio e que não cumprem sua função social, alvos de especulação e de degradação ambiental e social.

A área em questão, pertencia a Frente Nacional de Luta – FNL, outra organização que atua em territórios rurais e urbanos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Distrito Federal e Entorno, 2022).

Dona Flora não soube explicar o motivo pelo qual a líder da FNL do acampamento, antes mesmo da campanha eleitoral, se desligou do movimento, assumindo a presidência da Associação de Moradores do acampamento. Ela passou a lutar pela regularização da terra como residencial, uma vez que, devido à necessidade de parcelamento em lotes de 400 m²

para abrigar os novos moradores vindos do Jockey Clube, no período da pandemia, não foi possível manter a condição de módulos de assentamento rural.

Açucena chega à Ponte Alta em 2022 para morar de aluguel no Condomínio Asa Branca, vinda de Goiânia-GO. A mudança ocorreu após sua aprovação no processo seletivo para contrato temporário da SEEDF, no qual assumiu a regência de classe na escola do campo CEFTAM.

A comunidade da Ponte Alta, há muito tempo, solicitava a reforma da via que liga o Gama a Samambaia, que, em estado precário, impedia o fluxo contínuo e o acesso fácil à região. Em 2023, a recuperação das pistas na Rodovia DF 180 foi finalizada, conforme divulgado pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Os trabalhos incluíram a renovação do pavimento, a instalação de sinalização horizontal e vertical, além de outras intervenções. Segundo o DER, espera-se que as melhorias beneficiem cerca de 15 mil condutores que utilizam a via diariamente.

A discussão sobre a restauração asfáltica da Rodovia DF 180 foi um tema recorrente nas reuniões da AMPPA, mas Dona Perpétua aponta a baixa presença de membros da comunidade nas reuniões da associação, o que demonstra um desengajamento nas questões de melhorias para a região. Amarílis, por sua vez, afirmou que a situação precária da rodovia era notória e, apesar do desejo de muitas mulheres da localidade em obter melhorias, a falta de envolvimento com grupos organizados impedia o conhecimento dos canais adequados para tais reivindicações.

Em 2023, o Instituto Brasil Adentro lançou o projeto Mães do Campo, com o objetivo de empoderar mulheres do campo por meio da capacitação para liderança e desenvolvimento pessoal. Segundo o Instituto Brasil (2024), a iniciativa visa mitigar a carência de formação de liderança na região da Ponte Alta, oferecendo às participantes as ferramentas necessárias para enfrentar desafios e alcançar metas na vida rural. Os cursos são ministrados em polos nas áreas rurais, sendo que na Ponte Alta, os locais escolhidos foram o CEF Tamanduá e o Residencial Nova Jerusalém.

5 ANÁLISE DE DADOS

O presente estudo investigou as histórias de vida de mulheres do campo no meio rural, utilizando categorias analíticas interconectadas para avaliar e interpretar a complexidade e a diversidade das experiências vividas por essas mulheres. A metodologia, baseada no Método de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), evidenciou duas categorias principais: i) território e desenvolvimento rural, que aborda o impacto do desenvolvimento rural sobre o território da Ponte Alta Sul; e ii) território rural e gênero, que analisa as vivências das mulheres do campo na Ponte Alta Sul. Dentro dessas duas categorias principais, emergiram subcategorias analíticas: formação territorial e relações sociais; descaracterização do território rural e produção agrícola; questões ambientais e uso da água; desenvolvimento rural e políticas públicas; lutas e resistências: silenciamento, violência e trabalho; impactos de associações e movimentos sociais na comunidade; e distanciamento dos saberes tradicionais. A conexão dessas categorias possibilitou uma análise da realidade, pela perspectiva das relações entre mulheres do campo, território e desenvolvimento rural.

5.1 Formações territoriais, desenvolvimento rural e relações sociais

A área da Ponte Alta Sul do Gama, rural por constituição, apresenta diferentes formações territoriais em virtude da composição geográfica e ambiental da região, além das relações sociais, culturais e históricas dos moradores que se estabeleceram na região desde a divisão territorial para a construção da capital do Brasil. Segundo Fernandes (2012), há várias formas de definir um território camponês. Baseado no modo de uso da unidade espacial e nas relações sociais constituídas nesse território, as entrevistadas descrevem as unidades espaciais em que residem. Dona Perpétua, por exemplo, é proprietária de uma chácara de 20 mil metros quadrados, com documentação que comprova a compra e a individualidade da propriedade, diferentemente das terras de seus irmãos, que são fracionadas.

Há um debate em curso sobre o futuro da área do antigo acampamento Che Guevara, com expectativas voltadas para sua transformação em um residencial, um desejo compartilhado por Dona Flora. Na área, também há chácaras que servem como fonte de renda através do aluguel para eventos evangélicos, conforme mencionado por Amarílis. Paralelamente, Açucena relata sua experiência residindo no Condomínio Asa Branca desde fevereiro de 2022, uma decisão influenciada pela proximidade com seu local de trabalho em uma escola do campo, após uma temporada morando em um hotel no Gama. Esses relatos destacam a diversidade de usos e expectativas em relação à terra e à habitação na região.

Ao abordar a história da ocupação do local onde residem, Dona Perpétua, por ser a entrevistada com maior tempo de moradia na Ponte Alta, traz elementos desde sua chegada na década de 1970, demonstrando que o território transcende sua dimensão física, incorporando uma riqueza de significados culturais e históricos, como citado por Jara (1998). As demais entrevistadas estão iniciando suas trajetórias históricas na Ponte Alta e pouco sabem relatar sobre a historicidade e formação inicial do território, como Açucena, que menciona sua falta de conhecimento sobre a história da área, devido ao seu pouco tempo de moradia na Ponte Alta Sul. A história da Ponte Alta é tecida por narrativas pessoais que refletem as mudanças sociais e estruturais da região, que, de acordo com os relatos de Dona Perpétua, em 2023, expressam a evolução dos nomes da região: “Só sei que era Ponte Alta e que agora é a Ponte Alta Sul. Mas, quando nós chegamos aqui, era chamado Ponte Alta de Baixo e Ponte Alta de Cima. Ponte Alta de Baixo era aqui onde nós estamos, e Ponte Alta de Cima era pra lá”, indicando uma transformação geográfica e cultural. Dona Flora destaca a transição de um assentamento rural para um residencial, impulsionada pela necessidade de acomodar famílias durante a pandemia de covid-19. Amarílis relata a influência dos movimentos evangélicos na comunidade e as oportunidades de trabalho e moradia ligadas a instituições religiosas.

O sentimento de pertencimento ao território da Ponte Alta Sul, segundo Jara (1998), está presente em duas entrevistadas que demonstram orgulho por viverem nessa área, o que influencia a maneira como percebem e interagem com a área rural. As outras duas entrevistadas não planejam fincar raízes na região. Dona Perpétua, com sua longa história na Ponte Alta, demonstra um apego à comunidade que transcende as oportunidades de mudança para a área urbana. Dona Flora expressa orgulho e contentamento com sua vida no Residencial Nova Jerusalém, valorizando a simplicidade e a felicidade acima de tudo. Amarílis, por outro lado, planeja um futuro na Bahia, buscando garantir o bem-estar de seus filhos ao comprar uma casa no estado, enquanto Açucena contempla a possibilidade de uma vida no exterior, comparando sua situação financeira com a do filho que mora na Irlanda. As trajetórias de vida, embora distintas, compartilham um sentimento de pertencimento (ou não) em relação à Ponte Alta Sul.

5.1.1 Descaracterização do território rural e produção agrícola

Na época da constituição do Distrito Federal, os núcleos rurais foram instituídos para promover o abastecimento e a ocupação do território rural, após a transferência da capital (SEAGRI, 2020). As entrevistadas abordam situações sobre a ocupação da terra, a descaracterização do território da Ponte Alta como área rural e a diminuição da finalidade de abastecimento de alimentos para a população de Brasília. A narrativa de Dona Perpétua evoca a memória de uma infância alegre no Piauí, contrastando com as dificuldades enfrentadas após a mudança para uma nova terra, a Ponte Alta, marcada pela ausência de infraestrutura e pela dureza da vida rural. Ela também relata a transição da agricultura diversificada, com cana-de-açúcar, banana, feijão e milho, para o cultivo exclusivo de milho, refletindo mudanças socioeconômicas e ambientais que afetaram a produção local. Dona Flora destaca a promessa inicial de um assentamento rural produtivo, que não se concretizou, resultando em falta de emprego e produção agrícola limitada. Amarílis e Açucena apontam para uma transformação do espaço rural em área de lazer e administração condominial, indicando uma mudança na relação dos moradores com a terra e a agricultura. Os relatos ilustram a evolução de uma comunidade e as adaptações necessárias diante das realidades econômicas e sociais em constante mudança.

As entrevistadas abordam a diminuição da produção agrícola e o parcelamento das áreas rurais da Ponte Alta Sul. Não fazem menção ao agronegócio como motivador da descaracterização do território rural, um movimento que, de acordo com Porto (2015), ganhou

força com a agenda neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso, que promoveu o agronegócio como forma de esfriar os ânimos da luta pela terra. A descaracterização do território rural tornou-se mais evidente com o parcelamento da área em lotes urbanos e a disputa de terras com grileiros, empresários e empresas governamentais, o que, segundo Costa (2022), é incentivado pelo ganho de capital e pela valorização do lote, após a consolidação de um condomínio residencial. Dona Perpétua destaca uma época em que a disputa por terras não era tão evidente, contrastando com a situação atual, em que o crescimento da especulação imobiliária se intensificou. Dona Flora relata a experiência de ser forçada a se mudar devido a reivindicações de propriedade por parte de empresários e à intervenção do governo, refletindo a complexidade das políticas de terra e a vulnerabilidade das populações menos favorecidas. Açucena, por outro lado, oferece uma perspectiva sobre a fragmentação da propriedade da terra e as consequências sociais e familiares que isso pode acarretar, como a perda de herança e a desintegração familiar.

As entrevistadas do território SINDJUS e do Condomínio Asa Branca revelam preocupação com a perda de saberes tradicionais. Uma aponta uma mudança significativa na agricultura local, onde a diversidade de cultivos, como o feijão, deu lugar ao monopólio do milho. A outra destaca a ausência de práticas culturais e de conhecimentos ancestrais, como o uso das fases da lua na agricultura e as celebrações comunitárias:

Aqui foi se perdendo os saberes tradicionais de plantio, de primeira a gente via muita plantação de feijão, agora você não vê mais. Só vê do milho. Nós mesmo planta só o milho, não planta o feijão de jeito nenhum (Dona Perpétua, 2023).

Também não se vê presentes saberes tradicionais como carro de boi, cavalgadas, Festa do Divino, parteiras, pessoas que divulguem o conhecimento das fases da lua para plantar, benzedeira, por aqui também não tem (Açucena 2023).

Para Fernandes (2012), o território rural é o espaço ou local de existência do camponês, onde há uma vasta variedade de culturas, tradições e conhecimentos rurais. Os relatos das entrevistadas sugerem a perda de conhecimentos agroecológicos e culturais tradicionais, como a influência da lua no plantio e o uso de práticas de cura naturais, que estão sendo esquecidas ou rejeitadas, e destacam o preconceito e a desvalorização enfrentados por aqueles que ainda praticam esses métodos. A menção de benzedadeiras, remédios caseiros, plantas medicinais e rituais de bênção por parte de Dona Perpétua evoca um tempo em que os recursos médicos eram escassos e a sabedoria local era a principal fonte de alívio e cura. Ela também relata que esses conhecimentos empíricos, transmitidos de geração em geração, foram, aos poucos, deixando de fazer parte da cultura local da Ponte Alta. O relato de

Açucena sobre a experiência de uma amiga espírita, que fez um remédio de plantas da região para a sobrinha doente, e, por preconceito religioso, rejeitou o remédio, destaca as complexidades e os desafios enfrentados quando tradições e crenças modernas colidem.

Outro fato evidenciado na área foram as políticas neoliberais recentes da gestão do presidente Jair Bolsonaro, que Sauer (2019) relata, como a interrupção da criação de assentamentos de reforma agrária. O acampamento Che Guevara, na tentativa de reestabelecer o rural na área, por meio da FNL, abandona a destinação inicial da terra para assentamento rural e passa a reivindicar a regularização fundiária para residencial de loteamento urbano:

Só que teve um negócio do governo (GDF) trazer pro acampamento um pessoal que eles desapropriaram lá no Jôquei Clube e mandaram pra cá vinte e oito famílias, ainda na pandemia de Covid-19.

A saída do movimento foi na política, na campanha eleitoral de 2022. Porque o presidente Bolsonaro esteve aqui. Foi quando tomou a decisão de alterar o nome do acampamento, porque eles começaram a falar do negócio do nome daqui ser Che Guevara. O Che Guevara tinha tido muito negócio com a Esquerda e não sei o que, não sei o que... Tomaram essa decisão politicamente. Inclusive quem escolheu o nome daqui de Residencial Nova Jerusalém foi o Bispo Renato da equipe do Bolsonaro. Na época veio a Celina Leão, a mulher do nosso governador, veio um monte de gente política na época. E agora está essa discussão se vai virar condomínio, se vai virar residencial. A gente está torcendo para virar residencial (Dona Flora, 2023).

As falas das mulheres do campo da Ponte Alta Sul revelam uma dinâmica de interação entre a área rural e as áreas urbanas do Gama-DF e Samambaia-DF, que, mesmo com características distintas, formam um território que reflete uma intensa mobilidade humana, uma interdependência econômica e social, e que vem desenvolvendo características de área periurbana, assim chamada por Metzger (2024) para definir a área entre o rural e o urbano, onde a urbanização encontra o campo. No relato de história de vida da entrevistada do território SINDJUS, essa separação entre área rural e urbana era mais evidente, quando relata a infância na década de 1970, e conta que sua família se deslocava da Ponte Alta Sul ao Gama para participar de ritos religiosos e atendimentos médicos na área urbana. Nos relatos das entrevistadas do Condomínio Asa Branca e Residencial Nova Jerusalém, o transitar diário entre o rural e o urbano se intensificou, principalmente quando falam das relações e tipos de trabalhos dos moradores dos territórios, que variam de trabalhos domésticos a profissões como médicos, advogados e professores, indicando uma mistura de atividades econômicas típicas de áreas periurbanas.

A análise das narrativas apresentadas pelas mulheres revela uma transformação no uso e na percepção do espaço rural, refletindo a teoria da “nova ruralidade” mencionada por Profeta (2019), que observa uma tendência de urbanização do campo, onde as propriedades

rurais não são mais exclusivamente dedicadas à agricultura, mas também a atividades de lazer e residenciais, como evidenciado pelas entrevistadas. A substituição da produção agrícola tradicional por atividades de lazer e turismo, como pesque-pague e chácaras para eventos, reflete uma mudança no perfil de uso da terra. Essas mudanças trazem consigo novas dinâmicas sociais, nas quais a comunidade local parece ser marginalizada em favor dos visitantes de fora que buscam lazer. A questão da habitação também é destacada, com a chegada de novos moradores atraídos pelos preços de aluguéis mais acessíveis em comparação com as áreas urbanas, o que gera uma pressão sobre a infraestrutura local e a cultura comunitária. As casas de aluguel e os condomínios de lazer, frequentados principalmente nos finais de semana, introduzem um novo ritmo e uma nova forma de ocupação do espaço rural, impactando diretamente a vida dos residentes permanentes.

As entrevistadas revelaram uma crescente preocupação com a segurança pessoal e da propriedade rural, refletindo uma tensão entre as tradições do campo e as influências da urbanização. A única entrevistada que não mencionou relatos sobre insegurança policial foi a moradora do Condomínio Asa Branca. As falas das mulheres do campo destacam uma perda de tranquilidade e um aumento do medo, atribuído à presença de elementos estranhos à comunidade e à insuficiência do policiamento. A reestruturação do meio rural, mencionada por Mello (2015), parece trazer consigo desafios significativos, nos quais a inclusão de novos elementos econômicos, culturais e sociais da cultura urbana pode estar contribuindo para um sentimento de insegurança. O relatório do PDAD-Rural (2022) corrobora essa percepção, indicando que menos de 35% da população rural sente a presença regular da polícia.

Dona Perpétua, Dona Flora e Amarílis refletem uma realidade preocupante sobre a segurança pública e a sensação de insegurança vivida por muitos cidadãos. Elas descrevem um tempo em que a tranquilidade era maior e a liberdade de ir e vir não era tão ameaçada. No entanto, essa percepção mudou ao longo dos anos, com o aumento da criminalidade e a demora na resposta das autoridades. A presença policial, embora tenha se intensificado, ainda é vista como insuficiente diante dos conflitos e da violência relatados.

5.1.2 Questões ambientais e uso da água

Uma das questões ambientais do território abordadas pelas entrevistadas diz respeito ao acesso e uso das águas superficiais dos córregos, rios e ribeirão da Ponte Alta Sul, bem como às águas subterrâneas dos poços e cisternas. O território do Distrito Federal apresenta restrições ambientais para proteger os mananciais de água, como é o caso da Ponte Alta Sul,

por ser uma área rural de uso controlado (SEAGRI, 2020). Dona Perpétua faz uma comparação entre a qualidade e o volume das águas na Ponte Alta Sul no início dos anos 70, contrastando com a poluição evidenciada no ano de 2023.

As memórias de Dona Perpétua refletem uma realidade que muitos enfrentam: a transformação do acesso à água ao longo do tempo. Em Brasília, como em muitas outras regiões, a água, outrora abundante e limpa nos córregos, era parte integral da vida diária. Com o passar dos anos, a poluição e o desenvolvimento urbano mudaram drasticamente essa paisagem, tornando os poços uma necessidade para muitos acessarem água de qualidade.

Dona Flora retrata a dependência de poços e carros-pipa no Residencial Nova Jerusalém, ilustrando não apenas as mudanças ambientais, mas também as sociais, onde o acesso à água potável se tornou um recurso valioso, muitas vezes dependente da capacidade de pagar pelo caminhão-pipa e por infraestruturas como a perfuração de poços. A análise laboratorial da água dos poços, mencionada por Dona Flora, é um passo positivo, garantindo que, apesar das mudanças, a qualidade da água permaneça segura para consumo. Segundo informações da SEAGRI (2020), as comunidades rurais não atendidas pelo sistema da CAESB geralmente têm poços rasos sujeitos à contaminação.

Outra questão ambiental apontada pelas entrevistadas refere-se ao descarte de lixo nas moradias e propriedades da Ponte Alta Sul, essencial para o bem-estar das comunidades rurais e urbanas (SEAGRI, 2020). As mulheres expressam preocupação com o local apropriado para o descarte, a falta de separação do lixo e demonstram a importância do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), que, apesar do nome, presta um serviço essencial à área rural.

Dona Perpétua relata que, antigamente, o lixo era queimado e jogado em algum lugar da propriedade rural, mas o volume de resíduo era mínimo, pois as sobras de alimentos eram comumente utilizadas para alimentar animais domésticos, principalmente devido à ausência de embalagens descartáveis. Com o passar do tempo, surgiram iniciativas na Ponte Alta Sul, como o projeto Papa Lixo, que oferece contêineres para a coleta de resíduos, embora ainda haja desafios, como a falta de separação do lixo reciclável e do orgânico.

Dona Flora relata o acordo comunitário no Residencial Nova Jerusalém de descartar o lixo somente na lixeira coletiva e a adoção de fossas sanitárias, o que reflete uma preocupação crescente com a saúde pública e a preservação do meio ambiente.

Açucena descreve que a gestão de resíduos no Condomínio Asa Branca é realizada pela administração do condomínio, duas a três vezes por semana, com o apoio do Serviço de Limpeza Urbana, responsável pela coleta subsequente. Ela também destaca que é

expressamente proibida a incineração de lixo no local. A prática adequada consiste em acumular os resíduos em sacos pretos para descarte ou optar pelo aluguel de contêineres, que são posteriormente removidos.

Profeta (2019) revela que há uma complexa interação entre o desenvolvimento urbano e o meio ambiente rural, destacando a crescente interdependência e o impacto das atividades humanas nos recursos naturais compartilhados. Enquanto a ADASA (2019) afirma que a Estação de Tratamento de Esgoto do Gama, instalada na Ponte Alta Sul, trata completamente o esgoto da região, demonstrando uma contradição entre a vivência do morador e as políticas implementadas, a entrevistada do território SINDJUS aborda o aumento da poluição das águas por esgotos da área urbana, afetando a qualidade de vida da comunidade rural, que utilizava os córregos e rios para pesca e lazer:

De primeira as pessoas pescava muito nos córregos de anzol. Agora não tem mais por que o córrego é tudo poluído, o povo não quer comer o peixinho do córrego. A poluição dos rios, acho que é mais esse negócio de esgoto que vem da cidade, não é tanto das chácaras da comunidade. Jogam tudo nos rios, a gente não tem rio mais pra nada. Hoje não tem mais água limpa. A cidade aumentou, muita população. Fizeram esgoto foi nas águas. No nosso tempo não tinha. Era pouca gente aqui demais. Quem polui é a cidade e tá chegando aqui (Dona Perpétua, 2023).

5.1.3 Desenvolvimento rural e políticas públicas

Outra situação presente nos relatos das mulheres da Ponte Alta Sul, baseada nas liberdades essenciais que Sen (2000) elabora como primordiais ao desenvolvimento, é a questão da pobreza, que impacta diretamente na segurança alimentar. Uma das entrevistadas relata que, por vezes, seus recursos financeiros não são suficientes para atender às necessidades básicas da família, sendo necessário o auxílio de outras pessoas na compra de alimentos e remédios. Amarílis compartilha a luta diária para prover o básico para seus filhos, destacando a insuficiência do salário e a dependência de programas de assistência, como o Bolsa Escola. Ela relata que, em algumas ocasiões, o filho foi para a escola sem comer.

Açucena aborda a fome não apenas pela ausência de recursos financeiros, mas também pelo mau uso dos recursos naturais e dos cultivos agrícolas na extensão do território. Ela observa a ironia da abundância de recursos naturais na Ponte Alta Sul, contrastando com a falta de incentivo que poderia transformar essa riqueza em sustento para a comunidade. As experiências delas chamam a atenção para a necessidade de políticas públicas mais eficazes e de ações comunitárias que possam aliviar a fome e aproveitar melhor os recursos locais para o benefício de todos.

Apesar de a EMATER-DF ser um órgão governamental com ações de políticas públicas de desenvolvimento rural efetivas no DF, contribuindo para o aumento da produtividade agrícola e para a melhoria das condições de vida no meio rural, neste estudo, apenas uma entrevistada menciona a empresa como beneficiária de assistência técnica:

Às vezes a gente até procurava a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), por causa da associação e às vezes eles davam uma força. Agora mesmo nós precisamos da EMATER, porque ele era cadastrado e depois que ele faleceu precisou eu ir pra me cadastrar como produtora. (Dona Perpétua)

A mesma entrevistada que diz ser cadastrada na EMATER afirma que nunca recebeu auxílio do governo para a produção rural, exemplificando a dificuldade de acesso às políticas públicas para o desenvolvimento rural enfrentada pelas mulheres do campo da Ponte Alta Sul. As narrativas de Dona Perpétua e Amarílis destacam uma realidade desafiadora vivida por pequenos produtores: a falta de apoio governamental. A dificuldade em obter financiamento, equipamentos e sementes foi destacada como um obstáculo para expandir ou até mesmo iniciar suas atividades agrícolas.

A experiência de Açucena no curso Mães do Campo 2023 ilustra a necessidade de uma maior integração entre os programas de capacitação e os mecanismos de financiamento, garantindo que o conhecimento adquirido possa ser aplicado de maneira prática e benéfica. A entrevistada não é produtora rural e desconhece mulheres que recebam incentivos do governo para a produção agrícola, além de relatar conhecer mulheres que já buscaram esses incentivos, mas não foram contempladas.

Os relatos das entrevistadas evidenciam a crítica de Radomsky (2011) ao capitalismo e ao desenvolvimento, que tratam os atores como coadjuvantes nas políticas públicas.

5.2 Território rural e gênero: lutas, resistências, silenciamento, violência e trabalho

O discurso das mulheres do campo da Ponte Alta Sul do Gama reflete a complexidade e as nuances da luta pela terra no Brasil, destacando o protagonismo feminino nesse processo. A referência ao pesquisador Sauer (2019) indica uma análise crítica das políticas de reforma agrária e do impacto das mudanças governamentais nas dinâmicas sociais e na participação das mulheres. Os relatos evidenciam a transformação dos espaços rurais e a contínua busca por dignidade e melhores condições de vida.

A experiência de Dona Flora no acampamento Chico Mendes ilustra um processo em que um assentamento rural, inicialmente vinculado ao FNL, evolui para o condomínio

residencial Nova Jerusalém. Essa transformação exemplifica como os movimentos sociais podem influenciar a organização e a estruturação do espaço habitacional, refletindo as adaptações necessárias às demandas sociais e econômicas de seus moradores.

Amarílis, por sua vez, expressa uma perspectiva pessoal, mencionando sua ausência de participação em movimentos sociais pela terra, tanto na Ponte Alta Sul quanto em sua terra natal, a Bahia.

Açucena relata uma breve estadia em um assentamento dos Sem-terra e destaca as dificuldades enfrentadas, como a falta de infraestrutura básica de moradia. Ela reflete sobre a decisão pessoal de buscar alternativas para melhorar sua situação de vida, optando por retornar a morar de aluguel. As experiências das entrevistadas demonstram a complexidade e os desafios que acompanham os esforços para adquirir e estabelecer-se em uma terra, seja através de meios sociais ou individuais.

Os sonhos por liberdade e justiça para a mulher passam por uma transformação radical de todas as nossas noções de poder e diferença, conforme Hooks (2018). Esse ideal é buscado pelas mulheres do campo da Ponte Alta por meio da independência financeira, alcançada com empregos fora de casa, e pela dedicação aos estudos. No entanto, elas enfrentam o patriarcado e o machismo presentes em seus territórios, lidando com restrições impostas pelas relações de gênero, nas quais os homens frequentemente ocupam posições de poder na administração das associações e nas lideranças comunitárias.

Açucena expressou a exclusão enfrentada pelos inquilinos em assembleias do Condomínio Asa Branca, ressaltando que apenas os proprietários têm o direito de participar e votar, deixando aqueles que alugam os imóveis sem a oportunidade de expressar suas opiniões ou contribuir para as decisões. De forma semelhante, Amarílis reforçou essa percepção de silenciamento, observando que apenas os proprietários rurais são ouvidos nas reuniões comunitárias das propriedades de sua vizinhança. Ela destacou que a opinião dos caseiros é frequentemente ignorada, sem espaço para serem ouvidos ou considerados nas discussões que afetam diretamente seu cotidiano.

Em contraposição ao silenciamento, encontram-se as mulheres do Residencial Nova Jerusalém, que ocupam cargos de liderança nos coletivos de organização, sendo a associação de moradores presidida por uma mulher. Elas estão à frente das tomadas de decisões coletivas no território, cuja constituição foi fundamentada na organização de movimentos sociais voltados para a reforma agrária, emprego e redução das desigualdades sociais, conforme Menezes (2016). Dona Flora destacou a liderança feminina em sua comunidade, observando

que as mulheres assumem essas posições não apenas pela escassez de homens, mas principalmente por escolha e pela disposição em se colocarem em papéis de destaque.

A violência e a discriminação contra mulheres não são fenômenos inatos, como aponta o MMC (2022), mas sim construções sociais e históricas que foram normalizadas ao longo do tempo. Das quatro mulheres entrevistadas, três relataram ter sofrido algum tipo de violência doméstica por parte de seus companheiros, seja física ou psicológica, em alguma fase de suas vidas antes de se estabelecerem na Ponte Alta Sul:

Cheguei estava uma chuva tão grande, os bichinhos, tudo na rua correndo dele. Meu menino veio chorando e falando, mãe, meu pai tá querendo matar nós tudo e falou que eu roubei a carteira e o cartão dele. Falei, tá ficando doido, onde estava seus documentos? Estava aqui, debaixo do colchão. Quando eu suspendi, suspendi com tanta raiva, puxando os trens e o cartão caiu. Quando eu recebi foi só a mão na lata. Eu rodei já rodei grudada em tudo (Dona Flora, 2023).

Depois que eu tive o Jorge, veio ele me batendo. Eu tenho duas costelas quebradas por ele (Amarilis, 2023).

Ele reclamava muito porque queria que eu trabalhasse junto com ele, que eu administrasse o nosso negócio. Eu queria ser pedagoga e ele falava, você está doida? Estudar para reparar o filho dos outros? Para isso não precisa estudar não. Mas eu só pensava em ser professora (Açucena, 2023).

A entrevistada do território SINDJUS relata que seu esposo sempre foi um grande companheiro em sua trajetória de vida na Ponte Alta, estando sempre disponível para ajudá-la a estudar, trabalhar e nas atividades da propriedade rural. Ela também menciona que, logo após o casamento, trabalhou em chácaras sem receber salário, por ser a companheira do caseiro. Dona Perpétua, por sua vez, relata que, após seu casamento, decidiu buscar educação, apesar das dificuldades e dos riscos associados ao deslocamento noturno. Em muitas ocasiões, ela não tinha companhia para ir estudar, e, nessas situações, seu marido a acompanhava de bicicleta. Ela expressa uma profunda saudade do marido, destacando o apoio constante que ele lhe proporcionava, inclusive nos trajetos para o trabalho na escola, onde ele a levava e buscava, demonstrando seu apoio às suas iniciativas.

As entrevistadas percebem que eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas, como propõe o IDIS (2014), são ações ainda não viabilizadas, pois existem discriminações e violências sofridas pelas mulheres da Ponte Alta. No território do Condomínio Asa Branca, a entrevistada afirma desconhecer casos específicos na localidade, mas já evidenciou situações de violência psicológica e agressões físicas entre os adolescentes do CEFTAM.

Açucena (2023) relata que, durante uma festa junina da escola, vivenciou uma situação em que uma adolescente não participou da dança da quadrilha devido a restrições impostas pelo namorado. Ela reflete sobre a violência e as consequências dos relacionamentos amorosos na adolescência, destacando a falta de maturidade e os riscos associados ao término dessas relações, incluindo a violência contra mulheres e tentativas de autoagressão.

Dona Flora (2023) compartilha sua experiência ao lidar com casos de violência doméstica em sua comunidade, descrevendo como interveio em situações envolvendo dois casais. Ela narra que, após conversas e intervenções, um dos agressores foi embora do residencial, enquanto o outro permaneceu, mas sem novos relatos de violência. Dona Flora enfatiza os esforços realizados pela comunidade para ajudar a vítima a superar o sofrimento causado pela violência doméstica.

Ressaltar o papel das mulheres nas tarefas domésticas é, também, valorizar sua contribuição contínua e ativa na formação da estrutura social e territorial, como apontam Silva e Eggert (2011). As mulheres do campo, além dessas tarefas, trabalham nos cuidados dos quintais de suas propriedades, aumentando consideravelmente suas atividades laborais. As entrevistadas dos territórios do SINDJUS e do Condomínio Asa Branca são categóricas ao afirmar que o trabalho doméstico não é valorizado e é frequentemente visto como uma obrigação feminina.

De acordo com Dona Perpétua e Açucena, há uma desvalorização do trabalho doméstico por parte dos homens, que frequentemente enxergam tais atividades como meras obrigações das mulheres. Essa percepção persiste, mesmo considerando que muitas mulheres desempenham múltiplas tarefas, tanto dentro de casa quanto no cuidado com o quintal, especialmente em áreas rurais. Ainda prevalece a crença de que apenas o trabalho remunerado fora de casa constitui um “trabalho de verdade”, o que leva ao não reconhecimento do esforço diário das mulheres que se dedicam exclusivamente ao lar e à família. Essa visão é compartilhada tanto por homens quanto por mulheres, perpetuando a ideia de que certas responsabilidades são inerentes a gêneros específicos, e ignorando o valor e a carga de trabalho envolvida na gestão de um lar e no cuidado com os filhos.

As relações de gênero e as condições trabalhistas das mulheres do campo, evidenciadas na pesquisa na Ponte Alta Sul, aparecem nos relatos das entrevistadas sob o viés de mulheres que saem tardiamente de casa para trabalhar fora, Silva (2015), quando deveriam estar aposentadas; pelas restrições que algumas mulheres enfrentam devido ao fato de seus esposos não quererem que trabalhem fora; e pelo não recebimento de salários, Instituto

Humanista Unisinos (2019). Essas situações abrangem tanto suas vidas pessoais quanto as das mulheres da comunidade.

Amarílis relata que contribui com as tarefas da chácara sem receber remuneração, uma realidade compartilhada por muitas mulheres no campo, que veem seu trabalho como uma extensão do cuidado doméstico e apoio aos maridos, embora a carga de trabalho seja significativa.

Dona Perpétua expressa a necessidade de trabalhar mesmo após a idade de aposentadoria, pois precisa complementar a pensão do marido, enquanto Dona Flora descreve sua luta para obter o direito à aposentadoria após uma tentativa frustrada aos 55 anos. Essas narrativas destacam a falta de reconhecimento e valorização do trabalho feminino no ambiente rural, onde muitas mulheres contribuem para o sustento da família sem a devida compensação ou direitos trabalhistas assegurados.

Há relatos de mulheres do campo nos territórios da Ponte Alta Sul que marcam suas trajetórias de vida pela determinação e força em cuidar de suas propriedades praticamente sozinhas, demonstrando a valorização da mulher do campo em prol de sua autonomia financeira e fortalecendo a comunidade com seu trabalho (Lemes; Pereira, 2020). Dona Perpétua relata conhecer uma mulher que lidera sua propriedade rural por conta própria, após o falecimento do esposo, e acredita que ela esteja gerenciando as terras e a produção sozinha.

Açucena destaca a independência econômica das mulheres do Condomínio Asa Branca, exemplificando com várias que sustentam suas famílias sozinhas, incluindo uma pedreira, e outras que, mesmo viúvas ou solteiras, gerenciam suas casas sem o auxílio de homens. Ela também observa uma tendência das mulheres em postergar o casamento.

Em referência à reportagem do Correio Braziliense, Fraga (2020) noticiou as dificuldades de comunicação durante o período pandêmico, afirma-se que, na Ponte Alta, o acesso e uso de tecnologia eram limitados pelos moradores, que, em sua maioria, não possuíam notebook ou computador, utilizando apenas o celular com internet para acessar informações. Isso contrapõe os dados do PDAD Rural (2022), que demonstram a tendência de 82,68% dos domicílios rurais terem acesso à internet, e inclui a importância do IDIS (2014) sobre o uso da internet na área rural como base das tecnologias de informação e comunicação. As entrevistadas relatam que, apesar da falta de qualidade de acesso à internet e telefonia na área da Ponte Alta Sul, fazem uso dessas tecnologias.

A presença da internet nas residências é comum, embora a qualidade do sinal seja frequentemente criticada. A tecnologia tornou-se parte integrante da vida cotidiana, e mesmo

aqueles inicialmente resistentes, como Dona Perpétua, acabaram adotando-a por necessidades educacionais.

Dona Flora destaca que a falta de acesso à internet no Residencial Nova Jerusalém é uma escolha pessoal, já que a telefonia móvel é acessível, apesar da ausência de telefones fixos e das interrupções ocasionais de energia.

Amarílis aponta a necessidade de acesso à internet via *Wi-Fi* em sua casa, devido à fraca cobertura de telefonia móvel na região, que é praticamente inexistente sem o *Wi-Fi*.

Açucena expressa desapontamento com a infraestrutura de telecomunicações na capital do país, observando que, ao contrário de São Paulo, onde o acesso é fácil, a Ponte Alta Sul enfrenta desafios significativos em relação aos serviços básicos de internet e sinal de telefonia móvel.

5.2.1 Impactos de associações e movimentos sociais na comunidade

As entrevistas revelaram uma diversidade de percepções sobre a presença de organizações coletivas e sociais na região da Ponte Alta Sul, como a administração do condomínio, as associações de defesa dos direitos dos moradores e produtores rurais, e os movimentos sociais de luta pela terra. As entrevistadas do território do SINDJUS e do Residencial Nova Jerusalém destacam a AMPPA e a ASSPAF, respectivamente, como organizações significativas que contribuem para a organização e o bem-estar da comunidade rural local. Dona Perpétua relata que a Associação de Moradores e Produtores da Ponte Alta (AMPPA) é uma organização coletiva de sua conhecida, presidida por seu irmão, que também cedeu um espaço em sua propriedade para a construção de um posto de saúde. A construção do posto foi um esforço comunitário, semelhante ao da igreja local, com seu irmão, que é pedreiro, liderando o projeto sem auxílio governamental. Dona Flora enfatiza a importância da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar (ASSPAF) na manutenção da ordem no assentamento rural, sugerindo que, sem essa estrutura, haveria desordem e problemas de segurança.

Por outro lado, a entrevistada do território Vargem da Benção expressa desconhecimento de tais entidades em sua área, destacando a falta de uma associação ou organização na Ponte Alta que ofereça suporte à comunidade.

Açucena aponta para uma lacuna na representação e no apoio coletivo em seu território, mencionando que, no condomínio onde reside, a administração do próprio

condomínio é a única forma de organização coletiva existente, sem a presença de associações, sindicatos ou conselhos.

As narrativas das entrevistadas refletem uma luta contínua por reconhecimento e participação efetiva nas decisões políticas da comunidade. A falta de autonomia, as restrições à participação em assembleias e reuniões nas organizações coletivas são desafios persistentes que as mulheres enfrentam. No entanto, há também relatos de liderança feminina e maior envolvimento nas tomadas de decisão, como no caso do Residencial Nova Jerusalém, indicando uma conscientização crescente e a importância da organização e luta para a emancipação das mulheres camponesas.

Dona Perpétua destaca a dificuldade das mulheres em se envolverem nessas atividades, mencionando a falta de união na comunidade para buscar melhorias. Amarílis expressa frustrações semelhantes, observando a ausência de mulheres em conselhos e sindicatos, e a ineficácia em mobilizar reclamações sobre problemas locais, como as condições das estradas. Açucena, por sua vez, aponta para a exclusão das mulheres em posições deliberativas em seu condomínio, onde apenas os proprietários têm direito a voz e voto, deixando os inquilinos sem participação.

Segundo Dona Flora, as solicitações recebidas pela associação de moradores são atendidas e, diante da necessidade de ação, as pessoas se mobilizam para agir. As mulheres, em particular, são descritas como líderes natas, predominando em número e na liderança das ações, enquanto os homens são menos visíveis, não por exclusão, mas por escolha própria.

Para Sen (2000), o desenvolvimento deve abordar questões que libertem o povo de carências sociais, políticas, econômicas, médicas, da pobreza, intolerância e tirania, sistemas que negam liberdades elementares às pessoas. Algumas mulheres do campo relataram dificuldades em acessar políticas públicas para a saúde no território da Ponte Alta Sul, que conta com uma UBS na área para atendimentos à comunidade rural. Outras entrevistadas, incentivadas por essa ausência, descreveram como a organização coletiva contribuiu para amenizar essa carência na área da saúde.

Amarílis evidenciou dificuldades em acessar políticas públicas de saúde, como o atendimento na UBS local. Ela menciona a necessidade de mais médicos, que não estão disponíveis quando mais necessários, resultando em gastos pessoais com saúde que ultrapassam suas capacidades financeiras. Açucena destacou que, embora exista um agente de saúde que registra os moradores para atendimento, muitas vezes eles precisam se deslocar

para hospitais em áreas distantes ou pagar por serviços médicos privados devido à falta de cobertura de saúde.

Dona Perpétua relembrou a construção do posto de saúde local, uma iniciativa comunitária sem apoio governamental, na qual seu irmão, um pedreiro, contribuiu significativamente. Dona Flora enfatizou que a existência de atendimento pela equipe da UBS no residencial Nova Jerusalém é resultado dos esforços e mobilização da comunidade, durante seu tempo coordenando o coletivo de saúde, e que há presença regular de profissionais de saúde no local, o que contrasta com a situação de outras entrevistadas.

5.2.2 Distanciamento dos saberes tradicionais

De acordo com Carvalho (2011), os conhecimentos e saberes passados de forma oral de uma geração para outra em um grupo específico representam mais do que o trabalho dessas comunidades. Também simbolizam a assimilação e a continuidade da cultura, das práticas e das tradições que definem e enriquecem esses grupos sociais. As narrativas das entrevistadas dos territórios SINDJUS e da Vargem da Benção destacam a importância dos valores familiares, do respeito aos mais velhos e da transmissão de princípios éticos e morais. Elas apontam para uma mudança percebida nas relações intergeracionais e no papel da educação formal, sugerindo um distanciamento dos valores tradicionais nas novas gerações.

Dona Perpétua relembra com carinho os valores ensinados por seu pai, destacando a importância da sabedoria e do respeito, especialmente aos mais velhos, uma virtude que ela observa estar em declínio atualmente. Ela lamenta a perda da autoridade dos professores e a falta de respeito nas escolas, contrastando com a educação que recebeu, onde o respeito pelos pais e professores era inquestionável.

Amarílis enfatiza que os valores e costumes são reflexos da educação recebida em casa. Ela ressalta a influência dos pais no comportamento dos filhos na escola e compartilha os conselhos de sua mãe sobre o respeito aos professores, considerando-os figuras centrais na formação de um indivíduo. Ambas as narrativas ressaltam a importância da transmissão de valores e do respeito como fundamentos para uma sociedade mais harmoniosa.

As relações religiosas das mulheres do campo da Ponte Alta Sul estão diretamente ligadas ao conceito de território de Sá (2010), que destaca a complexa ligação entre a terra como um espaço físico e os processos sociais, culturais e simbólicos, incorporando valores éticos, espirituais e emocionais. A narrativa da entrevistada do território SINDJUS ressalta a transmissão de valores religiosos e morais através das gerações, e Dona Perpétua expressa que

a verdadeira garantia de bem-estar não provém da igreja, mas sim da fé individual em Deus, e que essa fé torna qualquer lugar adequado para a prática religiosa. Ela relata que sua adesão ao catolicismo foi herdada dos pais, que, apesar de analfabetos, possuíam sabedoria e ensinaram valores religiosos consistentes, evitando a confusão de mudar frequentemente de religião.

Enquanto as entrevistadas nos territórios do Residencial Nova Jerusalém e Condomínio Asa Branca apontam para a presença ativa de várias denominações cristãs que contribuem para o bem-estar comunitário, oferecendo serviços de saúde e apoio social, Dona Flora observa que, apesar da diversidade religiosa na região, a maioria é evangélica, com duas igrejas evangélicas locais no residencial. Açucena descreve a presença de várias denominações cristãs no condomínio e menciona serviços comunitários ocasionais oferecidos pela Igreja Adventista, incluindo atendimento médico e psicológico, embora ela própria não tenha presenciado tais eventos.

A entrevistada do território Vargem da Benção, Amarílis, menciona dificuldades devido à falta de respeito dos vizinhos com barulhos excessivos, especialmente quando a chácara onde trabalha é alugada para eventos exclusivos da comunidade evangélica.

Silva (2015) ressalta que o crochê é um saber transmitido principalmente através de relações familiares, mantendo-se vivo por séculos como um testemunho da habilidade e criatividade das mulheres. Scardoelli e Waidman (2011) observam que, para muitas mulheres, o artesanato oferece uma pausa na rotina diária, proporcionando momentos de prazer e uma fuga das tensões cotidianas. As entrevistas revelam que, embora existam mulheres talentosas praticando artesanato individualmente, falta um movimento coletivo para a produção em grupo. Iniciativas recentes, como a mencionada pela entrevistada do Residencial Nova Jerusalém, indicam um esforço para revitalizar o artesanato e promover a colaboração entre as mulheres. A observação da entrevistada do Condomínio Asa Branca sobre os trabalhos individuais e a falta de reuniões de grupo aponta para uma oportunidade de desenvolver redes de apoio mais fortes entre artesãs:

No Nordeste a gente vê mais a produção de renda, de artesanato, aqui não tem. No Piauí, eu tinha uma tia que fazia renda. A gente via e achava muito engraçado, mas viemos embora para Brasília. Mas aqui a gente não vê isso, eu mesmo nunca vi por aqui (Dona Perpétua, 2023).

Começamos agora um movimento de práticas de artesanato, vamos ver se vai para frente, porque outras vezes não foi adiante. Chegou uma menina novata que faz bordados e estão encaminhando essas questões (Dona Flora, 2023).

Aqui tem alguns trabalhos individuais de produção de artesanato. Sei que tem uma moça que faz boneca de pano e macramê, que são as coisas mais linda. Tem uma moça que sempre posta no grupo de WhatsApp do condomínio tapete de crochê que ela vende. Não tem reuniões de grupos fica muito nas relações entre amigos e dentro da igreja (Açucena, 2023).

A análise de dados apresentada neste capítulo revela uma complexa diversidade de fatores sociais, políticos, ecológicos e econômicos que moldam o cotidiano da comunidade, sob a ótica das mulheres do campo da Ponte Alta Sul do Gama. A disparidade entre os gêneros é evidente, manifestando-se tanto na violência contra as mulheres quanto na escassa presença delas em órgãos comunitários nas tomadas de decisão, o que sublinha a necessidade urgente de políticas que promovam o empoderamento feminino. Tais políticas são essenciais não só para reformar a estrutura social e política, mas também para consolidar a administração local com maior igualdade entre homens e mulheres.

A relação dos moradores com a terra vai além da simples presença física, refletindo um elo profundo com a identidade cultural, os desafios ambientais e as relações comunitárias no território. Mesmo com a descaracterização do ambiente rural, persiste um forte sentimento de pertencimento à terra. Portanto, intervenções no desenvolvimento rural devem levar em conta essas conexões, bem como o protagonismo feminino, para serem bem-sucedidas. Os movimentos sociais, especialmente a liderança feminina em alguns agrupamentos coletivos, revelam uma forte capacidade de mobilização e defesa pela posse da terra, mesmo diante do reconhecimento limitado desses grupos na área. Essas interações destacam a complexidade vivida pelas mulheres do campo, que lidam simultaneamente com questões de gênero, desenvolvimento e pertencimento territorial. A redução na diversidade de cultivos, ilustrada pela troca do feijão pelo milho, e o abandono da terra por descendentes de produtores rurais, sinalizam transformações significativas na economia agrária, que podem ter impactos prolongados na sustentabilidade da agricultura na região. A falta de práticas culturais tradicionais, como a agricultura baseada nas fases lunares e as festividades locais, aponta para um distanciamento do conhecimento ancestral, que antes não só impulsionava a produção de alimentos, mas também fortalecia a unidade da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gênese desta pesquisa surgiu durante a especialização no Curso Escola da Terra da UnB, em 2021, quando o Inventário da Realidade da Escola CEFTAM revelou, nas rodas de conversa, o desejo das mulheres da comunidade Ponte Alta Sul de engajarem-se em atividades artesanais, culturais e socioambientais. Contudo, elas perceberam-se restritas pela ausência de espaços e iniciativas que fomentassem o desenvolvimento de suas capacidades artísticas individuais e de socialização em coletividade. A investigação também destacou a diversidade e as mudanças nos modos de vida camponeses, em um território originalmente destinado à produção de alimentos, mas que vem sofrendo alterações devido ao loteamento residencial urbano, à criação de áreas para lazer e à realização de eventos sociais, tendo como consequência a diminuição das atividades agrícolas.

Diante da problemática envolvendo a descaracterização do sujeito camponês morador de território rural, o estudo focou em responder à questão norteadora: como as mulheres do campo interagem com as mudanças territoriais da Ponte Alta Sul do DF em suas trajetórias de vida no meio rural? O recorte temporal do estudo abrange desde a expropriação das terras em Luziânia-GO, utilizadas para a criação do Distrito Federal, concentrando-se na evolução do contexto rural da região da Ponte Alta Sul do Gama, até 2023.

Visando analisar os diálogos e as trajetórias de vida das mulheres do campo na região da Ponte Alta Sul do Gama, Distrito Federal, a pesquisa objetivou:

- I. relatar a história de vida das mulheres camponesas da Ponte Alta Sul por meio de seu envolvimento com as oficinas de crochê;
- II. identificar como as mulheres da Ponte Alta, DF, constroem suas identidades, valores, saberes e práticas no âmbito da cultura do campo, relatando suas histórias de vida; e
- III. descrever as principais transformações na formação histórica da Ponte Alta Sul sob a perspectiva de mulheres do campo.

A abordagem metodológica desta pesquisa foi fundamentada em métodos qualitativos para a coleta de dados, com ênfase na história oral, na história de vida e na entrevista estruturada. Na fase de transcrição dos áudios, houve um esforço consciente para preservar a integridade das declarações das entrevistadas, a fim de refletir a autenticidade da linguagem falada. Essas técnicas possibilitaram a captura de sutilezas, vivências e sentimentos que métodos estritamente quantitativos poderiam não revelar. Por meio desses procedimentos

qualitativos, a pesquisa não apenas processou os dados, mas também valorizou e interpretou as experiências das mulheres rurais da Ponte Alta Sul.

Anterior as entrevistas, as oficinas de crochê foram organizadas para promover o engajamento feminino em um espaço de diálogo aberto e informal, propiciando a troca de experiências e pontos de vista. O processo criativo dessas oficinas buscou reforçar os laços comunitários e estimular a participação nas entrevistas, criando um ambiente acolhedor para as narrativas das participantes. A escolha pelo crochê ocorreu devido à minha afinidade com essa arte. O período das oficinas representou o maior desafio na coleta de informações, enfrentando baixa adesão, apesar dos esforços de divulgação junto à comunidade. Algumas interessadas manifestavam o desejo de participar, mas faltavam aos encontros marcados. Outras, embora dispostas a se envolver nas atividades, hesitavam em compartilhar suas histórias e, mesmo convidadas a apenas fazer crochê, acabavam por não comparecer.

A técnica de oficina foi escolhida exatamente porque, nos estudos realizados para a construção do Inventário da Realidade do CEF Tamanduá, elas indicaram o desejo de produzir artesanatos na própria comunidade, sem a necessidade de deslocamentos para a área urbana para participar de cursos de capacitação. O dia da semana (sábado), o horário (manhã) e o local (CEFTAM) para a realização das oficinas foram definidos por elas, que explicaram que, durante a semana, seria difícil participar devido a questões trabalhistas na propriedade rural, cuidados domésticos e a rotina escolar dos filhos. Refletindo sobre esse momento, cabe considerar que a técnica do crochê pode não ter sido a mais adequada para esse grupo de mulheres; talvez elas desejassem outro tipo de artesanato. Assim, a ausência de adesão à técnica de crochê pode abrir espaço para novos diálogos, intervenções e projetos nesse campo pluridiverso de saberes tradicionais.

Este estudo demonstrou a simbiose existente entre as mulheres do campo e o território da Ponte Alta Sul, destacando tanto os entrelaçamentos coletivos quanto as experiências individuais das entrevistadas. Ao valorizar a individualidade de cada mulher, o estudo não apenas respeitou suas histórias pessoais, mas também enriqueceu o entendimento das estruturas sociais, políticas, ambientais, econômicas, saberes tradicionais, organizações coletivas e movimentos sociais que revelam e influenciam seus modos de vida na comunidade.

“Para nós do mato, a cidade que é um risco” reflete a perspectiva sobre a vida rural em contraste com a vida urbana, demonstrando preferência pela vida no campo, com a percepção de que a cidade representa perigos desconhecidos ou indesejados para quem está acostumado

com o ambiente rural. Foi através desta história de vida, com mais de 50 anos na comunidade, que se revelou o mais extenso contexto temporal de transformações ao longo dos anos na Ponte Alta Sul. Apresentando as dificuldades enfrentadas no passado, como a falta de infraestrutura básica, novas gerações se distanciando dos costumes antigos, como respeito aos mais velhos e aos professores, filhos que não querem continuar o cultivo da terra, perda de saberes tradicionais de plantio do feijão, a introdução de tecnologia no meio rural e a adaptação às mudanças, como a poluição que impacta o uso das águas para consumo humano, pesca e lazer.

A frase “As mulheres são todas para luta” reflete a resiliência e o papel ativo de algumas mulheres na comunidade, como exemplo de força e determinação, superando adversidades pessoais, lutando por seus direitos trabalhistas, enfrentando desafios no acesso à educação e ao emprego, lidando com a especulação imobiliária, numa luta contínua das mulheres por reconhecimento, igualdade de gênero, empoderamento feminino, igualdade e melhorias na qualidade de vida da comunidade, impulsionada por lideranças femininas.

“Valores e costumes vão da criação” aborda a vida de uma mulher que cresceu no campo da Bahia e enfrentou inúmeros desafios desde a infância até a vida adulta, como sua origem humilde e a luta para estudar, interrompida pela necessidade de trabalhar e ajudar em casa. Revela a rejeição e violência que sofreu, incluindo a agressão de um ex-marido, e a mudança para Brasília em busca de independência financeira após a morte de sua mãe. Apresenta a falta de reconhecimento e remuneração adequada para o trabalho doméstico das mulheres, uma vez que é o marido quem recebe o salário pelo trabalho conjunto. Enfrenta dificuldades com o sistema de saúde pública, a falta de participação em conselhos e associações, e preocupações com a segurança pública devido às atividades criminosas advindas com as mudanças no perfil da região, que atraem visitantes de fora da área rural. Diante de tantas adversidades, não se deixa abater, acreditando que a educação e os princípios cultivados no seio da família são fundamentais, refletindo-se diretamente na conduta das crianças em ambiente escolar, e que o respeito aos mais velhos é um ensinamento valioso herdado da mãe e transmitido aos seus filhos, perpetuando a sabedoria e as boas práticas sociais.

A passagem “É muito contraditório” revela uma série de desafios e contradições enfrentados pelas mulheres da Ponte Alta Sul, moradoras de condomínios residenciais, como a falta de participação e liderança feminina na comunidade, apontando para a necessidade de maior envolvimento dos moradores nas decisões coletivas. Discute também os papéis de

gênero, buscando dar mais autonomia às mulheres, além da influência e representatividade da religião nas atividades comunitárias. Destaca, ainda, preocupações com as relações sociais dos jovens e o impacto das mídias sociais e da tecnologia nas relações de parentalidade, com a necessidade de orientação e uso consciente da tecnologia, refletindo tensões entre tradição e modernidade, individualidade e coletividade.

A presente dissertação revelou a diversidade das mulheres do campo e os modos de vida na Ponte Alta Sul, evidenciando não apenas os obstáculos impostos pelo gênero, mas também a resiliência e as vitórias alcançadas por essas mulheres da região. A participação e o poder emergiram como temas centrais, onde as restrições em assembleias de condomínio contrastam com a crescente presença feminina em posições de liderança, exemplificada pelo Residencial Nova Jerusalém. A violência doméstica, infelizmente prevalente, com três em cada quatro mulheres relatando experiências prévias de abuso, destaca a urgência de políticas públicas de apoio e proteção.

No âmbito das relações de trabalho, ainda persiste a contribuição não remunerada de algumas mulheres nos trabalhos rurais, com a desvalorização do trabalho doméstico e restrições ao trabalho externo, muitas vezes impostas por parceiros, sendo essas barreiras adicionais que as mulheres enfrentam diariamente no combate ao patriarcado e na busca por autonomia e reconhecimento. A importância da autonomia financeira foi ressaltada como um pilar essencial para a emancipação feminina, assim como a luta por direitos trabalhistas e aposentadoria digna. A tecnologia surgiu como uma ferramenta de empoderamento, com a conectividade desempenhando um papel na integração e no fortalecimento da comunidade rural feminina.

A relação das mulheres do campo com a área rural da Ponte Alta Sul é marcada por um forte senso de pertencimento, como exemplificado por Dona Perpétua, produtora rural com sua chácara documentada. Dona Flora, que vivenciou a transição de um acampamento rural para uma área residencial em processo de regularização fundiária, ilustra as mudanças na ocupação e destinação do território. A história da ocupação territorial, preservada nas memórias de Dona Perpétua desde a década de 1970, contrasta com o conhecimento limitado das moradoras mais recentes sobre a historicidade da área, que era destinada à produção agrícola e pecuária.

O uso da terra na Ponte Alta Sul se apresentou de maneiras variadas, refletindo a diversidade das atividades e trabalhos dos moradores. Desde a agricultura familiar, passando pela formação de condomínios residenciais até o aluguel de espaços para eventos religiosos, o

que demonstra a descaracterização do território rural pela crescente urbanização. Esse processo revela preocupações com a sustentabilidade ambiental, com ênfase na gestão dos recursos hídricos, evidenciada pela deterioração da qualidade da água ao longo do tempo e pelo acesso à água, ressaltando a importância de práticas conscientes para a preservação da qualidade de vida rural.

A história da ocupação territorial, contada pelas mulheres, evidencia a transição de uma infraestrutura rudimentar para uma comunidade consolidada, com instituições de saúde e educação instaladas na região, acesso à energia elétrica, água, internet, e coleta de lixo. Contudo, desafios como a diminuição da produção agrícola, o fracionamento das áreas rurais e as pressões da especulação imobiliária na regularização fundiária impõem obstáculos ao desenvolvimento rural sustentável. Uma peculiaridade desta área rural é a ausência de conflitos com o agronegócio, defendido pelas políticas neoliberais. No entanto, decisões governamentais recentes exerceram influência significativa na descaracterização do território e do modo de vida camponês, ao permitir, mesmo que de forma irregular e como promessa de campanha eleitoral, que módulos rurais sejam parcelados para lotes residenciais.

As liberdades fundamentais, como saúde e segurança alimentar, destacadas por Sen (2000), são vitais, com a comunidade enfrentando dificuldades no acesso a serviços de saúde e na busca por soluções comunitárias. A iniciativa de construir um posto de saúde local e os relatos de pobreza e fome sublinham a importância da organização comunitária e a urgência de políticas públicas que fomentem o desenvolvimento sustentável e as liberdades essenciais. A limitada referência à EMATER-DF e os obstáculos no acesso a políticas públicas de desenvolvimento rural refletem a lacuna entre as necessidades dos produtores e os suportes disponíveis, apontando para a necessidade de maior integração e apoio institucional.

O desenvolvimento rural na Ponte Alta Sul, através do olhar feminino, é um mosaico de vida, trabalho e economia, e desvenda elementos cruciais para seu avanço, como, por exemplo, a produção de milho na agricultura familiar, que é pouco comercializada, e a redução da produção de feijão, sinalizando uma transformação nas práticas agrícolas ao longo do tempo. A posse de terra se revela um fator determinante para a autonomia dos agricultores, integrando moradia e labor rural, e reforçando a identidade do território, mostrando como cada aspecto está interligado.

A análise das trajetórias de vida das mulheres do campo da Ponte Alta Sul contribui para um entendimento mais profundo das realidades periurbanas e ressalta a complexidade e a dinâmica da Região Administrativa do Gama, ilustrando como a fusão do periurbano com a

pluriatividade no campo cria um mosaico de interações humanas e atividades econômicas. A transformação do território rural, impulsionada pela urbanização, desafia as noções tradicionais de ruralidade, especialmente a produção agrícola e pecuária da agricultura familiar, e introduz novas funções para as propriedades rurais, como pesque-pague, chácaras para aluguéis de eventos e clubes, redefinindo a identidade cultural da região. A segurança emerge como uma preocupação central, refletindo as tensões entre o desenvolvimento econômico, trazido pelos frequentadores de áreas externas à Ponte Alta Sul, e a preservação da qualidade de vida sossegada do campo. Por fim, o impacto ambiental, especialmente a poluição hídrica, destaca a necessidade urgente de políticas eficazes de gestão ambiental que protejam os recursos naturais e assegurem o bem-estar da comunidade rural.

Os estudos desta pesquisa revelaram a importância crítica dos saberes tradicionais e a necessidade urgente de manutenção e preservação cultural e biológica na região da Ponte Alta Sul. A perda da diversidade agrícola e o abandono de práticas culturais ancestrais não são apenas sintomas de uma transformação econômica, mas também indicativos de um distanciamento preocupante das raízes culturais e sociais que definem a identidade de uma comunidade camponesa. A valorização dos conhecimentos tradicionais, que incluem práticas agroecológicas, curas naturais e a transmissão de valores familiares, é fundamental para manter a biodiversidade e resistir à homogeneização cultural, preservando a riqueza do patrimônio imaterial e o bem-estar social. A religiosidade, como um pilar na construção da identidade territorial, e o artesanato, como expressão de talentos individuais, requerem um novo olhar que reconheça sua relevância e contribuição para a coesão comunitária e para a educação das novas gerações. É imperativo que iniciativas sejam tomadas para combater o preconceito e a desvalorização desses saberes, promovendo um movimento coletivo que não apenas os reconheça, mas também os integre, garantindo a sobrevivência e o florescimento de práticas sustentáveis e inclusivas, e assegurando que o legado dos antepassados continue a enriquecer as gerações futuras, garantindo a continuidade e a evolução de um patrimônio cultural insubstituível.

A complexidade e a vitalidade dos movimentos sociais e das organizações coletivas na Ponte Alta Sul, representadas pela AMPPA e pela ASSPAF, refletem um impacto tangível no bem-estar da comunidade, evidenciando a capacidade da ação coletiva em atender às necessidades locais. No entanto, o desconhecimento e as lacunas na representação apontam para a necessidade de uma comunicação mais eficaz e de estratégias inclusivas que possam engajar todos os membros da comunidade. As experiências das mulheres na luta pela terra não

apenas revelam os desafios enfrentados, mas também evidenciam a resiliência e a adaptabilidade diante de realidades em constante mudança. A liderança feminina emergente é um sinal promissor de progresso, sugerindo que, apesar dos obstáculos, há um movimento em direção a uma maior igualdade e representatividade. Este estudo destaca a importância de reconhecer e valorizar as histórias de vida das mulheres camponesas, cujas contribuições são essenciais para o desenvolvimento sustentável e a justiça social nas comunidades rurais.

As implicações práticas deste trabalho se estendem além das fronteiras acadêmicas, sugerindo caminhos para o desenvolvimento de políticas mais inclusivas e uma gestão ambiental eficaz, que possam melhorar a qualidade de vida, valorizar o trabalho das mulheres do campo e atender à necessidade de conservação do território rural. Dessa forma, garantem-se a sustentabilidade ambiental e a equidade social, destacando a urgência de integrar as vozes dessas mulheres nas discussões sobre o futuro do meio rural.

Ao refletir sobre as limitações deste estudo, é essencial reconhecer a ausência de pesquisas científicas focadas na região da Ponte Alta Sul do Gama, assim como a falta de dados estatísticos detalhados para as zonas rurais por região administrativa. Essa carência de informações específicas pode ter influenciado os resultados obtidos, limitando a capacidade de generalização dos achados. Além disso, a baixa participação das mulheres nas oficinas de crochê e a disponibilidade restrita para entrevistas limitaram o alcance do estudo aos territórios inicialmente propostos. Isso impactou diretamente a representatividade das diversas experiências e histórias de vida das mulheres camponesas da região, um aspecto crucial para a compreensão plena da riqueza cultural e social da Ponte Alta Sul. Portanto, essas limitações devem ser consideradas ao interpretar os resultados e ao planejar pesquisas futuras, que poderiam se beneficiar de uma abordagem mais inclusiva e de métodos que assegurem uma participação mais ampla e representativa da comunidade estudada.

Este estudo oferece uma oportunidade para contemplar as contribuições do trabalho e identificar direções para pesquisas futuras. Nesse sentido, sugere-se que futuras investigações possam aprofundar o entendimento do impacto climático na agricultura da Ponte Alta Sul, explorando não apenas as culturas principais, como mandioca e milho, mas também como essas mudanças afetam a biodiversidade local e as estratégias de adaptação dos agricultores. Além disso, é fundamental investigar a interação entre novas tecnologias agrícolas e os saberes tradicionais, avaliando como essa relação influencia a sustentabilidade das práticas agrícolas e a resiliência das comunidades rurais. No contexto de gênero e trabalho rural, estudos mais aprofundados sobre o papel das mulheres na agricultura e a valorização do

trabalho doméstico podem revelar temas valiosos para políticas de igualdade e inclusão. Por fim, o desenvolvimento sustentável na região da Ponte Alta Sul requer uma análise crítica das iniciativas existentes, buscando compreender como elas contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes e para a conservação dos recursos naturais, propondo, assim, um modelo replicável de desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL. **Plano de Bacia Hidrográfica Paranaíba/DF**: etapa de diagnóstico. Brasília: GDF, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, F. Agricultura no DF: dos inóspitos cerrados do Planalto Central a vitrine do agronegócio. **Revista Cerrado**, p. 35, 1972.

bell hooks. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2018.

BRASIL. Lei nº 6.500, de 7 de dezembro de 1977. Autoriza a criação de empresa pública, sob a denominação de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER/DF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16500.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021. Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114216.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

BUENO, B. O.; CHAMLIAN, H. C.; SOUSA, C. P.; CATANI, D. B. Histórias de vida e autobiografias na formação de professores e profissão docente (Brasil, 1985-2003). **Educação e Pesquisa**, v. 32, n. 2, p. 385-410, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/D3dkY9Z7VMn8WxY64Nv5gpd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. CLDF debate regularização do Setor Habitacional Ponte de Terra e do Núcleo Rural Casa Grande nesta sexta (9). **Câmara Legislativa do DF**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/web/guest/-/cldf-debate-a-regulariza-c3-a7-c3-a3o-do-setor-habitacional-ponte-de-terra-e-do-n-c3-bacleo-rural-casa-grande-nesta-sexta-9->. Acesso em: 16 abr. 2024.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751532016.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CAMPANHA DESPEJO ZERO DF. Por um DF sem despejos. **Brasil de Fato**, Distrito Federal, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatodf.com.br/2022/06/28/artigo-por-um-df-sem-despejos>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CARVALHO, F. R. C.; LELIS, A. G. S. Conhecimentos tradicionais: saberes que transcendem o conhecimento científico. **Publica Direito**, 2011. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=44b4596c7a979aa7>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CARVALHO, I. Ação social e bingo marcam cavalgada da solidariedade no Gama. **Gama Cidadão**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.gamacidadao.com.br/acao-social-e-bingo-marcam-cavalgada-da-solidariedade-no-gama/?amp=1>. Acesso em: 31 mar. 2024.

CENTRO ECUMÊNICO DE SERVIÇOS À EVANGELIZAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR. Irmã Adelaide Molinari. **CESEEP**, 2014. Disponível em: <https://ceseep.org.br/irma-adelaide-molinari/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL TAMANDUÁ. **CEF**: inventário histórico, social, cultural e ambiental. Brasília: SEEDF, 2022. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/publicacoes-seedf/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

COLETIVO FEMINISTA CLASSISTA ANA MONTENEGRO. Mulheres de luta: Josefa Paulino da Silva – Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro. **Anamontenegro.org**, 2018. Disponível em: <https://anamontenegro.org/cfcam/2018/03/23/mulheres-de-luta-josefa-paulino-da-silva/#:~:text=Na%20juventude%20casou%2Dse%20com>. Acesso em: 17 abr. 2024.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA. **Histórico - CEB - Companhia Energética de Brasília**. 2022. Disponível em: <https://www.ceb.com.br/show.aspx?idCanal=TrLiXzXE5JSxKiZu6QjJ2A==>. Acesso em: 31 mar. 2024.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Atlas do Distrito Federal**. Brasília: CODEPLAN, 2020.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **RAII – Gama**: delimitações das Regiões Administrativas PDAD-2011.

COSTA, M. P. S. C. A ocupação urbana do Distrito Federal por meio das ferramentas de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 13, n. 9, p. 131-157, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/923>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CUNHA, M. C. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, v. 75, p. 76-84, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13623/15441>. Acesso em: 14 jun. 2024.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM. Avança restauração asfáltica na DF-180. **DER**, 2023.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 571, de 19 de janeiro de 1967. Fixa datas oficiais de fundação dos núcleos urbanos regionais. **Diário Oficial do Distrito Federal**: seção 1, Brasília, DF, 20 jan. 1967. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;distrito.federal:distrital:decreto:1967-01-19;571>. Acesso em: 15 ago. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Decreto 4140, de 7 abril de 1978. Cria a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), regulamenta dispositivos da Lei nº 6.500, de 07 de dezembro de 1977 e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito**: seção 1, Brasília, DF, 8 abr. 1978. Disponível em: http://www2.tc.df.gov.br/sinj/Norma/5745/exec_dec_4140_1978_rep.html. Acesso em: 31 mar. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 42.389, de 12 de agosto de 2021. Aprova as poligonais preliminares para regularização fundiária urbana de Parcelamentos Urbanos Isolados - PUI de que dispõe, constantes da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT. **Diário Oficial do Distrito Federal**: seção 1, Brasília, DF, 13 ago. 2021. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/6db743f4a52c484db961900231ac0c4d/Decreto_42389_12_08_2021.html. Acesso em: 31 mar. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Catálogo Hidrográfico do Distrito Federal**. Brasília: [s.n.], 2017.

DISTRITO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 2964, de 27 de novembro de 2020**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a educação climática como base da educação escolar. Autoria: Duda Salabert - PDT/MG, Pedro Campos - PSB/PE, Amom Mandel - CIDADANIA/AM. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2367806>. Acesso em: 18 abr. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. **Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal**. Brasília: DFMaisAGRO, 2020.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Currículo em movimento da educação básica, ensino fundamental**: anos iniciais e finais. Brasília: Secretaria de Educação do DF, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Currículo em movimento da educação básica - pressupostos teóricos**. Brasília: Secretaria de Educação do DF, 2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Diretrizes pedagógicas da Educação Básica do Campo para a rede pública de ensino do Distrito Federal**. Brasília: Secretaria de Educação do DF, 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal**. Brasília: Secretaria de

Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009. Disponível em: https://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/documento_tecnico_pdot12042017.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Proposta didática para construção de inventário social, histórico e cultural das Escolas do Campo da SEDF**. Brasília: Secretaria de Educação do DF, 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. **Pesquisa distrital por amostra de domicílios – PDAD rural**. Brasília: GDF, 2022. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio-final-Pesquisa-Distrital-por-Amostra-de-Domicilios.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Saúde do Distrito Federal. **Hospital Regional do Gama completa 54 anos**. Secretaria de Saúde do Distrito Federal, 2021. Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/web/guest/w/hospital-regional-do-gama-completa-54-anos>. Acesso em: 31 mar. 2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Observatório das mulheres rurais do Brasil. **Embrapa.br**, 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/observatorio-das-mulheres-rurais-do-brasil/dados>. Acesso em: 2024. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Memória Embrapa - Conheça a Embrapa Hortaliças. **Embrapa.br**, 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/regiao-centro-oeste>. Acesso em: 31 mar. 2024.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL. **Informações agropecuárias do Distrito Federal 2023**. Brasília: EMATER, 2023. Disponível em: https://emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Relatorio_de_Informacoes_Agropecuaria_RIA_2023_DF.pdf. Acesso em: 18 jul. 2024.

ERICE, A. S.; MARQUES, F. C. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 683-705, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/hTrZW9s88WnzkRgV7TwP9Xh/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2024.

FACHONE, S. L. **Design e artesanato: o sentido do fazer manual na contemporaneidade**. 2012. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2012. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/ANHE_359738c3ddd2484bb9d8ad1f2bbee959. Acesso em: 14 jul. 2024.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FERNANDES, B. M. Território camponês. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Escola do Campo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 746-749.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, Bookman, 2008. Cap.2.

- FRAGA, L. Ensino remoto emergencial na rede pública traz muitos desafios. **Correio Braziliense**, 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2020/07/02/interna-educacaobasica-2019,868923/ensino-remoto-emergencial-na-rede-publica-traz-muitos-desafios.shtml. Acesso em: 17 mar. 2024.
- FRANCHI, N. **Trajetória do movimento de mulheres camponesas no RS**: da invisibilidade ao protagonismo das jutas sociais. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2011. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4260>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.
- GOMES, K. B. P.; MARTINS, R. C. C.; DIAS, C. A.; MATOS, J. M. M. Quintais agroflorestais: características agrossociais sob a ótica da agricultura familiar. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v. 9, p. 111-124, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/41955/2/Quintais%20agroflorestais_%20caracter%C3%ADsticas%20agrossociais%20sob%20a%20%C3%B3tica%20da%20agricultura%20familiar.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2024.
- INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL. O que são ODS e o que eles têm a ver com impacto social. **IDIS**, 2023. Disponível em: https://www.idis.org.br/o-que-sao-ods-e-o-que-eles-tem-a-ver-com-impacto-social/?gad_source=1&gclid=EAIaIQobChMI253Li9K8hQMVu2FIAB12WQStEAAYASAAEgIQVPD_BwE. Acesso em: 14 abr. 2024.
- JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco – SEPLAN; Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, 1998.
- LEITÃO, C. **A entrevista como instrumento de pesquisa científica**: planejamento, execução e análise. [S.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://metodologia.ceie-br.org/wp-content/uploads/2021/10/livro3-cap7-Entrevista.pdf>.
- LEMES, B. X.; PEREIRA, A. F. Tecer e empoderar: as entrelinhas do saber-fazer do crochê de um grupo de mulheres artesãs. **Multitemas**, v. 25, n. 59, p. 169-190, 2020. Disponível em: <https://multitemasucdb.emnuvens.com.br/multitemas/article/view/2704/1881>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MACIEL, S. **Biografias**: Dona Geralda Rosa. Quilombo Caveira. Disponível em: <https://www.quilombocaveira.com/acervo/biografias>. Acesso em: 9 out. 2024.

MÃES DO CAMPO. Conheça o projeto Mães do Campo. **Mães do Campo**, 2024. Disponível em: <https://maesdocampo.com.br/#:~:text=Os%20cursos%20ser%C3%A3o%20ministrados%20em,Sobradinho%20em%20Setembro%20de%202023>. Acesso em: 10 out. 2024.

MARINHO, A. J. S.; FONTES, L. L.; REBELATTO, M.; SOARES, P. E. F. Ser mulher comunista: Dirce Machado, a cultura e política comunista e a revolta camponesa de trombas e formoso (1955-1964). In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFMG, 9., 2021, Minas Gerais. **Anais [...]**. Minas Gerais: Planeta IFMG, 2021. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/sic/edicoes-anteriores/resumos-2021/ciencias-humanas/ser-mulher-comunista-dirce-machado-a-cultura-e-politica-comunista-e-a-revolta-camponesa-de-trombas-e-formoso-1955-1964.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Margarida Alves**. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/margarida-maria-alves/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Biografia e resistência**: Elizabeth Teixeira. [Memoriasdeditadura.org.br](https://memoriasdeditadura.org.br). Disponível em: <https://memoriasdeditadura.org.br/personagens/elizabeth-teixeira/#:~:text=Foi%20militante%20das%20Ligas%20Camponesas>. Acesso em: 2024.

MENEZES, A. S. **A centralidade da luta simbólica para o MST**: expansão da ocupação do ciberespaço na busca por reconhecimento. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Universidade Federal de Campina Grande, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/1311/ANT%c3%94NIO%20SIM%c3%95ES%20MENEZES%20-%20TESE%20PPGCS%20CH%202016.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 31 mar. 2024.

METZGER, J. P. Restauração da vegetação em áreas periurbanas pode ser estratégia para adaptação climática. **Jornal da USP**, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/restauracao-da-vegetacao-em-areas-periurbanas-pode-ser-estrategia-para-adaptacao-climatica/>. Acesso em: 15 maio 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR. Governo federal cria o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/governo-federal-cria-o-programa-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR.

Referências para o desenvolvimento territorial sustentável. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família 20 anos - mudando vidas, fazendo histórias.** Brasília: [s.n.], 2023. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Eventos/R-evista_Comemoracao_20_anos_BF.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.

MORENO, S. Autonomia financeira e empoderamento das mulheres rurais são prioridades para a Emater-DF. **Agência Brasília**, 2024. Disponível em:

<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2024/03/09/autonomia-financeira-e-empoderamento-da-s-mulheres-rurais-sao-prioridades-para-a-emater-df/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. **Cartilha: feminismo camponês e popular.** 2022. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1pfBR7QDtXs_HIF2f8gNkvNbj3BofpSpN/view. Acesso em: 17 abr. 2022.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. **História - MMC - Movimento de Mulheres Camponesas.** mmcbrasil.org. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/home/historia/>.

Acesso em: 25 nov. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO. Em nota pública, MST denuncia “oportunismo bolsonarista no DF”. **Brasil Popular**, 2022. Disponível em:

<https://brasilpopular.com/em-nota-publica-mst-denuncia-oportunismo-bolsonarista-no-df/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Sustainable Development Goal 5: igualdade de gênero: as nações unidas no Brasil.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 16 nov. 2024.

OLIVEIRA, P. L. G. **Análise do potencial de erosão laminar na sub-bacia Ribeirão Ponte Alta (DF) utilizando a EUPS.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Florestal) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:

<https://jbb.ibict.br/handle/1/1207>. Acesso em: 16 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Histórico da pandemia de covid-19.** Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de>. Acesso em: 31 mar. 2024.

PEREIRA, A. S. Análise das tendências de aplicação do conceito de periurbano.

Terr@Plural, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 287-304, jul./dez. 2013. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/4345>. Acesso em: 16 jun. 2024.

PERES, E. H. GDF fecha festa clandestina com cerca de 300 pessoas no Gama. **Correio Braziliense**, Caderno Cidades, 2021. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/03/4910617-video-gdf-fecha-festa-clandestina-com-cerca-de-300-pessoas-no-gama.html>. Acesso em: 18 abr. 2024.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, p. 25-39, 1997.

PORTO, J. R. S. Conexões, apropriações e exclusões no discurso do desenvolvimento territorial no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 1, p. 145–168, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2080>. Acesso em: 23 nov. 2024.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento – a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, p. 150–162, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XJG9DmQ8w9HTPyq8fxyFtJb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2024.

RAII. Conheça a Região Administrativa. **Administração Regional Do Gama**, 2023.

REDESIM. **Redesim - consulta pública CNPJ**. Disponível em: <https://consultacnpj.redesim.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2024.

REVISTA COM CENSO. Cadernos RCC#20. **Revista Com Censo**, v. 7, n. 1, p. 186, 2020.

REVISTA COM CENSO. Cadernos RCC#20. **Revista Com Censo**, v. 7, n. 1, p. 172, 2020.

RIBEIRO, V. 60 anos de Brasília: fazendas goianas inspiraram nomes de regiões do Distrito Federal. **Agência Brasil**, Radioagência, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/cultura/audio/2020-02/60-anos-de-brasilia-fazendas-goianas-inspiraram-nomes-de-regioes-do-distrito/>. Acesso em: 11 maio 2024.

RIO DE JANEIRO. Decreto Legislativo nº 298, 29 de novembro 1994. Fica concedido Título de Cidadã Niteroiense à Sra. Josefa Paulino da Silva. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**: Niterói, RJ, 30 nov. 1994. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/decreto-legislativo/1994/30/298/decreto-legislativo-n-298-1994-fica-concedido-titulo-de-cidada-niteroiense-a-sra-josefa-paulino-da-silva>. Acesso em: 24 set. 2024.

SÁ, L. M. **Terra, território, territorialidade no modo de vida e na identidade cultural camponesa**. Planaltina, DF: Faculdade UnB Planaltina, 2010.

SARAIVA, R. C. F. **Dona Carmosa**: 100 anos tecendo a vida. Brasília, DF, 2015.

SAUER, S. Governo Bolsonaro amplia a grilagem de terras com medida provisória. **Dataluta**, v. 144, p. 1-11, 2019. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_12_2019.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

SCARDOELLI, M. G. C.; WAIDMAN, M. A. P. Grupo de artesanato: espaço favorável à promoção da saúde mental. **Escola Anna Nery**, v. 15, n. 2, p. 291-299, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/8rFYS4NwRtVVwBTPTbGRbKr/>. Acesso em: 23 out. 2024.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, p. 71-99, 1990. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 20 out. 2024.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, B. C. **Mulheres & resistência agroecológica**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2019.

SILVA, D. M. G. **Impacto sobre o núcleo hortícola suburbano da Vargem Bonita (Park Way/DF) das obrigações geradas pela criação da APA das bacias do Gama e Cabeça de Veado e da zona de vida silvestre**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Políticas Públicas Agropecuárias) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/6163/1/ARTIGO%20-%20NHSVB%20-%20DIN%20-%20MARI%20GUIMAR%20-%20VERS%20-%20FINAL%20REVISADA.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

SILVA, L. **Autobiografia inédita de Dirce Machado**. PCB – Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/31155>. Acesso em: 3 nov. 2024.

SILVA, M. A. Abordagem sobre trabalho artesanal em histórias de vida de mulheres. **Educar em Revista**, n. 55, p. 247–260, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/jPjKVMtsYxWtXznnXM9tT4D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2024.

SILVA, M. A.; EGGERT, E. Descosturar o doméstico e a “madresposa” – a busca da autonomia por meio do trabalho manual. In: EGGERT, E. (org.). **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2011. p. 39-57.

SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MPU NO DF, DO JUDICIÁRIO FEDERAL DO TO E DA JUSTIÇA FEDERAL E ELEITORAL DO AC, RO E RR. **Histórico - Como surgiu o SINDJUS**. SINDJUS Brasília, 2024. Disponível em: <https://sindjusdf.org.br/historico/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

TAHAN, L.; CAMPOS, A. M. Confusão fundiária é anterior a Brasília. **Correio Braziliense**, Caderno Cidades, p. 21, 2012. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/57164/complemento_1.htm?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 23 out. 2024.

TARDIN, J. M. Cultura camponesa. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 730-734.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo. Cortez Autores Associados, 1986.

UNISINOS. Violência contra mulheres no campo cresce 377% em 2018; casos incluem tentativas de assassinato e criminalização. **Unisinos**, 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/588446-violencia-contra-mulheres-no-campo-cresce-3>

77-em-2018-casos-incluem-tentativas-de-assassinato-e-criminalizacao. Acesso em: 28 abr. 2024.

VIANA, G. **A luta pela terra e as guerrilhas camponesas (1946-1957) - Exposição:** memória camponesa 1946-1988. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2016.

WOLFORD, W. The plantationocene: a lusotropical contribution to the theory. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 111, n. 6, p. 1–18, 2021. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/tafraagxx/v_3a111_3ay_3a2021_3ai_3a6_3ap_3a1622-1639.htm. Acesso em: 17 out. 2024.

APÊNDICE A – MODELO DO TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO



TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O Consentimento para o tratamento de dados pessoais é instrumento que visa registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o Titular dos dados concorda com o tratamento de seus dados pessoais pela Universidade de Brasília para a finalidade indicada nos termos da [Política de Proteção de Dados da UnB](#) e da [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais](#).

Compreende tratamento de dados pessoais na UnB a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão, extração e eliminação.

Para mais informações a respeito dos direitos do titular, para contato com o encarregado de proteção de dados da UnB e para conhecimento das principais finalidades, formas e duração de tratamento dos dados pessoais pela Universidade de Brasília acesse o site: <https://protecaodedados.unb.br/>.

Compreendendo o exposto, eu, _____

(Titular/Representante Legal*), CPF n. _____, concordo que a Universidade de Brasília - UnB, CNPJ nº 00.038.174/0001-43, Campus Planaltina, Brasília - DF realize o tratamento de dados pessoais nos termos da legislação vigente.

Tratamento de Dados Pessoais a partir deste Termo de Consentimento	
Dados Pessoais Coletados	Finalidade
Nome ^[1] , CPF, imagem, áudio, vídeo, produção artística	Utilizar as informações na elaboração da dissertação do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília

Em caso de mudança de finalidade de tratamento dos dados coletados, o titular dos dados deverá ser contactado e novo termo de consentimento deverá ser apresentado.

Unidade recebedora na UnB:

Elizabeth Tavares de Gonzaga
Mestranda do PPG-MADER (FUP)

Assinatura do Titular dos Dados

Este documento deverá ser retido na Unidade para comprovação de consentimento de tratamento de dados pessoais pela Universidade de Brasília e poderá ser solicitado para compor demanda do titular, do controlador ou da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Caso o titular decida não fornecer os dados pessoais de acordo com o exposto acima, deverá ser informado sobre os impactos da negativa para a oferta do serviço, caso haja.

*Nos casos de autorização por representante legal, a formalização da autorização deverá ser anexada a este Termo de Consentimento e apresentada ao servidor da UnB que realizará o tratamento dos dados pessoais.

^[1] O titular faz opção pela utilização de nome fictício na divulgação dos dados?

() NÃO

() SIM – NOME: _____

APÊNDICE B – Roteiro das Entrevistas



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade UnB Planaltina – FUP
Programa de Pós-Graduação:
Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPG
MADER



ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Projeto Entrelaçando Histórias

1- Dados pessoais do(a) entrevistado(a):

- Qual seu nome completo?
- Onde nasceu (local de nascimento)? Nasceu no campo ou na cidade?
- Quantos anos tem? (idade)
- Em que data? Data de nascimento completa (dia/mês/ano)
- Qual seu estado civil?
- Quantos filhos tem? Onde nasceram?
- O Sr./Sra. teve oportunidade de estudar? Qual seu grau de instrução?
- Qual sua profissão? Com o que trabalhou ao longo de sua vida?

<i>Situação</i>	<i>Problematizações</i>
<i>Históricas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Peça ao entrevistado(a) que traga, brevemente, aspectos de sua história de vida desde o local onde nasceu, até o lugar onde está hoje: com foi sua infância e adolescência; deslocamentos junto com a família (se houver). Se o entrevistado vivia na cidade e deslocou-se para o campo, peça que ele responda a pergunta: o que motivou sua saída da cidade para o campo? • Em qual comunidade vive hoje? De onde veio? Pedir para o(a) entrevistado(a) comentar sobre os deslocamentos? Por que ocorreram esses deslocamentos? Quais foram os motivos? Como e quando ocorreu seu deslocamento para a comunidade/assentamento? • Há quantos anos mora na comunidade? • Quais fatos marcam a trajetória histórica das mulheres camponesas da comunidade? (implantação de um determinado sistema produtivo, a vinda de alguma indústria, um evento climático forte, implantação de alguma organização coletiva) • Como se deu a história da ocupação do local onde você reside? (acampadas, assentadas, posseiras, proprietárias)

<i>Sociais</i>	<ul style="list-style-type: none"> • As mulheres participam das organizações coletivas e sociais da comunidade? (associações, conselhos, sindicatos, conselho escolar). • Se participam, o que fazem? • Por que não participam? • Quais questões que têm mobilizado a organização ou participação das mulheres nas lutas da comunidade?
<i>Econômicas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Como era o modo de produção antes (como era a forma de trabalhar na terra)? Quem ensinou esse trabalho com a terra (formas de plantio, época de plantio, melhor época para a colheita, etc). (Solicitar que faça uma descrição detalhada deste processo para dar maior riqueza ao depoimento) • Como era a organização da produção/do trabalho? Era individual ou coletiva? Havia coletividade entre as famílias nessas produções? Como? • O que produzia? Como produzia e o que produzia (plantação, pastagem, etc)? Essa produção era vendida? O que faziam com ela? • Que técnicas utilizavam? Como essas técnicas foram aprendidas? Quais ferramentas eram utilizadas? • Como é o processo da produção hoje? Como a produção/o trabalho com a terra está sendo organizado hoje? O que mudou em relação a antes? Por que? O avanço tecnológico interferiu nesse processo? Como? • O que é produzido hoje? Onde vendem? Como vendem? • Ainda é utilizada alguma técnica tradicional para o cultivo da terra? • Quais foram os projetos econômicos (ex: cooperativas, associações) que deram certo? O que foi conquistado para o assentamento/comunidade? • Como Sr./Sra. vê a forma de produção/o trabalho com a terra hoje? O que mudou? Quais são os aspectos positivos e negativos dessas mudanças? • Quais as principais fontes de renda das mulheres da comunidade? (salário, produção, diárias, pensão, aposentadoria, benefício social) • A sua renda é a principal fonte de renda da sua família? • Sua renda mensal é suficiente para as necessidades básicas da sua família?
<i>Trabalho</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Quais as profissões das mulheres da comunidade? • Como se estabelecem a sua relação de trabalho na comunidade? (trabalho de meia, contrato de trabalho, arrendamento, atividades fora da área rural, cooperativas) • Quais produções agrícolas existentes nas propriedades? (produção, criação) • A produção é para sobrevivência ou comercialização? • Possuem acesso a crédito do governo para sobreviver? • Tem assistência técnica para produzir? • Qual sua relação com a terra? • Como conseguiu a terra? • Qual seu vínculo com a terra (com a vida no campo)? • Por que veio morar nesta comunidade/localidade? Como conseguiu a terra? Como chegou ao assentamento/comunidade? • Qual função exerce na comunidade? • Qual é a origem da comunidade? Sabe por que a comunidade ganhou o nome que tem hoje? • Como vê sua vida no campo/comunidade/localidade? • Como vê a vida em comunidade?

	<ul style="list-style-type: none"> • O que significa a terra para o Sr./Sra.? Como vê a vida no campo? Como vê a vida em comunidade? Conte para nós o que é essa terra para você?
<p>Políticas e Culturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhece alguma história de povos/grupos que viviam antes neste local? Quem vivia aqui antes? Quem morava nesta terra antes? Como foi a relação com os grupos/povos que viviam antes neste local? • Como foi a conquista do território? Como foi a luta pela terra? Quais conflitos tiveram que enfrentar com a luta pela terra? Como surgiu o movimento na comunidade/assentamento? De quem partiu essa iniciativa? Como? Que influência teve com isso para o desenvolvimento do local? • Já participou de algum movimento social de luta pela terra? Qual? Por que? Como teve início o movimento? (Comentar sobre a história do movimento e como foi a conquista pela terra) • E hoje, continua atuando em algum movimento de luta pela terra? Atualmente existem grupos organizativos? Você participa de algum (associação, cooperativa, partido político, sindicato)? Quais? Como é a sua participação? • Como sente a importância dessas organizações para a comunidade? • Quais foram os projetos que deram certo? O que foi conquistado para o assentamento/comunidade? O que contribuiu para que esses projetos dessem certo? O que ainda falta ser conquistado? • Quais conflitos identifica hoje? (relação com o poder local, agronegócio, etc). Que atuação o poder político teve e tem em relação ao desenvolvimento da comunidade/assentamento? • Quais os valores/costumes (visão de mundo) que dirigiam a comunidade antes? O que os pais passaram de costumes/valores para seus filhos? O que Sr./Sra. ainda continua ensinando aos seus filhos (ex: respeito, ajudar aos outros, religiosidade, honestidade, respeito aos mais velhos, etc) • Na formação dos assentamentos/comunidade quais valores/costumes (visão de mundo) foram trazidos de outros lugares? Como isso foi sendo incorporado pela comunidade? O que foi incorporado ou não? • Quais valores/costumes foram sendo modificados? Por quê? • Quanto a religiosidade? Ela estava muito presente na vida da comunidade? Quais religiões eram mais presentes? Existiam manifestações culturais associadas a essa religiosidade? Quais? • E hoje, como vê essa religiosidade na comunidade? O que mudou? • Como faziam antes para cuidar da saúde? Existiam médicos? Utilizavam o conhecimento tradicional (remédios caseiros, benzimentos, uso de plantas, etc)? • E hoje, como fazem para cuidar da saúde, quando surge alguma necessidade? • Quais as formas de manifestação cultural que as mulheres mantêm ou produzem na comunidade? • Quais são e como se manifestam os saberes tradicionais de agricultura da comunidade? • Quais outros saberes tradicionais se manifestam na comunidade? • Quais as atividades de lazer, culturais, esportistas são realizadas pelas mulheres na comunidade?

<p><i>Saberes Tradicionais</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quais eram as tradições culturais (festas, danças, comidas típicas, artesanato, etc) que existiam antes na comunidade? Quem participava? Como a comunidade atuava em relação a essas tradições? Qual era a intenção dessas festas? Qual o sentido e o significado dessas expressões culturais? (Solicitar ao entrevistado que liste essas tradições culturais com o máximo de detalhes possível. É interessante registrar como a comunidade se organizava para essas festas: se havia instrumentos, cantorias, danças, etc.) • Atualmente existe alguma tradição cultural na comunidade? O que mudou nas tradições de antigamente para as de hoje? • Quais eram os costumes tradicionais (parteiras, conhecimento das fases da lua, conhecimento das plantas, benção, rezas, etc.) que existiam antes na comunidade? Quem participava? Como a comunidade atuava em relação a esses costumes? (Solicitar ao entrevistado que descreva esses costumes culturais com o máximo de detalhes possível. Podem ser feitos registros específicos para cada costume tradicional) • Existem práticas artesanais na comunidade? • Quais, quem trabalha nelas? • Há lugares para vender a produção? • Há mestres artesãos na comunidade?
<p><i>Ambientais</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Como era este local antes? Peça que o(a) entrevistado(a) faça uma descrição de como era antes: ao chegar neste lugar como era a natureza? • Em relação a água: existiam nascentes, córregos, riachos e rios? Como eles eram usados pela comunidade? Como era o acesso à água? Ela era utilizada na produção ou nas atividades de casa? Como? Em que atividades? A água está sendo utilizada como hoje? Como fazem para manter a produção hoje? Qual o regime de chuvas/secas? • Em relação a flora/vegetação: como era antes? Como ela era usada pela comunidade? • Em relação a fauna/animais: como era? Existiam muitos bichos? Quais? Como a comunidade se relacionava com essa fauna? • Existia antes algum lugar natural importante para o uso da comunidade (por exemplo: rios, mata, etc). Por que esse local era especial? • Como era o meio ambiente/natureza antes e como é hoje? O que mudou? Qual era a visão de preservação do meio ambiente antes? • Por que mudou? Quais diferenças observam em relação a períodos anteriores? • Como se dá o processo entre a produção que praticam e a preservação do meio ambiente hoje? • Existe algum problema ambiental que identificam na comunidade? Por exemplo: o lixo – onde é depositado o lixo produzido? Como os mais velhos faziam antes com o lixo? O desaparecimento da flora e fauna? A perda da água. • Existe algum projeto de preservação ou recuperação ambiental na comunidade? (Exemplos: recuperação de nascentes; recuperação da terra; recuperação da vegetação, etc).

Igualdade de gênero

Desenvolvimento Sustentável – Organizações das Nações Unidas (ONU):

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Como você visualiza os objetivos abaixo no território em que vive:

- Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
- Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
- Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.
- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
- Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos.
- Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
- Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.
- Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

APÊNDICE C – RECORTE DAS FALAS DAS ENTREVISTADAS EM CATEGORIAS DE ANÁLISE

Categoria de Análise	Recorte das falas das entrevistadas
Composição geográfica e ambientais da região	<p>Sou proprietária da minha terra. Minha chácara tem 20 mil metros quadrados e foi comprada mesmo, temos toda documentação. A minha não é dividida, mas a dos meus irmãos é dividida. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>E agora está essa discussão se vai virar condomínio, se vai virar residencial. A gente está torcendo para virar residencial. (Dona Flora, 2023)</p> <p>Na chácara trabalhamos com aluguel para movimentos evangélicos. (Amarílis, 2023)</p> <p>Moro no Condomínio Asa Branca na Ponte Alta e estou na comunidade desde fevereiro de 2022. Eu morava num hotel no Gama, e como estava trabalhando numa escola do campo, fiz opção por morar perto da escola, então aluguei uma casa no condomínio. (Açucena, 2023)</p>
História da ocupação	<p>Nunca ouvi falar da história por que aqui é chamado Ponte Alta. Só sei que era Ponte Alta e que agora é a Ponte Alta Sul. Mas quando nós chegamos aqui era chamado Ponte Alta de Baixo e Ponte Alta de Cima. Ponte Alta de Baixo era aqui onde nós estamos, e Ponte Alta de Cima era pra lá. Não sei dizer por que era Ponte Alta. (Dona Perpétua, 2024)</p> <p>O acampamento começou como um assentamento rural ligado ao FNL e evoluiu para residencial, devido ao aumento da população, pois durante a pandemia, 28 famílias foram enviadas para o acampamento, resultando na divisão em áreas menores. (Dona Flora)</p> <p>Eu não sei relatar muito sobre a trajetória histórica da formação dessa área especificamente, devido ao pouco tempo de moradia na Ponte Alta. (Açucena, 2023)</p> <p>Meu irmão falou, Amarílis, meu patrão tá querendo trocar a chácara e tá querendo me levar, e a outra chácara vai precisar de caseiro. Ele ajeitou aqui pra gente, na chácara de um pastor. Essa área tem muito movimentos evangélicos. Lá na chácara da Neide também é pra evangélico para retiro e acampamento. (Amarílis, 2023)</p>
Sentimento de pertencimento	<p>Eu e meu esposo compramos uma casinha na Samambaia e vendemos. Tivemos uma casinha no Céu Azul, também vendemos. Pra ver como nós gostávamos da cidade... Não tinha jeito, ninguém gostava da cidade e ficamos por aqui. Estou na comunidade da Ponte Alta desde 1969 e nunca quis sair daqui. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Meu acampamento é agora residencial, tá essa lindeza aí crescendo, as crianças crescendo aqui. Quem cresceu aqui continua aqui. Eu tenho orgulho de falar que eu moro aqui. Eu não tenho vergonha nenhuma do meu pé sujo da minha roupinha furada, não tenho. Eu quero continuar aqui. Sou feliz aqui. (Dona Flora, 2023)</p> <p>Eu já tinha feito compromisso, em comprar uma casinha na Bahia, porque eu não vou morar em Brasília pelo resto da vida e já deixo meus filhos amparados. (Amarílis, 2023)</p> <p>O Roger está para Irlanda, pra onde pretendo ir também, ganhando mais que eu. Ganha em Euro. O carro dele é melhor que o meu. Se fosse o caso de ajudar, acho que seria o contrário. Ele que teria que me ajudar. (Açucena, 2023)</p>
Descaracterização do território	<p>Minha mãe não queria vir, mas veio com um monte de gente pra morar em chácara dos outros.</p>

	<p>Da minha infância no Piauí eu lembro que a gente era tudo pequeno e jovem, tudo era muito bom. Quando a gente veio embora pra cá, ninguém queria vir. Aqui era ruim. Eu não vou falar que era bom, porque não era bom. Tudo era uma escuridão monstro, estrada de chão, se andava na piçarra e não tinha energia. Era sofrido, era fácil não.</p> <p>Quando chegamos na Ponte Alta, na área onde meu pai morava, plantava muito, mas não tinha essa história de horta. Tinha muita produção de cana, de banana, plantava muito feijão, milho, essas coisas.</p> <p>Agora nós mesmo planta só o milho, não planta o feijão de jeito nenhum. Teve muita produção, quando era meu pai que tomava conta da fazenda. Plantava duas vezes ao ano, igual eu falei, mas agora ninguém vê muita plantação de feijão por aqui. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Desde quando entramos aqui com as poucas famílias a destinação da terra era para assentamento rural junto com o movimento Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL). [...] Aqui temos muitos moradores, a última vez que eu vi eles falando parece que estava em 400 e pouco famílias, porque a gente não conta por pessoa, a gente conta por família.</p> <p>Aqui dentro do residencial não tem trabalho, nem geração de empregos e a produção rural está bem escassa. Aqui tem um rapaz que começou a fazer uma horta, mas não sei nem como é que está a hortaliça dele. (Dona Flora, 2023)</p> <p>Na chácara trabalhamos com aluguel para movimentos evangélicos, e nunca ouvir falar se aqui algum tempo atrás tinha algum tipo de produção agrícola. (Amarilis, 2023)</p> <p>Os moradores mais antigos, eles estão se tornando funcionários administrativos do condomínio. Acho que renda de trabalho agrícola mesmo não tem ninguém. (Açucena, 2023)</p>
Diminuição da produção agrícola e parcelamento das áreas rurais	<p>Quando a gente chegou aqui não tinha notícias de comunidades indígenas ou escravo. [...] Naquela época não existia disputa ou conflito de terra, todo mundo tinha o seu, tudo quietinho. Era fazendona, porque todo mundo tinha fazendona, mas não tinha essa discussão. Hoje também não tem disputa com agronegócio, a gente só vê mais essas coisas quando sai pra fora, quando passa pelas estradas para Cristalina, GO pra esses lugares, pra cá mesmo em Brasília não existe muito isso. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Comprei as telhas com um dinheirinho, fizemos cimento e nós mudou. Eu mudei sem energia mesmo. Foi quando veio um empresário dizendo que a terra era dele. O governo falou que não ia tirar nós de lá, porque era área da TERRACAP. A gente não sabia e saiu todo mundo correndo, porque ficou com medo porque veio polícia. O empresário bancou a mudança para outra área próxima, onde foi formado o acampamento Che Guevara. A propriedade dessa área é complicada, porque é um pouco da TERRACAP, um pouco é de um moço que não sei quem é, [...] um grileiro que está brigando com a gente e já está vendendo aquela parte lá de baixo. Ele quer vender a área dele, mas já fracionada. Ele queria tirar a gente daqui, porque acha que ele é dono de tudo. Aqui não se especula valores dos lotes que eu saiba. Do grileiro tô falando que ele tá vendendo, porque vemos que tá progredindo. Eu acho que sim, porque senão não tava tendo tanta de casa lá. Não é casinha não, é casona. (Dona Flora, 2023)</p> <p>Do Condomínio Asa Branca, eu sei que toda a área era de um único dono, que era alcoólatra, foi vendendo os pedaços de terra e consumia tudo em bebida. Vendeu tudo e não deixou nada para os filhos nem para esposa. Os filhos não têm posse, nem propriedade e nem moram nestas terras. (Açucena, 2023)</p>
Variedade de culturas, tradições e	<p>Na época que eu cheguei aqui não me lembro de ter parteira, podia ter tempo atrás, porque tinha que ter. Aqui era mato, mato, mato. Nem tinha como o pessoal ir pra lugar nenhum. A gente não via falar muito em parteira, a gente via falar muito em</p>

conhecimentos rurais	<p>benzedeira. Levava as crianças pra fazer os benzimentos. Juntava a fé e ia correndo. Para cuidar da saúde também era no Gama. A vida deu uma melhorada. Nessa época, eram os remédios caseiros, as plantas, os benzimentos que faziam para ajudar a saúde. Não era brincadeira. Minha mãe fazia os remédios caseiros e a gente também aprendeu com ela, mas hoje o povo não quer mais. Eu aprendi a caminho de Aparecida, SP com uma mulher a fazer um mel pra tosse. Quando está com tosse, faz esse melzinho, que rapidinho para a tosse. Meu genro mesmo só planta com lua. Tem uma planta que é na crescente, tem uma que é na minguante, tem outra que é na grandona. Tudo dele é plantado nas fases da lua. Nós brinca com ele assim, Dio quando está bom para mudar uma planta? Ele sabe dizer a lua. Hoje a gente não faz uso da lua para cortar o cabelo que fazia antes. Ninguém mais vê essas coisas. Às vezes se você falar isso pra alguém, dizem que é besteira. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Que eu saiba não tem práticas de benzimentos por aqui. (Dona Flora, 2023)</p> <p>Meu quintalzinho tem um monte de plantinha medicinal. Quando alguém está com dor de garganta, já faço melado, sou dessas. Eu gosto. Acho que na natureza tem tudo que a gente precisa. Gosto muito das plantinhas e das propriedades medicinais que elas nos oferecem. O menino está com icterícia toma banho de chá de picão.</p> <p>A Dona Trindade, que é espírita, me contou que a sobrinha dela estava com câncer e ela é muito conhecedora dessas plantinhas que curam fez um remédio de plantinha, mandou pra sobrinha e pra outro sobrinho, pois os dois estavam com câncer. A sobrinha não aceitou, falou que não ia tomar porque era de espírita, que era do demônio. Preconceito. O outro que tomou, ele sarou, mas a que não aceitou tomar o remédio veio a óbvio. Ela ficou muito triste diante dessa situação da sobrinha não ter se curado e ter se negado a tomar o remédio, feito pelas mãos da tia devido a sua religiosidade. (Açucena, 2023)</p>
Área periurbana	<p>Quando chegamos aqui, se você quisesse assistir alguma missa, se quisesse participar da Semana Santa você tinha que ir pro Gama, que era o lugar mais próximo. Muitas vezes você tinha que ir de pé. Você tinha que ir, chegava lá e dormir pra voltar. Meu pai tinha um barraco de tábuas no Gama, a gente ia pra dormir todo mundo junto, pra poder assistir à missa. E no outro dia a gente vinha embora a pé. Para cuidar da saúde também era no Gama. Mesmo doente tinha que ir a pé, ou arrumava um carro, e carro era difícil nessa época, mais que tudo. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Eu estava morando num hotel no Gama, e como estava trabalhando numa escola do campo, fiz opção por morar perto da escola, então aluguei uma casa no condomínio.</p> <p>A renda dos moradores vem muito do trabalho fora do campo como médico, professor, enfermeiro, fisioterapeuta, advogado. A Dani é farmacêutica, o marido dela é representante comercial. Tem um casal que são da educação física como personal. (Açucena, 2023)</p> <p>A maioria do pessoal aqui trabalha fora de diarista, doméstica, enfermeiro, bombeiro, gari, polícia e quem não trabalha fora tem o recurso do governo. Aqui nós temos enfermeiro formado, tanto aqui como no Leão de Judá. Temos gente que trabalha na polícia civil. Tem gente que trabalha no IML, que mora aqui de fato. (Dona Flora, 2023)</p>
Urbanização do campo	<p>Agora fizeram muita coisa por aí como pesque-pague, mas a comunidade não é muito de frequentar. Quem é de frequentar mesmo é o povo de fora, fazem aqui pra vir o de fora. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>A produção rural diminuiu e aumentou as chácaras de festas e eventos. Não tem como reclamar, porque se reclamar, a resposta é que a chácara está alugada. Na chácara o aluguel é só para comunidades evangélicas e estamos sofrendo pela questão dos nossos vizinhos. (Amarilis, 2023)</p> <p>Aqui tá chegando gente, mas sair é poucos. Porque tem muita gente fora que tá querendo entrar. O que são 80 reais pra quem paga 800, 1000 lá fora de aluguel. Aqui</p>

	<p>you have a square of 300 square meters and you can make the shack the size you want. (Dona Flora, 2023)</p> <p>She has the little houses for rent that she herself built around her house, as if they were annexes and she lives on the income of these rentals.</p> <p>The majority that I see uses the condominium for leisure, type work in the city, and at the end of the week they come to make a pool, make a little business to invite friends. People who don't live there, only come at the end of the week and the houses are empty during the week. (Açucena, 2023)</p>
Sensação de insegurança	<p>The people were more relaxed, they didn't have fear of anything, they didn't have fear of going neither day nor night. Today in the day you're inside the house, you're with fear. At night I went alone from my house to my daughter's house, from my son's house that is on the other street and nobody had fear of anything. Now it's more risky, you already have more fear, because there's the people, who only stay waiting for the women to pass on the street to be able to take the little phone, or to be able to take something that you have. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>The police here takes a little time. At first it took more. Now not, now it's coming more. It's coming more from above, it's collecting. The people that have this support is the only security that we have. Here there are some conflicts too between adolescents the girls fighting, the boys fighting. (Dona Flora, 2023)</p> <p>There was a car abandoned here, it passed time the car was there. Someone called the police and nothing from the police. It passed four or five days abandoned. Here from time to time they abandon until some people without clothes. They seize the people and leave them here.</p> <p>We have to lock the doors of the houses. If for the people to go relaxed there are some days better than others. Saturday and Sunday we don't have peace. Sunday is worse because the people go from here, from this yard next to everything drugged, everything drunk. It's a danger for the people to find in the middle of these roads and it's not the people of the community. The people doesn't know doesn't know who is, doesn't have no idea. (Amarilis, 2023)</p>
Acesso à água	<p>When I came here in Brasília, I didn't have water in the house in any place. The people drank water from the well, they came there, they got the water from the well, clean, and they brought it home to drink. I didn't have piped water. I took a bath in the well, I could shower or take the sun, I had to take a bath in the well with cold and everything. (Dona Perpétua)</p> <p>I remember that everywhere that you passed there was water flowing. I remember of a ditch near the Embrapa Hortaliças, that passed water directly, there was a mine of water inside the yard, that opened a ditch and the water fell into the well. (Dona Perpétua)</p> <p>How much I miss the time that the people took a bath in the wells. Now they can't do that. (Dona Perpétua)</p> <p>Today there has to be a well, because the waters are all polluted. I talk to Gabriela that is my niece, that is already 20 years old, that she doesn't know what is a bath in the well, she knows what is nothing. I tell her, it's different from the parents of you, that passed the day little inside the well. (Dona Perpétua)</p> <p>There in the yard is a well, but it's not artesian it's a normal well. There near there is a mine of water too, but I don't use it. Who had the concession and took care of this water was my father-in-law Carlos. The water passed by the little church and then went to their house, today the capture has many problems and sometimes they don't have water and they have a well equal to the people too. (Dona Perpétua)</p> <p>Who paid for the drilling of the well has water, and those who didn't pay don't have water. We also have access to water through the water truck, almost everyone here does it. There are few who don't have these accesses. Only those who don't want to pay themselves, they want</p>

	<p>ficar só nas costas dos outros. O caminhão pipa agora está assim: quando a bomba d'água estraga, e ficam sem água, chama o caminhão. (Dona Flora, 2023)</p> <p>A água dos nossos poços foi feita a análise em laboratório e tá própria pro consumo humano. (Dona Flora, 2023)</p>
Descarte de resíduos	<p>O lixo, na época que chegamos, era queimado e jogado onde você quisesse. Não tinha problema. Até porque não era tanto lixo, não tinha esse negócio de embalagens. As sobras era pros bichinhos, criava galinha, um porco, jogava pros bichinhos pra aproveitar. Agora tem o lugar de pôr, mas não tem separação de lixo, é descartado tudo junto. Pega, traz e põe nos contêineres do projeto Papa Lixo. Tem um mais perto da Cerâmica Santa Maria e aquele outro da entrada do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Distrito Federal (SINDJUS). (Dona Perpétua)</p> <p>O lixo nós juntamos e colocamos na lixeira lá fora. Fizemos uma lixeira da hora. Parece que o povo está mais ou menos respeitando. Mas ainda tem uns abençoados que descartam nas esquinas. Não tem coleta seletiva nem separação do lixo. A única coisa que a gente exigiu que não coloque garrafa. A gente coloca e o lixeiro passa e pega. O saneamento básico aqui é fossa. (Dona Flora, 2023)</p> <p>A coleta de lixo é feita duas ou três vezes na semana pelo condomínio, e o Serviço de Limpeza Urbano (SLU) vem e recolhe. Aqui é proibido queimar lixo. O certo é juntar tudo no saco preto e descartar. Ou então contratar aquele contêiner, que depois eles levam. Quando eu cheguei aqui nessa casa, tinha um buraco lá, no fundo, cheio de lixo. Tinha guarda-roupa velho, tinha um monte de coisa assim. Acho que, pra não contratar alguém pra jogar o lixo fora, jogavam lá. Nós entupimos o buraco. Era um buraco mesmo, que na chuva enchia de água e dava dengue. (Açucena, 2023)</p>
Ausência de recursos financeiros	<p>Eu passei por muitos apuros, quando eu cheguei aqui, porque eu não conhecia ninguém. Meus meninos tudo pequeno não tinham roupa nem calçados. Pensava, meu Deus, como é que vou fazer com meus filhos? Eu passei sofrimento na Bahia e passei aqui logo no início, mas Deus é tão misericordioso que Deus bota muita gente boa na nossa vida.</p> <p>Quantas vezes o Jorge foi pra escola sem comer... Porque é um salário com um monte de criaturas pra sobreviver. Ainda mais menino homem que come de um tanto. Tem que ser muita comida pra sustentar. Eu com três menino homem, falava para Jesus, tem de misericórdia, ameniza a fome desses meninos, meu Deus.</p> <p>Não tenho um salário do meu trabalho, recebo o Bolsa Escola [...] e o Jorge tem o salário dele pela deficiência intelectual. Dá pra viver mais ou menos, mas tem dia que falta, não é o suficiente. (Amarilis, 2023)</p> <p>Eu vejo a vida no campo na Ponte Alta tudo muito precário. Tem muito espaço, tem muita possibilidade de crescimento, porém não tem aproveitamento. As pessoas passam fome aqui, com tanta terra com tanta fruta. Tem gente que não tem o que comer, porque às vezes não tem aquela instrução para ir atrás, não tem o incentivo correto e eu vejo tudo muito difícil.</p> <p>Vejo muita fruta perdendo, principalmente na época própria. Muita coisa perde: jaca, jabuticaba, goiaba. Não precisa nem cultivar a terra e só esperar a própria natureza. Só esperar. Eu vejo perdendo e gente passando fome. (Açucena, 2023)</p>
Auxílio do governo para a produção rural	<p>Nunca tive nenhuma ajuda do governo pra plantar uma flor, uma semente, um nada. Nunca tive esses negócios. A gente tem que se virar mesmo para poder plantar. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Mas só que pra nós plantar, nós não temos condições de pagar um trator, nós não temos condições de comprar as sementes pra plantar. Falta um incentivo. Terra boa tem. Como não tem esse incentivo, não temos nenhuma condição de começar o plantio. Que nem esses dias, o pai do Jackson estava falando que queria plantar aqui</p>

	<p>umas mandiocas, mas ele precisa também de trator e não tem como pagar. Ele tem como arrumar de comprar a semente, nós nem isso tem. (Amarilis, 2023)</p> <p>Desconheço alguém que receba financiamentos do governo. Inclusive, no curso que eu estou fazendo, Mães do Campo 2023, as meninas estavam reclamando que não tem apoio do governo. A Trindade moradora do condomínio, quer fazer uma horta de agricultura familiar, que está fazendo curso para isso, que quer aprender porque faz trabalho voluntário numa casa espírita que cuida de muita gente, mas não consegue incentivo e financiamento para isso. A Edna, [...] diz que não tem incentivo do governo que foi atrás, mas não conseguiu. Não sei até que ponto ela foi atrás. Talvez ela não tenha procurado o lugar certo ou a pessoa certa. Mas eu sei que ela reclamou demais, porque pelo que eu vi ela é bem pra frente. Ela disse, inclusive, que fez um curso de abelhas sem ferrão para produzir mel. Ela vai atrás, mas diz que não está conseguindo encontrar. Esses incentivos pelo que ela falou são do governo federal, como aqui é Distrito, não é estado, esses programas não entram aqui. (Açucena, 2023)</p>
Participação feminina	<p>Essa área era de um homem que se chamava Codomilé era uma fazenda bem grandona chamada Bom Sucesso, mas depois ele foi dividindo e vendendo por pedaços. Dividiu tudo e vendeu áreas de 20 mil metros. A venda era feita de um proprietário para o outro. Não teve essa questão de acampados, assentados. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Então vim na área do acampamento Chico Mendes, olhei e conversei com as meninas que disseram que os lotes eram de 20X30 metros. O acampamento começou como um assentamento rural ligado ao FNL e evoluiu para residencial Nova Jerusalém. (Dona Flora, 2023)</p> <p>Nunca participei de algum movimento social pela terra nem aqui nem na Bahia. (Amarilis, 2023)</p> <p>Teve uma época que fui morar num assentamento quando estava em Goiás. Porque o meu irmão [...] foi morar num assentamento dos Sem-terra e falou, mana, vai sair os lotes vamos que tu ganhas um. Tinha uma casinha que já estava construída, o líder me deixou ficar nela e fui pra lá sozinha. Passei só um mês porque era muito ruim, não tinha água encanada, não tinha banheiro. O banheiro era aquele buraco e de uso coletivo. Falei, infelizmente, não me cabe, isso aqui não dá pra mim. Passei um mês nos sem-terra e voltei para o aluguel. Vi como é muito difícil pra conseguir. Pensei, vou trabalhar e vou comprar a terra. Foi a minha única experiência com movimentos sociais. (Açucena, 2023)</p>
Direito a participação política	<p>As assembleias do condomínio só quem pode participar são os donos dos lotes. Se for só alugada igual eu sou, não posso nem participar. Não dou opinião nenhuma. Tem que ficar quietinho, não tem voz nem vez. (Açucena, 2023)</p> <p>Ninguém ouve o que temos pra falar. (Amarilis, 2023)</p> <p>As mulheres aqui realmente lideram, os homens são bem poucos. Não é porque a gente não aceita, é eles que não se expõem. Aqui é muito feminino. As mulheres estão sempre à frente na tomada de decisões. As mulheres são todas para luta. (Dona Flora, 2023)</p>
Eliminar todas as formas de violência	<p>Na festa junina teve menina que não dançou quadrilha, porque o namorado não ia dançar com ela, e ele não a deixou dançar com outro parceiro. Achei isso tão nada a ver. Se fosse o caso delas serem umas meninas empoderadas, questionariam, qual o problema de eu dançar com outra pessoa? Porque eu não estou fazendo nada demais. Acontece de quando termina o namoro e ver com outro, dá briga, dá confusão. Muitas vezes violência. Se a moça termina ou o rapaz termina, tentam contra a própria vida. Justamente porque não tem essa maturidade. Se acontece violência contra as mulheres está velado, desde que moro aqui nunca ouvir falar de situações desse tipo. Não tenho conhecimento, não sei falar porque é algo distante do meu mundo, não é algo que eu vejo. (Açucena, 2023)</p>

	<p>Nós estava tendo aqui uns dois casais que estavam dando problema com violência doméstica. Nós fomos conversar, conversamos, e um acho que foi até embora. O outro ainda permanece aqui, mas eu não vi mais falar. Pelo menos que eu saiba. Nós fizemos o possível para ajudar ela a não estar nesse sofrimento. (Dona Flora, 2023)</p> <p>Agora esse negócio de violência contra as mulheres eu acho que tem. Tem muito. (Dona Perpétua, 2023)</p>
Desvalorização do trabalho doméstico	<p>O trabalho doméstico não é valorizado pelos homens. Muitas mulheres podem até ser valorizadas, mas tem umas que não é não. Eles vêm o trabalho de dentro de casa como obrigação. Na roça, você tem que se virar nos trintas não é só na casa, tem o quintal também. O trabalho de casa muitos homens não valorizam. Porque acham que a mulher tem obrigação de fazer, de cuidar dos filhos, de cuidar da casa, de sair e deixar a comidinha pronta pro homem. Ele vai só trabalhar, chegar e achar prontinho. Vou te falar uma coisa, eu acho que isso é em quase todo homem, não é só o do campo. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Os homens daqui, até as mulheres mesmo, tem esse lance de isso é coisa de homem, isso é coisa de mulher. O trabalho doméstico é coisa de mulher e não tem valor. É como se ela não trabalhasse. Ainda tem o pensamento que mulher que fica em casa não trabalha. Só trabalha quem sai de casa. Eu trabalho, porque meu emprego é fora de casa. Já minha nora é vista como quem não trabalha. Tadinha, passa o dia todo dentro de casa cuidando de duas meninas. Já pensou? É a que mais trabalha. Mas por não ser remunerada, também não é reconhecida. (Açucena, 2023)</p>
Direito a aposentadoria	<p>Ajudo meu esposo na lida da chácara, mas não recebo salário por isso. Só ele que recebe. Ajudo por causa que o trabalho é muito pra ele. Se fosse pra mim trabalhar aqui, nem carteira fichada eles não ficham. Eu só faço cuidar da nossa casa e ajudar ele, porque eu vejo ele trabalhando e tento ajudar. (Amarilis, 2023)</p> <p>Eu conheço uma mulher que tá trabalhando com a gente, que pra trabalhar foi uma luta. O marido não queria deixar por ciúmes, porque se acha dono. Tem minha irmã mais velha que trabalha na limpeza na Embrapa. Meu marido trabalhava nas roças, e a gente tinha que limpar a casa do patrão, tinha que varrer os terreiros do patrão. Ele não dava conta sozinho, tinha que ajudar. Tudo pelo ganho do meu marido. Não era só o trabalho do caseiro, era toda a família que trabalhava sem a devida valorização e remuneração do trabalho da mulher. Eu ainda não sou aposentada e preciso trabalhar. Eu recebo a pensão do meu esposo, mas agora se eu quiser, também já posso me aposentar. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Eu estou batalhando na justiça para poder me aposentar, porque é um direito meu. Eu tentei com 55 anos, foi negado. (Dona Flora, 2023)</p>
Determinação e força	<p>Uma mulher que seja a cabeça da chácara só sei da... esqueci o nome dela agora, que se separou e está só. Eu creio que ela esteja cuidando das terras e da produção. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Aqui todas as mulheres que eu conheço trabalham. A que não trabalha é a mãe da Maria Júlia, porque cuida do filho bebê que é especial. A mãe do Thiago é pedreira trabalha com construção civil não tem um trabalho fixo, faz o esforço dela. Muitas famílias aqui são mantidas pelas mulheres. A mãe do Thiago mantém a casa sozinha. A Zilar tem 62 anos e se casou recentemente, mas sempre cuidou de tudo sozinha. A cunhada da Zilar é viúva e cuida de tudo sozinha. A dona Trindade casou-se aos 60 anos e hoje tem 72 anos, mas também sustentava a casa sozinha. As mulheres estão demorando para casar. Eu acho que elas viviam igual a mim, pensando que não iam mais casar. (Açucena, 2023)</p>
Acesso à internet	<p>Na Ponte Alta, acho que não tem uma pessoa que não tem uma internet em casa. Pode não ser boa, mas tem acesso, apesar do sinal ser muito ruim. O povo usa tecnologia. Eu mesma dizia, não quero negócio de internet lá em casa. E os meninos</p>

	<p>diziam: mãe, bota, bota. Quando o Tota faleceu fiquei mais meus netos e eles tinham que estudar e tive que botar. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Aqui só não tem acesso à internet quem não quer. Tem telefone. O telefone que não tem aqui é o fixo. Aqui, como se diz, o povo é muito movimentado, então o povo não quieta. Existe o acesso à internet, a não ser assim, se acontecer uma coisa, que eu acho que acontece até na cidade civilizada de asfalto, a falta de energia. (Dona Flora, 2023)</p> <p>Eu acesso fácil à internet, porque eu coloquei em casa um wi-fi. O acesso à telefonia não existe, quer dizer, é muito fraca. Para pegar sinal, a gente tem que estar rodando essa chácara e não pega. Não pega de jeito nenhum, só no wi-fi mesmo. Se você não tiver condições de pagar essa internet, não vai chegar o acesso nem para as mulheres nem para os homens de jeito nenhum. (Amarilis, 2023)</p> <p>Nesta área, a internet é ruim, os sinais de celular são ruins, é bem remoto. Inclusive, eu me decepcionei com a capital do meu país, por conta disso. Morei em São Paulo e lá qualquer buraco tem acesso, é tudo muito fácil, é muito evoluído. Estou na capital do meu país e vejo tanta dificuldade em relação a coisas tão básicas. (Açucena, 2023)</p>
Organizações coletivas e sociais	<p>Uma organização coletiva que conheço é a Associação de Moradores e Produtores da Ponte Alta (AMPPA) lá pertinho da chácara, meu irmão quem é o presidente da associação. Hoje o Posto de Saúde está numa área cedida pelo meu irmão, na chácara dele. O posto não funcionava lá. A construção daquele posto de saúde foi igual à da igreja, a comunidade que ajudou a construir. Ele fazia, porque é pedreiro, e o povo dava as coisas. O governo aqui não ajudou na construção do posto. Ele mesmo fez com a força do povo ajudando. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Criamos a Associação dos Produtores da Agricultura Familiar (ASSPAF) para organizar o assentamento rural. A organização da associação aqui é fundamental, porque se não fosse, isso aqui já tinha virado bagunça. Se a Jasmim tivesse um pouquinho mais de “soltura” isso aqui já tinha virado terra sem lei. Na questão de segurança, de invasões. (Dona Flora, 2023)</p> <p>Na Ponte Alta era pra ter, mas não tem associação ou organização que ajude a gente. (Amarilis, 2023)</p> <p>No condomínio não tem associações, sindicatos ou conselhos formados. A administração do condomínio é a organização coletivas mais sistêmica aqui dentro. (Açucena, 2023)</p>
Participação das mulheres em organizações sociais	<p>As mulheres da comunidade não participam desse movimento (associação) é uma luta aqui na Ponte Alta para elas participarem das coisas, não é muito fácil. Ainda hoje a comunidade não se junta de jeito nenhum em busca de melhorias. Na associação fazem as reuniões e é um gato pingado de gente. O pessoal daqui é aquela história, quase ninguém tem tempo. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>As mulheres aqui não participam de conselhos, associações, sindicatos. [...] É bem complicado aqui. A gente tenta fazer mobilização pra reclamar da estrada que está ruim, por exemplo, mas como é que faz? Onde é que vai chegar? Não tem como. Não tem acesso pra chegar a uma pessoa pra reclamar. A estrada é ruim de verdade. Só tem uma associação dos donos das chácaras. Eles é quem reclama. Nós não. As mulheres não têm participação. Ninguém ouve o que temos pra falar. Aqui está muito derrubado de coisas ou oportunidades que valoriza a mulher. Só os homens que vão para associação as mulheres não têm vez. (Amarilis, 2023)</p> <p>A organização coletiva das mulheres não existe aqui no condomínio. No corpo deliberativo do condomínio tem a dona Maria que é conselheira e tem a Ana que trabalha na administração. Mas na presidência e vice-presidência são homens. As assembleias do condomínio só quem pode participar são os donos dos lotes. Se for só alugada igual eu sou, não posso nem participar. Não dou opinião nenhuma. Tem que ficar quietinho não tem voz nem vez. (Açucena, 2023)</p>

	<p>As demandas que chegam à associação são feitas. O poço era uma precisão a gente foi à luta. Ela correu atrás, não enxerga ninguém vai lá e faz. Nós arrecadarmos e fizemos, depois que tivesse furado, ninguém vai proibir. Então nós fizemos. O que aconselhavam, nós correu atrás, ela correu atrás e mandou ver.</p> <p>As mulheres aqui realmente lideram, os homens são bem poucos. Não é porque a gente não aceita é eles que não se expõem. Aqui é muito feminino. As mulheres estão sempre à frente na tomada de decisões. As mulheres são todas para luta. (Dona Flora, 2023)</p>
Políticas públicas de saúde	<p>Não temos incentivos do governo é difícil até o postinho de saúde. A gente precisa do médico e não tem, na hora que precisa. Eu tô gastando o que eu não tenho pra mexer com minha saúde. (Amarílis, 2023)</p> <p>O atendimento de saúde dos moradores do condomínio é feito pelo postinho de saúde do Engenho das Lajes. O rapaz que é agente de saúde, passa por aqui, faz o cadastro das pessoas e quando precisam de atendimento liga pra ele, que marca e a pessoa vai lá. A comunidade quando precisa de atendimento se desloca para o posto ou vai pra uma emergência de hospital no Gama ou na Samambaia. Hoje se eu precisar de um atendimento médico tenho que pagar particular, não tenho plano de saúde. (Açucena, 2023)</p> <p>A construção daquele posto de saúde foi igual à da igreja, a comunidade que ajudou a construir. Meu irmão que fazia, que ele é pedreiro, e o povo dava as coisas. O governo aqui não ajudou na construção do posto. Ele mesmo fez com a força do povo ajudando. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Uma política pública que temos é o postinho de saúde, porque fizemos e temos assistência da Samambaia Norte. O médico tira uma vez ou duas vezes por mês e vem aqui. Quando ele vem, ele avisa pra gente e vem junto médico, enfermeiro, dentista, vem todo mundo. Foi benfeitoria minha quando coordenava a saúde. Fiz sala, consultório tem tudo. Hoje só limpa mesmo quando vai ter atendimento. Na minha época era limpo toda semana independente de atendimento. (Dona Flora, 2023)</p>
Valores e costumes	<p>Quando se fala de costumes e tradições lembro dos valores que meu pai deu pra nós, de saber criar a gente muito bem-criado, falando como diz: pobre, mas cheio de sabedoria. De passar sabedoria pra gente, o que era certo, o que era errado, o respeito, o respeito aos mais velhos. Que hoje você não vê. Até na minha época, que eu estudei pouco, o respeito nas escolas era muito bom, com o professor, o aluno com o professor, com os pais. Hoje em dia, o professor não pode nem falar, nem repreender o aluno. O aluno chega em casa, fala com os pais, os pais querem vir bater neles. No nosso tempo, nós saíamos de casa com meus pais falando, aqui em casa o pai é eu, na escola os professores. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Eu sempre falo com o meu esposo e com os outros: que os valores e costumes vai da criação. Se eu crio a minha filha fazendo maldade, com desrespeito comigo, com o irmão, com o pai dentro de casa é claro que ela vai levar para a escola. O que está acontecendo dentro de casa eles vai levar para a escola. O que eu sempre passo para os meus filhos, foi o que minha mãe me ensinou que foi o respeito aos mais velhos. Minha mãe falou assim quando eu estudava, eu não vou na escola, Amarílis, porque eu não tenho tempo. Porque se eu for na escola, como é que eu vou botar comida dentro de casa?</p> <p>Ela me falou assim, Amarílis, uma coisa que eu vou te deixar é nunca falte com respeito com quem está te dando uma boa lição. Porque um professor é uma segunda mãe. Porque ele está ensinando a você ser uma pessoa na vida. Porque um professor é tudo. Um professor a gente nunca deve botar para baixo. Porque só de ensinar a você a ler, a leitura é uma coisona. Fui levando aquilo na minha mente e pensando, se minha mãe falou, então é verdade mesmo. (Amarílis, 2023)</p>

Processos sociais, culturais e simbólicos	<p>O que nos garante não é a igreja, é a nossa fé em Deus. Se nós temos fé, todo canto é bom pra gente. Não precisa a gente estar com essa troca. Uma hora eu estou no canto, outra hora eu estou em outro. Eu sou católica por causa dos meus pais. A gente foi criado em uma religião católica, que por cima, meus pais ensinavam a gente muito direitinho. Nossos pais não tinham nem leitura, mas tinha sabedoria para essas coisas. Não tinha essa bagunça muito de religião que hoje eu estou aqui, amanhã eu estou lá. Graças a Deus, nessa parte os meus pais foi passando pra gente, e a gente também já foi passando pros filhos. (Dona Perpétua, 2023)</p> <p>Quanto as questões religiosas aqui têm de tudo. Mas o que tem mais mesmo são religiosos. É uma comunidade evangélica. Tem duas igrejas aqui, e as duas são evangélicas. Tem pessoas aqui de outras religiões também. (Dona Flora, 2023)</p> <p>Na chácara o aluguel é só para comunidades evangélicas e estamos sofrendo pela questão dos nossos vizinhos. (Amarilis, 2023)</p> <p>Aqui dentro do condomínio tem presente a Igreja Católica, a Congregação Cristã no Brasil, algumas denominações da Assembleia de Deus e Adventista do Sétimo Dia. Tem a Dona Trindade que eu sei que ela é espírita, mas acho que ela não faz sessões ou encontros na casa dela. A Eliana me falou, mas eu nunca vi, que a igreja Adventista fazia alguns trabalhos pontuais de ter médico, de ter psicólogo, de ter enfermeiro, de ter muitos profissionais para atender o povo daqui. (Açucena, 2023)</p>
--	--